

Vol. 17  
n,1  
2023

DOSSIÊ

  
LATITUDE  
REVISTA

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO - UFAL

ISSN: 2179-5428



### Organizadores:

Reinaldo José de Oliveira (NEPPINS/URFB)

João da Costa Vargas (UC/EUA)

Regina Marques de Souza Oliveira (UFRB)

TORRÃO  
BOYS



Revista do Programa de Pós-Graduação em  
Sociologia da Universidade Federal de  
Alagoas (Ufal)

ISSN: 2179-5428

---

**Editor-Geral**

*Cristiano das Neves Bodart, UFAL*

**Equipe Editorial**

*João Batista Bittencourt, UFAL*

*Luciléia Aparecida Colombo, UFAL*

*Welkson Pires, UFAL*

**Gerente de assuntos internacionais**

*Plácido Adriano de Moraes Nunes*

---

**Conselho Científico**

*Alice Anabuki Plancherel, UFAL*

*Arim Soares do Bem, UFAL*

*Breitner Luiz Tavares, UFAL*

*Elder Maia Alves, UFAL*

*Ilse Scherer-Warren, UFSC*

*Joanildo Albuquerque Burity, UFPE*

*Leonilde de Medeiros, UFRRJ*

*Maria da Glória Gohn, Unicamp*

*Milene de Cássia Silveira Gusmão, UESB*

*Moacir Gracindo Soares Palmeira, UFRJ*

*Paulo Marcondes Ferreira Soares, UFPE*

*Pedro F. Guedes do Nascimento, UFAL*

*Ricardo Antunes, Unicamp*

*Ricardo Mayer, UFSC*

*Ruth Vasconcelos Lopes Ferreira, UFAL*

*Sedi Hirano, USP*

---

**Pareceristas do volume 17, n. 1, 2023**

*Ananda da Silveira Viana - IESP-UERJ*

*Annahid Burnett - UEPA*

*Cristiano Monteiro - UFF*

*Diego Vinícius Brito dos Santos - UFRN*

*Edson Dias Ferreira - UEFS/BA*

*Francisco Érick de Oliveira - UFPB*

*Gustavo Souza Santos - Unimontes*

*Jaime Amparo Alves - UC Santa Barbara*

*Joana Elisa Röwer - UNILAB*

*Jondison Cardoso Rodrigues - UFPA*

*Marcela Santander - UFSCar*

*Marcelo Tadvald - UFRGS*

*Marco Aurélio Dias de Souza - UFS*

*Marluci Menezes - LNEC*

*Micheline Dayse Gomes Batista - UFPE*

*Paula Guerra - U Porto*

*Ramatis Jacino - UFABC*

*Reinaldo José de Oliveira - UNEB*

*Renato Barbosa Fontes - UFMG*

*Roberta Mélo - UNIVASF*

*Roberto Camargos - UFU*

*Rodrigo Wolff Apolloni - UFPR*

*Sandro Correia - UNEB*

*Sandro Ruduit Garcia - UFRGS*

*Sara Esther Dias Zarucki Tabac - UNIFAL*

*Valquiria Barros - UFRJ*

*Victor Cesar Torres de Mello Rangel - UFF*

*Wendell Marcel Alves da Costa - USP*

**Revisão gramatical:** Renata Dermenjian

**Diagramação:** Fabio Monteiro de Moraes

## SUMÁRIO

|   |                |
|---|----------------|
| <b>Editorial</b>  | <b>02-04</b>   |
| <br>  |                |
| <b>DOSSIÊ: CIDADES NEGRAS NAS AMÉRICAS: a produção de políticas de enfrentamento ao racismo</b>   |                |
| <b>Estado da Arte nos estudos e pesquisas sobre Cidades, Urbanização e Relações Étnico-Raciais, e Enunciados sobre o Dossiê Cidades Negras no Brasil e nas Américas</b> | <b>05-29</b>   |
| Reinaldo José de Oliveira, Regina Marques de Souza Oliveira e João Helion Costa Vargas  |                |
| <b>Racismo à brasileira: uma análise das ressonâncias espaciais na configuração das periferias urbanas. Desigualdade e segregação em São Paulo</b>                      | <b>30-56</b>   |
| Maura Pardini Bicudo Vêras  |                |
| <b>Polis Amefricana: para uma desconstrução da ‘América Latina’ e suas geografias sociais antinegras</b>  | <b>57-82</b>   |
| Jaime Amparo Alves e João da Costa Vargas   |                |
| <b>Segregação Racial na Metrópole: Observações Sobre Racismo, Saúde e a Covid-19</b>  | <b>83-109</b>  |
| Regina Marques de Souza Oliveira e Reinaldo José de Oliveira  |                |
| <b>A importância da matriz africana para a construção da identidade afro-brasileira da cidade de Cachoeira, BA.</b>   | <b>110-135</b> |
| Sandro Correia  |                |
| <b>Cidades Negras no Brasil: A Bahia de todos os santos, orixás, inkices e caboclos</b>   | <b>136-160</b> |
| Reinaldo José de Oliveira   |                |
| <b>Black Cities in Brazil: The Bahia of all saints, orixás, inkices and caboclos</b>  | <b>161-185</b> |
| Reinaldo José de Oliveira   |                |
| <br>  |                |
| <b>ARTIGOS</b>  |                |
| <b>Carnaval de Escada, Pernambuco, Brasil: entre memórias e brincantes</b>  | <b>186-205</b> |
| Tarcísio Augusto Alves da Silva, Kaline Maria da Silva e Rayanne Carolyne Lira Conserva   |                |
| <b>Estratégias de desenvolvimento econômico para os países do Sul Global: fé cega no mercado ou política econômica soberana?</b>  | <b>206-230</b> |
| Remo Moreira Brito Bastos   |                |

**DOSSIÊ**

**CIDADES NEGRAS NAS AMÉRICAS: a produção de políticas de enfrentamento ao racismo**

**Organizadores:**

Reinaldo José de Oliveira (NEPPINS/URFB)

João da Costa Vargas (UC/EUA)

Regina Marques de Souza Oliveira (UFRB)

O dossiê *Cidades negras nas Américas: a produção de políticas de enfrentamento ao racismo*, tem como objetivo compor reflexões, estudos e pesquisas que versem sobre o espaço urbano, relações étnico raciais, segregação, racismo e políticas públicas nas cidades dos territórios latino americano e norte-americano. A questão do direito à cidade, inicialmente, protagonizada por Henri Lefebvre, em nossa atualidade, deve ser observada por múltiplos quadros das desigualdades, em especial, o direito à igualdade étnico racial e às diferenças culturais das populações negras. É imprescindível contextualizar cidades, relações étnico raciais, segregação e políticas públicas em sociedades fundadas com históricos do escravismo, colonialismo, patriarcalismo e do capitalismo dos séculos XX e XXI.

## **Estado da Arte nos estudos e pesquisas sobre Cidades, Urbanização e Relações Étnico-Raciais, e Enunciados sobre o Dossiê Cidades Negras no Brasil e nas Américas**

### **State of the Art in studies and research on Cities, Urbanization and Ethnic-Racial Relations and Statements on the Black Cities Dossier in Brazil and the Americas**

#### **Reinaldo José de Oliveira**

NEPPINS UFRB; Doutor em Sociologia, PUC-SP, Professor Colaborador do NEPPINS UFRB. E-mail: [reinaldojoliveira1971@gmail.com](mailto:reinaldojoliveira1971@gmail.com)

#### **Regina Marques de Souza Oliveira**

NEPPINS UFRB; Doutora em Psicologia Social, PUC-SP. E-mail: [regina@ufrb.edu.br](mailto:regina@ufrb.edu.br)

#### **João Helion Costa Vargas**

Depto de Antropologia, Universidade da Califórnia, Riverside. E-mail: [joao.vargas@ucr.edu](mailto:joao.vargas@ucr.edu)

#### **Resumo**

O presente texto tem como objetivo apresentar o estado da arte sobre a cidade, a urbanização e as relações étnico-raciais no Brasil, em especial, as *pólis* e os territórios negros. Posteriormente, apresentamos os textos que constituem o dossiê, Cidades Negras nas Américas: a produção de políticas de enfrentamento ao racismo. Por último, é urgente a produção de ensino, pesquisa e extensão sobre as cidades brasileiras com ênfase nas relações étnico-raciais, como as urbes de grande, médio e pequeno portes, porque a população africana e afro-brasileira, durante os 388 anos do escravismo, fundou cidades, bairros e territórios com a sua força de trabalho e em toda a paisagem natural desenvolveu a produção social do espaço. No decorrer dos últimos 135 anos, da pós-abolição aos dias de hoje, foi exatamente a força de trabalho africana e afro-brasileira, por intermédio da cultura e da organização dos territórios de luta por direitos, que proporcionou o quadro atual do desenvolvimento no Brasil e nas Américas.

**Palavras-chave:** cidades negras, segregação, políticas públicas, ação afirmativa e racismo.

### **Abstract**

This text aims to present the state of the art about the city, urbanization and ethnic-racial relations in Brazil, especially the polis and black territories. Subsequently, we present the texts that constitute the dossier, Black Cities in the Americas: the production of policies to confront racism.

Finally, it is urgent to produce teaching, research and extension on Brazilian cities with emphasis on ethnic-racial relations, such as large, medium and small cities, because the African and Afro-Brazilian population, during the 388 years of slavery, founded cities, neighborhoods and territories with its workforce, and throughout the natural landscape developed the social production of space. Over the last 135 years, from post-abolition to the present day, it was precisely the African and Afro-Brazilian workforce, through the culture and organization of the territories of struggle for rights, that provided the current framework of development in Brazil and the Americas.

**Keywords:** black cities, segregation, public policies, affirmative action and racism.

### **Introdução**

A literatura brasileira sobre a cidade e o urbano, em geral, é incipiente nos estudos com ênfase nas relações étnico-raciais. Significa a confirmação de um pensamento único sobre a cidade e o urbano e/ou orientado para os lugares e segmentos socioeconômicos de média e altas rendas, muito distante da realidade do cenário histórico e contemporâneo das cidades brasileiras (MARICATO, 2002; OLIVEIRA, 2019; VARGAS, 2016).

No percurso histórico e atual, o estudo sobre a cidade e o urbano com ênfase nas relações étnico-raciais é uma produção inicial das últimas décadas do século XX até o presente momento, ou seja, temos, aproximadamente, trinta anos da problematização do espaço urbano e a população negra.

Por que a questão do “Direito à Cidade”, trazida por Henri Lefebvre (1991), tendo em vista a realidade dos territórios sem cidadãos, problematizado por Milton Santos, não destacou, além da classe social, os cruzamentos de gênero e etnia e raça?

Em nossos estudos e pesquisas, afirmamos que o chão das cidades brasileiras, o rural e o urbano, foram sedimentados por forças físicas, materiais, subjetivas e simbólicas, que reforçam o histórico da colonização, do escravismo, da cultura patriarcal e do racismo em solo brasileiro. É o caso do racismo, que separa e demarca os lugares, territórios e posições nas urbes do país, seja nas capitais, regiões metropolitanas e no interior do Brasil (VARGAS, 2016; 2020; OLIVEIRA, 2019; OLIVEIRA(b) 2023).

A produção atual sobre as cidades brasileiras com ênfase nas relações raciais étnico-raciais revela o silenciamento, o apagamento e a invisibilidade das cidades, dos bairros e territórios negros; desde a fundação, no quadro da urbanização e das transformações socioculturais inscritas no chão dos territórios, como as culturas negras e indígenas como bases da identidade e da cultura nacional.

As inscrições negras e indígenas estão no chão das cidades, sobretudo foram e permanecem sendo as bases do desenvolvimento nas Américas. As capitais dos estados, como Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo e a capital federal receberam a força de trabalho, material e subjetiva das populações negras, no tempo-espaço do Brasil (OLIVEIRA, 2013; 2016; GARCIA, 2010; CAMPOS, 2007).

Portanto, o Dossiê Cidades Negras nas Américas: a produção de políticas de enfrentamento ao racismo, persiste no objetivo de trazer para o debate nacional e da diáspora, as *pólis* negras, de um lado, são marcadas por políticas da antinegitude, do racismo e de permanentes ações da necropolítica, de outro lado, os movimentos sociais negros, brasileiro e das Américas, gradativamente, se elevaram na produção de políticas de enfrentamento, inscrevendo novas perspectivas, desde a superação do apagamento, do silenciamento e da invisibilidade das *pólis* negras até a constituição de políticas de equidade no tensionamento das cidades e dos direitos.

Em nossa atualidade, século XXI, próximo da segunda contagem do Censo Demográfico de 2023, precisamos saber da história e do momento atual das cidades brasileiras, em especial, das urbes, dos bairros e territórios negros.

Precisamos ter conhecimento dos 520 anos de tempo e espaço, de produção do território brasileiro, porque ele foi se estabelecendo com as forças da segregação, sobretudo com a separação física, subjetiva, espacial, política, social e cultural da população negra. A segregação racial está presente na história das cidades e do urbano

no Brasil, a sua superação representa a produção de epistemologias para a materialização de políticas que estabeleçam o cruzamento de classe social, gênero e etnia e raça, tendo em vista a garantia dos direitos da diversidade no chão das cidades.

Em nossa atualidade, a interpretação socioeconômica e política das 5.565 cidades/municípios, as de grande, médio e pequeno portes, de diferentes bases industriais, comerciais, agrícolas, turísticas, locais e globais, é urgente na incorporação da interseccionalidade de classe social, gênero e etnia e raça no quadro das políticas públicas. Entendemos que a permanência do silenciamento racial no quadro das cidades e do urbano, mantém a estrutura das desigualdades e do racismo à brasileira (OLIVEIRA, 2019; VARGAS, 2016; OLIVEIRA(b), 2013; 2023).

Conforme Oliveira (2020; 2019), as desigualdades de renda (o rendimento nominal médio) entre brancos e negros, estão enraizadas em 98% das cidades brasileiras. Portanto, segundo as informações do IBGE (censos de 1980, 1991, 2000 e 2010), nas capitais do país, a população negra recebe, aproximadamente, de 40% a 60% do rendimento nominal médio da população branca. Esse quadro de desigualdades de renda e do racismo está inscrito nas urbes em que a população negra está presente no território, em proporções abaixo, acima e na média nacional, estadual e local, por exemplo, no estado da Bahia, que tem 75% de negros, nos 417 municípios, em maior proporção, a população negra recebe os menores rendimentos em relação aos ganhos dos 25% da população branca (OLIVEIRA, 2020).

Os textos do Dossiê Cidades Negras nas Américas: a produção de políticas públicas de enfrentamento ao racismo, tem esse objetivo, superar a invisibilidade, o apagamento e a silenciamento, que manteve e ainda mantém a produção de ideias, pensamentos e políticas fora das cidades, territórios e lugares da população negra e, no mesmo sentido, de possibilitar que o pensamento social negro problematize a realidade das cidades e do urbano.

Procuraremos, de forma breve, por meio da leitura e da interpretação da produção nacional compor o estado da arte, especialmente de dissertações e teses sobre as cidades, territórios e lugares com ênfase na população negra. Daremos ênfase na produção de estudos e pesquisas dos centros de formação de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e da capital federal, centrados no tema do presente dossiê.

No segundo momento, após o levantamento parcial, da produção nacional sobre espaço urbano e relações étnico-raciais, apresentamos os textos que compõem o Dossiê Cidades Negras nas Américas: a produção de políticas de enfrentamento ao racismo.

## **1 A produção de dissertações e teses sobre as cidades e os bairros negros**

Os Professores Doutores Walter Roberto Silvério (1992), José Carlos Gomes (1990) e Teresinha Bernardo (1993), podem ser considerados os percussores nos estudos e nas pesquisas sobre a cidade, o urbano e as relações raciais nos cenários paulistano e nacional.

José Carlos Gomes Silva (1990), em sua dissertação de mestrado, “Os Suburbanos e a outra face da cidade: Negros em São Paulo (1900-1930), cotidiano, lazer e cidade”, observa a capital paulistana do início do século XX, sobretudo os territórios negros; bairros, praças e lugares habitados e vivenciados por homens e mulheres negras. Conforme o autor, a urbe paulistana do início do século passado, gradativamente, apresentou-se como o não lugar, o território das desigualdades e do racismo. No entanto, a população negra da capital e os migrantes, vindos do interior do estado, passo a passo, mediante as violências do racismo, procuravam se estabelecer na cidade por meio dos capitais social, cultural e político, como a realização das festas, a organização das famílias e do acervo cultural em torno da religião, do samba e das agremiações sociais e políticas.

Valter Roberto Silvério (1992), em sua dissertação “Territórios Negros em Campinas: o caso Vila Rica”, observou o cenário urbano e social do interior do estado de São Paulo, mais precisamente as transformações da economia do café, movida pela força de trabalho negro para o contexto urbano industrial. E é nesse quadro social da cafeicultura e das transformações urbanas que os territórios negros, paulatinamente, se desenharam na principal urbe do interior. Conforme o autor, os territórios negros se constituíram nesse movimento dos espaços rural e urbano, fazendo e se desfazendo com os reflexos das forças social e política do capitalismo agrícola e, posteriormente, urbano industrial.

A tese de doutorado de Teresinha Bernardo (1993), “Memória em Branco e Negro: Olhares sobre São Paulo”, versa sobre quatro cenários a respeito da capital

paulistana: a Cidade Escura, retratada pela memória coletiva das mulheres negras; a Cidade Desconhecida, contextualizada pela memória dos homens negros; a Cidade do Progresso, reiterada pela memória dos homens italianos e seus descendentes; e a Cidade do Progresso, como aparece nas lembranças das mulheres brancas italianas e suas descendentes. Homens e mulheres brancos e negros vivenciam lugares, posições e oportunidades diferentes na cidade nas três primeiras décadas do século XX.

Por que a cidade para os negros se apresentou escura e desconhecida? Essas faces e esses sentimentos não pararam, estão no cotidiano das urbes brasileiras dos dias de hoje. Acreditamos que a herança do escravismo e o processo acumulativo das desigualdades e o racismo refletem no espaço social das cidades, dos bairros e territórios da população negra. Conforme Bernardo, a memória coletiva de homens e mulheres negras retrata os territórios negros, os bairros em que eles trabalhavam e habitavam, o mercado de trabalho e as posições que eles ocupavam, em geral, as ocupações de menores *status* social e rendimento socioeconômico.

Os trabalhos de Silva (1990), Silvério (1992) e Bernardo (1993) inauguraram os estudos sobre a memória negra, os territórios negros, as ideias e ações de homens e mulheres negras diante da segregação racial das urbes de São Paulo e Campinas.

Em 2002, a dissertação de mestrado de Reinaldo José de Oliveira, “A Presença do Negro na cidade: a Casa Verde em São Paulo”, é um estudo importante para compreender o movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização dos núcleos negros.

O nascimento e o desenvolvimento do bairro da Casa Verde, localizado na zona norte de São Paulo, é resultado do projeto de expulsão de antigos territórios negros dos bairros da Sé, Sul da Sé, Liberdade, Baixada do Glicério, Santa Cecília, Bexiga, Barra Funda, em direção aos bairros e lugares, cada vez mais distantes das áreas ricas e desenvolvidas. Segundo Oliveira, diante da necessidade de sair dos cortiços e porões, os territórios negros da zona norte, como a Casa Verde, Bairro do Limão, Peruche e Vila Nova Cachoeirinha, têm como reflexo as ações dos movimentos sociais negros do início do século, particularmente das agremiações sociais e recreativas que promoviam a imprensa negra, as festas e comemorações e o enfrentamento ao racismo: a compra de terrenos na Casa Verde e adjacências nas primeiras periferias

pós-Rio Tietê, foi a única saída para adquirir a casa própria e sobreviver ao processo de exclusão urbana, sobretudo das áreas ricas e desenvolvidas.

As produções fundadoras se estabeleceram antes da promulgação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, portanto, a história da cidade não pode ser única. Ela compreende saberes, sabores, cores, forças e representações, que são múltiplas e não podem ser apagadas, invisibilizadas e silenciadas.

O trabalho de doutorado de José Carlos Gomes Silva (1998), “O Rap na Cidade de São Paulo: música, etnicidade e experiência urbana” registra os fundamentos do movimento hip-hop paulistano, nas localidades do centro da cidade, os encontros dos jovens no Metrô São Bento, nos bailes *blacks* e nos territórios negros, localizados nas periferias e em seus extremos.

O trabalho de doutorado de Silva (1998) traz todo o movimento dos jovens negros e pobres em torno do rap com as afirmações social e política, de denúncias do racismo e da desigualdade, da afirmação identitária e étnico-racial e da necropolítica, com foco nos pobres, periféricos, negros e jovens. O rap se tornou uma expressão social, cultural e política dos jovens negros e pobres, que nasceu nas periferias para todas as cidades brasileiras, das Américas e do contexto global. A pesquisa de Silva é inaugural nesse sentido, porque observa os apontamentos da música, da etnicidade e das experiências urbanas dos jovens que estão no chão das cidades.

Nos anos de 2006, as teses de doutorado de Maria Nilza da Silva e Lourdes Carril abordam a população negra nos cenários urbano, social, político e cultural da urbe paulistana. Silva (2006), em “Nem para todos é a cidade: segregação urbana e racial em São Paulo”, por intermédio de dados quantitativos, qualitativos e cartografias, parcialmente, constitui a cidade no decorrer do século XX, por meio de informações socioeconômicas, como renda e rendimento, escolaridade e gênero. No mesmo interim, Carril (2002), em “Quilombo, favela e periferia – a longa busca da cidadania”, recupera a história e a geografia negra do início do século XX, mas se concentra na observação dos territórios negros da zona sul e em seu extremo, como os bairros do Capão Redondo e Jardim Ângela. A autora, por meio do diálogo com jovens negros e pobres, protagonistas do movimento hip-hop (a música, o grafite e a dança), traz para o debate a ideia de quilombos urbanos.

Antonio Carlos Billy Malachias (2006), em seu trabalho de mestrado, “Geografia das Relações Raciais: desigualdades raciais em preto e branco”, busca demonstrar que os arranjos espaciais são desigualmente usados e acessados por negros e brancos. O uso diferenciado e desigual do espaço geográfico gera por parte do grupo negro a formulação de outras ideias, ações e experiências de vida na geografia das desigualdades de classe social, gênero e etnia e raça.

Amailton Magno de Azevedo (2006), em sua tese de doutorado, “A Memória musical de Geraldo Filme: os sambas e as micro Áfricas em São Paulo”, traz os bairros negros, como parte do Bexiga, Barra Funda, Parque Peruche, Casa Verde e as periferias das zonas leste e sul, enquanto micro-áfricas que se configuraram como um contraponto dissonante às formas culturais dominantes para operar outras cidades e outras vivências. Tendo como fio condutor a análise da memória de Geraldo Filme, Azevedo identificou as micro Áfricas nas suas vivências familiares, comunitárias, nas escolas de samba e nas suas letras de música. As micro Áfricas representam as faces que o presente dossiê apresenta, as cidades negras no Brasil e nas Américas.

Reinaldo José de Oliveira (2008), em seu doutorado, aprofunda a questão do território e a segregação racial. Os movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização são desenhados, inicialmente na pós-abolição e as três primeiras décadas do século passado, posteriormente, de 1930 até o final dos anos de 1980 e, por último, os anos de 1990 até 2010, perfazendo a história urbana industrial e da globalização perversa da cidade de São Paulo.

Oliveira (2008), além do território, desenvolveu ideias, reflexões e conceitos a respeito da segregação racial. Conforme o autor, a segregação racial está na geografia social, econômica e nas políticas dos 96 distritos de São Paulo, em mais de 95% dos distritos, a renda nominal média da população negra se mantém atrás do rendimento nominal médio da população branca.

A partir das lembranças e da memória coletiva de homens e mulheres negras dos bairros da Barra Funda, Casa Verde, Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela, Oliveira (2008), constitui, aproximadamente, um século da memória negra na cidade de São Paulo.

As dissertações e teses sobre a cidade e a urbanização brasileira com ênfase nas relações raciais, gradativamente, refletiram na produção de novos trabalhos, principalmente, sobre a capital paulistana e seus pedaços.

Os trabalhos de mestrado e doutorado de Danilo Nascimento França (2010; 2017), ambos, abordam a segregação residencial por raça na cidade de São Paulo. O primeiro desenvolve uma análise da segregação no município de São Paulo, descrita pelo recorte entre raça e classe social. O segundo busca interpretar a relevância da segregação residencial como dimensão estruturante das relações raciais no Brasil, a partir da análise de dados da Região Metropolitana de São Paulo.

Os trabalhos de mestrado e doutorado acima, acreditamos que abriram o cenário para a superação do silêncio, do apagamento e da invisibilidade dos estudos e das pesquisas sobre a cidade e o urbano, com ênfase nas relações étnico-raciais no Brasil. No entanto, a realidade brasileira compreende 5.565 cidades/municípios, dentre elas, as capitais dos estados, as regiões metropolitanas e as principais urbes do país, que precisam ser analisadas em diferentes perspectivas, haja vista o atravessamento de classe social, gênero e etnia e raça, que hierarquizam as relações entre brancos e negros nos quadros urbano, socioeconômico e político das realidades local, nacional e global.

A dissertação de Sheila Alice da Silva (2015), “Negros em Guaianases: cultura e história” aborda um pedaço da cidade de São Paulo, na zona leste de São Paulo, um fragmento do cenário da segregação e da expansão urbana para as periferias. Segundo a autora, o trabalho refletiu sobre a presença negra no bairro de Guaianases, a partir de suas práticas culturais e memórias. O recorte histórico teve como referência o período de 1930 e 1960, tendo como fio condutor os lugares de resistência, as territorialidades e as práticas sociais que se constituíram nas micro-áfricas.

No trabalho de mestrado de Marcelo Martins Silva (2015), em “Desigualdades Raciais” no mercado de trabalho na região do ABC (1991-2011), aborda, por meio de informação e dados secundários do IBGE, do DIEESE e do Ministério do Trabalho e Emprego, as desigualdades socioeconômicas entre brancos e negros nos municípios que compõem a região do ABC Paulista; as cidades de Santo André, São Bernardo e São Caetano do Sul. É importante destacar que a capital paulistana na história do século XX, inicialmente, cresceu em direção às periferias e seus extremos,

posteriormente, seu transbordamento foi em direção à região metropolitana, como o ABC e cada vez mais, no percurso da linha férrea, nos municípios da região metropolitana, mais distantes dos centros socioeconômico, político e cultural.

Stela Zagatto Paterniani (2019), em seu doutorado, *São Paulo cidade negra: branquitude e afrofuturismo*, a partir das lutas por moradia, problematiza o debate sobre a branquitude na organização e na formação da cidade de São Paulo, bem como na produção dos estudos urbanos paulistas, a partir do reconhecimento de que as relações sociais são racializadas. É uma obra importante, porque inicia o debate sobre os benefícios da branquitude diante do contexto histórico, geográfico e socioeconômico que obteve com a segregação da população negra.

Os trabalhos sobre a cidade e o urbano com ênfase nas relações étnico-raciais, particularmente sobre a metrópole paulistana, foram analisados por diferentes olhares geográficos, políticos, históricos, sociológicos, psicológicos, enfim, do aprofundamento teórico-metodológico da interdisciplinaridade e o diálogo com os movimentos sociais negros, de mulheres negras e de jovens negros das periferias e seus extremos, nos revelaram referências importantes para a promoção de políticas públicas, como a superação do silêncio, da invisibilidade e do apagamento da população negra no chão das cidades.

Abaixo, brevemente, temos outras indicações sobre as urbes de Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Salvador e a capital federal. Acreditamos que o território, em sua concepção local e global, compreende diferentes realidades que são importantes para o presente dossiê, as cidades negras das regiões Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-oeste são diferentes em gêneros, estruturas e contextos.

Na ex-capital federal, Rio de Janeiro, a população negra está em menor número que a sua vizinha paulistana, em dados absolutos, mas em dados relativos, são 47,89% de homens e mulheres negras. Na direção dos morros, favelas, periferias e/ou nas proximidades das áreas ricas, o percentual de negros tende a ser superior aos dados médios da cidade. Essa realidade foi descrita nos estudos de Andreilino Campos (2005; 2006). A dissertação de mestrado que foi publicada em livro, “Do Quilombo à favela: a produção de ‘espaços criminalizados’ no Rio de Janeiro”, Campos destaca a passagem dos quilombos durante o escravismo e na pós-abolição, posteriormente, a transmutação à favela, edificada nos morros e/ou nas áreas de menor poder socioeconômico e político. A

criminalização dos espaços negros está associada aos projetos políticos de urbanização, limpeza urbana e modernização, que o poder público e os sujeitos de maior poder socioeconômico e político estabeleceram no território da cidade.

A criminalização se fez desde o surgimento dos quilombos, posteriormente, com a abolição e a edificação das favelas nos morros, em seguida, além da territorialidade, as práticas sociais e culturais sempre foram temas de controle, dominação e punição impetrada pela ordem pública, por meio da força física e das leis, que teve início com a lei de terras; não possibilitando o acesso à terra aos escravizados com o aproximar da abolição e a própria lei que aboliu o trabalho escravo, sem garantias de cidadania e de direitos para a população negra que perfez, cimentou e levantou as paredes da cidade.

Para Campos, a criminalização dos quilombos do século XX está relacionada com os territórios fora da lei, na perspectiva da construção, do ambiente construído e da legislação urbanística. Outro contexto de extrema relevância, diz respeito ao percurso histórico da entrada do tráfico de drogas, gradativamente, o território foi sendo ocupado por forças da violência e da criminalização.

No doutorado, Campos (2006) observa as políticas urbanas, sobretudo a habitação social para a população, em especial, o lugar de viver e reproduzir o espaço social da população negra. Os diferentes planos urbanísticos, na interpretação do autor, não possibilitaram o “Direito à cidade” dos negros e pobres, o que se observou, gradativamente, foi a segregação dos negros e mais pobres, nos lugares, postos e territórios de menor capital social.

As produções de mestrado e doutorado de Denilson Araújo de Oliveira (2006; 2011), retratam a cidade e o urbano, o Rio de Janeiro, a partir da produção subjetiva e material do movimento hip-hop, enquanto cultura, produção de conhecimento e posicionamento político diante do racismo e das práticas do genocídio negro.

Segundo Oliveira (2006), em “Territorialidades no mundo globalizado: outras leituras de cidade a partir da cultura hip-hop na metrópole carioca”, aborda a territorialização da cultura, enquanto movimento globalizado, mas de uma globalização que se forma em guetos, quebradas, favelas, esquinas e morros das cidades negras. A cultura negra se constitui nos anos de 1970 nos Estados Unidos e emerge globalizada, fruto do encontro de culturas migratórias e em diáspora, como os

mexicanos, haitianos, jamaicanos, brasileiros, porto-riquenhos e afro-americanos segregados nos guetos americanos.

No Brasil, as territorialidades do hip-hop estão nas urbes do Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Belo Horizonte, Recife, Belém, Porto Alegre, Curitiba, nas pequenas, médias e grandes cidades, temos a dança, a música e o grafite, desenhando outras experiências de espaços, territórios e lugares, sobretudo de territórios da diversidade e do antirracismo.

A tese de Geny de Oliveira Guimarães (2015), “Rio Negro de Janeiro: olhares geográficos de heranças negras e o racismo no processo-projeto patrimonial”, analisa as geografias negras do passado e do atual momento, como os espaços, territórios e lugares vivenciados pela população negra na ex-capital federal e, posteriormente, na sociedade do trabalho livre, sobretudo durante e após os estudos de Luiz da Costa Pinto, sobre o negro no Rio de Janeiro.

A autora observa a relação do racismo sobre o processo-projeto patrimonial brasileiro, resultado em silenciamento, apagamentos e apropriações de heranças negras. O que já apontamos acima, encontramos no trabalho de Guimarães, o apagamento, o silenciamento e a invisibilidades foram e continuam sendo práticas regulares nos estudos sobre a cidade e o urbano no fazer científico e técnico.

Guimarães (2015), pensando o local, o lugar e o território, observa o Cais do Valongo, definido para melhor delinear as geografias negras na história do Rio de Janeiro. O Cais do Valongo, área denominada Pequena África Carioca, região portuária do Centro do Rio, é um lugar histórico, patrimonial e arqueológico, que no estudo da autora, fora apropriado e apagado das histórias local, regional e nacional, enquanto lugar da memória e dos territórios negros.

Na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, a participação negra em dados absolutos corresponde a 1.244.006 habitantes, em dados relativos, corresponde a 52% de negros. Também apontamos que na capital de Minas Gerais, os 52% de homens e mulheres negras estão distribuídos mediante a segregação racial, em geral, nas áreas pobres e/ou nas proximidades da riqueza, mas distante na hierarquia socioeconômica e racial.

É importante lembrar que os estudos sobre a cidade e o urbano, nas últimas décadas do século XX até o atual momento, foram fartamente estudados por

importantes instituições de ensino e pesquisa, como, por exemplo, as instituições que compõem o Observatório das Cidades. Foi prática corrente a produção teórica-metodológica orientada pelo recorte socioeconômico. A categoria étnico-racial, em geral, obteve atenção incipiente e/ou em quase nada foi abordada nos estudos e nas pesquisas do Observatório das Cidades. Ao não abordar acreditamos que reforça a invisibilidade, o silenciamento e o apagamento da realidade das cidades negras.

A dissertação de mestrado de Lisandra Mara Silva (2018), na área de Arquitetura e Urbanismo, UFMG, comprova o que insistimos no decorrer do texto: de um lado, o apagamento, o silêncio e a invisibilidade, gradualmente, estão sendo enfrentados e, de outro lado, as primeiras produções de mestrado e doutorado no Brasil, em especial, nas capitais do capitalismo nacional, produziram e vêm se intensificando em novos trabalhos, inicialmente nas ciências humanas e sociais e, nos dias de hoje, nas ciências sociais aplicadas, como a arquitetura e o urbanismo.

Em “Propriedades, negritudes e moradia na produção da segregação racial da cidade: Cenário Belo Horizonte”, Lisandra Mara Silva (2018) discute o lugar da propriedade fundiária na produção da segregação racial da cidade. A autora investiga teoricamente a ideia de propriedade privada constituída nos processos históricos-sociais europeus – o direito de propriedade – que se espalha no globo com a modernidade colonizadora. Do ponto de vista teórico, a autora aborda o racismo para fins de subsidiar reflexões e ideias sobre o espaço e a produção da cidade.

Das obras aqui citadas, os estudos sobre a cidade e o urbano se concentraram nas áreas de ciências humanas. É recente a participação de pesquisadores das ciências sociais aplicadas, em particular a arquitetura e o urbanismo, nos estudos e pesquisas com ênfase nas relações étnico-raciais.

Na arquitetura e no urbanismo, Raquel Rolnik abordou em seus trabalhos, não de forma objetiva, os territórios negros na cidade de São Paulo. Sua produção alcançou repercussão nacional em 1989, com a publicação do artigo “Territorialidade negra e etnicidade nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro”. Posteriormente, em seu livro, “A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo” (1997), Rolnik, do ponto de vista teórico-metodológico potencializou a produção de dissertações e teses nas ciências humanas e sociais aplicadas.

Josemeire Alves Pereira (2019), em “Para Além do Horizonte Planejado: Racismo e produção do espaço urbano em Belo Horizonte (séculos XIX e XX)”, reitera nossas assertivas sobre o silêncio, o apagamento e a invisibilidade do debate sobre o espaço, a cidade e o urbano na perspectiva das relações étnico-raciais no Brasil. Segundo Pereira, a pesquisa possibilitou compreender o “silêncio”, ou seja, a ausência de referências, de escritas sobre a presença, participação e o fazer dos corpos negros na história das cidades brasileiras, em particular, mineiras, que foram empreendidas durante a colonização com a exploração de ouro, diamantes e pedras preciosas em geral.

Para Pereira, o trabalho possibilitou compreender as expressões de relações de poder racializadas, características da formação da sociedade brasileira ao longo do tempo, e que podem ser observadas a partir de leituras e referências de cidade, baseadas no discurso da modernidade, portanto, com o apagamento do passado, do escravismo e da participação negra em toda a produção social do espaço. Esta leitura de cidade, no Brasil, nas Minas Gerais e mais especificamente em Belo Horizonte, o discurso da modernidade e do progresso pelas elites políticas foi a regra para o pensamento sobre a cidade e o urbano.

Em outro contexto, na ex-capital do país, Salvador, tida como uma das capitais com a maior presença negra, no decorrer dos 520 anos de Brasil, é a urbe de maior abrangência material e subjetiva dos valores negro-africanos.

O estado da Bahia, em dados relativos, compreende 75% de negros. Em sua capital, Salvador, os negros correspondem a 79,23% da população local. É importante perceber a presença total e relativa de brancos e negros nas cidades brasileiras, essa percepção subsidia a reflexão de epistemologias para estruturar conceitos, argumentos e referências sobre a realidade da segregação racial e das transformações dos territórios negros.

Em Salvador, nos idos de 1950 e 1960, os estudos de Thales de Azevedo e Donald Pierson, inicialmente, abordaram as relações étnico-raciais na cidade. As obras, ambas, se tornaram estudos obrigatórios para pensar as dinâmicas sociais e raciais na Bahia. No entanto, a ausência de críticas a respeito da segregação da população negra no espaço da cidade, possibilitaram a reprodução de ideias hegemônicas sobre a modernidade, destituindo as produções locais. Esse contexto

favoreceu as faces, vozes e forças da invisibilidade, do silenciamento e do apagamento da cidade na perspectiva étnico-racial, como é o caso de Salvador e as cidades baianas.

A pesquisadora Antonia dos Santos Garcia (2006; 2010) (*in memoriam*) é a precursora nos estudos sobre classe social, gênero e etnia e raça no quadro da cidade de Salvador. A sua tese de doutorado e a dissertação de mestrado, ambas, versaram sobre o cenário histórico e contemporâneo das desigualdades da população negra.

Em “Mulheres da Cidade d’Oxum” (2006), a autora tem como objetivo compreender as relações de gênero e a participação das mulheres das classes populares de Salvador, em especial, as lideranças negras e femininas da região do subúrbio ferroviário, como o bairro de Plataforma e adjacências. Outra razão indicada, além da anterior, é o fato de a autora ser mulher, negra, militante dos movimentos sociais por mais de duas décadas, buscar uma teorização das “práxis”.

Desde o início do século XXI, Garcia já problematizava a interseccionalidade entre classe social, gênero e etnia e raça, em seus trabalhos teóricos e no quadro social de Salvador e suas periferias.

Nesse levantamento do estado da arte nos estudos sobre cidade, espaço urbano e relações étnico-raciais, Antonia dos Santos Garcia e Andreino Campos são nossos ancestrais da produção de epistemologias e no presente dossiê. É e será importante para a atual geração e as futuras o diálogo com os dois autores para melhor delinear e trazer novos elementos teórico-metodológicos para pensar a segregação e as cidades negras no Brasil e na diáspora.

Em “Desigualdades Raciais e Segregação Urbana em antigas capitais, Salvador, Cidade d’Oxum e Rio de Janeiro, Cidade de Ogum”, Garcia (2010) avança em suas reflexões sobre classe social, gênero e etnia e raça, observando e comparando as relações das duas principais urbes do país.

No estudo da tese de doutorado, além do método do materialismo histórico e dialético, a autora busca compor ideias e reflexões de um feminismo negro, de pensamentos que se estendem ao quadro estrutural na perspectiva política, socioeconômica, cultural e espacial do gênero feminino e negro.

Ao observar as cidades negras de Salvador e Rio de Janeiro, ex-capitais federais do Brasil, suas interpretações, ora particulares ao cenário de Salvador com as questões particulares que se passam no território, ou seja, das forças do passado e do

atual momento que se mantiveram nos mesmos espaços, sem alterações estruturais entre brancos e negros e, ora no território da capital fluminense, as sobrevivências históricas e contemporâneas refletem em maior exatidão no quadro social de homens e mulheres negras.

Segundo Antonia dos Santos Garcia, a maior participação de brancos no Rio de Janeiro segue em direção à zona sul, sobretudo nas áreas mais ricas e de potencial turístico. Em Salvador, a população branca localiza-se na cidade alta, em especial, na direção do ponto histórico e turístico, como os bairros de Pituba e nas imediações do Iguatemi. Em Salvador, os negros estão, em maior proporção, nos bairros que pertencem à cidade baixa e em direção às periferias, como o subúrbio ferroviário: o nordeste de Amaralina e Boca do Rio se destacam por reunirem o maior percentual de negros.

Hoje, com o aproximar da publicação dos dados socioeconômicos do Censo do IBGE, 2023, a análise das informações sobre o cenário da segregação de base racial nas cidades brasileiras, como nas urbes de Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo, serão fundamentais para transformar a segregação e a hierarquia das desigualdades.

Fábio Macedo Velame (2007), pesquisador da área de arquitetura e urbanismo, traz em seu trabalho de mestrado “A Arquitetura de Terreiro de Candomblé de Culto aos Egum: O Ilê Omo Aboula – um templo de ancestralidade afro-brasileira, em nossas percepções”, acreditamos que as forças dos movimentos sociais negros, do passado e do presente, mesmo com o racismo religioso, têm grande impacto nas ações e reflexões no chão da cidade, haja vista os trabalhos de mestrado e doutorado do autor.

A dissertação de Velame rompe com as tradições técnicas e científicas do pensamento arquitetônico branco, europeu e norte-americano, busca entender como a cultura afro-brasileira determina a arquitetura e a espacialidade interna do terreiro de culto aos ancestrais, os Egum, o Omo Ilê Aboula, localizado no povoado de Ponta de Areia, na Ilha de Itaparica, caracterizando a sua formação, construção, estruturação, organização e funcionamento.

Em seu doutorado, mantendo o percurso histórico, urbanístico e social, Velame (2012) destaca a arquitetura dos terreiros das cidades de Cachoeira e São Félix, no Recôncavo da Bahia. É importante lembrar que as cidades negras do Recôncavo, do ponto de vista populacional, compreendem um quadro de população negra de 75% a

92%, uma parcela desse universo está presente nos terreiros de candomblé e umbanda, na capoeira, nas rodas de samba e no universo infanto-juvenil da cultura do axé, do funk e do hip-hop.

Para o autor, a tese tem como objetivo defender a hipótese de que as arquiteturas dos terreiros de candomblé de Cachoeira e São Félix, diferenciam-se por serem compostas por processos contínuos de hibridação, que edificam lugares próprios. Segundo o autor, as arquiteturas de terreiros são uma criação espacial, territorial e do lugar afro-brasileiro, com dimensões simbólicas das ancestralidades africana e afro-brasileira.

Por mais uma vez destacamos as indicações acima, prevalece nas ciências sobre a cidade e o urbano, a invisibilidade, o silêncio e o apagamento das concepções teóricas e práticas da população negra nas cidades brasileiras.

Os terreiros de candomblé e umbanda da Bahia e do Brasil, no passado e nos dias de hoje, viveram sob a força do controle e da vigilância, pelas vistas do poder público, de forma física e simbólica, e por meio de setores da sociedade, como os ataques de racismo religioso que vêm sofrendo nos espaços públicos e privados. No entanto, as arquiteturas de terreiros, os espaços negros e os territórios negros, resistem. É essa resistência história e social que tem possibilitado a construção de epistemologias negras, de saberes e práticas que estavam fora do saber científico.

Pensando a capital federal do século XX e do atual momento, Marcel Claudio Sant’ana (2006), em “A Cor do espaço: limites e possibilidades na análise da segregação sócio-espacial, o exemplo de Brasília”, aborda a cidade, o urbano e o planejamento a partir da sua estrutura social, em especial, a racial.

O autor faz a seguinte pergunta em sua dissertação de mestrado: É possível falar em segregação socioespacial estruturada por fatores raciais?

No decorrer da obra, respostas, questionamentos, ideias e conceitos são trabalhados e desenvolvidos, tendo como observação a capital federal, Brasília, representação máxima do modelo de planejamento urbano.

Em Brasília, o planejamento do pensamento único prevalece na ocupação do espaço. Os pobres e negros não estão nos lugares e nas ideias do planejamento urbano, percebemos que as ideias e os lugares permanecem fora do pensamento científico sobre a cidade e o urbano.

Segundo Marcel Claudio Sant'ana, nas cidades, em particular Brasília, as regras continuam sendo as mesmas no que diz respeito à segregação da população negra: cidades, lugares e territórios, com seus espaços perversamente desiguais, acabam por centralizar o ambiente construído nas áreas ocupadas majoritariamente pela população branca, enquanto que para as áreas ocupadas pela população negra, resta a irregularidade fundiária, a falta de infraestrutura e serviços urbanos, portanto, nas áreas de maioria negra, as desigualdades urbanas e raciais têm refletido negativamente na produção de capital social, na violência e na necropolítica, que em maior proporção atingem os corpos negros.

Visitamos dissertações e teses sobre as cidades de Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e a capital federal, Brasília, para fins de compor o estado da arte sobre os estudos da cidade e do urbano, com ênfase nas relações étnico-raciais. Nesse interim verificou-se a centralidade das territorialidades negras, da segregação de base racial, da atuação dos movimentos sociais negros, de ideias que, em geral, continuam fora do lugar e no mesmo sentido, de lugares que permanecem fora das ideias, portanto, essa construção, ainda incipiente, tem apresentado importantes referências para pensar o espaço, as cidades e os territórios da diversidade, e as cidades antirracistas.

Não foi possível trazer a produção, em sua íntegra, por questões técnicas, mas procuraremos em outro momento fazer esta interpretação. Posteriormente, procuraremos compor o quadro da produção, incorporando os trabalhos que aqui não foram implicados: como a produção de Renato Emerson dos Santos no Rio de Janeiro; de Alex Ratts a respeito dos territórios negros e indígenas no Ceará e, posteriormente, no estado de Goiás; as dissertações e teses do sul do país, como o trabalho de Daniele Machado Viera, sobre Porto Alegre e os de Cauanã Maia e Azaria Maxim Nogueira, de Florianópolis; na Bahia, os trabalhos de Sandro dos Santos Correia, Maria Estela Ramos, Maria Alice Pereira da Silva, esta última que desenvolveu em sua dissertação o estudo sobre a Pedra de Xangô na capital baiana e os pesquisadores do Grupo Etnicidades, da UFBA, como a Professora Doutora Gabriela Leandro Pereira.

Nesses últimos vinte anos, importantes grupos de estudos foram organizados sobre a cidade e o urbano, com ênfase nas relações étnico-raciais: é o caso da produção em ensino, pesquisa e extensão, em especial, de orientações da pós-graduação da

Professora Maria Nilza da Silva, da Universidade Estadual de Londrina; do Professor Henrique Cunha Junior, na FAU-UFBA e UFCE; do Professor Renato Emerson dos Santos, no Rio de Janeiro; de Alex Ratts, na perspectiva da geografia e das ciências sociais, na UFGO; do Grupo Etnicidades, da FAU-UFBA, tendo à frente o Professor Fábio Velame, enfim, dos núcleos e centros de pesquisas que vêm se dedicando em superar o silenciamento, o apagamento e a invisibilidade do tema em questão.

Esperamos que o breve levantamento possa refletir nos principais centros de estudos e pesquisas da universidade brasileira, que atua na produção de ensino, pesquisa e extensão da temática cidade, espaço urbano e relações étnico-raciais no Brasil.

## **2 Enunciados do Dossiê Cidades Negras nas Américas: a produção de políticas de enfrentamento ao racismo**

O presente dossiê busca se destacar na realidade brasileira, das Américas e global, em razão de seus objetivos: trazer reflexões, ideias e epistemologias sobre a cidade e o urbano com ênfase nas relações étnico-raciais, sobretudo dos espaços, territórios e lugares da população negra.

No Brasil e nas Américas, os movimentos sociais negros, direta e indiretamente, vêm promovendo ações de superação e promoção de políticas públicas para o enfrentamento do racismo, da segregação, do genocídio e da necropolítica, que sobressaem nos corpos negros.

Em 28 de outubro de 1963, Martin Luther King proferia o seu discurso, em Washington D.C., “I have a dream” (“Eu tenho um sonho”), que ficou imortalizado na história do século XX, a luta por direitos civis e humanos para o mundo. Hoje, há exatamente 60 anos, o sonho permanece nos pensamentos e corpos negros das Américas, em torno da materialização, da subjetivação de cidades, territórios e lugares da diversidade, em especial, de direitos de igualdade e de diferenças entre negros, brancos, populações indígenas, imigrantes e os povos de diferentes culturas e origens socioculturais.

Os sonhos, nas experiências das culturas indígenas e negras-africanas, não estão particularmente relacionados ao quadro da saúde mental retratada por Sigmund Freud. A imaginação do sonhar estão no arcabouço indígena e negro-

africano das culturas que prezam o valor ancestral, o valor aos griots, pajés e caboclos que carregam a história do grupo social, da família e das referências culturais.

De acordo com Regina Suama Ngola Marques (2023), a saúde mental da população negra, da infância ao envelhecimento, está enraizada no colo cultural, ou seja, nos colos materno, familiar, social e cultural. Nas cidades brasileiras, como Salvador, Recife, Belém, Manaus, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, nas urbes de grande, médio e pequeno portes, em geral, os sonhos e as realidades negras estão amparados pelos colos social e cultural, que vêm estabelecendo a busca de cidades negras, antirracistas e da diversidade, buscando trazer perspectivas diferentes da realidade do século XX .

Os 60 anos de “I have a dream”, de Martin Luther King, em nossa atualidade, representam sonhos e lutas, de movimentos contínuos pelas transformações, contrárias ao quadro da violência, da opressão, do racismo e da barbárie que vivemos na atualidade.

No Brasil, a reorganização dos movimentos sociais negros durante e após a Ditadura Militar, também revela a construção de sonhos e lutas em torno de cidades justas e diversas.

De 1978 aos nossos dias temos 45 anos de enfrentamento ao racismo, que têm proporcionado avanços, ainda insuficientes, mas importantes para incomodar os pensamentos social e político da branquitude.

Nesse momento temos a Lei nº 10.639/2003 completando 20 anos, no exercício da obrigatoriedade da história e das culturas africana e afro-brasileira nas educações básicas pública e privada. Ainda não temos um quadro analítico crítico a respeito da sua aplicação nas escolas e nos municípios de todo o país, mas o seu sucesso depende e dependerá de todos os atores sociais que estão na escola, na educação, nos quadros familiar e político, em especial, de referências que defendam uma educação e uma escola democrática com equidade.

As cidades negras estão banhadas na saúde mental de busca por bem-estar, material e subjetivo. Ao invés do genocídio e da necropolítica, as cidades negras das Américas, gradativamente, os sonhos e as realidades almejam fortalecimento dos corpos, ao invés de se deixar morrer diante das experiências do escravismo e da colonização, o viver e o desenvolvimento se estabelecem como prioridades. Os 60 anos

de “I have a dream”, os últimos 45 anos dos movimentos sociais negros e a legislação de promoção da igualdade racial, têm esse objetivo, promover e estabelecer direitos para as populações, sobretudo para as que sobrevivem mediante os reflexos da colonização, do escravismo e das desigualdades de classe social, gênero e etnia e raça.

Os textos que compõem o Dossiê Cidades Negras nas Américas: a promoção de políticas de enfrentamento ao racismo trazem os sonhos, as lutas e as epistemologias negras que persistem por cidades diversas e antirracistas.

O primeiro texto, dos Professores Doutores Jaime do Amparo Alves e João da Costa Vargas, intitulado “Pólis Amefricana – Para uma desconstrução da ‘América Latina’ e suas geografias sociais antinegras”, se propõe a discutir, a partir de uma perspectiva relacional, os limites de Américas, como comunidade política e modo de sociabilidade fundados na anti-negricidade constitutiva do projeto de latinidade.

A ideia de antinegitude refere-se aos espaços, territórios, lugares e cidades, formatados e desenvolvidos pelos valores que não incluem a população negra do Brasil e nas Américas, ou seja, da diáspora. O texto dos autores, de Amparo e Vargas, tem esse objetivo, de um lado, a *pólis* da antinegitude e, de outro lado, a *pólis* negra, que possibilita a cidade justa e diversa.

Posteriormente, o texto do Professor Doutor Moisés de Freitas Cunha, “A Produção Social do Espaço: Degradações e Gentrificações em vizinhanças de São Paulo e Nova York”, tem como objetivo a análise comparativa entre São Paulo e Nova York, mediante abordagens urbanística, sociológica e histórica, especialmente compreender como e porquê se produz degradação espacial em cidades modernas com legado da colonização e do escravismo.

A Professora Doutora Maura Pardini Bicudo Vêras, coordenadora do NEPUR, Núcleo de Estudos e Pesquisas Urbanas, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, reuniu em seu texto as experiências da pós-graduação, de orientações de mestrados e doutorados, especialmente em trabalhos que versam sobre a temática do presente dossiê. O texto “Racismo à brasileira: uma análise das ressonâncias espaciais na configuração das periferias urbanas”, pretende analisar o peso do racismo à brasileira, utilizando os termos de Munanga (2017) ao apontar que é um crime perfeito, pois apesar da negação de se assumir racista, seus efeitos são reais e evidentes; analisam-se as repercussões espaciais do racismo que não se assume como

determinante das profundas desigualdades sociais presentes no país, deixando ao mercado de terras e habitações a regulação do acesso ao ambiente construído adequado. Resultam disso territórios da precariedade, expulsão e nomadismo urbano, em processos de relegação e segregação social e racial.

Os Professores Doutores Regina Marques e Reinaldo José de Oliveira, escrevem o texto “Segregação Racial na Metrópole: Observações sobre Racismo, Saúde e a Covid-19”. A produção tem como objetivo a metrópole de São Paulo, os autores focalizam como o racismo e a segregação refletem no chão da cidade, especialmente para a população negra nos espaços sociais, como a saúde e os efeitos da Covid-19.

Sandro dos Santos Correia, professor doutor da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, escreveu o texto “A Importância da matriz africana para a construção da identidade afro-brasileira da cidade de Cachoeira, BA”. Seu texto traz como centralidade a constituição da cidade de Cachoeira, que teve o elemento de matriz africana representado pelos Terreiros de Candomblé, Terreiros de Umbanda e as Irmãs da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, no território local, transformando os espaços social, físico e subjetivo. As histórias, informações e os dados da pesquisa demonstram que os elementos negro-africanos, gradativamente, trabalharam no desenvolvimento, na preservação e no fortalecimento da identidade afro-brasileira da cidade de Cachoeira, Bahia.

A realidade das cidades baianas é trazida no texto do Professor Doutor Reinaldo José de Oliveira, “Cidades negras no Brasil: A Bahia de todos os santos, orixás, inkices e caboclos”, que vai analisar dados socioeconômicos sobre as urbes, especialmente as pequenas, médias e grandes cidades, destacando as desigualdades de classe social, gênero e etnia e raça, como elementos centrais das desigualdades históricas e contemporâneas nas realidades brasileira, regional e local. Dentre as urbes do país, Oliveira observa o estado com a maior população negra, portanto, as cidades negras do estado da Bahia, nos possibilitam compreender o quadro histórico e contemporâneo da segregação e da política antinegitude.

O objetivo do presente dossiê buscou destacar ideias, argumentos críticos e construtivos de elementos que possibilitem superar o quadro histórico e atual da invisibilidade, do apagamento e do silêncio racial inscrito no chão das cidades, dos

territórios e dos espaços que mantêm a política antinegitude, que preserva o avanço da segregação racial e das desigualdades entre brancos e negros no Brasil e nas Américas.

### **Considerações finais**

As desigualdades de classe social, gênero e etnia e raça nas urbes do país, devem ser prioridades nas políticas urbanas, educacionais, em saúde e bem-estar social, portanto, são políticas que visam o enfrentamento do racismo e da segregação de base racial.

Acima, fizemos a breve interpretação do estado da arte, especialmente em teses e dissertações sobre a cidade e o urbano, com ênfase nas relações étnicas e raciais no Brasil. Posteriormente, apresentamos os textos que compõem o dossiê “Cidades Negras nas Américas: a produção de políticas públicas de enfrentamento ao racismo”.

Por último, esperamos que as produções histórica e atual possam refletir em epistemologias de combate ao quadro da antinegitude, da segregação e do racismo na história das cidades brasileiras, das Américas e da diáspora.

### **Referências bibliográficas**

AZEVEDO, Amailton Magno. *A memória musical de Geraldo filme: os sambas e as micro-áfricas em São Paulo*, 230 f., 2006, Tese de Doutorado em História, PUC-SP, São Paulo.

BERNARDO, Teresinha. *Memória em Branco e Negro: Olhares sobre São Paulo*, São Paulo, Editora Unesp, Educ, 1998.

CAMPOS, Andreino de Oliveira. *O Planejamento Urbano e a invisibilidade dos afrodescendentes: discriminação étnico-racial, intervenção estatal e segregação sócio-espacial na cidade do Rio de Janeiro*, 385 f., 2006, Tese de Doutorado em Geografia, UFRJ, Rio de Janeiro.

CAMPOS, Andreino de Oliveira. *Do quilombo à favela – A produção do espaço criminalizado no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.

FRANÇA, Danilo Sales do Nascimento. *Raça, classe e segregação residencial no município de São Paulo*. 134 f., Mestrado em Ciências Sociais, 2010, Universidade de São Paulo, USP, São Paulo.

FRANÇA, Danilo Sales do Nascimento. *Segregação racial em São Paulo: residências, redes pessoais e trajetórias urbanas de negros e brancos no século XXI*, 245 f., 2017, doutorado em Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, USP, São Paulo.

GARCIA, Antonia dos Santos. *Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais, Salvador, Cidade D'Oxum e Rio de Janeiro, Cidade de Ogum*. Rio de Janeiro, Editora Garamond, 2010.

GUIMARÃES, Geny Ferreira. *Rio Negro de Janeiro: olhares geográficos de heranças negras e o racismo no processo-projeto patrimonial*, 360 f., 2015, doutorado em Geografia, UFBA, Salvador.

MAGALHÃES, Alexander. A Ciência Política na escola básica: uma reflexão acerca de seus conteúdos e habilidades no ensino médio. In: BODART, Cristiano das Neves. *Sociologia escolar: ensino, discussões e experiências*. Porto Alegre: Cirkula, pp. 39-62, 2018.

MALACHIAS, Antonio Carlos "Billy". *Geografia e Relações Raciais: desigualdades socioespaciais em preto e branco*, 124 f., Mestrado em Geografia, 2006, Universidade de São Paulo, USP, São Paulo.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, Otília, VAINER, Carlos e MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único – desmanchando consensos*. Petrópolis, Editora Vozes, 2002.

MARQUES, Regina Suama Ngola Marques. *Psicanálise Infantil e Racismo: saúde mental nas relações étnico-raciais*. Curitiba, Editora Appris, 2023.

MURAT, Lúcia. Depoimento. *Comissão Estadual da Verdade*. ALERJ, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/lucia-murat/>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

OLIVEIRA, Denilson Araújo. *Territorialidades no mundo globalizado: outras leituras da cidade a partir da cultura hip-hop na metrópole carioca*, 164 f., 2006, doutorado em Geografia, Universidade Federal Fluminense, UFF, Niterói.

OLIVEIRA, Reinaldo José de. *A Presença do Negro na Cidade: Memória e Território da Casa Verde em São Paulo*, 2002, 224 f. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, São Paulo.

OLIVEIRA, Reinaldo José de. *Segregação Urbana e Racial na cidade de São Paulo: as periferias de Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela*, 2008, 322 f. Tese de doutorado em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, São Paulo.

OLIVEIRA, Reinaldo José de. *Territorialidade Negra e Segregação racial na cidade de São Paulo: a luta por cidadania no século XX*. São Paulo, Editora Alameda, 2019.

OLIVEIRA, Reinaldo José de. *A cidade e o negro no Brasil: Cidadania e território*. São Paulo, Editora Alameda, 2012.

OLIVEIRA, Reinaldo José de. Cidades Negras no Brasil: Territórios e Cidadania. In: Revista da ABPN, v. 12 n. 34 (2020), *Dossiê Temático: a cidade, urbanização e relações étnicas e raciais no Brasil, na África e na Diáspora*. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1128>. Acesso em: 10 dez. 2019.

PATERNIANI, Stella Zagatto. *São Paulo cidade negra: branquidade e afrofuturismo a partir das lutas por moradia*, 335 f., 2019, doutorado em Antropologia, Universidade de Brasília, UNB, Brasília.

PEREIRA, Josemeire Alves. *Para além do Horizonte Planejado: Racismo e Produção do Espaço em Belo Horizonte (séculos XIX e XX)*, 250 f., 2019, Tese de Doutorado em História, UNICAMP, Campinas.

SANT'ANA, Marcel Claudio. *A Cor do Espaço: limites e possibilidades na análise da segregação sócio-espacial, o exemplo de Brasília*, 240 f., 2006, Universidade de Brasília, UNB, Brasília.

SILVA, José Carlos Gomes da. *Os Suburbanos e a outra face da cidade: Negros em São Paulo (1900-193), cotidiano, lazer e trabalho*. 1990, 195 f., dissertação em Antropologia, Unicamp, Campinas.

SILVA, José Carlos Gomes da. *Rap na cidade de São Paulo: música, etnicidade e experiência urbana*, 280 f., 1996, doutorado em Antropologia, UNICAMP, Campinas.

SILVA, Lisandra Mara. *Propriedades, Negritude e Moradia na produção da segregação racial da cidade: cenário Belo Horizonte*, 2018, 255 f., dissertação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SILVA, Marcelo Martins da. *Desigualdades Raciais no Mercado de Trabalho do ABC (1991-2011)*. 170 f., Mestrado em Planejamento Territorial, 2015, UFBAC, Santo André.

SILVA, Sheila Alice Gomes da. *Negros em Guianases: cultura e memória*, 141 f., 2015, dissertação em História, PUC-SP, São Paulo.

VARGAS, João da Costa; PINHO, Osmundo (orgs.) *Antinegitude – o impossível sujeito negro na formação social brasileira*. Cruz das Almas, Editora UFRB e Fino Traço Editora, 2016.

VELAME, Fábio Macedo. *A Arquitetura dos Terreiros de Candomblé do Culto aos Egum: O Ilê Omo Aboulá*, 2007, 420 f., dissertação em Arquitetura e Urbanismo, UFBA, Salvador.

VELAME, Fábio Macedo. *Arquiteturas da Ventura: os terreiros de candomblé de Cachoeira e São Félix*, 230 f., 2012, Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, UFBA, Salvador.

**Recebido em:** 13 de junho de 2023.

**Aceito em:** 17 de julho de 2023.

## COMO REFERENCIAR

OLIVEIRA, Reinaldo José de; Regina OLIVEIRA, Marques de Souza; VARGAS, João Helion Costa. Estado da Arte nos estudos e pesquisas sobre Cidades, Urbanização e Relações Étnico-Raciais, e Enunciados sobre o Dossiê Cidades Negras no Brasil e nas Américas. *Latitude*, Maceió, v. 17, n. 1, p. 05-29, 2023.

## **Racismo à brasileira: uma análise das ressonâncias espaciais na configuração das periferias urbanas. Desigualdade e segregação em São Paulo**

### **Brazilian-style racism: an analysis of spatial resonances in the configuration of urban peripheries. Inequality and segregation in São Paulo**

**Maura Pardini  
Bicudo Vêras**

Pontifícia Universidade  
Católica de São Paulo;  
Doutora e Livre docente em  
Sociologia pela PUC-SP.  
E-mail:  
[mauraveras9@gmail.com](mailto:mauraveras9@gmail.com)

#### **Resumo**

Este artigo pretende analisar o peso do racismo à brasileira, utilizando os termos de Munanga (2017) ao apontar que é um crime perfeito, pois apesar da negação de se assumir racista, seus efeitos são reais e evidentes; analisam-se as repercussões espaciais do racismo que não se assume como determinante das profundas desigualdades sociais presentes no país, deixando ao mercado de terras e habitações a regulação do acesso ao ambiente construído adequado. Resultam disso territórios da precariedade, expulsão e nomadismo urbano, em processos de rejeição e social e racial. As chamadas periferias, em sua heterogeneidade, têm merecido um olhar contemporâneo e cuidadoso na apreensão das relações de alteridade do cotidiano multifacetado da vida urbana, na territorialidade possível, nos deslocamentos pendulares ou esporádicos, na busca do trabalho, cultura e reconhecimento de sua cidadania, no sofrimento ético-político dos sujeitos que habitam tais regiões.

**Palavras-chave:** Racismo. Desigualdades. Segregações social e racial. Periferias urbanas. Alteridade.

### **Abstract**

This article intends to analyze the weight of Brazilian racism, using Munanga's terms (2017) when pointing out that it is a perfect crime, because despite the denial of being racist, its effects are real and evident; we analyze the spatial repercussions of racism that is not seen as a determinant of the deep social inequalities present in the country, leaving the regulation of access to an adequate built environment to the land and housing market. Territories of precariousness, expulsion and urban nomadism in processes of relegation and social and racial . The so-called peripheries, in their heterogeneity, have deserved a contemporary and careful look in the apprehension of the alterity relations of the multifaceted everyday of urban life, in the possible territoriality, in the commuting or sporadic displacements, in the search for work, culture and recognition of their citizenship, in the ethical-political suffering of the subjects who inhabit such regions.

**Keywords:** Racism. Inequalities. Segregation Social and racial .Urban peripheries. Otherness.

### **Introdução**

O presente texto busca analisar as ressonâncias espaciais do racismo brasileiro que, segundo Kabengele Munanga (DANTAS; FERREIRA; VÉRAS, 20017, p. 40) é um crime perfeito. Falar sobre o racismo sempre envolve alguns esclarecimentos prévios. A citada frase de Munanga explicita que, ao mesmo tempo em que é real a existência do racismo no Brasil, no caso está referindo-se em relação à população negra, ele é negado veementemente.

Todos os racismos são abomináveis, são crimes, mas eu achei que o racismo brasileiro é um crime perfeito partindo da ideia de um judeu, prêmio [Nobel] da Paz, que disse uma vez que o carrasco mata duas vezes, a segunda pelo silêncio. [...] você pergunta pelo racista e você não encontra, ninguém se assume, mas o racismo e a discriminação existem. Esse racismo matava duas vezes, mesmo fisicamente, a exclusão e tudo, e matava a consciência da própria vítima. A consciência de toda a sociedade brasileira em torno da questão, o silêncio, o não dito... nesse sentido, era um crime perfeito porque não deixava nem a consciência da própria vítima, nem a do resto da população através do chamado mito da democracia racial (MUNANGA, 2017, p. 40).

E quando, por exemplo, se apregoa uma suposta democracia racial, prejudica-se a formação de uma consciência da realidade<sup>1</sup>. Por outro lado, também se interpreta de forma equivocada a expressão do “homem cordial” ou, ainda, se radicaliza a visão de Gilberto Freyre de que o colonizador português era menos cruel no trato de seus escravos, alimentando o mito do “senhor benevolente” (NASCIMENTO, 2016, p. 57). Esse ideário sugere que a desigualdade econômica ou social entre negros e brancos é resultado da falta de esforço ou de caráter dos negros e não está relacionada às estruturas sistêmicas de poder e privilégio que continuam a existir. Florestan Fernandes (2000), um clássico da literatura a respeito, já nos anos de 1960 afirmou que o racismo no Brasil, embora tenha suas diferenças do existente nos Estados Unidos, é tão presente quanto lá, destacou a importância da luta contra esta opressão, acrescentando que a democracia racial é uma ilusão criada para justificar a desigualdade sociorracial.<sup>2</sup> Esse “racismo à brasileira” tem nublado a análise sobre as determinações múltiplas da desigualdade socioespacial em nosso cenário urbano.

A presente exposição pretende realizar uma breve revisão de autores que realizaram pesquisas sobre este tema nos aspectos sociológicos da questão urbana e voltar-se à segregação sociorracial<sup>3</sup>, enquanto obscurecida pela ótica do mercado e pela subalternização, relegação por políticas urbanas, processos que são naturalizados como desigualdade de capacidade econômica, de qualificação para o trabalho, de cultura e até de disposição para a luta pela sobrevivência, sem que se resgatem as origens e a extrema desigualdade nas oportunidades da luta pelo espaço.

---

<sup>1</sup>O mito da democracia racial é uma ideologia baseada na crença de que, após o fim da segregação legal e da conquista dos direitos civis, teria sido alcançada a igualdade racial. Pode-se localizar que, a partir de Gilberto Freyre, um dos intelectuais a escrever sobre a democracia racial, essa ideia de que o proprietário rural brasileiro teve uma relação distinta daquela ocorrida entre escravos negros e os senhores brancos dos Estados Unidos e que a miscigenação étnica no Brasil havia criado uma sociedade menos racista (Casa Grande e Senzala, originalmente publicado em 1933).

<sup>2</sup> Um alerta oportuno: embora desejável na contextualização do tema, uma exposição mais detalhada dos autores referenciais sobre a questão racial, a empresa colonial e a escravização, bem como a violência sofrida pelos negros no Brasil, por envolver um extenso balanço bibliográfico e significativa relação de nomes clássicos e contemporâneos, traria um duplo risco: de um lado, uma extensão do texto, incompatível com os limites do presente artigo e, de outro, traria certa superficialidade no trato de todos esses nomes, necessários em um completo “estado da arte”. Uma vasta bibliografia nacional e internacional pode ser consultada. Entre outros, Octávio Ianni, Antonio Sergio Alfredo Guimarães, Carlos Hasenbalg, Clovis Moura, Eduardo Silva. Alguns dos autores serão citados aqui, posteriormente, como F. Fanon, A. Mbembe, L. Gonzalez.

<sup>3</sup>Este trabalho não se configurou com caráter etnográfico, nem como estudo de caso, mesmo trazendo autores que em parte assim procederam, e reconhecendo que trabalhos com essa metodologia podem trazer contribuições ao tema.

O artigo percorre diferentes conclusões e testemunhos, destacando aqueles que se originaram e/ou se fortaleceram no diálogo da autora como orientadora de mestrado e doutorado, especialmente a partir dos anos 2000<sup>4</sup>.

Para falar das cidades brasileiras é preciso, antes de tudo, destacar que são cidades capitalistas e constituem um claro exemplo das desigualdades intrínsecas a esse modo de produção. Vale lembrar, portanto que nas sociedades capitalistas todo acesso ao ambiente urbano construído tem obedecido a um complexo processo que abrange os valores relativos à localização, ao preço da terra, da sua infraestrutura e da presença de equipamentos e, sobretudo, a uma habitação adequada e saudável; tudo se passa de uma forma regulada no mercado, possibilitada pelo perfil da renda do trabalho dos moradores, a depender, por sua vez, de sua qualificação, das oportunidades de formação e estudo, enfim, de maneira geral, graças a uma distribuição de oportunidades bastante desigual. Nesse sentido, a maioria dos trabalhadores não têm acesso a uma habitação de qualidade em bairros bem servidos dos atributos urbanos (VÉRAS, 2020).

Resulta disso, de maneira geral, uma cidade dividida, com zonas de segregação social e econômica, configuração que se soma às desigualdades étnicas, de cor, de origem nacional, de cultura, enfim, diferenças que passam a operar ao seu modo. A cidade de São Paulo, por sua história e seu presente, vem ilustrar tais considerações, como podem atestar inúmeros estudos já efetuados sobre cartografia racial (entre outros, SILVA, 2006; OLIVEIRA, 2016).<sup>5</sup>

Justamente o que se pretende trazer aqui é que o racismo presente na sociedade brasileira deixa ao mercado de terra, de habitações, e às políticas urbanas de transporte, equipamentos e serviços, a tarefa de segmentar, classificar, isolar os moradores, e os negros, em particular, da vida da cidade e da cidadania.

---

<sup>4</sup>Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

<sup>5</sup>No âmbito do Núcleo de Estudos e Pesquisas Urbanos, vinculado às Ciências Sociais da PUCSP. O NEPUR-PUC SP certificado junto ao CNPq, desde 1983, vem se dedicando à análise da dinâmica urbana, segregação, alteridade e às políticas urbanas, levando à defesa pública duas centenas de trabalhos entre teses e dissertações, bem como de pós doutorado; entre as questões urbanas, o tema do racismo presente nas contradições das cidades, foi sempre reconhecido e incluído entre suas preocupações; entre outros pesquisadores orientados por esta autora sobre tal problemática, são aqui referenciados Maria Nilza da Silva e Reinaldo José de Oliveira, cujos trabalhos publicados com inegáveis méritos pessoais e em quais tivemos a honra de participar, trazem, de uma forma ou outra, resultados dos diálogos acadêmicos desenvolvidos nesse ambiente intelectual e político.

O Brasil viveu, nos últimos anos, momentos difíceis de vários pontos de vista: do ângulo político, movimentos conservadores da extrema direita ganharam espaço público e com o neoliberalismo econômico trouxeram retrocesso em direitos trabalhistas e sociais à maioria da população. Muitos setores se identificaram com o ideário conservador, reagiram negativamente às ideias progressistas contra a exclusão dos mais pobres, do combate à fome, do respeito à diferença e à diversidade; entretanto, não reclamam do sistema selvagem da acumulação capitalista, sobretudo da “loucura” do sistema financeiro e sua lucratividade (HARVEY, 2016; D’ANDREA, 2020). Nossas cidades trazem essa marca discriminatória para com os vulneráveis, hoje desassistidos e empurrados aos espaços desvalorizados.

Essa divisão urbana não se faz apenas no sentido binário, ou seja, embora seja real que a cidade apresenta locais bem servidos, ocupados pelas camadas de rendas média e alta, e periferias desequipadas, servindo de entrada e abrigo para setores pauperizados da força de trabalho, e/ou recém-chegados na cidade, tal visão, que durante muito tempo prevaleceu sobre São Paulo, exige atualização diante de novas tendências e pelo aprofundamento do capitalismo contemporâneo.

É importante associar nesses estudos a noção fundamental de interseccionalidade, porque abrange as questões ligadas à desigualdade de classe social, de raça/cor, de gênero, e assim por diante, pois que se complementam e se imbricam. A situação de moradia precária caracteriza a vulnerabilidade desses contingentes e, na crise econômica e sanitária do Covid-19, ou após dela, se multiplicam na capital paulista (VÉRAS, 1987, 2016; ESCOREL, 1999). Acresce-se a esse panorama as políticas de negação à vida como valor, no caso da necropolítica, o que se agravou com a pandemia, como se pretende abordar na sequência (MBEMBE, 2016).

A história paulistana sempre revelou sociedade desigual: pode se considerar que a cidade foi fundada pela segunda vez a partir do ciclo do café, pois transformou-se com a acumulação proporcionada pela cafeicultura e pela exploração da mão de obra escrava, reunindo a residência dos cafeicultores, investindo em um capital comercial, e também na própria edificação da cidade. Os proprietários rurais, “os Barões do Café” passaram a residir no centro urbano, ao contrário de outras épocas, que contaram com o absenteísmo dos fazendeiros. A cidade foi montada para atender aos interesses da elite cafeeira, e, em largos passos, apresentava zonas de habitações

adequadas nos bairros ricos, que eram separados por barreiras físicas naturais e sociais das outras áreas que se constituíram como abrigo da força de trabalho, principalmente de negros e de estrangeiros. Como é conhecido, o projeto imigratório do Estado brasileiro veio para cumprir um programa de substituição da mão de obra escrava, mas de embranquecimento da população do país, diante da presença dos negros que constituíam a maioria da mão de obra nacional. Nesse contexto, o negro escravizado que trabalhava nas casas senhoriais urbanas do setor burguês, que era separado juridicamente dos proprietários aos quais servia como doméstico ou no serviço urbano, com a abolição da escravatura, tinha que pagar para morar e foi sendo expulso das zonas de riqueza para porções onde a terra era mais barata ou estava livre para ser ocupada, periferia que sempre aparece como o abrigo “adequado” ao seu “devido lugar” (ROLNIK, 1981).

A cidade continha áreas nobres, como o bairro dos Campos Elíseos, sua urbanização organizada com as mansões dos senhores e, ao mesmo tempo, locais da precariedade, para onde se foram empurrando negros, trabalhadores e pessoas empobrecidas. Diferentes bairros foram se esvaziando de seus primeiros habitantes, como Casa Verde, Cachoeirinha, Limão, Barra Funda. O Brás, outro exemplo, recebeu trabalhadores imigrantes, de diversos países, mas basicamente italianos, chegados pela ferrovia à Hospedaria do Imigrante. Muitos imigrantes ficaram na cidade e passaram a ocupar esses bairros, margeando o Rio Tamanduateí, onde havia enchentes periódicas, constituindo um bairro misto de pequenas indústrias e de moradia popular, e muitos cortiços. O sistema de transporte coletivo era por bondes, com custos de implantação de trilhos e energia elétrica, por isso a cidade era compacta, mas mesmo nesse modo havia segregação, pois, os operários não podiam usar determinados bondes quando eram destinados a zonas nobres da cidade. Esse é um retrato breve e evidente da desigualdade social da época (VÉRAS, 1991).

Ao longo do século 20 é possível acompanhar a expansão da cidade que se alargou com a industrialização, principalmente, da década de 1930 em diante, e chegou a abrigar um parque fabril relevante; com as transformações da economia, pois a indústria foi se expandindo até para outras cidades, sobretudo para aquelas que viriam a constituir a região metropolitana de São Paulo, outras alterações se efetuaram com o rodoviarismo, novos bairros se formaram, classes sociais e grupos

étnicos se diversificaram com distintos fluxos migratórios, inclusive o nacional. Hoje, com 39 municípios ao seu redor, a capital São Paulo é a sede de uma metrópole dinâmica, embora tenha ocorrido o processo de desindustrialização e o predomínio dos setores de serviços, hoje se mostra como ocupação mais frequente de sua força de trabalho. Como dito, o conglomerado urbanizado não comporta mais apenas a visão binária de centro e periferia, pois há pequenos bolsões de riqueza e de pobreza em vários e diversificados centros que também surgiram. A área urbanizada foi se expandindo em direção cada vez mais longe do centro histórico e formando diversas periferias. Se utilizado o esquema das zonas concêntricas de E. Burgess (PIERSON, 1948), da escola de Chicago dos anos 1920, pode-se dizer que São Paulo foi crescendo como uma mancha de óleo, também bastante impulsionada pelo Plano de Avenidas (Prestes Maia propôs o sistema radioconcêntrico de avenidas e que utilizava o transporte rodoviário como política pública de massa), que foi apresentado pelo poder público e que seria executado dessa forma a partir dos anos 40, com muita força.

Em meados do século XX, a segregação se mostrava em quatro direções (CALDEIRA, 2000, p. 218): 1. a densidade populacional que em 1914 era de 110 hab/ha passou para 53 hab/ha em 1963; 2. as classes de altas e médias rendas começaram a habitar bairros com boa infraestrutura e os pobres foram para as áreas periféricas. 3. houve a aquisição de habitações próprias tanto por parte de pobres quanto de ricos; 4. o declínio do serviço de bondes e a implantação de transporte público assentado em ônibus voltado para os mais pobres e o uso do automóvel por parte das classes média e alta. O Plano de Avenidas, com o caráter rodoviarista, mudou o sistema de circulação, abrindo avenidas que partiam do centro até os subúrbios, exigindo demolições, remoções e ampliando a cidade em várias direções, e sendo o ônibus o responsável para a população pobre trabalhadora chegar até seu local de trabalho. O poder público deslocou investimentos no sistema de bondes e passou a preocupar-se com novas ruas. Para as classes de renda mais altas, o rodoviarismo lhes permitiu defender o automóvel como o modal preferido e que, até hoje, é um dos maiores causadores dos problemas urbanos e do ambiente (OLIVEIRA, 2002; REIS, 2022).

[...] os trabalhadores mais pobres sem conseguir pagar os elevados aluguéis da região central, esta cada vez sendo mais pretendida pelo capital imobiliário, foram expulsos do centro – o que acometeu, também,

grande parte da população negra paulistana. Podem ser citados alguns bairros afetados nessas referências, como a Casa Verde, a Barra Funda e o bairro do Limão, Cachoeirinha, que eram majoritariamente formados por população negra e de lá expulsa por conta da segregação e elitização de determinadas áreas, restando a resistência das escolas de samba, como a Camisa Verde e Branco, fundadas por eles no outro lado do rio Tietê (REIS, 2022, p. 30).

A vida metropolitana exige, portanto, deslocamento de contingentes entre o centro e essas longínquas periferias. De qualquer maneira, há bolsões de pobreza em alguns setores do centro que, ao se tornarem degradados para as camadas de alta renda estas, saíram para lugares melhor servidos e há outros bolsões de riqueza em alguns bairros, antes periféricos. Pode-se dizer, nos termos de Flávio Villaça (2001a, 2011) que a porção sudoeste da cidade de São Paulo veio concentrando investimentos públicos em infraestrutura, equipamentos de educação, cultura e lazer, e ali atraiu moradores de altas rendas, em ambiente bem qualificado, com serviços sofisticados e alguns bairros exclusivamente residenciais; essa porção abrange determinados bairros, como Alto de Pinheiros, Pinheiros, Perdizes, Jardim Europa, Jardim Paulista Jardim América, Moema e Morumbi. Os setores mais ao Norte, Leste e Sul mais populares, mas que têm os seus bolsões de riqueza, além dos condomínios fechados (CALDEIRA, 2000). Com referência à zona sul, breve comentário sobre a lei de proteção aos mananciais, nos anos 1970, que “seccionou” o município, impedindo sua ocupação, na defesa dos aspectos ambientais, o que facilitou à população de baixa renda ali se instalar. Distritos diversos ao sul constituíram-se como abrigo de setores empobrecidos, que formaram favelas ou adquiriram irregularmente em loteamentos, compondo um cenário de precariedade (MARICATO, 1979; R. MARTINS, 2005; SERRA, 2013).

Quer-se dizer, portanto, que essa divisão social da cidade é também uma divisão racial: diversos estudos provaram que há uma concentração da população negra nas chamadas periferias de São Paulo e é nessa direção que segue o presente trabalho (entre outros, SILVA, 2006; OLIVEIRA, 2002; 2016). Mais que uma constatação é relevante resgatar, por ser uma das origens das presentes iniquidades, a empresa colonial que subjugou milhões de pessoas e continentes. Além dos genocídios cometidos contra diversos povos, destacadamente os africanos nas Américas, o colonialismo trouxe para o Brasil a morte e a dor indígena e da escravidão negra durante largos séculos e, mesmo terminando oficialmente em 1888, seus efeitos

permanecem até hoje (NASCIMENTO, 2016). Como trabalhadores livres, após a abolição, os negros passaram a sentir o peso da alteridade, não desejados na própria terra que ajudaram a construir. Se são iguais perante a lei, não o são para o sistema educacional, nem no mercado de trabalho e também não no acesso ao ambiente urbano de qualidade, em sua cidadania mutilada, expressão de Milton Santos (1987).

O artigo se estrutura, além desta introdução e das considerações finais, em duas partes: a primeira inicia uma discussão não apenas conceitual sobre segregação, e dispõe-se a resgatar histórica e concretamente a configuração de São Paulo, e em que medida isso esconde o racismo presente na sociedade brasileira.

O segundo passo volta-se para as periferias urbanas, sob a ótica da desigualdade, das vulnerabilidades e dos processos de territorialidade e do nomadismo urbano, em relações intercambiantes. O nomadismo urbano, conceito multidimensional que compreende contínuas movimentações dos moradores dos territórios da precariedade – sempre sujeitos à remoção, e nesse processo perverso a população negra se vê envolvida em meio às crises sociais. Nesse olhar sobre as periferias está a descoberta frequente das vulnerabilidades, em contraste com os movimentos de resistência, inclusive nas suas manifestações culturais, que trazem uma vivência singular no cotidiano, revelando potência, mas também como sofrimento ético político.

## **1 Segregação social e racial. Territorialidades**

Com a marca da desigualdade social, em espaços segregados, a cidade é reveladora de todas as complexidades sociais do mundo contemporâneo, desde os efeitos de neoliberalismo econômico, que joga extensas camadas da população sem emprego e renda às condições de precariedade, até ao abandono de proteção social, atingindo também as relações de xenofobia, alteridade, violência e racismo. Dessa forma, relacionam-se, reciprocamente, as questões sociais e espaciais, e isso é fundamental para entender as desigualdades urbanas. Como já expressamos:

[...] por sua vez, contradições urbanas pesam sobre as configurações sociais, sobre reivindicações, formas de consciência e potencialidades de associação. Entende-se aqui, portanto, que a desigualdade social tem seu correlato territorial: desigualdade é um fenômeno socioterritorial, é

socialmente produzida e tem manifestações e articulações espaciais nítidas e, por sua vez, se alimenta delas (VÉRAS, 2018, p. 35).

A cidade de São Paulo, concentrada dos finais do século XIX e até os anos 1930, veio se modificando ao longo do século XX, como visto. Com o rodoviarismo implantado, uma vez que o transporte de massa eram os ônibus e pela industrialização, inclusive a automobilística, a moradia da classe trabalhadora se espalhou, levando e cobrando a urbanização paulistana para os limites mais longínquos. Em meados do século XX, começam a surgir as favelas e, por sua vez, o encortiçamento, antes característico do núcleo central histórico, se espalha pelos anéis intermediário e periférico, os loteamentos populares, muitos irregulares, se distribuem nas regiões do município sede e na região metropolitana de São Paulo.

A capilaridade do sistema de ônibus impulsionou o padrão de urbanização para distante e foi responsável pelos longos deslocamentos da massa de trabalhadores desses locais remotos para as regiões onde se concentrava a maioria dos empregos. Como visto, houve dupla tendência: a ida das camadas de baixa renda, pobres, negros, migrantes para as periferias, e a saída das camadas de alta renda da região central, hoje conhecida como “Centro Velho”, para o centro expandido – bairros que hoje têm melhores índices de Desenvolvimento Humano (IDH), mais empregos, melhor arborização, mais equipamentos de lazer e cultura etc.

[...] A deterioração, [...] Essa ideia pretende esconder o processo real rotulado de “decadência!” e que é de responsabilidade da classe dominante, mas que não quer assumi-lo. A verdade é que a chamada “decadência” decorreu do fato de essa classe ter abandonado o centro, dele retirando suas lojas, escritórios, cinemas etc., e mesmo suas moradias, como as da Av. São Luís (VILLAÇA, 2011, p. 48).

E relacionando a mudança da elite para outros locais ao conceito de deterioração, Villaça afirma:

Justamente quando a maioria toma conta do centro, cria-se a ideia de que esse não é mais o centro da cidade, e que essa teria um novo centro. Esse ter-se-ia mudado para a Av. Paulista, ou para a Av. Faria Lima, ou para toda a região que inclui dessa avenida até o vale do Rio Pinheiros. Torna-se também dominante a ideia de que essa suposta decadência seria motivada pela velhice e obsolescência dos edifícios centrais (deterioração) (VILLAÇA, 2011, p. 48).

A separação dos usos da cidade provoca um vertiginoso aumento das viagens pelo território, pois além dos deslocamentos pendulares “casa-trabalho”, que se fazem cotidianamente das periferias ao centro, como também interbairros, intermunicípios, longas distâncias são percorridas por outros motivos, educação, saúde, lazer, compras. A qualidade de vida urbana, portanto, deixa muito a desejar, mostrando-se também segregada quanto à mobilidade, oferecendo riscos, desgastes, sofrimento físico e psicológico à maioria dos habitantes. Até mesmo o acesso aos serviços, como pontos de ônibus em locais ermos, ruas sem estrutura suficiente para pedestres e itinerários. Mesmo que Jacobs (2000) desde 1961 tenha recomendado aos urbanistas que as ruas devem permitir às pessoas qualidade de vida, nossas cidades, e São Paulo, não oferecem espaços de convivência nas vias urbanas, transformando-as em fluxos apressados, uma teia de pontos de chegada e de partida, sem fruição.

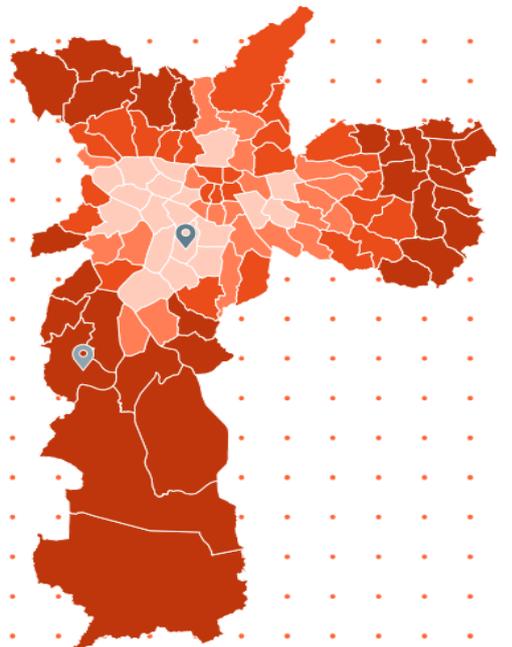
Na virada do século XXI, Marques (2005) analisa a heterogeneidade do espaço paulistano, especialmente nas periferias, e sugere que se deve entender a segregação residencial como o grau de separação ou o isolamento entre diferentes grupos sociais (MARQUES; TORRES, 2005). Por sua vez, para definir a periferia, alguns autores utilizam como critério a presença de rendas diferenciais tendentes a zero e, para outros, significa o conjunto das extorsões produzidas pelo capitalismo, espoliando os moradores proletarizados para áreas longínquas, sem a presença do Estado, territórios da precariedade e da autoconstrução (BONDUKI, 1982; KOWARICK, 1979 *apud* MARQUES, 2005). Um Mapa da desigualdade<sup>6</sup> racial pode ilustrar a real divisão da cidade de São Paulo.

---

<sup>6</sup>A Figura 1 apresenta a distribuição das pessoas negras e pardas pelos distritos do município de São Paulo, segundo classificação do IBGE (autoidentificação) no Censo Demográfico de 2010, o mais recente disponível até a construção deste trabalho, pois o novo recenseamento está em fase de coleta em 2022/2023.

Os distritos no mapa com a cor mais densa referem-se à presença de pessoas negras nessas regiões periféricas. O quadrante sudoeste da cidade, de cor clara, revela a predominância de pessoas brancas e também é a região das mais altas rendas da cidade.

**Figura 1:** Distribuição da população negra e parda nos distritos da cidade de São Paulo, 2010.



**Fonte:** IBGE-REDE NOSSA SÃO PAULO, 2021, p. 9 (reproduzido de REIS, 2022, p. 81).

É importante registrar a dissimilaridade da pobreza que se aloja na precariedade, pois diferentes grupos sociais convivem, unidos pelas circunstâncias advindas do mercado de trabalho e que se reproduzem nas condições urbanas de moradia e localização. Tais espaços são, sem dúvida, efeitos das políticas públicas que os atendem e/ou não os atendem na oferta de serviços públicos e equipamentos, de certa forma denunciando a sua relegação em prol de outras áreas destinadas à população de maiores rendas.

Marques e Torres (2005), a partir de um balanço bibliográfico sobre o tema da segregação, concluíram por três processos: o isolamento (que se houver barreiras físicas ou legais, poderia levar à formação de guetos ou cidadelas); a dificuldade de acesso a serviços urbanos, de maneira geral, a transportes, empregos, moradia adequada, o que reitera a atenção para as políticas públicas em curso; em terceiro lugar apontam a separação, ou em outros termos, homogeneidade interna e heterogeneidade externa, buscando aferir padrões e índices de dissimilaridade. De qualquer modo, os estudos nacionais, buscando entender a forma urbana, oscilaram sempre, seja na identificação de círculos concêntricos radiais, nos termos da Escola de Chicago, ou na visão marxista sobre o quadrante sudoeste (PIERSON, 1948;

VILLAÇA, 2001). Pode-se admitir, portanto, com os autores citados, que, embora o padrão radial concêntrico se manifeste grosseiramente na cidade de São Paulo, visualizando centro, anéis intermediário e periférico, um exame mais detalhado perceberá novos bolsões de classes de alta renda que se autossegregam em condomínios fechados, à semelhança do que Caldeira (2000) percebeu como terceiro padrão de segregação, ao mesmo tempo que há zonas de pobreza em meio ao tecido urbano central (VÉRAS, 2016, 2020). Cumpre acompanhar, também, os efeitos do capital sobre o Estado, inclusive aqueles setores que produzem o ambiente urbano: imobiliário, infraestrutura, serviços, inclusive o setor de transporte público de massa, ônibus, vans e outros (MARQUES, 2005).

Oliveira (2016) faz uma completa análise da segregação social e racial em São Paulo, referindo que a segregação dos negros é vista de forma naturalizada, sendo também naturalizada a sua inserção subalterna no mercado de trabalho, a sua marginalização social. Foram, assim, reservadas à população de negros as áreas pouco valorizadas pelo mercado imobiliário, os morros, zonas sujeitas a enchentes, as periferias (OLIVEIRA, 2016).

Em São Paulo, o quadrante sudoeste é o lugar construído pela elite para se autossegregar. O quadrante sudoeste reúne os distritos e bairros mais ricos da cidade, onde há maior presença de moradores brancos e, em contrapartida, a menor participação de moradores negros (OLIVEIRA, 2016, p. 109).

Oliveira (2016) traz diversos argumentos sobre a segregação racial nas cidades brasileiras, aqui resumidos no caso de São Paulo, servindo-se de relatos históricos e registros, e que abrangem desde o período colonial até o século XXI. Além do debate teórico de diferentes vertentes, supera a ênfase na situação socioeconômica sobre a desigualdade socioterritorial na etnografia paulistana, e conclui que a democracia racial nunca existiu. Este autor aponta que nos anos de 1930, em bairros como Bexiga, Barra Funda, Liberdade, além de outras áreas centrais da capital, havia a convivência de brancos e negros, embora estes se abrigassem massivamente nos porões subterrâneos e nos cortiços da cidade. Apoiado em Costa Pinto e Abdias Nascimento, Oliveira comenta também a segregação racial na cidade do Rio de Janeiro, em uma correspondência inversa, quanto maior a urbanização, menor a presença de negros, e quanto mais proletários, maior a quantidade de não brancos,

estes nos anos de 1940 ocupavam os morros cariocas, as favelas e os subúrbios, caracterizando “...uma indiscutível segregação habitacional” (NASCIMENTO, 1978, p. 84). Fica evidente que a abolição não possibilitou ao negro a integração na sociedade salarial (FERNANDES, 2000). Embora sem a discriminação legal, a desigualdade de classe convive com o mito da democracia racial, que acaba por disfarçar o racismo na cidade. Movimentos negros, desde os últimos vinte anos do século XX, vêm denunciando essa falácia, que pode levar à desmobilização em relação à sua territorialização na precariedade. Outros autores afirmam haver verdadeiro duplo Apartheid social, econômico e racial (BUARQUE, 1993; GONZALES, 1978):

O lugar natural de grupo humano dominante são moradias amplas e espaçosas, situadas nos mais belos recantos da cidade(...) protegidas por diferentes tipos de policiamento: (...) tem sido sempre o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: das senzalas às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos habitacionais [...] (GONZALES, 1978, p. 15).

Realizando o seu estudo sobre três distritos da cidade de São Paulo, Oliveira (2016) os selecionou mediante a forte presença negra: Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela, com base nos dados censitários aqui retomados a partir de 2000 e 2010. Observando os dados da presença de negros, enquanto a média do município da capital era de 30% de negros em 2000 e 37% em 2010, o distrito de Brasilândia, ao norte, apresentava tais proporções em 40% e 51,5%. O distrito de Cidade Tiradentes, a leste da cidade, apontou nesses registros censitários as porcentagens de 50% e 57% de negros em sua população. Jardim Ângela, na direção extremo sudoeste, 51% em 2000 e 60,8% em 2010. Notável é a descrição de dados socioeconômicos desses distritos em comparação com as médias municipais, como presença de favelas, baixa escolaridade dos chefes de família, reduzida oferta de equipamentos sociais, educacionais e de saúde, baixa renda do trabalho e assim por diante.

Apresentando uma retrospectiva histórica desde o século XIX aos primórdios do século XXI, com cartografia consistente sobre a distribuição dos negros na capital paulista, Oliveira (2016) descreve diversas exclusões de todas ordens que, por limites do presente artigo, não podem ser retomadas aqui. Entretanto, é possível resgatar que este autor nos traz, também, aspectos ligados à territorialidade, carregada de formas culturais, simbólicas e políticas. A população negra se deslocou pelo espaço da cidade, ocupando os territórios da precariedade em São Paulo. Nos três distritos por

ele destacados, Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela, os dados relativos a moradores de casas de cômodos (provavelmente de cortiços nas suas diversas modalidades) eram, respectivamente, em 2000, 37%, 65% e 56%, enquanto no município de São Paulo os brancos ocupavam 47% desse tipo de moradia (OLIVEIRA, 2016, p. 246). A distribuição das habitações subnormais (IBGE, 2000), basicamente nas favelas, (em sua diversidade, morros, beiras de córrego, ocupações, baixadas etc.) por raça/cor nos três distritos pesquisados, aponta que a média no município era de 8,7% do total precário, e para os negros essa proporção chegava a 51%. Em Cidade Tiradentes, entre os negros, 64% habitavam situação subnormal; em Jardim Ângela, cerca de 52% e em Brasilândia estavam 45% nessa situação. O autor ouviu e entrevistou moradores e evidenciou a precariedade ambiental, acentuando a vulnerabilidade desses contingentes, ao mesmo tempo, trouxe as potencialidades, a resistência e a mobilização, tendo em vista a sua cidadania.

Silva, em 2006, pesquisou e também revelou tais processos de segregação urbana e racial em São Paulo. Por meio de sofisticada pesquisa qualitativa com base no censo (IBGE, 2000) estratificou a cidade em três grupos: os distritos que apresentavam alta concentração de negros, os que tinham média presença de afrodescendentes e aqueles em que os negros eram minoria entre seus habitantes, resultando em “amostra” considerável para cada caso. Os argumentos seguem na mesma direção dos autores supracitados e reiteram o quanto o mito da democracia racial impede a consciência das exclusões cumulativas sofridas pelos negros no mercado de trabalho, no acesso à cidade legal e equipada e seus deslocamentos e relegações jogando-os nas periferias, no subemprego, informalidade e assim por diante. Segundo os dados selecionados por Silva (2006), os distritos paulistanos com maior presença negra nessa época eram Lajeado (51,8% de negros na população do distrito), Cidade Tiradentes (49,8%), Brasilândia (39,7%), Campo Limpo (39%), José Bonifácio (37,8%) e, ainda, eram presentes em Parelheiros, Grajaú, Jardim Ângela, Jardim São Luiz, Vila Jacuí e outros. A mesma fonte apontou o número de homicídios em cada um desses distritos para caracterizar a violência presente nesses locais. Chamam a atenção, entre os indicadores utilizados por Silva, altos índices de homicídios de Brasilândia, com 92,31 homicídios em 100 mil habitantes; Cidade Tiradentes, que era de 88,8 em 100 mil habitantes; e Campo Limpo, que apresentava

93,83 em 100 mil habitantes. Em contrapartida, os distritos não periféricos e com menor proporção de negros apresentam taxas de homicídio bem menores, como no quadrante sudoeste o distrito de Perdizes, com 7% de negros no distrito e 14,73 homicídios em 100 mil moradores. Nessa direção, ainda há o Jardim Paulista (5,2% de negros e 8,22 homicídios em 100 mil habitantes) ou Moema com 4,7% de presença negra e 4,11 homicídios por 100 mil habitantes.

Embora não se apresentem aqui estatísticas primárias, atualmente a mídia tem registrado como expressivos os números de mortos naqueles locais por violência policial, especialmente negros e jovens, como na década de 1980 (D'ANDREA, 2020). Assim, ao falar das periferias em São Paulo não se podem esquecer as questões raciais.

## **2 Periferias paulistanas. Nomadismo urbano e vulnerabilidades**

O tema das periferias em São Paulo vem ocupando inúmeros estudos, principalmente desde os anos 1970, e necessita para o seu desvendamento de abordagens múltiplas, refletindo sobre as desigualdades econômicas, sociopolíticas, étnico-raciais, culturais e urbanas. É preciso, além disso, considerar um duplo movimento, abrangendo as relações entre a territorialidade e os deslocamentos do nomadismo urbano. Este, é conceito que, sendo aplicado desde 1987, pode ser resumido como um processo de contínuos deslocamentos/expulsão e negação do direito à cidade às pessoas que se tornam sem acesso e permanência ao lugar desejado urbana e socialmente. Incluem-se diversas situações no nomadismo, via de regra aos não proprietários urbanos, mas podem incluir proprietários em face de gentrificação<sup>7</sup>, ocupantes de áreas livres em loteamentos irregulares, os favelados, os que habitam

---

<sup>7</sup>Entende-se a gentrificação (enobrecimento), conceito utilizado originalmente na bibliografia anglo-saxônica a partir dos anos 1960 (Ruth Glass, 1964; Neil Smith, 1996 e outros) como o processo de mudança no estrato social de moradores de uma determinada área, consistindo basicamente na expulsão dos mais pobres e a sua substituição por estratos de renda mais alta que exigirão equipamentos e artefatos urbanos de alto padrão, sofisticação dos serviços, elitizando o espaço. Em São Paulo, um exemplo de gentrificação pode ser a Vila Madalena, com verticalização de imóveis a partir dos anos 1980 e a mudança de perfil de moradores e frequentadores do bairro foi alterada para reduto de artistas, estudantes e intelectuais.

coletivamente imóveis compartilhados, como os cômodos de cortiços; os inquilinos, os de habitações precárias e também os de unidades unifamiliares despejados de moradias alugadas; aqueles que apesar de terem adquirido seus imóveis acabaram sendo expulsos por não conseguirem pagar parcelas de financiamento ou mesmo as cotas de condomínios; aqueles que estão em situações de risco em moradias improvisadas e sujeitas a remoções e expulsões (por obra pública, por projetos urbanos); e aqueles que não dispõem de moradia, ocupando logradouros públicos, os “sem domicílio”, os moradores em situação de rua, os habitantes de zonas desprovidas de infraestrutura e serviços urbanos, equipamentos e as periferias da cidade. O nomadismo pode acarretar a expulsão para mais longe, ainda na periferia, ou à situação de rua ou, ainda, a novas ocupações em edifícios e/ou glebas ociosas na cidade.

Tais segmentos da população caracterizam-se pela vulnerabilidade, fragilidade dos laços familiares, sua exposição aos riscos e à violência, não têm direito ao território como seu lugar de identificação e onde poderiam ganhar apoio eventual de seus companheiros e/ou conterrâneos, ou de suas redes. Políticas sociais são enfraquecidas no desmonte do Estado de proteção social, e na conjuntura dos anos 2018-2022, pode-se afirmar como se segue na oportuna citação:

Hoje o eixo da morte e da destruição viraram políticas de Estado e são abertamente defendidas por variados segmentos e atores governamentais. Políticas de extermínio como forma de gestão dos pobres vieram se consolidando e têm alterado profundamente a relação de todos com a cidade e com a forma de refletir sobre os seus movimentos. Há uma ruptura inegável com o ordenamento jurídico e político da cidade quando as políticas de extermínio deixam de ser simplesmente toleradas para se transformarem em políticas oficialmente assumidas pelos governos estaduais e federais (BIRMAN; CARNEIRO, 2020, p. 384).

Nesses termos, a expressão necropolítica, como assim denomina Mbembe (2018) se utilizar do conceito foucaultiano de biopoder e analisa a soberania dos Estados residindo, em maior ou menor medida, na “capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais” (MBEMBE, 2018, p. 5). Aplicando esse conceito observa-se que políticas urbanas que mantêm áreas mal servidas das condições de habitabilidade, como infraestrutura urbana e moradia adequadas, serviços e equipamentos de saúde, educação, lazer e consumo, relegam aqueles contingentes ali residentes à exclusão e à morte.

Por isso é evidente que o racismo, na medida em que ocupa papel decisivo na racionalidade do necropoder, representou fortes marcas no Ocidente ao tratar aqueles dominados como bárbaros, como (des)(in)humanos. De fato, o escravizado africano teve que lutar para ter a sua humanidade reconhecida, equiparado que foi a instrumento de trabalho. A política da raça está relacionada à política da morte.

O tratamento dado ao diferente em raça, cor e origem nacional configura-se como o não reconhecimento da alteridade, como o “não nós”, experiência demolidora no reconhecimento do OUTRO, nos termos de Arendt (2012). Como nos afirma Foucault (1997), o racismo serve como uma tecnologia que facilita o biopoder, em outras palavras, regular a “[...] distribuição da morte e torna possíveis as funções assassinas do Estado (MBEMBE, 2018, p. 18). O colonialismo, ao transformar os trabalhadores escravizados em mercadorias, lhes trouxe uma tripla perda: seu corpo, sua liberdade e seu estado político (MBEMBE, 2018, p. 27). Ao examinar a dominação colonial Fanon (2005) igualmente explicita a desigualdade no território, o estabelecimento de fronteiras internas, a supremacia racializada, dizendo quem importa e quem não importa, quem é descartável pelo poder soberano. Transcreve-se aqui, o texto de 1961, por ilustrar a desigualdade territorial, ainda presente em nossas cidades:

O mundo colonizado é um mundo cortado em dois. (...) formas estéticas do respeito à ordem estabelecida, criam em torno do explorado uma atmosfera de submissão e de inibição que alivia consideravelmente a tarefa das forças da ordem. (...) Na cidade do [dominador] colono é uma cidade de brancos (...) é uma cidade iluminada asfaltada, onde as latas de lixo transbordam sempre de restos desconhecidos nunca vistos, nem mesmo sonhados, (...) ruas limpas, sem buracos, sem pedriscos (...). A cidade do colonizado, ou pelo menos a cidade indígena, a aldeia negra, a *medina*, a reserva, é um lugar mal afamado, povoado de homens mal afamados (...). A cidade do colonizado é uma cidade faminta, (...) é uma cidade de joelhos, (...) de pretos (...) (FANON, 2005, p. 54-55).

A periferia, como lugar genérico dos “colonizados”, sempre foi vista como o lugar do OUTRO, ou não nós. Na trilha aberta por Milton Santos ao chamar a atenção para o fato de que cada um é mais ou menos cidadão pelo lugar que ocupa (SANTOS, 1987), a questão do território ganha destaque nas discussões sobre direito à cidade. A questão da territorialidade se acopla ao debate da alteridade e da multiculturalidade, chamando a atenção para a dimensão espacial da cidadania (MARTINS, 1993). Neste texto, o conceito de território interage paradoxalmente com

o de nomadismo, um dos eixos analíticos para o estudo dos segmentos vulneráveis da população citadina. Pelos fluxos, e suas redes – podem-se resgatar percursos e é também o resgate de uma história de longa duração e no percurso da noção de território podem-se esclarecer suas relações com lugar, fronteira, pertencimento, identidade. Inclui-se aqui, a noção de territórios móveis.

Por sua vez, a evolução do conceito de vulnerabilidade e seus deslizamentos apontam para uma reflexão em torno dos aspectos ambientais propriamente ditos, porém ligados à relevância da dinâmica social, seu caráter econômico, cultural, social e político. Adotamos o conceito, indicando a questão das dificuldades de famílias, grupos e indivíduos de estarem municiados para enfrentarem riscos que os envolvem. “... um estado que varia em uma relação inversa à sua capacidade para controlar as forças que modelam o seu próprio destino, ou para combater seus efeitos sobre o bem-estar” (KAZTMAN, 2000, p. 3).

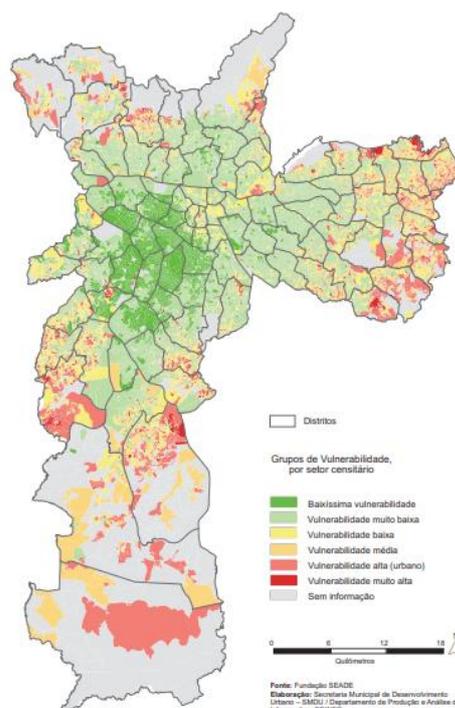
O segmento vulnerável não pode ser visto de forma absoluta, mas sim em relação à forma pela qual as políticas públicas os tratam. Entendemos aqui, por política pública, o conjunto de ações do Estado em direção a ações de caráter eminentemente social. Dessa maneira, três elementos se destacam na vulnerabilidade: a exposição a certos riscos, a capacidade de enfrentá-los e a potencialidade destes em trazer consequências importantes para os afetados, manifestando-se em uma gama de diversas situações.

As estimativas sobre o montante de pessoas em vulnerabilidade são imprecisas, mas o contingente favelado foi apontado em cerca de 11,25% da população ainda em 2010 (PASTERNAK, 2016); as estimativas de moradores em cortiços oscilam e divergem entre si, mas movimentos de moradia dizem que são no mínimo um milhão de pessoas (VÉRAS, 2016). As periferias envolvem cerca de 6 milhões de habitantes, ou seja, são grandes contingentes (D’ANDREA, 2020). Na capital paulista, o crescimento da população sem domicílio fixo é assustador. Dados do Censo da população em situação de rua em São Paulo, realizado em 2019, apontaram o total de 24.344 pessoas em situação de rua na cidade, representando expressivo aumento em relação a 2015, com uma variação anual de 11,23% entre as datas dos censos (2019, SMADS-SP). Evoca-se, também, o sofrimento ético-político das pessoas em situação de risco, privação e vulnerabilidade (VERAS, 1987, 2020). Como vimos, é

impossível compreender a segregação sem o componente étnico-racial e pesquisas realizadas sobre a concentração de população negra na cidade revelam que as periferias abrigam concentrações desse grupo, embora não com exclusividade, daí a heterogeneidade (MARQUES, 2016).

Como o lugar da heterogeneidade (MARQUES, 2016) e da alteridade (D'ANDREA, 2020), cumpre observar as mudanças nas periferias da cidade de São Paulo.<sup>8</sup> Recente estudo de Miguel Jacob e Renata Bugni (2017) analisou a cidade de São Paulo por meio do IVS – Índice de Vulnerabilidade Social e sua variante paulista, o IPVS – Índice Paulista de Vulnerabilidade Social, e considerou as 1.593 Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs) que formam a cidade de São Paulo (REIS, 2022).

**Figura 2** – Mapa 1 IPVS do Município de São Paulo-2010.



**Fonte:** Fundação SEADE-SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO-SMDU. Departamento de Produção e Análise da Informação-DEPAI (Reproduzido de REIS, 2022, p. 65).

Ao observarmos os dados dessas pesquisas, incluindo ainda outras fontes, percebe-se a importância de relacionar com a interseccionalidade, pois a

---

<sup>8</sup>Utilizando dados do IBGE, em três dimensões: renda e trabalho, capital humano e infraestrutura urbana. Cada uma destas dimensões, bem como o índice total, tem um valor que varia entre 0 e 1, em que o valor mínimo representa total ausência de vulnerabilidade; e quanto mais próximo da unidade, mais vulnerável é a região.

vulnerabilidade se apresenta de forma diferenciada quanto a gênero, raça e idade. Os dados sobre usuários de ônibus dizem:

[...] a partir do perfil dos usuários do Sistema de Ônibus em 2021: as mulheres negras são mais pobres do que as brancas, sendo que 55,26% delas se encaixam na faixa de renda familiar de R\$ 2.090,00 até R\$ 5.225,00, enquanto 48,64% das brancas encontram-se nesta faixa. Na faixa seguinte, com maior renda, os dados são inversamente proporcionais: somente 8,10% das negras têm renda familiar de R\$ 5.225,00 até R\$10.450,00, enquanto 19,90% das brancas estão inseridas nesta faixa... (REIS, 2022, p. 77).

Com base nas pesquisas elencadas, Reis (2022) conclui quanto à relação entre segregação e mobilidade em São Paulo:

[...] Com relação à população negra, conseguimos perceber como estes sistemas de transporte foram influenciados pela formação segregacionista das cidades escravocratas, desde o século XIX até os dias de hoje. Por conta desse modo cruel de produção, as populações negras foram cada vez mais expulsas dos centros das cidades, providos de infraestrutura urbana, para as periferias, não sendo consideradas no planejamento do transporte público, somente como para aumentar a efetividade da mão de obra e não como um direito para essa população ter acesso à cidade (REIS, 2022, p. 112).

Dessa maneira, diversos elementos estão presentes, como o caráter econômico, o caráter de gênero e o caráter de raça, que se apresentam como vitais para serem considerados na agenda urbana democrática (VILLAÇA, 2011). Retomando aqui a Figura1 – Distribuição da população negra e parda nos distritos municipais, percebe-se claramente que predomina a presença negra na periferia da cidade, com as dificuldades urbanas que se apresentam.

A população dos distritos centrais da República, Sé e Santa Cecília são as que proporcionalmente mais residem a 1 km de distância de estações de transporte público de alta capacidade (88%, 86,4% e 73,2%, respectivamente). Por outro lado, 29 distritos não chegam a 1% nesta mesma condição, todos em regiões periféricas da cidade. Grande parte destes distritos (19) também são os que têm maior presença de população negra (REIS, 2022, p. 81).

E, um aspecto muito importante, periferia é cultura e poesia. No Bar do Batidão e na Cooperifa (BIN, 2018), ao longo da história da cidade observa-se que se formaram núcleos de encontros para declamação, no rastro da música e, depois, literatura chamada marginal. Os sons do forró, do samba, do punk rock deixaram herança como cultura de resistência, especialmente por causa do descaso do poder público com tais regiões, do genocídio, especialmente de corpos negros masculinos.

Um morador da periferia tem muito a dizer (D'ANDREA, 2020) e, por isso, as seguintes considerações são deste protagonista da cidade: reconhecendo que a periferia sempre foi o território da alteridade, afirma ser ocupada pelos mais baixos postos da esfera produtiva e de serviços (porteiros, babás, garis, pedreiros, desempregados, aposentados) e é o lugar deles na cidade capitalista. Com um sentimento sobre esse lugar, expressa: “periferia é periferia em qualquer lugar, como um desespero em busca da pacificação” (D'ANDREA, 2020). Entretanto, a vida cultural existe, nos saraus, no hip-hop, no funk, além dos *slams*. Os coletivos culturais avançam, alguns com financiamentos públicos, como ocorrido nos governos Lula e Dilma, nos anos 2000.

No entanto, é um complexo de contradições, pois, embora relegada, a cidade não vive sem a sua periferia, que aciona as engrenagens produtivas, o comércio e os serviços. Ademais, é nas periferias urbanas que vive a grande maioria da população do planeta, por isso, qualquer intento de transformação social deve passar necessariamente por esse contingente. Reunindo várias “quebradas”, uma região de mais de 6 milhões de pessoas, a periferia é o lugar da luta diante de sua invisibilidade pelo poder público. Assim como há dominação de classe, de gênero, de raça, há a opressão territorial (D'ANDREA, 2020).

### **Considerações quase finais**

Como se procurou mostrar, o racismo à brasileira mascarou a segregação de vastos contingentes, que estão nas periferias e na precariedade, notadamente a população negra e os demais trabalhadores pauperizados, que em sua heterogeneidade têm em comum a negação do acesso ao ambiente construído de qualidade.

Do ponto de vista subjetivo, apesar do empreendedorismo e do individualismo crescentes, a periferia precisa de afeto, do abraço, da solidariedade em sua sociabilidade, pois, vivem de forma precária, com o sofrimento de crianças, jovens, mulheres sob violência, racismo, circunstâncias tais em que o episódio do Covid-19 revelou as desvantagens acumuladas por esses moradores, predominantemente os negros nas periferias da cidade (D'ANDREA, 2020).

Para concluir brevemente estas considerações será feito uso de um aspecto relevante e complementar ao quadro exposto. Como a ciência avança por meio das questões que sabe fazer, isso nos instiga a fazer indagações fundamentais para uma postura epistemológica, que introduza valores e ética nas conceituações científicas. Segundo esse autor, isso permitirá escapar de posições ancoradas na “pseudo” neutralidade científica e que acabam por culpabilizar a vítima de ser relegada socialmente. Não se pode concluir sem tratar dos afetos.

A afetividade, muitas vezes, é vista como fator desestabilizador, como dificultadora fonte de desordem, incontrolável do ponto de vista moral, quando não ignorada. Ao contrário, pode ajudar a entender a pobreza extrema, os excluídos e discriminados, mantendo viva a capacidade de se indignar face à injustiça social, sem perder o rigor teórico-metodológico.

Parece simplista a noção de que no universo da privação, o indivíduo pobre cuida exclusivamente da sobrevivência e não tem o direito de demonstrar emoção ou sofrimento. Respeitar o universo emocional do sujeito no ambiente de privação não é menosprezar o importante papel do Estado nesse contexto e nessa causalidade. A privação pode ser vista como sofrimento individual, entretanto, a sua origem não é apenas pessoal e sim intersubjetividade delineada socialmente (SAWAIA, 1999). As emoções são fenômenos históricos e sociais, estão em contínua construção, e podem, em diferentes momentos, priorizar estrategicamente alguma ação para exercer pressão social.

Com dimensão política, as emoções obrigam as Ciências Sociais a incluírem o corpo em suas análises econômicas e políticas. Como diz a autora, o homem não vive sem corpo, que é da mesma substância que a mente, em Espinosa. Nesse sentido, corpo e alma são ativos ou passivos de forma conjunta, e há um sistema de ideias em que o psicológico, o social e o político estão entrelaçados.

Um exemplo claro de emoções surgidas social e culturalmente é o sofrimento ético-político do “banzo”, doença misteriosa que matava o negro escravo brasileiro. A esse respeito, o banzo, gerado pela tristeza da solidão, da humilhação e das ações legitimadas pelas políticas de exploração e dominação econômica internacional daquele momento histórico “justificador” da escravidão provocaram a morte biológica. E como consequência inelutável desse enfoque inclui-se a preocupação teórica desse

eixo explicativo, sofrimento ético-político e cultural desses sujeitos periféricos (SAWAIA, 1999) a serem analisados, voltando-nos para um enfoque sociológico das emoções (KOURY, 2020).

[...] este mesmo sofrimento mais recentemente é responsável pela elevação do número de suicídios entre jovens índios de diferentes tribos brasileiras. A literatura é fonte de dramáticos exemplos de sofrimento ético-político e de como ele varia historicamente, de acordo com a mediação priorizada no processo de exclusão social: raça, gênero, idade e classe [...] (SAWAIA, 1999, p. 104).

Outros exemplos evocam a influência dos fatores de raça e classe, todas legitimadoras da rejeição, do preconceito e que provocam o sofrimento, que, em síntese, abrange múltiplas afecções do corpo e da alma, e que mutilam a vida das mais variadas formas; relaciona-se com a vida cotidiana e as questões sociais. Em outros termos, é a negação à maioria da população de apropriar-se da produção material, cultural, social de sua época, é a vivência cotidiana da desigualdade social em seus reflexos sobre as emoções dos indivíduos. É a negação do direito à cidade, de forma mais ampla, de que todos possam se movimentar no espaço público e expressar desejo e afeto.

## Referências bibliográficas

ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Tradução Roberto Raposo. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (2006). *De Volta à Cidade*. São Paulo: Annablume. 294  
BIN, Marco Antônio. O espaço segregado e as culturas das margens em São Paulo. In: VÉRAS, Maura P. B. (org): *Desigualdades Urbanas. Segregação, alteridade e tensões em cidades brasileiras*. Jundiaí, PACO Editorial, 2018.

BIRMAN, Patricia; CARNEIRO, Sandra de S. Antropologia Urbana. Experiências antropológicas na cidade: desafios contemporâneos para os estudos do urbano. In: FAZZI, Rita et. al. (orgs.): *Campos das Ciências Sociais*. Petrópolis, Ed. Vozes, 2020.

BUARQUE, Cristovam. *O que é apartação - o apartheid social no Brasil*. SP, Brasiliense, 1993.

BUGNI, Renata; JACOB, Miguel. Índice de Vulnerabilidade Social: uma análise da cidade de São Paulo. In: MARGUTI, B. O.; COSTA, M. A.; PINTO, C. V. D. S. *Territórios em números: Insumos para políticas públicas a partir da análise do IDHM e do IVS de UHDS e regiões metropolitanas brasileiras*. Brasília: [s.n.], v. 2, 2017, p. 85-112.

CALDEIRA, T. P. D. R. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34, EDUSP, 2000.

D'ANDREA, Tiarajú Pablo. *40 ideias sobre periferias*. São Paulo, ed. Dandara, 2020.

DANTAS, Sylvia D.; FERREIRA, Ligia; VERAS, Maura P.B. Um intérprete africano do Brasil: Kabengele Munanga. *Revista USP*. Dossiê Interculturalidade. v. 114, julho, agosto, setembro, 2017.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Trad. Eunice Albergaria Rocha e Lucy Magalhães. Juiz de Fora, UFJF, 2005, 3ª reimpressão.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes (o legado da raça branca)*. Vol. I. Editora Globo, São Paulo, 7ª edição, 2008.

FOUCAULT, Michel. "Il faut défendre la société": *Cours au Collège de France, 1975-76*. Paris, Seuil, 1997.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *O lugar do negro*. RJ, Marco Zero, 1982.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 5ª ed., RJ, José Olympio, 1969.

IANNI, Octávio. *As metamorfoses do escravo*. Apogeu e crise da escravatura no Brasil. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1962.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KAÇULA, T. *Casa Verde: uma pequena África paulistana*. São Paulo: LiberArs, 2020.

KOURY, Mauro G. de Pinheiro. Sociologia das emoções: A antropologia e a sociologia das emoções no Brasil: breve incursão. FAZZI, Rita *et al.* (orgs): *Campos das Ciências Sociais*. Petrópolis, Vozes, 2020.

MAGNANI, José G. Cantor. Espaço e cultura na cidade contemporânea. São Paulo: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 16, nº 45, fevereiro de 2001.

MARICATO, Ermínia. *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979.

MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo (orgs) . *São Paulo. Segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo, Editora SENAC, 2005.

MARQUES, Eduardo. Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado. *In: MARQUES, E; TORRES, H (orgs)*. São Paulo. *Segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo, SENAC, 2005.

MARTINS, Maria. Lucia Refinetti. Moradia Social e Meio Ambiente - tensão e diálogo na metrópole, Tese de Livre Docência, USP, 2005.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica. Biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. São Paulo, N-1 Edições, 2018.

MUNANGA, Kabengele. Considerações sobre as políticas de Ação Afirmativa no Ensino Superior. In: PACHECO, Jairo Q.; SILVA, Maria Nilza: *O negro na universidade. O direito à inclusão*. Brasília, Distrito Federal, Fundação Cultural Palmares, 2007.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro*. Processo de um racismo mascarado. São Paulo, Perspectiva, 2016.

OLIVEIRA, Reinaldo José de. *A presença do negro na cidade: memória e território da Casa Verde em São Paulo*. Dissertação de Mestrado. Ciências Sociais. PUCSP, 2002.

OLIVEIRA, Reinaldo José de. *Territorialidade negra e segregação racial na cidade de São Paulo*. São Paulo, Editora Alameda, 2016.

PASTERNAK, Suzana. Favelas, fatos e boatos. In: KOWARICK, Lucio *et al.* (orgs.). *Pluralidade Urbana*: São Paulo, Editora 34, 2016.

PEREIRA, Verônica Sales. Memória Industrial e Transformações Urbanas na Virada do Século XXI: os Casos do Brás, Mooca, Belenzinho e Pari. *Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*, p. 6, ISSN 1980-0894, 2007.

PIERSON, Donald (org.). *Ensaio de ecologia humana*. São Paulo. Livraria Martins, 1948.

REIS, Eduardo Castellani Gomes dos. *Desafios às políticas públicas: análise das relações entre desigualdades socioespaciais e a mobilidade urbana em São Paulo*. Dissertação de Mestrado. Ciências Sociais. PUC-SP, 2022.

RIBEIRO, L. C. Q. e LAGO, L. O espaço social das grandes metrópoles brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, in *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, nº 3, novembro de 2000.

ROLNIK, R.; FRÚGOLI JÚNIOR, Heitor. Reestruturação Urbana da Metrópole paulistana: a Zona Leste como território das rupturas e permanências. *Cadernos Metrópole Desigualdade e Governança*, São Paulo, v. 1, n. 6, p. 55-84, 2001.

ROLNIK, Raquel. *Cada um no seu lugar!* São Paulo, início da industrialização. Geografia do poder. Dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo. FAU-USP, SP, 1981.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo, Nobel, 1987.

SANTOS, Milton. *Por uma economia política da cidade*. São Paulo: Edusp, 2009.

SANTOS, Boaventura de S. *Pela mão de Alice*. O social e o político na pós-modernidade. São Paulo, Cortez, 1997.

SAWAIA, Bader B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão-inclusão. In: SAWAIA, Bader (org.): *As artimanhas da exclusão*. Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis, Vozes, 1999.

SERRA, Ricardo N. *A produção do espaço na periferia de São Paulo: tensões entre moradia e meio ambiente na ocupação dos mananciais sul na cidade de São Paulo*. Dissertação de Mestrado. Ciências Sociais PUC-SP, 2013.

SILVA, Eduardo. *Racismo e democracia racial no Brasil*, 2011.

SILVA, Maria Nilza. *Nem para todos é a cidade*. Segregação urbana e racial em São Paulo, Brasília, D.F., Fundação Cultural Palmares, 2006.

SMITH, Neil. *The New Urban Frontier – Gentrification and the Revanchist City*; Londres: Routledge, 1996.

VÉRAS, Maura P. B. *O bairro do Brás em São Paulo: um século de transformações do espaço urbano ou diferentes versões da segregação social*. Tese de doutorado. Ciências Sociais, PUC-SP, 1991.

VÉRAS, Maura P. B. Os impasses da crise habitacional em São Paulo ou os nômades urbanos no limiar do século XXI. *Revista São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, Vol. 1, n. 1, 1987.

VÉRAS, Maura P. B. Segregação e alteridade na metrópole: novas e velhas questões sobre cortiços em São Paulo. In: KOWARICK, Lúcio; FRÚGOLI Jr., Heitor: *Pluralidade urbana em São Paulo*. Vulnerabilidade, marginalidade, ativismos. São Paulo, Editora 34, FAPESP, 2016.

VÉRAS, Maura P. B. Estrangeiros na metrópole: territórios e fronteiras da alteridade em São Paulo. *Revista USP*, São Paulo, V. 114, julho, agosto, setembro, 2017.

VERAS, Maura P. B. Sociologia Urbana: das construções teóricas do espaço ao direito à cidade. In: FAZZI, Rita de Cássia; LIMA, Jair Araújo (orgs.): *Campos das Ciências Sociais*. Figuras do mosaico das pesquisas no Brasil e em Portugal. Petrópolis, Ed. Vozes, 2020.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço Intra-Urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 2001a.

VILLAÇA, Flávio. *Reflexões sobre as cidades brasileiras*. São Paulo: Nobel, 2001b.

VILLAÇA, Flávio. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 25, n. 71, p. 37-58, 2011.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In ARANTES, Antônio (org.). *O Espaço da diferença*. São Paulo: Papirus Editora, 2000.

**Recebido em: 15 de dezembro de 2022.**

**Aceito em: 9 de fevereiro de 2023.**

#### **COMO REFERENCIAR**

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. Racismo à brasileira: uma análise das ressonâncias espaciais na configuração das periferias urbanas. Desigualdade e segregação em São Paulo. *Latitude*, Maceió, v. 17, n. 1, p. 30-56, 2023.

## Polis Amefricana: para uma desconstrução da ‘América Latina’ e suas geografias sociais antinegras

### Amefrican Polis: towards a deconstruction of ‘Latin America’ and its antiblack social geographies

#### **Jaime Amparo Alves**

Departamento de Estudos Negro, Universidade da Califórnia, Santa Barbara. E-mail: [jaimealves@ucsb.edu](mailto:jaimealves@ucsb.edu)

#### **João Costa Vargas**

Departamento de Antropologia, Universidade da Califórnia, Riverside. E-mail: [Joao.vargas@ucr.edu](mailto:Joao.vargas@ucr.edu)

#### **Resumo**

A polis latino-americana é uma disposição geontológica antinegra. O termo América e suas derivações estão enraizados no genocídio colonial e suas manifestações contemporâneas. Não se trata somente do papel das ‘*elites criolas*’ mas principalmente de um inconsciente coletivo planetário que constrói e reflete o que se convencionou chamar de América Latina não apenas em oposição à Europa, mas principalmente em oposição à negritude e aos corpos, culturas, epistemologias, e territórios associados a ela. Recusando estabelecer comparações, e sem ambições de oferecer uma leitura hemisférica, o artigo se propõe a discutir, a partir de uma perspectiva relacional, os limites de Américas, como comunidade política e modo de sociabilidade fundado na anti\*negri\*cidade constitutiva do projeto de latinidade.

**Palavras-chaves:** América Latina, genocídio, terror sexual, abolição, negricidade, Américas.

#### **Abstract**

The Latin American polis is an antiblack geontological disposition. The term América and its derivations are rooted in colonial genocide and its contemporary manifestations. Including but far exceeding ‘*elites criollas*’ patriotism, a planetary collective unconscious structure what is conventionally called Latin America, not so much in opposition to Europe, but also in opposition to blackness and its related bodies, cultures, epistemologies, and territories. Refusing to establish comparisons and instead privileging a relational approach, the article presents notes towards a critique of antiblackcity, which is foundational of *Latinidad*.

**Keywords:** Latin America, genocide, sexual terror, abolition, antiblack city, Amefricanas

## Introdução

Fiel ao projeto de Humanidade que emanou do Iluminismo, a *pátria grande* (latino)americana é uma comunidade política cisheteronormativa branca, ‘mestiça’ e fundamentalmente não-negra. Nesse imaginário que emerge globalmente a partir do século XVI, juntamente com a comercialização transatlântica sem precedentes de pessoas Africanas – e sem a qual não haveria a modernidade como condição e consciência coletiva, nem tampouco o mundo moderno como socialidade – a negritude representa a antítese radical do projeto de estado-império, sua razão de ser e sua integração no espaço-tempo da civilização ocidental. Neste artigo, oferecemos uma crítica à antinegritude como pilar do projeto ideológico de latinidade<sup>1</sup>, projeto esse que, celebrado nas lutas e nos anseios populares de liberdade frente à Europa (e mais tarde em oposição ao imperialismo estadunidense), não inclui o povo negro.

Como expressão local dessa geoistória colonial, a *urbe* antinegra<sup>2</sup> agrega as difusas tecnologias de dominação e ódio que sustentam Américas, e suas subdivisões geográficas, como formação imperial (JUNG; VARGAS, 2022). Nosso desafio teórico-metodológico, portanto, é situar a crítica à urbanidade antinegra (latino)americana no contexto maior da geoistória do que se convencionou chamar de Américas e suas dinâmicas necroespaciais. Aqui, fazer cidade é fazer império. É renovar, em escalas geográficas diferenciadas e ainda assim articuladas, um *destino manifesto* dos “tristes trópicos”<sup>3</sup> como território de catividades negras.

A geógrafa Katherine McKittrick (2011, p. 948) pergunta: “De que maneira os precedentes históricos da violência antinegra nas Américas são espaciais e ligados à nossa organização geográfica atual?” A dominação racial hemisférica se impõe por meio

---

<sup>1</sup> Embora reconheçamos a contribuição de Walter D. Mignolo (2005) para “descolonizar a ideia de América Latina”--- sobretudo em sua crítica das *elites criolas* e sua insistência em uma “epistemologia do sul” que busque a “coexistência” entre os grupos étnico-raciais ---, nossa reflexão (cética de tais proposições) se baseia nas intervenções teóricas de Lélia Gonzalez (2021) quem defende o uso do termo “América”. Em diálogo e indo além das críticas de algumas correntes dos Estudos Negros estadunidenses (que reproduzem, ainda que involuntariamente, uma certa lealdade ao projeto de América dos EUA) ao império, utilizaremos o termo heurístico “América”, que não somente modula América, mas também revela suas raízes no genocídio colonial e no agenciamento das populações indígenas e negras.

<sup>2</sup> Em *Os Condenados da Terra*, Frantz Fanon denuncia as zonas de diferenciação ontológicas na compartimentalização da cidade colonial em *zonas do ser* e *zonas do não ser* (FANON, 1967, p.2). A respeito dos imaginários espaciais sobre as pessoas negras na região, ver entre outros Wade (2020), De Oliveira (2022), Bledsoe (2017).

<sup>3</sup> Estamos obviamente nos referindo ao trabalho do antropólogo francês Claude Lévi-Strauss, um dos fundadores da antropologia brasileira (ver LÉVI-STRAUSS, 1955). A sua obra *Tristes Trópicos* exemplifica essa modernidade que depende da exclusão da negritude.

da destruição de um sentido-negro-de-lugar, uma prática *urbicida* que encontra resistência na reinvenção cotidiana da vida geográfica negra (ibid., 2011, p. 953). Recentes estudos dão visibilidade às espacialidades subalternas das Américas, epistemológica e socialmente, como geografias insurgentes “quilombolas”, “cimarronas”, “palenqueras”, “afropindorâmicas” ou “encruzilhadas” que reposicionam o sujeito negro como agente espacial (MCKITTRICK, 2011; LERMA LOZANO, 2016; BLEDSOE, 2017; DA COSTA, 2018; ALVES, 2020; PATERNIANI 2019; PINHO, 2021; PICOZZA, 2022; DE SOUZA, 2022). Outros têm desvendado os dilemas das lutas negras contemporâneas postos pela instrumentalização da negritude como estratégia imperial de promoção da diversidade como valor geopolítico ou as possibilidades abertas pelas alianças transnacionais em prol da reparação histórica (LAO-MONTES, 2009).

Nos juntamos aos exercícios políticos de reposicionar a presença negra na história espacial da diáspora africana, a partir das contribuições teóricas de Lélia Gonzalez (1988), sobretudo sua crítica *amefricana* ao projeto genocida de América(s). Nesta perspectiva e no marco do presente artigo, a *polis amefricana* representa ao mesmo tempo um diagnóstico das geografias da morte, construídas na negação da negritude e os corpos, culturas, epistemologias, e territórios associados a ela, e na afirmação de geografias negras.<sup>4</sup> Não ambicionamos uma análise comparativa de contextos com trajetórias coloniais e configurações demográfico-espaciais próprias. Tampouco é nossa pretensão repetir a crítica incisiva, e ainda por ser apreciada, de como a “epistemologia espacial mestiça” estrutura as políticas de planejamento urbano e a produção de conhecimento sobre as cidades latino-americanas (ver TORINO, 2020 e 2021).<sup>5</sup> Nossa

---

<sup>4</sup> Foge ao escopo deste artigo uma abordagem conceitual da “polis amefricana” mas além do enfoque analítico-descritivo do terror racial nos dois contextos urbanos aqui referidos. Uma discussão sobre a “*polis amefricana*” como crítica geopolítica e justiça espacial vem sendo desenvolvida a partir de pesquisa-ativista com coletivos negros urbanos na Colômbia (ALVES, em elaboração). Um dos autores (Jaime Alves) gostaria de reconhecer também as reflexões sobre terror geopolítico e ‘pedagogias de resistência’, no marco dos projetos “Colonialscapes of Cityscapes” (com Casa Cultural El Chontaduro e Universidade del Valle/Cali) e “Enduring Inequalities: Black Communities’ Responses to COVID-19 in Brazil, Kenya and Colombia” com movimentos sociais do Brasil (Uneafri), Colômbia (El Chontaduro) e Kenya (Mathare Social Justice Centre) e apoiado pela SSRC e UC Santa Barbara. Para uma discussão anterior sobre a diáspora Africana, suas “geografias supranacionais da morte” e um imperativo insurgente negro, ver VARGAS (2010).

<sup>5</sup> O argumento da urbanista Giulia Torino é que a ideologia da mestiçagem, segundo a qual *raça* é secundária na explicação das desigualdades sociais -- já que todos somos racialmente ambíguos e iguais -- se reflete nas paisagens urbanas da América Latina -- “urbanismo mestiço” -- onde o racismo é negado em nome de uma urbanidade muticultural ao mesmo tempo em que as estruturas de privilégio branco/mestiço organizam as geografias das cidades (TORINO, 2020 e 2021; para uma recente revisão crítica da ‘presença/ausência’ de raça nos estudos urbanos, ver também PATERNIANI 2019 e

abordagem, de base analítico-descritiva, busca identificar um contínuo de despossessão social (e ontológica) que autoriza estabelecer relações entre contextos aparentemente díspares com o objetivo mais humilde de oferecer uma crítica às dinâmicas urbanas da antinegitude---antinegricidade--- e sua relação com a formação geosocial denominada América Latina.

Porque o foco na cidade? Em seu estudo sobre “cidades globais”, a geógrafa Ida Danewid sustenta que o capitalismo racial conecta e hierarquiza geografias de acordo com imaginários raciais sobre vidas e territórios considerados supérfluos. Nesse sentido, as cidades globais não são apenas o *resultado* de processos de acumulação e despossessão colonial senão “um mecanismo pelo qual o capital produz espaços racializados” (DANEWID, 2020, p. 291). As políticas de planejamento e securitização urbana e mecanismos supranacionais de controle e fluxo de capital são manifestações contemporâneas da urbanização do império. Em suas palavras, as cidades (globais) são “uma extensão e reconfiguração do espaço doméstico do império” (DANEWID, 2020, p. 298). Nos interessa aqui o contínuo que se pode traçar entre as metrópoles globais e das suas periferias (pós) coloniais, o que nos possibilitaria localizar as dinâmicas intra-regionais da antinegricidade. De fato, como sugere Torino para o caso de Bogotá, na Colômbia, uma crítica da cidade contemporânea deve considerar como o *urbano* se converteu em instrumento central na gestão neoliberal das diferenças raciais e consequente manutenção da ordem colonial moderna. Ao mesmo tempo em que a *governança neoliberal* da cidade mobiliza um suposto cosmopolitismo multicultural que reconhece o direito à diferença capitalizando com tal reconhecimento, esse regime de dominação esvazia o sentido político das lutas raciais pela cidadania urbana e culpa os deserdados da cidade por seus supostos deficits culturais em acessar a urbanidade (TORINO, 2021, p. 709-712).

Nossa contenção é que a violência ordinária contra as populações afrodescendentes na região – seja o assassinato de líderes sociais, a segregação espacial, o terror policial, o encarceramento em massa e as condições de pobreza extrema a que estão expostas as gentes negras – autoriza uma leitura da cidade americana como geografia antinegra. Em outras palavras, a morte física, simbólica e social das pessoas negras expõe a estrutura parasitária das “cosmópoles multiculturais” (TORINO, 2021) latino-americanas, as quais são definidas em oposição à negritude e seus referenciais.

---

OLIVEIRA 2020).

A (antinegri)cidade dá forma espacial ao projeto ideológico que, ao fim e ao cabo, é uma afirmação de um tempo negro imutável e impossível, o tempo (pós)colonial. Se entendermos a antinegitude como desvantagens estruturais, ubíquas, e duradouras vivenciadas por pessoas negras – desvantagens que geram vantagens correspondentes às pessoas não negras – nos domínios da ontologia (como indivíduos se definem e se constituem enquanto tal), sociabilidade (experiência social vivida) e acesso a recursos, então reconhecemos que a probabilidade de mortes física e social é uma função direta da antinegitude (VARGAS; JUNG, 2022) e neste caso, a antinegitude dá coerência às sociedades multirraciais americanas, assim como vida política aos sujeitos que delas participam, ainda que desigualmente situados em suas formações espaciais.

Denunciar a(s) América(s) como geografia da antinegitude é também reconhecer o corpo negro como fronteira da humanidade e como alvo do exercício cisheteronormativo do estado-império. O regime de direitos do Estado patriarcal – pátria – se constitui em oposição ao corpo (cis, transgênero e não-binário) negro (ALEXANDER, 2006; CURIEL, 2013). Essa exclusão do mundo da cidadania, reafirmada nas violências cotidianas e nos encontros mortais com a polícia, nos obriga a considerar os limites de filiação a um projeto (latino)americano de liberdade – constituído em oposição ao colonialismo europeu e reafirmado em oposição à ameaça constante da máquina de guerra estadunidense (ver GALEANO, 2000) – como uma comunidade imaginada cisheteronormativo, branca e/ou mestiça e, fundamentalmente, não-negra. Como também nos lembra Marcos Queiroz em sua crítica devastadora sobre o lugar do Haiti na ordem jurídica dos estados americanos, o que sustenta essa geografia política é um “sacrifício de sangue,” renovado na evisceração contínua (haitianização) das vidas negras e enegrecidas. Em suas palavras, “a morte do corpo negro (nas suas diversas formas, linchamento, massacre ou anonimato, burocraticamente, como material biológico lançado em alto mar ou saco preto jogado no valão) opera como o bode expiatório regenerador, restaurador e saneador de sentidos comunitários na experiência moderna” (QUEIROZ, 2022, p.31).<sup>6</sup>

Levando em consideração estas reflexões críticas, estamos interessados em entender como o *fazer cidade* contemporâneo se articula com os imaginários antinegros da nação latino-americana como território livre e soberano. Pode uma leitura da cidade

---

<sup>6</sup> Este é também um argumento central nas intervenções teóricas de autoras como Hortense Spillers e Sylvia Wynter quem enfatiza os rituais de fundação da Humanidade (e sua colonialidade na figura do Homem) na e contra a carne negra (ver SPILLERS, 1987; WYNTER, 2003).

nos ajudar a entender e desconstruir a anti\*negri\*cidade de uma região laboratório de projetos nacionais emancipacionistas? O que o terror contra corpos negros – principalmente os corpos negros sexuais e trans/generizados – pronuncia sobre os fundamentos da pátria grande “livre” e genocida? Nossa proposição é que tais dinâmicas de terror escancaram o fundamento primordial do que chamamos de América Latina, qual seja, a antinegitude.

## 1 Anti\*negri\*cidade

Talvez a manifestação mais contundente das dinâmicas urbanas da antinegitude – a *anti\*negri\*cidade* – presente na formação ideológica denominada *Américas*, seja a condição de desterro das populações Afrodescendentes.<sup>7</sup> Longe de endossarmos as narrativas espaciais que reduzem a experiência negra à condição a-geográfica (para uma crítica, ver BLEDSOE, 2017; MCKITTRICK, 2011) – como se verá, o conceito da América aponta exatamente para essa possibilidade de reinvenção e reclamo de temporalidades e espacialidades outras que o tempo e o espaço da colônia–, denunciemos o terror racial como constituinte da urbanidade latino-americana: vilas e cidades foram fundadas pelo colonizador nas cinzas das urbes indígenas e nos caminhos abertos pela caça às pessoas negras fugitivas; centros urbanos dinâmicos surgiram ao redor das fazendas e engenhos; cidades portuárias se transformaram em nodos do capitalismo global graças ao comércio transatlântico de corpos negros. No pós-independência, o sujeito negro espacial/socialmente desterrado ocupou as margens das jovens repúblicas. No presente, manguezais, morros e outras geografias de risco são o não-lugar urbano que abriga ondas de populações constantemente desterradas pela agroindústria e por megaprojetos desenvolvimentistas que avançam sobre seus territórios ancestrais (ver LERMA LOZANO, 2016; BLEDSOE, 2019). Como no Brasil, onde a remoção de populações predominantemente negras das áreas “nobres” das cidades é eufemisticamente chamada de “limpar com fogo”, denotando os incêndios criminosos que invariavelmente atingem as favelas, a desposseção espacial pode ser entendida como parte da estratégia de “limpar” a cidade-estado “removendo” a

---

<sup>7</sup> Autoras como Aurora Vergara Figueroa (2017) e Santiago Arboleda (2019) utilizam o conceito de “desterrar” ou “desenraizar” se distanciando assim dos estudos sobre ‘migração’ que invariavelmente desconsideram a experiência transatlântica negra como fundante dos deslocamentos forçados modernos (ver VERGARA-FIGUEROA, 2017, 3-25).

negritude do mapa político da nação.

Christopher Loperena chama a atenção para esse padrão geográfico ao nomear a violência neocolonial como uma estratégia de ordenamento político-territorial. As políticas de desterro ajudam a construir imaginários espaciais primordialmente “brancos” e “fronteiras de progresso” que são também “fronteiras de despossessão, que se materializam por meio da violência racializada contra as comunidades de cor” (LOPERENA, 2017, 806). Na Colômbia, as remoções forçadas também são estratégias de controle territorial. Na região da costa do pacífico, as mulheres negras são alvo preferencial das políticas de desterro devido ao seu papel de liderança em suas comunidades. Pelo menos 85% da violência sofrida por elas está vinculada ao conflito armado, ao agronegócio e às políticas antidrogas do Estado colombiano.<sup>8</sup> Em um país onde a vitimização pela guerra é “democratizada” entre distintos segmentos da população, as chamadas *Afrodesplazadas* são re-vitimizadas no contexto urbano por renovadas formas de despossessões física e ontológica (CÁRDENAS, 2018; SANTAMARIA; GARCIA, 2013). Na cidade colombiana com a maior população negra do país, as *Afrodesplazadas* estão segregadas em Aguablanca, um território ao leste de Cali marcado pelas precariedades de equipamentos urbanos, pelo desemprego e pelo que ativistas negras denunciam como *políticas de morte*. Em uma paisagem familiar, que se repete por toda a região, comunidades negras vulneráveis ao extremo se desenvolvem às margens da cidade em territórios-refúgio, sugestivamente denominados África, Haiti, “potrero grande” –este último, em uma tradução livre, ‘grande pasto’-- denotando os imaginários urbanos patologizantes sobre a população negra em Cali (MORENO HURTADO; MORNAN, 2015) e as estratégias afrodiáspóricas por novas ecologias urbanas.

As dinâmicas espaciais da antinegitude em Cali, estão vinculadas a processos mais amplos de formações imperiais. Por exemplo, as forças armadas colombianas são partícipes da evisceração de vidas negras e indígenas no país com o mais longo conflito armado no hemisfério ocidental. Organizações negras colombianas denunciam que a “ajuda” financeira do Estados Unidos, sob o Plano Colômbia, tem produzido uma catástrofe humanitária. A fumigação de territórios negros sob a justificativa de erradicação das plantações de coca gera remoções em massa, dizima a natureza, produz desparições forçadas e alimenta guerras ordinárias nas cidades-refúgio das populações

---

<sup>8</sup> Conforme, *Infobae*. Disponível em <https://www.infobae.com/america/colombia/2021/07/26/unidad-de-victimas-asegura-que-mas-de-500000-mujeres-afrocolombianas-han-sido-victimas-del-conflicto-armado/>

desterradas (ARBOLEDA, 2019; MONTENEGRO, 2015). Infrutífero buscar provar a intencionalidade racial de tais dinâmicas de violência. É o resultado cumulativo e histórico de ditas políticas que evidencia a atualidade sinistra do projeto imperial antinegro, que tem sua origem na colônia.

Talvez um exemplo mais explícito, embora pouco considerado, das bases imperiais e cumulativas do terror antinegro seja o magnicídio do presidente do Haiti, Jovenel Moses, em 7 de julho de 2021. Moses foi assassinado por um grupo de mercenários formados por ex-agentes das forças armadas colombianas treinadas pelo Pentágono e, então, contratados por uma firma de segurança global (UTC) com base em Miami, Flórida (MONGE; TORRADO, 2021). Como principal parceiro geopolítico dos Estados Unidos no continente, a Colômbia replica interna e regionalmente as mesmas dinâmicas necropolíticas que fizeram de “América” (agora o país ao norte do Rio Grande) uma potência econômico-militar. Que o assassinato do presidente Moses seja ‘apenas’ mais uma expressão da antinegitude global se evidencia não apenas nas inúmeras violações à soberania nacional da primeira república negra no continente, como nas políticas anti migratórias que buscam conter o corpo negro haitiano em uma zonas de abandono permanente (MULLINGS; WERNER; PEAKE, 2010)--- em que pese o papel, ainda que indireto, da Revolução Haitiana na expansão territorial e consolidação da fronteira-sul estadunidense.<sup>9</sup> Aqui, como nas políticas governamentais de contenção sanitária, exposição à morte e intensificação de assassinatos pela polícia durante a pandemia do Covid-19, identificadas em contextos múltiplos da diáspora africana (e.g., WOOTEN; ALVES, 2021; OLIVEIRA; KIMARI, 2021), a violência sustenta as zonas imperiais de Humanidade e seus outros. Se no plano internacional a exportação de mercenários (uma tecnologia de guerra testada originalmente no Iraque com os Blackwaters) figura como aspecto importante desta lógica liderada por Washington, no plano doméstico a guerra às drogas, também financiada pelos Estados Unidos, produz soberania estatal e alimenta outra guerra ordinária contra as pessoas negras que chegam diariamente à cidade, escapando do terror geopolítico. Do mesmo modo, se no plano econômico a figura emblemática da mulher negra desterrada vendendo chontaduro (um fruto típico da região) nas esquinas de Cali, ou jovens negros limpando

---

<sup>9</sup> Para uma revisão histórica dos desdobramentos da Revolução Haitiana, incluindo o papel de Thomas Jefferson na compra do território francês da Luisiana garantindo a expansão territorial estadunidense, ver BAPTIST (2016). Para uma leitura do papel da Revolução Haitiana nos imaginários de liberdade e na reconfiguração de ordenamentos jurídicos no mundo (pós)colonial, ver JAMES, 1989; LAO-MONTES 2009; QUEIROZ 2022.

os para-brisas de carros nos semáforos em troca de algum *peso*, evidencia a discriminação racial cotidiana que torna a ‘cidade mais negra de Colômbia’ – dependendo dos critérios, afrodescendentes chegam a ser 52% dos seus 2,4 milhões de habitantes<sup>10</sup> – uma urbanidade inacessível às pessoas negras, um olhar mais profundo indica como tais processos de subjugação constituem um algoritmo imprescindível para a constituição da cidade e das sociedades americanas como territórios de liberdade.

O genocídio fundante da Cali colonial nomeada pelos espanhóis como “o quartel geral da conquista” (GOMEZ; MARTINEZ, 1985) e construída sobre os corpos dos povos indígenas Timbas, Jamundies e Lilie, ao pé da Cordilheira dos Andes, continua a estruturar o espaço-tempo da Cali contemporânea. Constantes protestos pela autonomia territorial dos povos indígenas, contra a violência policial e o assassinato de lideranças sociais negras revelam um estado permanente de subjugação e rebeldia. Mas, enquanto o protesto indígena, muito comum na rodovia Panamericana, a principal rodovia de acesso à cidade, é tolerado sob a lógica de serem “herdeiros” da terra -- uma estratégia discursiva presente em toda a região<sup>11</sup> —esta não é uma opção disponível à população afrocaleña criminalizada em sua existência como forasteira e ameaça à ordem urbana. Sem embarcar nas miopias políticas que sugerem uma hierarquia no trauma colonial produzido pelo terror sexo-racial, ou no reducionismo do conceito ocidental de soberania como única definição possível, estamos de acordo que “a ontologia do colonialismo [pensado em relação ao genocídio indígena] é garantida pela negação do que não é, ao invés da reivindicação positiva do que é” (WILDERSON, 2010, 28). Em outras palavras, até mesmo a possibilidade extremamente precária dos povos indígenas reclamarem direitos territoriais e soberania política repousam na possibilidade deste grupo demarcar diferença em relação aos seres “escravizados” desterrados da cidade, da nação, do mundo da cidadania, do projeto ocidental de humanidade. Hoje, mesmo com o reconhecimento formal de direitos territoriais e políticos garantidos pela constituição multicultural de 1991, o desterro ontológico continua a definir a experiência de uma população que historicamente busca a cidade como um refúgio para os desastres ambientais, guerras e sucessivos projetos econômicos que a vitimizam (ARBOLEDA,

---

<sup>10</sup> Conforme, *El País*. Disponível em <http://historico.elpais.com.co/paionline/notas/Mayo212010/1afros.html>

<sup>11</sup> Os imaginários raciais sobre a população indígena, como “remanescentes do passado da nação”, e em certa medida sobre a população negra rural(izada), serve ao propósito de esvaziar as discussões sobre reparações a partir de critérios de autenticidade/legitimidade estabelecidos pelo estado racial (ver VIVEROS VIGOYA; ESPINEL 2014).

1989; ALVES, 2021). A “sucursal del cielo”, capital da salsa e centro multicultural conhecida por uma efervescente indústria “afrocultural” (CÁRDENAS, 2016), também ambienta uma geografia colonial bem familiar, com corpos negros explorados no emprego doméstico, segregados em zonas de pobreza, ou emergindo mutilados e sem vida nos canaviais que rodeiam a periferia negra da cidade.<sup>12</sup>

## 2 Orfandade Política

O domínio das vidas negras, desterradas da geografia social das Américas, é o domínio da orfandade política. A vida negra é vida vivida na impossibilidade de reclamar filiação a uma comunidade de iguais, dada a dupla negação da cidadania e da humanidade.<sup>13</sup> O assassinato do congolês Moïse Mugenyi Kabagambe em 24 de janeiro de 2022 na área nobre do Rio de Janeiro, é uma ilustração trágica dessa liminaridade e sua relação com processos cotidianos e locais da anti\*negri\*cidade. Como as *Afrodesplazadas*, desterradas da polis colombiana, Moïse era um refugiado da guerra no Congo quando assassinado por seguranças de um quiosque na praia da Barra da Tijuca, por cobrar o salário atrasado.<sup>14</sup> Em uma entrevista a um canal de tv local, o irmão de Moïse expressou a esperança frustrada com o Brasil. "Saímos do Congo para que isso não acontecesse conosco. (...) O Brasil é uma mãe, o Brasil é a nossa segunda casa, como vai matar um irmão que estava trabalhando?"<sup>15</sup> Torna-se revelador que o assassinato de Moïse ecoou na imprensa como xenofobia “intolerável” para um país vendido nos circuitos turísticos como um exemplo de tolerância para mundo. No entanto, o ‘evento morte’ faz parte de um *script* familiar para a população afro-carioca cuja

---

<sup>12</sup> O chamado “massacre de Llano Verde”, na periferia de Cali é um exemplo emblemático dessa integração entre capitalismo racial e violência homicida. Em 11 de agosto de 2020 os corpos de cinco jovens negros foram encontrados nos canaviais que rodeiam a zona leste da cidade. Os jovens haviam ultrapassado as cercas dos canaviais para soltar pipas quando foram sequestrados e depois assassinados. A agroindústria açucareira que devora corpos nos engenhos agora também os devora na violência paraestatal para proteger a propriedade privada. Conforme, *El Tiempo*, “El misterio de la tortura y asesinato de cinco niños em Cali.” Disponível em <https://www.eltiempo.com/colombia/cali/masacre-de-llano-verde-un-ano-del-crimen-de-5-jovenes-en-cali-609489>

<sup>13</sup> Abordagens variadas têm empregado o conceito de “orfandade política” como sinônimo do banimento de populações párias no mundo presente. Nosso emprego do conceito é informado por seu correspondente, a morte social/alienação natal, tal como proposto originalmente por Orlando Patterson (PATTERSON, 1984).

<sup>14</sup> Jornal O Globo, disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/01/31/moise-kabamgabe-o-que-se-sabe-sobre-a-morte-do-congoles-no-rio.ghtml>

<sup>15</sup> Portal Terra, disponível em <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/moise-kabagambe-fugiu-aos-14-anos-do-congo-para-nao-morrer,5648d29ba316a9ac412e0d8ffbf11743a4147zu.html>

experiência cotidiana reafirma sua condição de refugiada interna ou deserddada da polis verde-amarelo.

Igor Machado e Derek Pardue chamam a atenção para essa precariedade de filiação nacional ao analisar os pedidos de asilo e vistos humanitários por indivíduos haitianos e africanos em São Paulo. Agentes públicos e ONGs classificam “negros que não falar português” como “negritude forânea” desprezando diferenças nacionais, linguísticas e culturais em nome de uma categoria fungível: “são todos negros e estrangeiros.” Ao mesmo tempo, a fronteira entre “forâneo” e “nacional” é apagada pela experiência negra coletiva de habitar as geografias urbanas de exclusão e morte (MACHADO; PARDUE, 2020, p.38). Na cidade racialmente dividida, todas pessoas negras são estrangeiras.

Aqui também há um *continuum* histórico entre a experiência urbana de Moïse na Kinshasa pós-colonial e a colonialidade urbana vivida pela gente negra carioca. Qual é o imaginário geográfico projetado sobre as comunidades predominantemente negras da cidade do Rio de Janeiro? Qual o lugar social ocupado pelos corpos negros na estrutura da cidade e da nação? Quais são os fatores políticos que produzem as “crises” migratórias que desterram pessoas como Moïse e sua família em busca de um lugar na economia global? Muito provavelmente, os pais de Moïse nasceram sob o domínio colonial belga -- o país conquistou a sua independência formal somente em 1960, mais de 70 anos depois da partilha da África quando o Congo foi convertido em uma plantação pessoal do Rei Leopoldo II (EWANS, 2003), -- e mesmo o jovem agora assassinado no centro do Rio de Janeiro, foi um ‘sujeito colonial’ já que o país nunca conquistou uma independência real e continua expulsando suas populações vítimas de inúmeras “crises humanitárias” que têm as digitais das elites coloniais e das multinacionais que as substituíram.<sup>16</sup>

O que estas reiteraões históricas evidenciam é que a condição de ‘*sem-terra*’ e ‘*sem-casa*’ é uma dimensão paradigmática da experiência negra na Africa e sua diáspora.<sup>17</sup> A violência contra vidas negras é, assim, um pronunciamento da orfandade

---

<sup>16</sup> Uma expressão particularmente infame do legado colonial é o assassinato de Patrick Lumumba, em 17 de janeiro de 1961, em um complô com a participação dos governos belga e estadunidense. Somente em 30 de junho de 2022 a Bélgica devolveu ao povo congolês o “dente” de Lumumba. Conforme o *The Guardian*. Disponível em <https://www.theguardian.com/world/2022/jun/30/drc-burial-patrice-lumumba-remains-tooth-coffin>

<sup>17</sup> Antropóloga Stella Paterniani faz um contraponto importante à condição de *sem-casa* a partir de suas reflexões sobre a *casa negra*. Esta seria uma “transtopia afrofuturista” que reposiciona o sujeito negro fora das coordenadas geo-ontológicas do urbanismo branco (PATERNIANI, 2019, p. 294).

política -- e, portanto, da violabilidade -- da carne mais barata do mercado. Este simbolismo toma ainda mais relevância ao considerarmos os imaginários sobre o Rio de Janeiro como cidade racialmente democrática. Embora a “carioquidade” ou “carioquice” seja mobilizada oficialmente como estratégia publicitária para promover uma suposta sociabilidade prototípica de um Brasil tolerante e inclusivo onde qualquer pessoa pode reclamar filiação à cidade-nação (para uma crítica ver NICOLAU NETTO, 2021, p. 32), o gentílico “carioca” traz em sua origem a denúncia indígena de uma *urbe* fundada na violência. Segundo a historiadora Joelza Ester Domingues, quando da sua fundação em 1565 pelo colonizador português Estácio de Sá, a cidade do Rio de Janeiro era o território pré-colonial dos indígenas Temiminós, que após a tomada das suas terras pelo invasor europeu cunharam a nova povoação como “carioca” ou kari’oka, que em Tupi significa “casa dos brancos”.<sup>18</sup> A emergência do Rio como um dos principais portos e a “maior cidade escravista das Américas” – a cidade recebia, em média, 30% das pessoas escravizadas na América portuguesa – permitiu a expansão de toda uma rede de negócios consolidando-a como cidade global e “o mais importante celeiro do Império Lusitano” (SANTOS, 2020, p.10). Este processo se intensificou com a chegada da família real portuguesa – fugindo da invasão napoleônica. Na “Versailles tropical”, o medo branco informaria um regime de regulação da mobilidade espacial e criminalização da vida negra que se intensificaria com a transição de cidade escravista para cidade republicana (ALGRANTI, 1988; SANTOS, 2020; GARCIA, 2009; ROLNIK 1989).

Como Cali, a “sucursal del cielo” e “capital de los negros”<sup>19</sup> celebrada nos circuitos globais como cidade multicultural, a “cidade-maravilhosa” e “capital do samba” também é racial/sexualmente vendida no mercado internacional de turismo, principalmente na objetificação feminina (cf., CONCEIÇÃO, 2018), enquanto as vidas negras são devoradas pelas múltiplas formas de violência toleradas ou produzidas pelo Estado. A vitimização de Moise e as outras 66.420 mortes violentas registradas na última década, entre 1991 e 2020, somente no município do Rio (ISP, 2021), evidenciam esse terror ordinário. Embora as estatísticas (66 mil mortes!) não estejam desagregadas por raça, os imaginários do medo que informaram a urbanização da sede do império ultramarino continuam informando a antinegricidade que torna o Rio um território de morte (para

---

<sup>18</sup> Fundação do Rio de Janeiro, disponível em: Ensinar História - Joelza Ester Domingues. Disponível em <https://ensinarhistoria.com.br/linha-do-tempo/fundacao-do-rio-de-janeiro/>

<sup>19</sup> Conforme, El Tiempo. La Negritude en Cali. Disponível em <https://www.eltiempo.com/archivo/documento/MAM-823402>

as pessoas negras) e uma “cidade maravilhosa” (para a população branca). Segundo a Rede de Observatório da Segurança, 90% das pessoas assassinadas pela polícia (415) na cidade do Rio de Janeiro, em 2020, eram negras.<sup>20</sup> Os números são ainda mais chocantes se considerarmos o peso demográfico (45%) da população negra na cidade.<sup>21</sup> As mortes seguem um padrão de distribuição espacial consistente com a concentração desta população em determinadas regiões da cidade e sua região metropolitana marcadas pela precaridade urbana e altas taxas de homicídios: o subúrbio e a zona norte carioca, além de municípios como Belford Roxo e Duque de Caxias. Dados da ONG Justiça Global revelam que em cinco anos (2010-2015), localidades predominantemente negras como os bairros de Irajá e Costa Barros contabilizaram pelo menos 300 mortos pela polícia, enquanto a zona sul carioca, predominantemente branca, teve um total de 40 mortes (JUSTIÇA GLOBAL, 2015). Não seria demais lembrar que são estas localidades que fornecem as mãos de obras essenciais (empregada doméstica, porteiros, motoristas de ônibus, garis) para o funcionamento da cidade, ao mesmo tempo em que se convertem em depósito de uma reserva de mão de obra que, cada vez mais, sequer é vista como explorável.

À violência genocida da polícia somam-se as políticas estatais de abandono que roubam anos de vida da população negra carioca. Por exemplo, as mortes por Covid-19, no primeiro ano da pandemia, se concentraram nos territórios da cidade e sua região metropolitana marcados pela violência do crime organizado e a delinquência estatal. Embora os bairros da zona sul carioca registraram os maiores níveis de contágio, as áreas mais empobrecidas apresentaram maior número de óbitos (RIBEIRO; BRAGA; TEIXEIRA, 2021). Além das favelas cariocas, os municípios da periferia imediata e estendida, com alta concentração de população negra, registraram taxas de mortalidade superiores às outras regiões da Grande Rio (FARIAS., et. *al.*, 2021).<sup>22</sup>

Esse padrão de violência espacial se nota também na Cali pré-pandemia onde os níveis de pobreza extrema, a falta de acesso à saúde e infraestrutura urbana precária

---

<sup>20</sup>Jornal O Globo. Disponível em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/12/14/estudo-diz-que-86percent-dos-mortos-em-aco-es-policiais-no-rj-sao-negros-apesar-de-grupo-representar-517percent-da-populacao.ghtml>

<sup>21</sup> Ao todo, 3 milhões dos 6,7 milhões de cariocas se autodeclararam negros ou pardos, de acordo com o último censo Populacional/IBGE de 2010, o que faz do Rio a segunda cidade “mais Negra” do Brasil. Conforme, Jornal Extra. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/extra-extra/rio-eacute-segunda-cidade-com-mais-negros-pardos-do-brasil-segundo-ibge-3238937.html>

<sup>22</sup> Para uma discussão sobre o impacto do COVID-19 na população negra em outro contexto brasileiro, ver também, entre outros, OLIVEIRA, 2021.

têm uma relação sinérgica com a morte prematura das pessoas negras (URREA-GIRALDO, et. al, 2015). Por exemplo, embora a maior taxa de contágio e de diagnóstico de infecções por COVID-19 tenha se concentrado nos estratos econômicos mais altos da cidade (a população pobre e predominantemente negra não teve acesso aos testes/diagnósticos indisponíveis na quase inexistente rede pública de saúde), os impactos de longa duração não estão igualmente distribuídos. Como as pesquisadoras Ângela Mañunga, Debaye Barrera e David Quiñones revelam, enquanto a população branco/mestiça da cidade, com medo da morte, exigia mais polícia e exército para impor um toque de recolher, a população negra das zonas empobrecidas recorria a medidas desesperadas como pendurar trapos vermelhos nas portas das casas denunciando a aguda falta de alimentos que aceleraram suas condições estruturais de pobreza. O impacto da pandemia no incremento de mortes por outras causas ainda está por ser estudado, mas a Cali negra que emerge da pandemia é definitivamente mais empobrecida e mais segregada (MANUNGA-ARROYO, et *al.*, 2021).

### **3 Projeto genocida**

A nação (latino)americana se sustenta em raízes necropolíticas da civilização europeia, anglo-saxônica e seu irreparável crime colonial. Em que pese a celebração da “herança indígena” nas formações nacionais, sem genocídios negro e dos povos originários não haveria Américas como território livre. Sem possibilidade de reclamar “retorno” a uma terra soberana, a ontologia do sujeito negro é o desterro permanente, a morte social (WILDERSON, 2010). As sucessivas derrotas dos movimentos sociais negros pelo reconhecimento do genocídio, no marco normativo proposto pelas Nações Unidas, pode ser explicada por esta especificidade paradigmática de um sujeito fanoniano marcado pela outridade absoluta. Em que implicaria reconhecer um crime sob o qual repousa todo um projeto de liberdade? Quais são os limites do reconhecimento legal (e da reparação histórica) de um projeto de emancipação pós-colonial cuja marca definidora seja a dependência estrutural da carne negra como matéria-prima do fazer nação e do fazer cidade?

Na denúncia do genocídio negro, mobilizada por ativistas da região, se considera os efeitos da segregação residencial, baixos salários, desemprego, e outros meios legais e extralegais de opressão que resultam em mortes prematuras e evitáveis, ademais do

homicídio coletivo e sistemático da população afrodescendente por linchamento e abuso policial. O genocídio, assim, está intimamente ligado às experiências cotidianas e cumulativas de uma população sujeita a processos históricos de exploração, exclusão e morte. Se levarmos em conta que o processo avançado de urbanização, ligado às dinâmicas da violência racial que expulsam populações dos seus territórios coletivos, fazem das cidades da América Latina centros urbanos cada vez mais anti/negros – as populações negras do Brasil e da Colômbia vivem, por exemplo, predominantemente nas cidades –, a negação da cidadania urbana é uma dimensão do genocídio negro que não pode ser ignorada.

Sem reificar a divisão urbano/rural, esforços de organizações como os PCNs (sigla em espanhol para ‘Procesos de Comunidades Negras’), a AFRODES (Asociación de Afrocolombianos Desplazados), o Movimento Negro Unificado e a Uneafro-Brasil denunciam um continuum espacial inevitavelmente interligado com expressões geopolíticas do estado-império – aqui entendido como *o estado de emergência permanente para pessoas negras* (VARGAS 2021). Este continuum se manifesta por exemplo no avanço do capitalismo global sobre territórios negros quilombolas e palenqueros, nos intercâmbios militares que sustentam a ‘guerra às drogas’ e no estado de sítio vivido pelas populações nas periferias urbanas. Por exemplo, os PCNs têm denunciado as políticas de extermínio da juventude negra desterrada como uma prática genocida. No informe ‘Comunicado Contra o Genocídio do Povo Negro’, a entidade relaciona o assassinato de onze jovens negros, no transcurso de uma semana de agosto de 2020, aos “múltiplos fatores de violência racial” entre eles o abandono estatal, o para/militarismo e as políticas de drogas. O informe destaca ainda:

nossos jovens estão sendo duplamente vitimizados por serem oriundos dos povoados negros da região do Pacífico, de onde nossas famílias foram expulsas e deslocadas de seus lugares de origem como consequência do conflito armado e da barbárie que se instalou nesses nossos territórios [territórios que nos possibilitam] recriar a vida e ser negro (...). [N]as periferias das grandes cidades [jovens] voltam a ser vítimas da violência racial, recrutamento forçado, abandono pelo Estado e por uma sociedade que nos marginaliza e estigmatiza por causa da nossa cor de pele e idiosincrasias.<sup>23</sup>

Ativistas brasileiras também denunciam as matrizes ideológica, institucional e urbana do genocídio, ampliadas por alianças econômicas e militares. Por exemplo, no

---

<sup>23</sup> Conforme, “Comunicado em Rechazo al Genocidio contra el Pueblo Negro”. Disponível em: <https://renacientes.net/blog/2020/08/15/comunicado-en-rechazo-al-genocidio-contra-el-pueblo-negro/>

marco dos protestos contra o assassinato de Michael Brown, pela polícia de Ferguson/Missouri, o movimento negro chamou a atenção para o continuum entre a favela brasileira e os bairros negros estadunidenses com o slogan “Ferguson é aqui!”. Na carta-denúncia contra o terror policial, assinada por uma rede de organizações, manifestantes denunciaram o silêncio da mídia brasileira frente as estatísticas crescentes “que se assemelham e até superam guerras.<sup>24</sup>” Luana Alves, do movimento *Juntos!* enumerou algumas das vítimas em sua rede social: “Michel, assim como Cláudia Silva, Douglas Rodrigues, Amarildo, e tantos outros, era negro e pobre. Esse é o alvo das forças de repressão por toda as Américas: a juventude negra, pobre, trabalhadora.<sup>25</sup>” A afinidade com a petição histórica *We Charge Genocide* (Acusamos de genocídio), submetida à ONU pelo movimento negro estadunidense em 1951, é evidente. Naquela época, ativistas dos direitos civis argumentavam que a realidade do povo negro segregado nos guetos estadunidenses não era diferente das práticas genocidas impostas pelos Estados Unidos contra povos do chamado sul global: "a supremacia branca interna conduz ao massacre dos povos de cor no exterior" (PATTERSON, 1951, p. 7).<sup>26</sup>

Os protestos globais contra o assassinato da ativista negra *queer* Marielle Franco, em março de 2018, também chamaram a atenção para as afinidades imperiais entre os Estados Unidos e o Brasil. Ativistas do Black Lives Matter divulgaram um manifesto em que denunciavam que “em todo o mundo, os negros e negras enfrentam padrões semelhantes de violência, por isso essa injustiça é pessoal. Nós lamentamos sua morte porque ela é uma das nossas, lutando pela libertação de todos os negros e negras, mesmo quando separados por fronteiras superficiais.”<sup>27</sup> Poucos dias antes de ser assassinada no centro do Rio de Janeiro, Franco, uma opositora radical das intervenções militares nas favelas, escreveu em uma rede social: “quantos ainda terão que morrer para essa guerra acabar?” O uso de tecnologia militar israelense e estadunidenses no policiamento de favelas pelo exército brasileiro é fartamente documentado. As estatísticas da violência policial também. Mas o assassinato de Marielle chamou a atenção também

---

<sup>24</sup> Carta #FergusonÉAqui. Disponível em: <https://passapalavra.info/2014/12/101440/>

<sup>25</sup> Juntos! Negras e Negros! Disponível em <https://juntos.org.br/2014/12/ferguson-e-aqui-ato-contra-a-violencia-policial-mobiliza-a-juventude-negra-em-sp/>

<sup>26</sup> Em 1951, William Patterson liderou uma delegação à Paris e formalizou perante o Secretário-geral das Nações Unidas a acusação de genocídio do povo negro estadunidense contra o governo daquele país (PATTERSON, 1951). Os argumentos da delegação foram meticulosamente compilados em uma publicação do mesmo ano intitulada *We Charge Genocide*.

<sup>27</sup> Conforme, Black Lives Matter. Disponível em <https://blacklivesmatter.com/the-black-lives-matter-global-network-and-the-movement-for-black-lives-honors-the-life-of-marielle-franco-stands-with-black-freedom-fighters-in-brazil/>

para a invisibilidade estatística e política de outra vítima coletiva: as pessoas negras queer, transsexuais e gênero-diversas. Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), somente entre 2017 e 2022 pelo menos 900 pessoas travestis e transsexuais foram assassinadas no Brasil. Em média, 75% das vítimas eram negras.<sup>28</sup> Ainda assim, narrativas cisnormativas da vitimização policial impedem um reconhecimento radical da centralidade do terror sexual<sup>29</sup> principalmente contra as mulheres e pessoas transexuais negras no projeto genocida da *pátria grande* (para uma crítica, FLAUZINA; PIRES, 2020; VARGAS, 2021).

Considerando a violência antinegra difusa e estrutural, nossa crítica reconhece um padrão de violabilidade informado pela experiência de gênero e sexualidade que emana da escravidão e que organiza a violência racial nas sociedades afro-diaspóricas contemporâneas. Neste sentido, as manifestações genocidas do fazer cidade (a violência policial, o encarceramento em massa, a segregação residencial, a negação do acesso à saúde e à esfera do trabalho) repousam no terror sexual patriarcal que autoriza e pavimenta as economias corporais da violência contra as pessoas trans, as mulheres negras, o imigrante congolês, o presidente do Haiti, e a população negra em geral.<sup>30</sup> O terror sexual está no âmago do projeto de nação (latino)americana. E dado que esse projeto de nação é marcado fundamentalmente pelo genocídio, temos então que o terror sexual constitui um alicerce primordial do genocídio antinegro (VARGAS, 2021) e, por consequência, da “nossa” latinidade. Portanto, se o mito da democracia racial – e suas variações como a “nação mestiça” (para uma crítica, MORENO; SALDIVAR 2015; JIMÉNEZ, 2008; VILLEGAS, 2005).<sup>31</sup> -- sugere que somos o resultado de uma mistura

---

<sup>28</sup> Conforme, *Notícia Preta*. Disponível em <https://noticiapreta.com.br/pessoas-trans-vitimas/>

<sup>29</sup> Essa dimensão de sexo e de gênero se perde na denúncia das dimensões multifacetárias do genocídio. A definição de genocídio sintetizada na petição histórica *We Charge Genocide* e compartilhada por movimentos negros da diáspora africana: práticas cotidianas, institucionais, e culturais interligadas que impactam negativamente as pessoas negras, causando sua morte prematura através da segregação residencial, acesso bloqueado a recursos e serviços sociais, e das violências simbólica e física, entre outros tantos fatores. Tais dinâmicas genocidas excluem as pessoas negras não só da cidadania, mas também da família humana (para uma discussão da petição em relação a outros debates sobre o genocídio nas Américas, ver VARGAS, 2021, p. 41).

<sup>30</sup> Citando o Manifesto das Mulheres Negras, de 1975, Abdias Nascimento afirmava que as mulheres negras seguem vítimas do terror sexual dos homens brancos. Acrescentava também que “... as mulheres negras brasileiras receberam uma herança cruel: ser objeto de prazer dos colonizadores.” No imaginário coletivo e na formação social genocida correspondente, ser objeto de prazer compulsório significa habitar um contexto de terror sexual no qual a regra é “... o estupro sistemático e permanente da mulher africana e de suas descendentes...” (NASCIMENTO, 1978, p. 63).

<sup>31</sup> Estudos têm mostrado que a categoria “mestiço/a” não é homogênea. Há variações importantes nas maneiras como a mestiçagem é evocada em distintos contextos da América Latina, embora com resultados políticos consistentes: reafirmação de hierarquias raciais por meio da negação do racismo, em nome de um sujeito coletivo (“povo”) “pós-racial” ou portador de uma “raça histórica” (ver por exemplo,

harmônica e consensual (supostamente divergente do padrão de colonização dos Estados Unidos), intelectuais negras da diáspora redefinem os termos do debate ao desvendarem as estruturas cisnormativas e patriarcais das Américas.

Lélia Gonzalez já havia denunciado o projeto patriarcal fundado primariamente no corpo feminino negro.<sup>32</sup> “Na verdade,” ponderou Gonzalez (1988, p. 110), “o grande contingente de brasileiros mestiços resultou de estupro, de violação, de manipulação sexual da escrava. Por isso existem os preconceitos e os mitos relativos à mulher negra: de que ela é ‘mulher fácil’, de que é ‘boa de cama’ etc.” Embora a violabilidade da carne negra feminina institua a nação (GONZALEZ, 1988, p. 72), o mito ainda poderoso da harmonia racial busca negar a ubiquidade e a profundidade do terror sexual contra os corpos negros. Como a celebração cativante e absurda da pátria mestiça, o mito sempre renovado da democracia racial é mais uma construção branca, masculina e cisheteronormativa que simultaneamente encobre e aprofunda os impulsos genocida e antinegro da latinidade (VARGAS, 2021).

Também autoras como Betty Lerma Lozano, Danny Ramirez e Ochy Curiel têm articulado uma crítica à violência sexual que se reproduz na “reconquista” de territórios e corpos negros e sexualizados na Colômbia contemporânea. Por meio das desapareições, violações, despejos e assassinatos de mulheres negras e trans ---, principalmente, mas não só, na cidade portuária de Buenaventura, uma zona estratégica para a inserção do país no capitalismo global-, o sistema patriarcal reclama o direito de soberania sobre corpos e territórios impedindo a reprodução da vida (entendida mais além da sua dimensão sexual-reprodutiva), removendo os obstáculos que o ativismo feminista negro representa e abrindo caminhos para a acumulação de capital na nação branco-mestiça (LERMA LOZANO, 2016; RAMÍREZ TORREZ, 2016). Travada essencialmente no corpo feminino negro, a guerra de “reconquista” cria oportunidade econômica para a nação faminta de um lugar na economia global. O racismo antinegro estrutura a formação nacional colombiana, sua comunidade heterossexualmente imaginada e as configurações contemporâneas da violência e do poder bélico masculino e branco (MONTENEGRO, 2015; CURIEL, 2013; VIVEIROS VIGOYA, 2013). No conjunto, estas análises desvendam a polis americana como geografia social antinegra. Na ordem do dia

---

MORENO; SALDIVAR 2015; JIMÉNEZ, 2008; VILLEGAS, 2005).

<sup>32</sup> Em “Mamas’s baby, papa’s maybe,” Hortense Spillers (1987) também sintetizou essa questão de maneira brilhante, no contexto estadunidense, como a ausência/presença do pai (fundador) no mito fundacional.

está, portanto, a necessidade de desenvolver uma gramática crítica que insista na ubiquidade do terror sexo-racial na formação do estado-nação e na sociabilidade colombo-brasileira.

A figura da escrava<sup>33</sup> talvez nos ajude a refletir sobre os desafios epistemológicos e políticos de uma perspectiva que, ao reconhecer a violabilidade historicamente inalterável da pessoa negra, paradigmaticamente da mulher negra---, e, portanto, a sua condição de mercadoria impossibilitada de figurar como vítima ou exigir reparação legal da “violência” original sobre seu corpo (HARTMAN, 1997)---, não espera e nem acredita na redenção do projeto moderno de civilização multirracial ou do projeto de latinidade mestiça que povoa o imaginário de integração hemisférica e de cidade multicultural. Dentro e fora do estado-nação, este projeto, cujo algoritmo é a antinegitude, é um projeto branco, homossocial e cisheteropatriacal (ALEXANDER, 2006; VIVEIROS VIGOYA, 2013; FLAUZINA; PIRES, 2020; VARGAS, 2021), que requer e permanentemente reproduz o terror sexual e a morte social e física das pessoas negras ou enegrecidas pela vitimização e/ou pela identificação com suas raízes africanas. Reconhecer a violabilidade como estrutural e estruturante significa, no limite da análise, ponderar formas alternativas de ontologia e de organização social que necessariamente extrapolem o que presentemente define Américas ontológica, cultural e socialmente: o genocídio antinegro.

#### 4 Polis Amefricana

Neste artigo de reflexão, oferecemos uma análise descritiva de alguns contextos urbanos que esperamos explicitar o papel da violência antinegra na fundação e sustento da polis latino-americana. Como instrumento *e nexus* da ordem (neo)colonial moderna, a cidade se configura como tecnologia de império e como *locus* das disputas epistêmicas por outros imaginários espaciais. Longe de interditar o debate com uma visão por demais pessimista, nossa ênfase na crueldade do racismo antinegro não recusa reflexões sobre as lutas espaciais das gentes negras por autonomia e dignidade. Recusando estabelecer comparações, e sem ambições de oferecer uma leitura hemisférica, expomos os limites de Américas, como comunidade política, construto ideológico e modo de

---

<sup>33</sup> Para uma reflexão conceitual sobre a posicionalidade da “escrava” como referência de recusa aos fundamentos da sociabilidade e ontologia moderna, ver VARGAS, 2020.

sociabilidade. Se a nação latino-americana depende(u) do terror sexo-racial para se sustentar como território de liberdade, quais os limites e possibilidades de restituição, reconhecimento e pertencimento ao seu regime de cidadania?

Em um plano hemisférico, Lélia Gonzalez oferece a *polis amefricana* como referencial político-teórico na luta pela afirmação da humanidade negra. De acordo com Gonzalez, tal tarefa requer “superar as limitações linguísticas, territoriais e ideológicas” em nome de uma unidade política baseada nas condições históricas de opressão e em um devir político de libertação. A recusa ao projeto colonial “América(s)”, em nome de *América* (Gonzalez dá destaque central ao papel dos Estados Unidos na usurpação do próprio nome do continente bem como à visão acrítica de Afro-estadunidenses seduzidos com o império) implicaria responder à pergunta “porque não abandonar as reproduções de um imperialismo que massacra os povos do continente e de outras partes do mundo, e reafirmar a particularidade de nossa experiência na América como um todo, sem nunca perder a consciência da nossa dívida e dos profundos laços que temos com Africa?” (GONZALEZ, 1988, p. 142). Esse chamado por uma outra integração hemisférica que não o previsível culto da mestiçagem ou a capitulação ao fascínio imperial estadunidense, é também o apelo pela recusa de viver a negritude como/na morte social.

No plano hemisférico, *América* é o devir de uma comunidade supranacional insurgente construída por povos negros e indígenas do continente em resposta às geopolíticas do terror (expresso por exemplo na sinergia de projetos de expansão das fronteiras agroexportadoras que avançam sobre os territórios negros e nas alianças militares supranacionais da guerra às drogas denunciadas aqui). Na perspectiva das lutas urbanas, a *polis amefricana* é, nas palavras do ativista e pesquisador negro Mauro Silva, a possibilidade de afirmar a *negriCidade*,<sup>34</sup> descolonizar suas paisagens, desterrar a memória negra “soterrada debaixo do asfalto cinza da cidade dos brancos” (SILVA, 2021, p.247). O que implicaria enegrecer a cidade (e por extensão a nação) em bases outras que a gramática heteronormativa, masculina e branca de direitos, acessibilidade e inclusão? Implicaria abraçar a orfandade política como condição liminar e como possibilidade emancipatória. Portanto, a *polis amefricana* traz em si a denúncia de uma “orfandade negra” estrutural e expansiva, simbolizada no “convite” forçado aos

---

<sup>34</sup> “NegriCidade” é um projeto de resgate do “Afropatrimônio” de Belo Horizontes por meio de um museu que leva o mesmo nome, organizado pelo pesquisador e ativista negro Pe. Mauro Silva. Embora não aprofundado, empregamos o termo aqui como categoria analítica das agências espaciais negras em resposta às dinâmicas urbanas da antinegitude (sobre fazer-cidade, ver também discussões recentes de ALVES, 2020; OLIVEIRA 2020 e PATERNIANI 2022).

afrodescendentes para que abandonem as fantasias de pertencimento à nação mestiça/pátria grande. Trata-se de uma interpelação violenta que, como também sugere Marcos Queiroz (2022), reposiciona corpos negros e enegrecidos, espacial e ontologicamente, no devir-haitiano-do-mundo. Se o espectro do Haiti tem sido o motor político do mundo antinegro, também tem sido o imaginário espacial insurgente de outros mundos possíveis. Nesse sentido, como contraponto ao projeto neocolonial de Américas –outra vez, um projeto emancipador/independentista contra o colonialismo europeu e ainda assim (ou talvez por isso mesmo) fundado na antinegitude –, “América” é a possibilidade de reinventar uma *existência, cruel e impossível*, rumo à destruição total das bases ontológicas e sociais da polis latinoamericana.

## **Referências bibliográficas**

- ALEXANDER, Jacqui M. *Pedagogies of Crossing: Meditations on Feminism, Sexual Politics, Memory, and the Sacred*. Durham: Duke University Press, 2006.
- ARBOLEDA, Santiago. *Le Dije Que Me Esperara, Carmela No Me Espero: el Pacífico en Cali*. Cali: Editorial Fonds, 1989.
- ARBOLEDA, Santiago. Rutas para perfilar el ecogenoetnocidio afrocolombiano: hacia una conceptualización desde la justicia histórica. *Nómadas* n. 50, pp. 93-109, 2019. 93-109.
- ALGRANTI, Leila Mezan. Criminalidade escrava e controle social no Rio de Janeiro (1810-1821). *Estudos Econômicos*, n. 18, p. 45-79, 1988.
- ALVES, Jaime Amparo. Fatal blow: Urbicidal geographies, pax colonial and black sovereignty in the Colombian city. *Environment and Planning D: Society and Space* n. 39.6, p. 1055-1072, 2021.
- ALVES, Jaime Amparo. Biópolis, necrópolis, ‘blackpolis’: notas para un nuevo léxico político en los análisis socio-espaciales del racismo. *Geopauta* n. 4.1, p. 5-33, 2020.
- BAPTIST, Edward. *The half has never been told: Slavery and the making of American capitalism*. New York: Hachette, 2016.
- BLEDSOE, Adam. Afro-Brazilian resistance to extractivism in the Bay of Aratu. *Annals of the American Association of Geographers* n. 109.2, p. 492-501, 2019.
- BLEDSOE, Adam. Marronage as a Past and Present Geography in the Americas. *Southeastern Geographer* n. 57.1, p. 30-50, 2017.
- CÁRDENAS, Roosbelinda. ‘Thanks to my forced displacement’: blackness and the politics of Colombia’s war victims. *Latin American and Caribbean Ethnic Studies* n. 13.1, p. 72-93, 2018.

CÁRDENAS, Mateo. Industrias culturales “afropacíficas”: encrucijadas del multiculturalismo en la ciudad de Cali. *Antípoda: Revista de Arqueología e Antropología*, n. 24, p. 12-26, 2016.

CONCEIÇÃO ALVES, Mariana. A função ideológica da Embratur e seu papel na construção de um mercado de bens e serviços simbólicos: a exploração da imagem da mulher brasileira nos anúncios turísticos institucionais. *Caderno Virtual de Turismo*, n. 3, pp. 148-163, 2018.

CURIEL, Ochy. *La nación heterossexual: Análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación*. Bogotá: Brecha Lésbica, 2013.

DANEWID, Ida. The fire this time: Grenfell, racial capitalism and the urbanisation of empire. *European Journal of International Relations* N. 26, v.1, p. 289-313, 2020.

DA COSTA, Alexandre. The Decolonial in Practice, Quilombismo, and Black Brazilian Politics in “Postneoliberal” Times. *Journal of Ethnic and Cultural Studies*, n. 5.1, p. 27-40, 2018.

DE OLIVEIRA, Denilson. Existências Desumanizadas pela Colonialidade do Poder: Necropolítica e Antinegitude Brasileira. *GEOgraphia*, n. 24. 53, p. 19-38, 2022.

DE SOUZA, Igor. Rosas negras: quebradeiras de coco babaçú, raça e território no Maranhão contemporâneo. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2022.

EWANS, Martin. Belgium and the colonial experience, *Journal of Contemporary European Studies*, n. 11, v.2, p. 167-180, 2003.

FANON, Frantz. *Black Skin, White Masks*. Tradução de Charles Lam Markman. New York: Grove Press, 1967.

FARIAS, Heitor Soares, et., al. O impacto da Covid-19 nas periferias: uma análise espacial a partir dos casos e óbitos no Rio de Janeiro. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/confins.40727>  
Acesso em: nov. 2022.

FLAUZINA, Ana; PIRES, Thula. Uma Conversa de Pretas Sobre Violência Sexual. In: MELO, B; PEREIRA, S. (eds.) *Raça e Gênero: Discriminações, Intersecctionalidades e Resistências*. São Paulo: Educ, 2020, p. 65-88.

GARCIA, Antonia dos Santos. *Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais: Salvador, cidade D'Oxum e Rio de Janeiro, cidade de Ogum*. Niterói: EDUFF, 2009.

GALEANO, Eduardo. *Las venas abiertas de América Latina*. Ciudad de México: Siglo Vienteuno Editores, 2000.

GOMEZ A; MARTINEZ Hernandez. *História de Cali: 1536-1986*. Cali: Ediciones Andinas, 1985.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de Amefricanidade. *Tempo Brasileiro* n. 92, v. 93, p. 69–82, 1988.

HARTMAN, Saidiya. *Scenes of Subjection: Terror, Slavery, and Self-Making in Nineteenth-Century America*. New York: Oxford University Press, 1997.

ISP (INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Letalidade violenta: série histórica. Disponível em: <http://www.ispdados.rj.gov.br/Arquivos/SeriesHistoricasLetalidadeViolenta.pdf>. Acesso em: mar. 2023.

JAMES, C..L.R. *The Black Jacobins: Toussaint L'Ouverture and the Santo Domingo Revolution*. New York: Vintage Books, 1989.

JIMENEZ, Pablo Rodriguez. Sangre y mestizaje em la America Española. *Anuario Colombiano de Historia*, n. 35, pp. 279-310, 2008.

JUNG, Moon-Kie; VARGAS, João. *Antiblackness*. Durham: Duke University Press, 2022.

JUSTIÇA GLOBAL. Onde a Policia Mata. Portal Justiça Global. Disponível em: <http://www.global.org.br/blog/justica-global-lanca-o-site-onde-a-policia-mata-homicidios-cometidos-pela-policia-militar-do-rio-de-janeiro/>. Acesso em: abr. 2021.

KIMARI, Wangui; PINHEIRO, Amanda. Resisting Colonial Deaths: Marginalized Black Populations and COVID-19 in Brazil and Kenya. *Kalfou*, v.8, n.1, p. 267-293, 2021.

LAO-MONTES, Agustín. Cartografías del campo afrodescendiente en América Latina. *Universitas Humaniticas*, v. 68, pp. 207-245, 2009.

LERMA LOZANO, B. Violencias contra las mujeres negras: Neo conquista y neo colonización de territorios y cuerpos en la región del Pacífico colombiano. *La manzana de la discordia*, n.11, v.1, p. 7-17, 2016.

LERMA LOZANO, Betty Ruth. Feminismo Negro–Afrocolombiano: ancestral, insurgente y cimarrón. Un feminismo en-lugar. *Intersticios de la política y la cultura. Intervenciones Latinoamericanas*, n. 5, v.9, p. 23-48, 2016.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes tropiques*. Trans. John and Doreen Weightman. London: Penguin Books, 1955.

LOPERENA, Christopher. Settler violence?: race and emergent frontiers of progress in Honduras. *American Quarterly*, n. 69, v.4 , p. 801-807, 2017.

MACHADO, Igor; PARDUE, Derek. *Migrant refugee spatialities lived and legislated in São Paulo*. New York: Routledge, 2020.

MANUNGA-ARROYO, Ángela, BARRERA, D; QUINONES, D. COVID-19, Life, and Re-existence in an Afro-Colombian Community. *Kalfou*, n. 8, v.1/2, p. 275-284, 2021.

MCKITTRICK, Katherine. "On plantations, prisons, and a black sense of place." *Social & Cultural Geography* 12.8, pp. 947-963, 2011.

MINA, M. *Esclavitud y libertad en el valle del Río Cauca*. Bogotá: Publicaciones de La Rosca, 1975.

MIGNOLO, Walter. *The Idea of Latin America*. Oxford: Blackwell Publishing, 2005.

MORENO HURTADO, Vicenta; BARRERA, Debaye. ¿Y el derecho a la ciudad? Aproximaciones al racismo, la dominación patriarcal y las estrategias feministas de resistencia en Cali, Colombia. CS, n. 16, p. 87-108, 2015.

MORENO, Monica; SALDIVAR, Emiko. 'We are not racists; we are Mexicans': privilege, nationalism and post-racial ideology in Mexico. *Critical Sociology*, n. 42, v4-5, p. 515-533, 2015.

MONGE Y; TORRADO, D. El Pentágono confirma que entrenó a los soldados colombianos implicados en el asesinato del presidente de Haití. *El País*. Disponível em: <https://elpais.com/internacional/2021-07-15/el-pentagono-confirma-que-entreno-a-los-soldados-colombianos-implicados-en-el-asesinato-del-presidente-de-haiti.html> Acesso em: out, 2021.

MONTENEGRO, Ximena. Violencia sexual en el conflicto armado colombiano: racismo estructural y violencia basada en género. *Revista Via Iuris*, n. 19, 69-90, 2015.

MULLINGS; B, WERNER; M, PEAKE; Linda "Fear and loathing in Haiti: Race and politics of humanitarian dispossession." *ACME: An International Journal for Critical Geographies* 9.3, pp. 282-300, 2010.

NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro processo de um racismo mascarado: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

NICOLAU NETTO. Michel. A Memória Nacional Globalizada: as condições de produção simbólica da nação. *Dados*, n. 64, pp. 12-45, 2021.

OLIVEIRA, Reinaldo José. Segregação racial e território: a Covid-19 no Brasil. *Caderno Sisterhood*, n. 1, v.1,p. 1-12, 2021.

OLIVEIRA, Reinaldo José. Cidades negras no Brasil: território e cidadania. *Revista da ABPN*, n. 12, v.34, p. 287-314, 2020.

PATERNIANI, Stella Zagatto. Ocupações, práxis espacial negra e brancopia: para uma crítica da branquidade nos estudos urbanos paulistas. *Revista de Antropologia*, n. 65, p. 15-32, 2022.

PATERNIANI, Stella Zagatto. São Paulo cidade negra: branquidade e afrofuturismo a partir de lutas por moradia. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, 2019.

PATTERSON, Orlando. *Slavery and Social Death: a comparative study*. Cambridge, Harvard University Press, 1984.

PATTERSON, William. *We Charge Genocide: The Historic Petition to the United Nations for Relief from a Crime of the United States Government Against the Negro People*. New York: Civil Rights Congress, 1951.

PICOZZA, Fiorenza. Huida, cimarronaje y santuario: genealogías críticas para deseurocentrar la historia del refugio en el Atlántico Negro: Español. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, n. 26, v.2, p. 27-41, 2022.

PINHO, Osmundo Araújo. *Cativeiro: antinegitude e ancestralidade*. Cachoeira: Segundo Selo, 2021.

PINHEIRO, Amanda; MAÑUNGA, A; ALVES, J; WOOTEN, T; KIMARI; W. Políticas de Vida: Transnational Pedagogies of Black Resistance in the Times of COVID-19. *Items: Insights from The Social Sciences*, SSRN, Report, 2021.

QUEIROZ, Marcos. O Haiti é aqui: ensaio sobre a formação social e cultura jurídica latino-americana (Brasil, Colômbia e Haiti, Século XIX). Brasília: Universidade de Brasília, 2022.

RAMÍREZ TORRES, D. Femicidios en las economías criminales de Buenaventura: Una perspectiva desde el Territorio y las relaciones de Género. Tesis de Maestría. Bogotá: Editorial de la Universidad Nacional de Colombia, 2017.

ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. *Revista de Estudos Afro-Asiáticos*, n. 17, p. 1-17, 1989.

RIBEIRO, Daniel; BRAGA, Aruan; TEIXEIRA, Lino. Desigualdade socioespacial e o impacto da Covid-19 na população do Rio de Janeiro: análises e reflexões." *Cadernos MetrÓpole* n. 23, p. 949-970, 2021.

SANTAMARIA, Jorge E; GARCÍA, Bibiana E. Política pública para víctimas del conflicto armado en Colombia desde las experiencias con mujeres negras desplazadas. *Revista Latinoamericana de Derechos Humanos* n. 24, v.1-2, p.57-76.

SANTOS, Ynaê Lopes. Global porque escravista: uma análise das dinâmicas urbanas do Rio de Janeiro entre 1790 e 1815. *Almanack*, n. 23, p. 23-37, 2020.

SILVA, Mauro Luis. Negricidade e Afro: Do Curral Del Rey a Belo Horizonte. *Cadernos Atempo*, n. 5, p. 194-249, 2021.

SPILLERS, Hortense. *Mama's baby, papa's maybe: An American grammar book*. New York: Routledge, 1987.

TORINO, Giulia. "The governmentality of multiculturalism: from national puri-ethnicity to urban cosmopolitanism in Bogotá." *Identities* n. 28, v. 6, p. 699-716, 2021.

TORINO, Giulia. "Racial and relational urbanism: the spatial politics of Afro-Colombian emplacement in Bogotá. [dc.description.abstract]. Cambridge: Universidade de Cambridge, 2020.

URREA-GIRALDO, F; PELAEZ, G.B; CARABALÍ, B. H; VILLA, V. M. Patrones de mortalidad comparativos entre la población afrodescendiente y la blanca-mestiza para Cali y el Valle. *Revista CS*, n.12, p. 131-167, 2015.

VARGAS, João Costa. Terror sexual é genocídio. *Revista Latinoamericana de Criminología*, n.2, v. 1, p. 123-143, 2021.

VARGAS, João Costa. O Cyborg e a Escrava: Geografias da Morte e Imaginação Política na Diáspora Negra. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros*, n. 12, v.34, 54-72, 2020.

VARGAS, João Costa. "A diáspora negra como genocídio: Brasil, Estados Unidos ou uma geografia supranacional da morte e suas alternativas." *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)* N.1.v2, p.31-66, 2010.

VERGARA-FIGUEROA, Aurora. *Afrodescendant Resistance to Deracination in Colombia: Massacre at Bellavista-Bojayá-Chocó*. New York: Springer, 2017.

VIVEROS VIGOYA, Mara. *Género, raza y nación. Los réditos políticos de la masculinidad*

blanca en Colombia. *Maguaré*, n. 27, v.1, p. 71-104, 2013.

VIVEROS VIGOYA, Mara; ESPINEL, Sergio. "Cuestiones raciales y construcción de Nación en tiempos de multiculturalismo." *universitas humanística* 77 (2014): 13-31.

VILLEGAS, Álvaro. Raza y nación em el pensamiento de Luis Lopez de Mesa. *Estudios Politicos* n. 26, pp. 209-232, 2005.

WYNTER, Sylvia. "Unsettling the coloniality of being/power/truth/freedom: Towards the human, after man, its overrepresentation—An argument." *CR: The new centennial review* 3.3, pp. 257-337, 2003.

WADE, Peter. Espacio, región y racialización en Colombia. *Revista de Geografía Norte Grande*, n.76, p. 31-49, 2020.

WILDERSON, F. *Red White, Black: cinema and the structure of US antagonism*. Irvine: The University of California Press, 2010.

WOOTEN, Terrance; ALVES, Jaime. *White Apocalypses, Global Antiblackness, and the Art of Living through and against Death-Worlds*. *Kalfou*, v, 8, n2, p. 316-331, 2021.

***Recebido em: 26 de outubro de 2022.***

***Aceito em: 04 de agosto de 2023.***

## **COMO REFERENCIAR**

ALVES, Jaime Amparo; VARGAS, João da Costa. Polis Amefricana: para uma desconstrução da 'América Latina' e suas geografias sociais antinegras. *Latitude*, Maceió, v.17, n. 1, p.57-82, 2023.

## **Segregação Racial na Metrópole: observações sobre racismo, saúde e a covid-19**

## **Racial Segregation In The Metropolis: comments on racism, health and covid-19**

### **Regina Marques de Souza Oliveira**

UFRB – Universidade do Recôncavo da Bahia,  
Doutora em Psicologia Social,  
PUC-SP

### **Reinaldo José de Oliveira**

UFRB (pesquisador colaborador).  
Doutor em Ciências Sociais,  
PUC-SP.  
E-mail:  
[reinaldojoliveira1971@gmail.com](mailto:reinaldojoliveira1971@gmail.com)

### **Resumo**

Abordamos no presente texto, a segregação racial na metrópole de São Paulo, tendo como centralidade o racismo. Interpretamos que a segregação de base racial não é algo recente na história das cidades brasileiras, ela sempre existiu, mas em razão do mito da democracia racial e do racismo estrutural, as ciências que observam a cidade e o urbano voltaram-se, exclusivamente, para o contexto das desigualdades de classe social. Adotamos como procedimento teórico metodológico, a leitura e a interpretação de dados socioeconômicos do IBGE de 2010 e a literatura espaço urbano e relações étnico-raciais. “O direito à cidade” na realidade nacional, além das lutas em torno das desigualdades de classe social, implica a problematização e a interseccionalidade do gênero, relações étnico-raciais e o território.

**Palavras-Chave:** Covid-19, racismo, metrópole, saúde, segregação racial.

### **Abstract**

In the present text, we address racial segregation in the metropolis of São Paulo, with racism as its centrality. We interpret that racially based segregation is not something recent in the history of Brazilian cities, it has always existed, but because of the myth of racial democracy and of structural racism, the sciences that observe the city and the urban have turned exclusively to the context of social class inequalities. We adopted as a theoretical methodological procedure, the reading

and interpretation of socioeconomic data from the IBGE of 2010 and the literature urban space and ethnic-racial relations. "The right to the city" in the national reality, in addition to the struggles around social class inequalities, implies the problematization and intersectionality of gender, ethnic-racial relations and the territory.

**Keywords:** Covid-19, racism, metropolis, health, racial segregation.

## Introdução

Este texto tem como objetivo contextualizar a segregação racial e a saúde da população negra. A segregação negra está nos lugares e territórios da pobreza, das desigualdades e da ausência de oportunidades no ambiente construído da cidade, como o acesso à saúde.

Na história da sociedade brasileira, o racismo é um tema complexo, que tem forte incidência nos territórios das metrópoles e das principais cidades nos séculos XX e XXI. O racismo e a segregação estão de mãos dadas, portanto, é a população negra que vivencia a violência física, subjetiva, mental e social no corpo das cidades, é a necropolítica, observada por Mbembe (2020), Alves (2011) e Vargas (2020).

No caso das metrópoles do país, a população negra vive fortes agravos socioeconômicos que refletem no quadro da saúde, por exemplo, o acesso ao ambiente construído, a qualidade de vida e o percurso do nascimento, desenvolvimento e morte, que mais repercutem na população negra.

No interim de 2020-2022, as cidades do mundo viveram os efeitos da Covid-19, que obrigou a todos, independentemente das condições socioeconômica, étnica e racial, de gênero e espacial, portanto, a sociedade brasileira passou a viver com as regras, os comportamentos e as leis sociais para evitar a infecção do vírus e o avanço das mortes.

Até o momento, os movimentos sociais negros têm chamado a atenção da sociedade e do estado brasileiro quanto à sobrerrepresentação negra no número de mortes provocada pela Covid-19.

Os últimos acontecimentos oriundos da segregação e do racismo, como a morte de George Floyd nos Estados Unidos, dos Amarildos nas cidades brasileiras, da menina Ághata no Rio de Janeiro, a execução do adolescente João Pedro, no espaço de sua própria casa na cidade de Niterói, a morte trágica do menino Miguel, em Pernambuco, pelas mãos do racismo à brasileira, não são casos isolados, antes e posteriormente situações semelhantes se repetiram.

Na capital da Bahia, em Salvador, tio e sobrinho foram pegos furtando carne em um hipermercado local, a segurança privada os entregou para o tráfico, posteriormente, seus corpos foram encontrados. Em janeiro de 2022, na cidade do Rio de Janeiro, Moise Cabagambe, jovem congolês, de 24 anos, foi espancado até a morte pelo simples motivo de ter ido cobrar o seu salário (SANTOS, 1993). Posteriormente, em maio, Genivaldo de Jesus Santos, homem negro de 38 anos de idade, foi executado pelo racismo à brasileira, pelas mãos de policiais rodoviários federais, que o abordaram, o prenderam e o seu fim foi o mesmo que George Floyd e João Alberto: “Eu não consigo respirar”. No caso particular da violência policial, são os corpos de homens negros, jovens, pobres e moradores das periferias que são identificados como suspeitos.

O mapa da violência no Brasil, nas duas últimas décadas, aponta que o perfil dos homicídios tem como recorte a população pobre, negra, jovem e das periferias urbanas (WASELFISZ, 2020). Além do mapa da violência, Mbembe (2020) e Alves (2011), contextualizam que a necropolítica no Brasil e na diáspora, sobretudo na realidade brasileira, os corpos negros, indígenas e femininos estão sujeitos a todas as formas de dominação, controle e punição. De forma material e subjetiva, é o Estado nacional que efetiva o exercício da vida e da morte. O exercício da vida e da morte, não se circunscreve apenas ao homicídio e à violência, diz respeito a um quadro social, político e cultural que a população necessita para todos os espaços da cidade, como o urbano e a saúde subjetiva, mental e social.

Conforme as reflexões de Mbembe (2020) e Alves (2011), as mortes das pessoas negras (crianças, jovens e adultos), em situações de violência do Estado, como a Covid-19, os homicídios, o quadro do racismo e das desigualdades, revelam a profundidade da necropolítica dos corpos e territórios das desigualdades.

A Covid-19 que começou com os “ricos” na Europa, no mundo e também no Brasil, foi tomando os corpos dos mais pobres, negros, indígenas e idosos. A morte da população negra pela Covid-19 está relacionada com o quadro das desigualdades, da segregação e da necropolítica do Estado. Portanto, é um quadro estrutural que relaciona aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais e subjetivos que estão no chão dos territórios negros e da segregação.

A partir das observações de Alves (2011; 2018), a respeito da geografia da violência estatal da doença e da morte nos corpos, territórios e espaços negros, aqui, indicamos um quadro de conexão, que liga a questão da segregação racial e da saúde com as cartografias que experienciam a vida, a morte e a doença, em proporções que podem ser mediadas com a história da colonização, do escravismo e do racismo na história do Brasil e da diáspora africana.

Para a construção do presente texto, selecionamos a produção de dissertações e teses para análise, referentes às temáticas espaço urbano, cidade e relações étnico-raciais. Em seguida, para problematizar a invisibilidade do tema nas revistas científicas, observamos dois importantes periódicos, sediados em São Paulo, com forte visibilidade nacional e internacional. Para compor o cenário da metrópole e das urbes, analisamos, brevemente, as informações socioeconômicas da RMSP, censo do IBGE, 2010, com recorte étnico-racial para problematizar a segregação, o território e as desigualdades. No tratamento sobre a saúde e a Covid-19, em resumo, interpretamos a saúde da população negra e a pandemia que tomou o Brasil e o mundo, por meio de fontes bibliográficas e de dados quantitativos e cartográficos sobre a morte, disponibilizados pela PMSP, em 2021.

O texto a seguir está organizado em três seções, na primeira apresentamos um breve contexto da segregação racial na metrópole paulistana, relacionamos com o quadro da saúde da população negra e a Covid-19 e, por último, nas considerações finais, constatamos que o cenário das desigualdades urbanas e em saúde são decorrentes da segregação e do racismo.

## **1 A Segregação Racial na metrópole**

Na sociedade brasileira, a segregação racial não é regular no dia a dia dos principais centros de estudos e pesquisas. Na história do século XX, prevaleceu a

interpretação da segregação das classes sociais, apenas o quadro da separação espacial de ricos e pobres, o acesso ao ambiente construído e o capital social.

Os trabalhos de João Vargas (2013; 2016), Maria Nilza da Silva (2006), Lourdes Carril (2006), Andreilino Campos (2007), Antonia dos Santos Garcia (2010), Jaime do Amparo Alves (2018; 2011) e Reinaldo José de Oliveira (2016; 2020; 2022), abordam a cidade e as relações étnico-raciais. Em geral, afirmam que a segregação socioeconômica, epistemologicamente não é suficiente para analisar o quadro do racismo que afeta as condições sociais e políticas da população negra, sobretudo o quadro da saúde, desde o nascimento, desenvolvimento e morte da população.

Nos Estados Unidos, a produção sobre segregação racial é histórica, em nossa atualidade, a literatura tem se tornado cada vez mais diversa em razão da globalização e da diversidade étnico-racial presente nas urbes americanas, como o movimento pelos direitos civis nos anos de 1960 e o momento atual, da luta antirracista, do movimento “Vidas Negras Importam” e a Covid-19.

A segregação de base racial é extensamente pesquisada nos Estados Unidos desde o início do século XX. Segundo Valente e Berry (2020), a segregação racial foi analisada em diferentes momentos do século passado; citam Duncan (1957), Farley e Frei (1994), Massey (1985), Schneider e Logan (1982) e Harrison e Weiberg (1992), são referências que investigam, por exemplo, o quadro da história urbana, residencial, o mercado de trabalho, renda e rendimento, escola e educação, gênero e nas últimas décadas, o encarceramento em massa (ALEXANDER, 2017).

No Brasil, as primeiras produções<sup>1</sup> datam do final do século XX, como os trabalhos de Edward Telles (1993; 1994; 1996) e Raquel Rolnik (1989; 1997). Ambos os autores contribuíram no desenvolvimento de referências no campo das relações étnico-raciais e do espaço urbano.

No caso particular da Revista *Cadernos MetrÓpole*<sup>2</sup>, em 21 anos, produziu, aproximadamente, 48 edições, deste universo, nossas observações constataram apenas cinco textos que abordam a articulação cidade e relações étnico-raciais. Maura

---

<sup>1</sup>Estamos considerando apenas as obras que relacionam espaço, cidade e relações étnico-raciais. Outros trabalhos problematizaram a questão étnico-racial, no entanto, sem o relacionamento objetivo com a cidade, o urbano e o território, e vice-versa.

<sup>2</sup>De 1999 até o ano de 2019, ou seja, da edição de número 1 até o número 48, disponibilizados no Site do Caderno *MetrÓpoles*, totalizamos, aproximadamente, 596 artigos publicados. Apenas cinco textos abordam a relação cidade e relações étnico-raciais.

Pardini Bicudo Vêras (1999), em seu estudo, analisa a relação entre imigrantes e territorialidade na era da globalização, estabelecendo um importante debate em torno do tema da cidadania. Posteriormente, Dulce Maria Batista (2007) observa o deslocamento da migração de angolanos para a metrópole paulistana, enquanto um fenômeno da globalização perversa. Renato Cymbalista e Iara Rolnik Xavier (2007), focalizam a comunidade boliviana em São Paulo, como parte da migração latino-americana no Brasil. Inaiá Maria M. de Carvalho e Vanda Sá Barreto (2007), contextualizam a segregação residencial, condição social e de raça em Salvador, tida como a capital mais negra do Brasil. Maria do Rosário R. Salles (2008) retrata a história dos imigrantes refugiados em São Paulo no Pós-Guerra Mundial. Desses cinco textos, apenas o artigo de Carvalho e Sá Barreto analisam a relação entre espaço urbano e população negra.

A Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-USP, também foi observada. De 1991 até o ano de 2021, identificamos seis artigos que versam sobre etnicidade. Por exemplo, a questão da arquitetura italiana no Brasil, os saberes e práticas indígenas na construção arquitetônica e a importância da cultura na construção do espaço urbano no Japão.

A partir da observação de dois importantes centros de promoção do ensino, pesquisa e extensão, constatamos que o tema espaço urbano e relações étnico-raciais são incipientes e de pouca atenção pelas principais instituições de produção científica no Brasil, especialmente a questão dos espaços e territórios negros.

Há segregações das mais variadas naturezas na metrópole brasileira, principalmente de classes e de etnias ou nacionalidades. Vamos abordar a segregação das classes sociais, que é aquela que domina a estruturação das nossas metrópoles. Tal como aqui entendida, a segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole (VILLAÇA, 2001, p. 142).

A segregação, além de ser tradicionalmente interpretada como um fenômeno socioespacial, é étnico-racial, logo, nas periferias das metrópoles, a segregação da população negra está nos limites espaciais e/ou próxima das áreas ricas e onde estão localizadas as principais referências do capital social em saúde.

Flávio Villaça (2001) observa as segregações voluntária e involuntária, a primeira pode ser retratada quando indivíduos e grupos sociais buscam viver com

outras pessoas de sua classe social. A segregação involuntária ocorre quando o indivíduo e seu grupo social, diante do quadro social da cidade, se veem obrigados pelas diferentes forças, a fixar moradia nos lugares e regiões mais distantes do centro, nas periferias e nos seus limites.

Em 2005, a Revista Espaço & Debates – Estudos Urbanos e Regionais, número 45, publicou o debate tratando do tema Segregação, com diferentes conceitos, metodologias e base de dados. Participaram da programação, os(as) professores Aldaíza Sposati, do Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da PUC-SP, Haroldo Torres, do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP e Suzana Pasternack da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP-SP, e como debatedores, os professores Flávio Villaça da FAU-USP, Lúcio Kowarick da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH-USP e Silvia Schor da Faculdade de Economia e Administração FEA-USP.

Na riqueza de interpretações teórico-metodológicas, a temática étnico-racial recebeu apenas uma menção das apresentações e dos debates.

Ou seja, o triângulo ocupação/renda/educação, elementos que andam muitos juntos, é a forma básica que leva à apropriação do espaço. Eu tenho dúvida e aí eu volto para a pergunta: é claro que há mais população afrodescendente em certas regiões do que em outras porque é a mais pobre, menos qualificada profissionalmente, com menos instrução escolar e sobre a qual despencam os mais fortes preconceitos: penso que não dá para entender a questão do preconceito e da discriminação relacionados à questão social. Gostaria de ter dados da questão racial nas nossas cidades, sobre os espaços em que há concentração racial (KOWARICK, 2005, p. 96).

Os impactos da segregação racial ultrapassam o quadro espacial, econômico e político. No campo da saúde, a população negra sofre com as diferentes práticas do racismo, como a depressão, o mapa dos homicídios, o constante mal-estar social, e os quadros psíquicos e sociais que se acumulam nas desigualdades.

O pensamento racial de Mbembe (2020), Vargas (2020) e Alves (2011), a respeito da necropolítica e da política antinegitude, no decorrer do século XX e no atual momento, está inscrito no cotidiano das cidades brasileiras em áreas estratégicas da construção da cidadania e dos direitos, como o ambiente construído no urbano, o capital social e político em saúde, educação, cultura, lazer e renda.

As primeiras dissertações e teses sobre o tema segregação racial, espaço urbano e relações étnico-raciais, datam do final do século XX. Inicialmente, José Carlos

Gomes da Silva (1990), em trabalho de dissertação “Os suburbanos e a outra face da cidade: Negros em São Paulo 1900-1930” focaliza os espaços, territórios e territorialidades negras nas três primeiras décadas do século XX. Posteriormente, Walter Roberto Silvério (1992), estudou “Territórios Negros em Campinas: o caso Vila Rica”, observa a urbe do interior paulista, em especial, os espaços e territórios da população negra diante das transformações do rural e do urbano. Em seu trabalho de doutorado, Silva (1998) mantém atentamente suas reflexões sobre a urbe paulistana, diferente do mestrado, aqui o autor observa o final do século XX: “Rap na cidade de São Paulo: Música, Etnicidade e Experiência Urbana”, em ambas produções, podemos considerar como parte da literatura que inaugura os estudos e as pesquisas sobre a população negra e o espaço urbano.

A antropóloga Teresinha Bernardo, em 1993, apresenta a sua tese de doutorado sobre os italianos e seus descendentes e a população negra, ambos da capital paulistana. A autora compõe a memória coletiva dos italianos e negros nas três primeiras décadas do século XX. A partir da memória coletiva, Bernardo destaca lugares, espaços e territórios importantes das manifestações italianas e negras na capital paulistana, sobretudo nos bairros do Bexiga, Barra Funda, Sé e Sul da Sé.

A partir das leituras produzidas nos anos de 1990, interpretamos que Silva, Silvério e Bernardo demarcam um campo de pesquisa para pensar as cidades negras, nesse caso específico, a questão da saúde da população negra e o espaço urbano passaram invisibilizados pela produção nacional.

Oliveira (2002) observou os territórios negros em sua dissertação de mestrado intitulada “A Presença do Negro na Cidade: Memória e Território Negro na Casa Verde em São Paulo”. O estudo apresenta um pedaço da urbe paulistana, os últimos anos do século XIX, as três primeiras décadas do século passado até o final do século XX. Foram trazidos os bairros da Barra Funda, Bexiga, Liberdade, Sé e sul da Sé e, especialmente, o bairro da Casa Verde como análise da territorialidade negra

Gradativamente, a população negra da capital paulistana, perante os reflexos do racismo e do desenvolvimento urbano, foi obrigada a migrar, voluntária e involuntariamente, dos antigos núcleos negros para as primeiras periferias da zona norte. O bairro da Casa Verde é fruto desse movimento de periferização da cidade de São Paulo (OLIVEIRA, 2002).

Lourdes Carril (2003), em “Quilombo, Favela e Periferia – A longa busca da cidadania”, retrata a segregação da população negra, sobretudo o protagonismo de jovens negros nos movimentos hip-hop, atuando no processo de enfrentamento na zona sul de São Paulo. Para a autora, na história do século XXI, a cidadania terá que abordar, além da classe social, a questão étnico-racial.

Posteriormente, Maria Nilza da Silva (2004), em “Nem para todos é a cidade: segregação urbana e racial em São Paulo”, aborda importantes reflexões sobre o tema. A autora destaca que a segregação racial está inscrita na metrópole, principalmente nas relações classe social, gênero e étnico-racial.

Reinaldo José de Oliveira (2008), em trabalho de doutorado intitulado “Segregação Urbana e Racial na cidade de São Paulo: as periferias de Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela”, versa sobre um século do negro na principal metrópole do país. Oliveira observa os movimentos no chão da cidade pela população negra: os primeiros anos do século XX, a vida nos núcleos negros na região central, como Bexiga e Barra Funda, posteriormente, os bairros negros na zona norte e o constante processo de periferização.

Em seguida, Danilo Sales do Nascimento França (2010), em “Raça, Classe e Segregação Residencial no município de São Paulo”, por intermédio de dados estatísticos do Censo Demográfico do IBGE, de 2000, observa a segregação residencial, descrita a partir da articulação entre raça e classe social, em específico, dos negros nas classes médias e altas. Posteriormente, França (2017), de forma comparativa, analisa a segregação residencial dos negros e brancos das classes médias e altas na Metrópole Paulistana, por intermédio dos dados dos Censos Demográficos do IBGE, de 2000 e 2010.

Sheila Alice Gomes da Silva (2015), retrata a urbe paulistana a partir do pedaço, do recorte espacial. A dissertação, intitulada “Negros em Guaianases: cultura e memória”, observa as micro Áfricas inscritas no chão da cidade, por intermédio dos capitais social, político e cultural da população negra, dos anos de 1930 a 1960.

Mais recentemente, Stella Zagatto Paterniani (2019), em tese intitulada “São Paulo cidade negra: branquidade e afrofuturismo a partir de lutas por moradia”, traz importantes contribuições para pensar a segregação étnica e racial a partir do olhar da branquidade; dos benefícios e vantagens na história da cidade para a população

branca, por exemplo, a legislação da abolição e as inúmeras referências para a arquitetura e a urbanização da cidade moderna.

Exterior ao contexto da pós-graduação, o Observatório Nossa São Paulo, nos anos de 2018 e 2019, promoveu a pesquisa sobre a segregação da população negra na urbe paulistana. Os resultados, em geral, coincidiram com as principais referências citadas acima sobre o urbano e a questão étnico-racial. Oliveira (2016), França (2017) e a Rede Nossa São Paulo (2018; 2019), constataram que o fenômeno da segregação entre brancos e negros avançou.

O avanço da segregação racial reflete em agravos socioeconômicos e políticos, sobretudo no campo da saúde. A violência do racismo, cotidianamente, percorre classe social, raça, etnia e gênero, nesse complexo cenário são as mulheres negras que mais vivem a sub-representação nos cenários socioeconômicos.

A saúde da população negra está inscrita no chão da cidade, em razão do racismo estrutural que impõe barreiras físicas, invisíveis e subjetivas, impedindo o exercício da igualdade e da diferença entre brancos e negros, sobretudo do universo cultural negro (ALMEIDA, 2019).

São Paulo massacra os + pobres e aqui no extremo sul eu senti na pele o que é ser preto, pobre, filho de mãe solteira negra, que veio da Bahia com doze anos de idade. Aprendi a não gostar de polícia, sei o que é andar muito “loko” três, quatro dias direto e nem por isso atravessar o caminho de ninguém. Mano Brown (FÉRREZ, 2000, p. 24).

O racismo é um problema histórico e contemporâneo na sociedade brasileira, não existe vacina, remédio e medicamento para eliminar sua propagação nas instituições, grupos sociais, na hierarquia de poder socioeconômico. Portanto, no quadro dos cuidados físico, social e mental, o racismo deve ser combatido com investimentos em saúde e educação, em especial, capital social e cultural.

A narrativa sobre os impactos da segregação racial e a saúde da população negra, conforme as palavras acima, é do rapper e militante social Mano Brown, um dos integrantes do Racionais MC's. O grupo Racionais MC's é um dos principais protagonistas do hip-hop, que transformou a vida de milhares de jovens e adolescentes negros e brancos. Na década de 1990, esse grupo, por intermédio das expressões da dança, da música e do grafite, empreendeu educação, conhecimento e cultura para um universo infanto-juvenil segregado da cidade. Brown e Férrez (2000)

estão conectados aos territórios negros, ao quadro da segregação racial e aos efeitos proporcionados na saúde: de um lado, no chão das territorialidades, eles vivem o não racismo, em razão do calor do lugar, das histórias, culturas, da resistência e dos enfrentamentos das ações e reflexões dos movimentos sociais negros e do movimento hip-hop; de outro lado, o racismo estrutural segregou a população negra nos últimos lugares dos espaços urbano e rural, com constantes reflexos no quadro da saúde mental da população negra (OLIVEIRA, 2016; OLIVEIRA (b), 2020).

A memória coletiva dos negros em São Paulo retrata o racismo em diferentes frentes: a perpetuação com a visibilidade dos valores brancos, ocidentais e do gênero masculino; a reprodução do racismo em sala de aula, por intermédio de livros, redes sociais, meios de comunicação, professores, alunos e os ambientes escolar e social, refletem negativamente na saúde mental de crianças, jovens e adolescentes negros; parte desses elementos incidem na população com a ansiedade, a depressão, a automutilação, o reforço das violências física e social; o estigma da marginalidade e os quadros subjetivos que se articularam com outras referências sociais da violência racista (OLIVEIRA (b), 2016).

Conforme o jurista Silvio Almeida (2019), o racismo estrutural está em todas as formas sociais, políticas e econômicas da sociedade, sobretudo do quadro espacial, hierarquizando as populações negra e branca conforme a origem social e o lugar que cada indivíduo ocupa na sociedade.

Nas Américas, o estado brasileiro foi o último a compor a abolição no chão do território. Os 388 anos de trabalho escravizado na história social e da política do país têm reflexos até hoje na sociedade.

Hoje, século XXI, os reflexos da ação do Estado estão situados na necropolítica dos corpos e territórios negros. Em geral, nas urbes do urbano e do rural, os corpos físicos, sociais e mentais da população negra estão sujeitos ao Estado perante as condições de nascimento, desenvolvimento e morte.

No quadro da saúde, dentre os temas emblemáticos, as referências da saúde mental da população negra mais do que se destacaram diante da necropolítica e da Covid-19.

A negação da memória pública da escravidão por parte da sociedade global; b. a condição do hibridismo humano tornado solução para o “desaparecimento” das diferenças e não como “necessidade” de

compreensão da diversidade hegemônica na ordem do mundo aqui existente; c. a exigência cultural hegemônica do mundo ocidental da formação de um psiquismo que privilegie a primazia da superioridade de uma “raça” sobre outra (OLIVEIRA, 2016, p. 36).

A força do racismo, conforme os argumentos acima destacados, atua nos quadros subjetivos e psíquicos dos territórios negros e na segregação racial. Nos territórios negros, homens e mulheres buscam a produção de referências identitárias, históricas e sociais que proporcionem o calor do lugar, o protagonismo social e as perspectivas de visualizar o direito à cidade.

As reflexões aqui empreendidas são importantes para pensar que a origem e a atualidade das cidades brasileiras são negras. Em específico, São Paulo passou por grandes transformações: a pequena vila dos estudantes, a cidade resumida ao triângulo das Ruas Direita, São Bento e Barão de Itapetininga, a cidade do café, da industrialização aos dias de hoje, da globalização (OLIVEIRA (b)).

Observando a história das urbes que se transformaram em metrópoles, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador, gradativamente, elas protagonizaram o histórico quadro da habitação dos negros: inicialmente senzala, quilombos, porões, cortiços, favelas, palafitas e periferias, no passado e nos dias de hoje, o lugar de morar e repor a força de trabalho teve como reflexo a herança de quase quatro séculos da sociedade escravocrata.

Conforme o quadro 1 abaixo, a metrópole de São Paulo e a região metropolitana contemplam em seu território a maior demografia negra no país, em dados absolutos. A participação negra no chão da metrópole diz respeito ao quadro histórico e contemporâneo da sociedade urbana industrial e da globalização.

A urbanização brasileira sofreu transformações rápidas no século XX, mas foi uma urbanização que não resolveu o planejamento urbano e as grandes desigualdades, de classe social, gênero e étnico-racial no território nacional (SANTOS, 1999). São Paulo e a sua região metropolitana representam parte da urbanização sem planejamento e igualdade para todos. A urbe paulistana passa a ser central na história do país a partir dos anos de 1950 e 1960, em demografia e potenciais socioeconômico, cultural, científico e político.

Portanto, São Paulo conquistou a condição de metrópole do trabalho e do poder político desde o início do século XX, especialmente a partir dos anos de 1940-1950. É

importante destacar que as bases do capitalismo nacional foram sedimentadas em mais de trezentos e oitenta anos de trabalho escravo.

É nesse contexto histórico e contemporâneo que o ambiente construído em saúde na metrópole e nas principais cidades foram edificados. O desenvolvimento, as tecnologias e as principais referências na área de saúde estão localizadas na região sudoeste da cidade de São Paulo. As informações da tabela 1 abaixo, confirmam que mediante o ritmo da urbanização industrial da metrópole paulistana, a segregação da população negra foi seguindo a direção das periferias, cada vez mais distante das áreas mais ricas, brancas e desenvolvidas em capital socioeconômico e em saúde (SILVA, 2006; CARRIL, 2006).

São Paulo, nos censos de 1980, 1991, 2000 e 2010 a população negra alcançou, gradativamente, as representações de 24%, 27%, 30% e, no último levantamento, 37% (IBGE, 2010). Oliveira (2016) identificou que a segregação configura-se da seguinte forma: nos distritos da região sudoeste, a participação média da população negra está abaixo de 37%; nesta área concentra-se a população das classes média e alta brancas; saindo das áreas ricas, lentamente, na região intermediária, um pequeno percentual das classes médias negra e branca, fixou residência nos bairros/distritos de Tatuapé, Vila Formosa, Penha com a verticalização de antigas áreas que se valorizaram com a ampliação do metrô na zona leste (FRANÇA, 2017); no percurso até as periferias, identificamos que a população negra supera os 37% e alcança nos distritos mais extremos da cidade, aproximadamente, 60%, como Capão Redondo, Jardim Ângela, Cidade Tiradentes e Vila Brasilândia (SILVA; CARRIL, 2006).

O reflexo da segregação racial da metrópole está inscrito no chão dos municípios que compõem a RMSP. Nessa região<sup>3</sup>, a participação negra é superior em, aproximadamente, 30 municípios, com exceção de Santo André (27,25%), São

---

<sup>3</sup>O território da RMSP é formado por 35 municípios: São Paulo, Arujá, Barueri, Biritiba Mirim, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Embu, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guararema, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jandira, Juquitiba, Mairiporã, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santa Isabel, Santana do Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Lourenço da Serra, Suzano, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista.

Bernardo do Campo (33,64%) e São Caetano do Sul (27,5%). Nos municípios do ABC, a média de negros alcança 35,3%, abaixo da capital paulistana (SILVA, 2015).

No segundo maior município do Estado de São Paulo, Guarulhos apresenta 45% de população negra. Posteriormente, conforme nos distanciamos da capital paulistana, em direção aos caminhos das ferrovias, fronteiras e vias públicas e privadas, nos municípios de Diadema (49,68%), Ferraz de Vasconcelos (51,38%), Francisco Morato (56,66%), Franco da Rocha (47%), Itapecerica da Serra (56%) e Itaquaquecetuba (56,34%), a participação relativa de população negra é superior à média da capital paulistana. Exterior aos territórios de concentração da população branca e da riqueza, as periferias e suas vizinhanças são os percursos da população negra com a segregação.

Além dos dados demográficos sobre brancos e negros, o quadro abaixo apresenta dados da participação étnico-racial no universo da habitação subnormal. Em 2010, São Paulo detinha 1.280.400 habitantes morando em habitações subnormais, que correspondem a 11,40% da população do município. Deste universo de população em habitações “fora da lei”, 60,70% de habitantes são negros e 38,80% são brancos, eles habitam os espaços de moradia fora da lei (ROLNIK, 1997).

Nos mesmos municípios destacados abaixo, o percentual de negros em habitações subnormais é superior ao valor de participação negra em cada localidade, por exemplo: a participação branca nesse tipo de habitação é inferior em todos os municípios quando comparada com os dados da população negra; a participação de negros em habitações fora da lei na metrópole e RMSP é superior aos percentuais da população em cada localidade e na comparação étnico-racial. Portanto, em favelas, cortiços, loteamentos irregulares e nas construções fora dos padrões da legislação urbanística, homens e mulheres negras estão sobrerrepresentados nos territórios de exclusão.

**Quadro 1.** População de São Paulo e da RMSP, classificada por etnia-raça e habitantes em aglomerados subnormais.

|           |          |         | % Branca | % Negra |       |
|-----------|----------|---------|----------|---------|-------|
|           | Total    | Branca  |          |         | Negra |
| São Paulo | 11216559 | 6803028 | 4154642  | 60,65   | 37,04 |
|           | 1280400  | 496247  | 776495   | 38,75   | 60,64 |

|                       |         |        |        |       |       |
|-----------------------|---------|--------|--------|-------|-------|
| Habitação subnormal   |         |        |        |       |       |
| Diadema               | 385613  | 189802 | 191598 | 49,22 | 49,68 |
|                       | 87944   | 36889  | 50565  | 41,94 | 57,49 |
| Embu das Artes        | 240069  | 106985 | 131161 | 44,56 | 54,64 |
|                       | 34208   | 12004  | 21975  | 35,09 | 64,24 |
| Ferraz de Vasconcelos | 168079  | 80720  | 86372  | 48,02 | 51,38 |
|                       | 11630   | 4617   | 6991   | 39,69 | 60,11 |
| Francisco Morato      | 154250  | 66201  | 87340  | 42,91 | 56,66 |
|                       | 8541    | 2980   | 5518   | 34,89 | 64,60 |
| Franco da Rocha       | 123502  | 64069  | 58690  | 51,87 | 47,52 |
|                       | 9326    | 3596   | 5685   | 38,55 | 60,96 |
| Guarulhos             | 1214759 | 650166 | 548068 | 53,52 | 45,12 |
|                       | 214885  | 79461  | 134229 | 36,98 | 62,46 |
| Itapecerica da Serra  | 149102  | 71932  | 75538  | 48,24 | 50,66 |
|                       | 1472    | 506    | 957    | 34,37 | 65,01 |
| Itapevi               | 200664  | 91458  | 108099 | 45,57 | 53,87 |
|                       | 3173    | 1154   | 2005   | 36,36 | 64,19 |
| Itaquaquecetuba       | 321521  | 138304 | 181150 | 43,02 | 56,34 |
|                       | 27568   | 10095  | 17388  | 35,61 | 63,07 |
| Mauá                  | 415238  | 232674 | 179161 | 56,09 | 43,14 |
|                       | 84041   | 34835  | 48657  | 41,14 | 57,89 |
| Osasco                | 665629  | 391110 | 267035 | 58,75 | 40,12 |
|                       | 80276   | 31202  | 48612  | 38,86 | 60,55 |
| Ribeirão Pires        | 112787  | 71920  | 39339  | 63,76 | 34,87 |
|                       | 3269    | 1324   | 1930   | 40,51 | 59,04 |
| Santo André           | 674617  | 480708 | 183878 | 71,25 | 27,25 |
|                       | 85468   | 37616  | 47429  | 44,01 | 55,49 |
| São Bernardo do Campo | 762217  | 491440 | 256483 | 64,47 | 33,64 |
|                       | 152780  | 66214  | 85378  | 43,34 | 55,88 |
| Taboão da Serra       | 244206  | 120568 | 97637  | 49,37 | 39,98 |

|  |       |       |       |       |       |
|--|-------|-------|-------|-------|-------|
|  | 26922 | 10037 | 14033 | 37,28 | 52,12 |
|--|-------|-------|-------|-------|-------|

Fonte: IBGE, banco Sidra. Elaboração do autor.

Chamamos a atenção para uma outra interpretação no quadro das desigualdades entre negros e brancos na metrópole e RMSP. A habitação fora da lei da população da metrópole abrange uma leitura do quadro da saúde. Morar e viver o lugar da habitação e de tudo o que ela oferece são elementos que também caracterizam a saúde na cidade. A saúde da população negra nas habitações denominadas fora da lei se agrava em razão da condição de pobreza e da segregação, haja vista os acontecimentos regulares nas favelas de Paraisópolis e Heliópolis, como a morte de jovens e adolescentes pela polícia militar em um baile funk<sup>4</sup>. A necropolítica racial ronda, vive e persegue os territórios de maioria negra nas urbes brasileiras.

A população que vive em habitações “fora da lei”, brancos e negros, sobretudo os negros, em razão do racismo, estão mais sujeitos ao processo de adoecimento biopsicossocial, como a ausência de condições mínimas de bem-estar social. Nesses territórios, a população negra vive, em maior proporção, desigualdades em saúde, habitação e corre os maiores riscos da necropolítica, destacada por Achilles Mbembe (2020), quanto aos territórios que vivem sob a violência histórica e atual do Estado, marcado por práticas do colonialismo, escravismo, violência, machismo e sexismo.

## Quadro 2. Rendimento nominal médio entre brancos e negros na Metrópole e RMSP.

| Principais municípios da Região Metropolitana de São Paulo. |         |         |         |           |
|---|---------|---------|---------|-----------|
|   | Total   | Branca  | Negra   | Dif. em % |
| Brasil  | 1344,7  | 1705,84 | 939,06  | 55,04     |
| Carapicuíba (SP)  | 1221,42 | 1396,98 | 1057,55 | 75,71     |
| Diadema (SP)  | 1151,92 | 1262,17 | 1032,44 | 81,77     |
| Guarulhos (SP)  | 1401,16 | 1648,23 | 1112,82 | 67,47     |
| Itaquaquecetuba (SP)  | 959,58  | 1059,43 | 893,23  | 84,23     |
| Mauá (SP)   | 1189,29 | 1282,7  | 1079,95 | 84,16     |
| Osasco (SP)   | 1570,86 | 1848,62 | 1146,96 | 62,00     |

<sup>4</sup>Após ação da PM para dispersar baile, 9 morrem pisoteados em Paraisópolis. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/12/01/oito-pessoas-morrem-pisoteadas-em-baile-funk-de-paraisopolis-diz-policia.htm>. Acesso em: 10 jun. 2023.

|                            |         |         |         |       |
|----------------------------|---------|---------|---------|-------|
| Santo André (SP)           | 1938,58 | 2191,39 | 1261,4  | 57,55 |
| São Bernardo do Campo (SP) | 1869,9  | 2178,34 | 1232,24 | 55,65 |
| São Caetano do Sul (SP)    | 2948,06 | 3168,23 | 1654,34 | 52,20 |
| São Paulo (SP)             | 2195,28 | 2752,51 | 1186,03 | 43,09 |

**Fonte:** Banco Sidra, IBGE. Elaboração do autor.

Conforme as informações do quadro 2 acima, o rendimento nominal médio no território nacional representa R\$ 1.344,70. Teoricamente, aparentamos ser um país democrático no que diz respeito ao rendimento da população. Com o recorte étnico racial dos ganhos entre brancos e negros, o quadro democrático tende a desaparecer, fica restrito ao papel e desigual na realidade.

Em relação ao debate sobre segregação, os comentários do Professor Lúcio Kowarick são emblemáticos para melhor compreender a temática no Brasil. Na tabela acima, o rendimento nominal médio da população branca corresponde a R\$ 1.705,84, os negros se distanciam dos ganhos de seus pares, eles recebem R\$ 939,06. No território nacional, o rendimento nominal médio dos negros alcança, aproximadamente, 54,87% dos ganhos da população branca. Receber ganhos econômicos do mercado de trabalho é importante para a população acessar, mesmo diante de ininterruptas ações do neoliberalismo, o uso de instrumentos que o SUS proporciona para o público em geral, sendo fundamental para intermediar o cuidado da vida diante das desigualdades e do racismo.

No Brasil, os negros representam 50,04% da população nacional, o rendimento corresponde apenas a 54,87% dos ganhos dos brancos (IBGE, 2010). Na metrópole e na RMSP, as desigualdades étnico-raciais estão presentes no chão das urbes e no mercado de trabalho.

Na metrópole de São Paulo, os rendimentos entre brancos e negros persistem na mesma sintonia do contexto nacional. A renda média da população branca alcança R\$ 2.752,51 e os ganhos da população negra representam R\$ 1.186,03. Na capital paulistana, a força de trabalho negra representa 43,09% do rendimento dos brancos. A diferença de rendimento não é exclusiva ao quadro da pobreza, por trás desta história tem uma realidade de 388 anos de sociedade escravocrata e 134 anos da sociedade pós-abolição.

Para o professor João Vargas (2016), a política antinegitude está no Brasil, nos Estados Unidos, na França, na Inglaterra e na diáspora como um todo. Tomando a realidade brasileira como análise, principalmente os centros de formação técnica e científica, as realidades sociais e as reflexões não focalizam os lugares e territórios do racismo e da segregação e vice-versa, os lugares, territórios e o racismo não são centrais no pensamento técnico, científico e político para pensar a cidade democrática (MARICATO, 2002).

O que vem prevalecendo é o desenvolvimento do “pensamento único” em espaços, lugares e ambientes sociais que problematizam a igualdade e as desigualdades. A segregação da população negra e a saúde, não são exclusivas ao quadro socioeconômico, os fenômenos merecem ser observados a partir da intersecção de diferentes frentes.

Nos municípios que constituem a RMSP, a diferença de renda varia de 43% a 84% entre negros e brancos. Em todos os municípios da RMSP, a renda média dos negros é inferior ao rendimento da força de trabalho branca.

Para melhor compreender como se compõem as desigualdades de renda no quadro espacial, por exemplo, São Paulo tem 96 distritos que abrigam mais de 11 milhões de habitantes. Na região sudoeste estão os distritos e a população que recebe os maiores rendimentos, e o inverso acontece nas periferias, como Cidade Tiradentes, Sapopemba, Jardim Ângela, Capão Redondo, Vila Brasilândia, que são territórios de menor rendimento (OLIVEIRA, 2016).

A grande distância entre os rendimentos de brancos e negros está no processo acumulativo das desigualdades e da segregação. É no espaço da educação que as desigualdades socioeconômicas vão se desenhar, nos cenários local, regional e nacional entre brancos e negros.

## **2 Saúde da População Negra na MetrÓpole e a Covid-19**

De acordo com o Programa Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN, 2017), as doenças genéticas e hereditárias mais comuns na população negra são:

- a. Segundo Berenice Kikuchi (2016), a anemia falciforme é uma doença genética, que sofreu mutação há milhares de anos no continente africano, com o tráfico e o escravismo nas Américas, gradativamente, a mutação foi se transformando e, no Brasil, a incidência da doença na população nacional corresponde de 2% a 6%, na população negra em específico abrange de 6% a 10%. Foi por intermédio da atuação de militantes sociais negros que o quesito cor e a legislação que torna obrigatório o teste do pézinho, possibilitou que a doença fosse diagnosticada nos primeiros anos de vida, favorecendo a ampliação da longevidade da população e o bem-estar com medicamentos e políticas de saúde e educação;
- b. A diabetes melitus tipo II desenvolve-se na fase adulta e evolui causando danos em todo o organismo. É a quarta causa de morte e a principal causa de cegueira no país. Segundo o PNSIPN (2017), essa doença atinge mais a população negra do que a branca;
- c. A hipertensão arterial tem maior incidência entre os homens e sobrerrepresentação na população negra;
- d. Deficiência de glicose 6 fosfato desidrogenase é uma doença que afeta 200 milhões de pessoas no mundo, como o Brasil detém a maior população negra fora da África, há grande incidência na realidade nacional;
- e. A saúde mental da população brasileira, sobretudo a negra e a indígena, para avançar, precisará organizar um plano de descolonização e assumir posições de desenvolvimento que reconheçam os genocídios dos corpos e das culturas das populações nativa, africana e afro-brasileira (OLIVEIRA(b), 2016). Os acervos sociais, culturais e psíquicos das culturas e sociedades que sofreram os 388 anos de escravismo e os últimos 134 anos da pós-abolição, são imprescindíveis no bem-estar psíquico das populações negras, indígenas e brancas nas cidades brasileiras.
- f. Na metrópole de São Paulo e nas cidades brasileiras, as desigualdades urbanas em intersecção às desigualdades raciais e em saúde, sobrerrepresentam a população negra na necropolítica, ou seja, a política da morte naturaliza a população vulnerável, jovem, pobre e negra no mapa dos homicídios, feminicídios e nos territórios de exclusão social.

A necropolítica pode ser retratada nas sociedades brasileira e norte-americana, com o novo Coronavírus, que se apresenta com maior letalidade na população negra em razão do histórico da segregação e das desigualdades em saúde (OLIVEIRA, 2016).

As informações acima, a respeito das principais doenças que acometem a população negra no Brasil, mostram que a sua problematização é urgente em razão da segregação e da incipiente focalização dos governos federais, estaduais e municipais.

No início do mês de março de 2020, o novo Coronavírus provocou no cenário brasileiro o primeiro registro de infectados e de óbitos. Desde o dia 17 de março até o dia 30 de agosto, o país ultrapassou os 120 mil óbitos decorrentes da Covid-19. Até o final de 2022, a Covid-19 alcançou o total de, aproximadamente, 780 mil óbitos.

O novo Coronavírus manifestou-se no mundo, está presente nas Américas, Europa, Ásia, África e Oceania. Portanto, a globalização do vírus tem dimensões socioeconômica, políticas, tecnológicas, científicas e no quadro da saúde.

No Brasil, a Covid-19 afeta a todos, no entanto, conforme inúmeros comentários nacionais e internacionais, a população mais vulnerável, como os idosos, gestantes, doentes crônicos, moradores de rua e a população negra, estão mais suscetíveis aos vírus e à morbimortalidade. A ideia da segregação das classes sociais, gradualmente, perde a sua centralidade quando os serviços de saúde, meios de comunicação e o Estado, divulgam o número das mortes, classificadas por gênero, etnia e raça e localização espacial: nas principais metrópoles do país são as periferias e os negros que estão mais vulneráveis.

Nos Estados Unidos, a população acessa os serviços de saúde via planos privados, por intermédio do mercado capitalista dos serviços de saúde, desde o nascimento, o adoecimento e a morte.

No Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988 o Sistema Único de Saúde – SUS entra em cena, através da luta de profissionais de saúde, movimentos sociais e de mulheres, conquistou-se o serviço público e universal para todos. O SUS é uma luta e uma conquista dos movimentos sociais e a maior parcela dos usuários é negra, nos serviços de alta, média e baixa complexidades, desde a atenção básica e as políticas públicas em saúde e educação.

A população afro-americana representa 13% da população nacional, em determinadas metrópoles do sul e do norte, o número de mortes dos negros é desproporcional ao número da população. A morte negra escancara e demarca que a

segregação étnico-racial tem forte impacto em uma democracia que se julga forte e referência para o mundo.

Em Chicago, 30% dos moradores são negros, mas metade dos casos confirmados e 70% das mortes relacionadas ao Coronavírus são de pacientes negros. Os números refletem desigualdades históricas na cidade, onde moradores negros têm expectativa de vida 8,8 anos menor que a dos brancos. Em todo o Estado de Illinois (onde fica Chicago), apenas 15% da população é negra, mas 35% dos casos e 40% das mortes foram de pacientes negros. No Estado vizinho de Michigan, 14% da população é negra, mas um terço dos casos e 40% das mortes são de pacientes negros. A governadora, Gretchen Whitmer, criou uma força tarefa para responder a essas disparidades raciais (CORRÊA, 2020, p. 8).

Na sociedade norte-americana, a sobrerrepresentação de pacientes e óbitos nos corpos negros demonstra que a democracia não proporciona igualdade e oportunidades com a segregação das classes sociais e dos grupos étnico-raciais. Conforme apontamos no corpo do texto, a segregação de base racial nessa sociedade é estudada desde o início do século XX. A morte de George Floyd, em junho, reacendeu a luta pelos direitos da população da diáspora em todos os âmbitos sociais, na segurança pública, no mercado de trabalho, na educação e no acesso à saúde. A geografia racial da morte está estruturada na política estatal de quem deve viver e morrer nas sociedades norte-americana e brasileira.

Na sociedade brasileira, conforme os dados do último Censo Demográfico do IBGE (2010), a população negra alcançou mais de 50% da população. Nas principais metrópoles, principalmente em suas periferias, os óbitos decorrentes da Covid-19 são de maioria negra. A presença negra no quadro dos pacientes e de óbitos da Covid-19 apenas demonstra a grande distância entre negros e brancos na sociedade norte-americana, que se reflete no cotidiano do acesso à saúde, que é praticamente privada nessa sociedade. Logo, quem não tem condições de arcar com o plano de saúde privado está sujeito a todas as intempéries da vida em torno do nascimento, do desenvolvimento e da morte.

A sociedade civil (a Coalizão Negra por Direitos, formada por diferentes expressões do movimento social negro) cobrou do governo brasileiro que os números de infectados e óbitos fossem identificados conforme o quesito cor. As primeiras informações disponibilizadas confirmaram o que a realidade social estava problematizando.

Na metrópole do capitalismo globalizado, as informações também demoraram para confirmar que a cartografia da morte estava se constituindo nas periferias, nas áreas pobres e nos territórios de concentração negra.

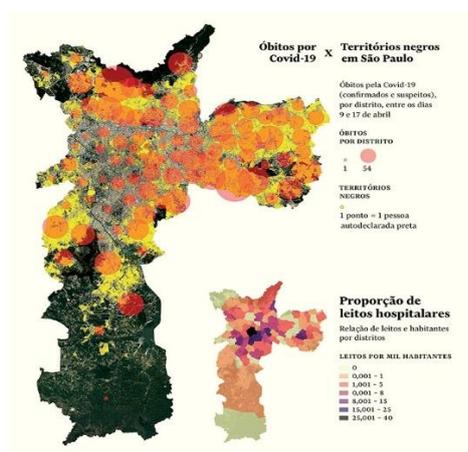
A segregação de base racial manifesta a intersecção de desigualdades históricas e atuais, com o novo Coronavírus, impossível persistir que a separação na sociedade brasileira seja central e exclusiva às classes sociais. A cartografia das mortes provocadas pela Covid-19 na metrópole, coincide com as observações de Oliveira (2008; 2016) e Alves (2014): os homicídios de jovens, pobres, negros e moradores das periferias; no âmbito da saúde, homens e mulheres negras, principalmente do gênero feminino, vivenciam o acesso à saúde de forma desproporcional aos homens e às mulheres brancas.

Os meios de comunicação disponibilizaram informações sobre o número de óbitos classificado por distritos para a capital paulistana, confirmando o que se desenhava, os bairros com o maior número de mortes estão localizados nas periferias: 1. Sapopemba – 300 mortes, 2. Brasilândia – 277 mortes, 3. Grajaú – 267 mortes, 4. Jardim Ângela – 240 mortes, 5. Capão Redondo – 237 mortes (dados do mês de junho de 2021).

Entre os dez bairros mais atingidos pela pandemia, com maior incidência de casos de óbitos, sete estão localizados na zona sul. Todos os dez estão nos extremos da cidade e com alto percentual de população negra, conforme o mapa abaixo. Conforme a cartografia 1 abaixo, entre os dias 09 e 17 de abril de 2021, por intermédio dos corpos, do movimento e dos deslocamentos sociais, a Covid-19 deslocou-se da região sudoeste em direção aos limites da cidade.

Segundo informações da Prefeitura de São Paulo, no mês de junho de 2021, os distritos dos extremos sul e leste, como Capão Redondo, Jardim Ângela, Cidade Tiradentes e Sapopemba, se aproximavam da média de 300 mortes. Após dois meses, os mesmos distritos superaram a média de 400 mortes em seus respectivos territórios.

## Mapa 1. Cartografias da População Negra e dos Óbitos por Covid-19.



**Fonte:** Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/06/24/bairros-com-mais-negros-concentram-maior-numero-de-mortes-pela-covi...> Acesso em: 10 jun. 2023.

A discrepância espacial está inscrita na distribuição do ambiente construído em saúde, em particular, o número de leitos, hospitais e serviços de alta complexidade no corpo da cidade. Conforme o mapa acima, os hospitais e leitos são essenciais para cuidar dos pacientes, em maior proporção, estão localizados na região sudoeste, que é a área mais rica, branca e desenvolvida em saúde e bem-estar social.

### Considerações Finais

As políticas públicas e sociais em saúde, educação, habitação, planejamento urbano, e em igualdade e diversidade, precisam ser problematizadas com o recorte étnico-racial, para que as esperanças do “Direito à Cidade” estejam em nosso horizonte social.

No corpo do texto acima, procuramos evidenciar que a segregação racial, as desigualdades de renda, habitacional, escolar e a saúde, mais precisamente a Covid-19, como as urbes que formam a região metropolitana de São Paulo, constituem a necropolítica racial (ALVES, 2011).

Conforme apontamos no texto, entre os anos de 2000 e 2010, a segregação de base racial avançou mediante as afirmações de Oliveira (2016), França (2017) e a Rede Nossa São Paulo (2018; 2019). Acreditamos que para o próximo censo, em 2022, provavelmente, por meio da análise das informações socioeconômicas da população da metrópole,

comprovem que a segregação persiste e vem avançando cada vez mais, haja vista os impactos do racismo, da saúde e da Covid-19 na metrópole e nas urbes do país.

As sociedades, urbes e metrópoles precisarão se organizar ainda mais no contexto da pós-pandemia, em especial as cidades e os bairros negros. No Brasil, pensando na possibilidade da segregação ser observada exclusivamente pelas diferenças de classe social, um outro movimento da Covid-19 poderá se repetir ou outra pandemia de alcance global será letal para todos, sobretudo a população negra.

A experiência da Covid-19 e o racismo podem nos proporcionar saberes e práticas, instrumentalização e consciência crítica para a eliminação da segregação de base étnico-racial e a necropolítica no Brasil.

## Referências bibliográficas

ALEXANDER, Michelle. *A Nova segregação: racismo e encarceramento em massa*. São Paulo, Editora Boitempo, 2017.

ALMEIDA, Sílvio. *Racismo Estrutural*, São Paulo, Pólem, 2019.

ALVES, Jaime do Amparo. Topografia da Violência: necropoder e governamentalidade em São Paulo. Revista do Programa de Pós-graduação em Geografia, USP, volume 22, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47222/83830>. Acesso em: 10 jun. 2023.

ALVES, Jaime do Amparo. *The Anti-Black City: Police Terror and Black Urban Life in Brazil*. Univ. of Minnesota Press, 2018.

BARBOSA, Bernardo; SOUZA, Cléber; ADORNO, Luis. Após ação da PM para dispersar baile, 9 morrem pisoteados em Paraisópolis. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/12/01/oito-pessoas-morrem-pisoteadas-em-baile-funk-de-paraisopolis-diz-policia..> Acesso em 18/08/2020. Acesso em: 10 jun. 2023.

BATISTA, Dulce Maria T. Migração na metrópole: o caso dos angolanos em São Paulo. *Revista Cadernos Metrópole*, número 17, São Paulo, p. 103-118, 2007

MBEMBE, Achille. *Necropolítica – biopoder, soberania, estado de exce o, política da morte*. São Paulo, N-1 edi es, 2020.

CAMPOS, Andreilino. *Do quilombo   favela – A produ o do espaço criminalizado no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.

CARRIL, Lourdes. *Quilombo, Favela e Periferia – A longa busca da cidadania*. 377 f. Tese de Doutorado em Geografia, USP, 2003.

CARVALHO, Inaiá de; BARRETO, Vanda de Sá. Segregação Residencial, Condição social e raça em Salvador. *Revista Cadernos Metrópole*, número 18, São Paulo, p. 251-273, 2007.

CORREIA, Alessandra. Coronavírus: Por que a população negra é desproporcionalmente afetada nos Estados Unidos? BBC News Brasil, 13 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52267566>. Acesso em: 10 jun. 2023.

CYMBALISTA, Renato; XAVIER, Iara Rolnik. A comunidade boliviana em São Paulo: definindo padrões de territorialidade. *Revista Cadernos Metrópole*, número 17, São Paulo, p. 120-142, 2007.

FÉRREZ (2000). *Capão Pecado*. São Paulo, Labortexto Editorial, 2000.

FRANÇA, Danilo Sales do Nascimento. *Raça, Classe e Segregação Residencial no município de São Paulo*. 266 f. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, CSO, USP, 2010.

FRANÇA, Danilo Sales do Nascimento (2017). *Segregação Racial em São Paulo: residências, redes pessoas e trajetórias urbanas de negros e brancos no século XXI*. 355 f. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Humanas, USP.

GARCIA, Antonia dos Santos. *Desigualdades Raciais e Segregação Urbana em Antigas Capitais, Salvador, Cidade D'Oxum e Rio de Janeiro, Cidade de Ogum*. Rio de Janeiro, Garamond, FAPERJ, 2010.

KIKUCHI, Berenice. Participação Social e anemia falciforme: para avançar na equidade no Sistema Único de Saúde – SUS. In: Maria Lúcia Ivo, Berenice Assunção Kikuchi, et alli (orgs.), *Interdisciplinaridade na Saúde: doença falciforme*. Campo Grandes, Editora UFMS, 2016, pp. 261-276.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias – Planejamento Urbano no Brasil. In: MARICATO, Erminia et al. *A Cidade do Pensamento Único*. Otília Arantes, Carlos Wainer e Ermínia, 2002, pp. 120-192.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Rio de Janeiro, Revista Arte e Ensaio, n. 32, 2016.

OLIVEIRA (b), Regina Marques de Souza. Nosso mundo adulto e suas raízes na infância. Saúde mental da população negra e indígena. In: OLIVEIRA, Regina Marques de Souza. *Cenários da Saúde da População Negra no Brasil: Diálogos e Pesquisas*. Regina Marques de Souza Oliveira (org.), Cruz das Almas, Belo Horizonte, 2016, pp. 25-45.

OLIVEIRA (b), Regina Marques de Souza. Saúde Mental da população negra: processos subjetivos e construção de identidade. In: SANTANA, João Valdir Jesus (org.), *Relações étnico-raciais e educação escolar indígena: relatos de pesquisa*, Vitória da Conquista, p. 29-55, Edições UESB, 2017.

OLIVEIRA, Reinaldo José de Oliveira. *Territorialidade Negra e Segregação Racial na cidade de São Paulo – A luta por cidadania no século XX*. São Paulo, Editora Alameda, 2016.

OLIVEIRA, Reinaldo José de Oliveira. *A Presença do Negro na Cidade: Memória e Territorialidade da Casa Verde em São Paulo*. 245 f. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, PUC-SP, 2012.

OLIVEIRA, Reinaldo José de Oliveira. *Territorialidade Negra e Segregação Racial em São Paulo: As periferias de Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela*. 338 f. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, PUC-SP, 2008.

PATERNIARI, Stela Zagatto. *São Paulo cidade negra: branquidade e afrofuturismo a partir de lutas por moradia*. 325 f. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social.

POCHMANN, Márcio. *A Metrópole do Trabalho*. São Paulo, Editora Brasiliense, 2019.

PROGRAMA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL DA POPULAÇÃO NEGRA – PNSIPN (2017). Ministério da Saúde, Brasília, 2001.

REDE NOSSA SÃO PAULO. *Viver em São Paulo, Relações Raciais*. São Paulo, acessado em 30/04/2022, 2018/2019.

ROLNIK, Raquel. *A Cidade e a lei – legislação, política urbana e território na cidade de São Paulo*, Editora Nobel, 1997.

ROLNIK, Raquel. Territórios Negros nas Cidades Brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro). In: *Revista de Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, Cadernos Cândido Mendes, número 17, setembro, 1989, pp. 71-93.

SALLES, Maria do. Territorialidade e experiência imigratória: os refugiados em São Paulo no Pós-guerra Mundial. *Revista Cadernos Metrópole*, número 18, São Paulo, p. 180-196, 2008.

SANTOS, Milton Santos (2006). *A Natureza do espaço – técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo, EDUSP, 2006.

SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo, Editora Hucitec, 1993.

SILVA, Marcelo Martins da. *Desigualdades Raciais no Mercado de Trabalho no ABC*. 280 f. Dissertação de Mestrado do PPG em Planejamento e Gestão do Território, UFABC, 2015.

SILVA, Maria Nilza da. *Nem para todos é a cidade: segregação urbana e racial em São Paulo*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, PUC-SP, 2004.

SILVA, Sheila Alice Gomes. *Negros em Guaianases: Cultura e Memória*. 212 f. Dissertação de Mestrado em História, PUC-SP, São Paulo, 2015.

SILVA, José Carlos Gomes. *Os Sub-urbanos e a outra face da cidade: Negros em São Paulo 1900-1930*, 260 f. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, UNICAMP, Campinas, 1990.

SILVA, José Carlos Gomes. *Rap na cidade de São Paulo: música, etnicidade e experiência urbana*. 365 f. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, UNICAMP, Campinas, 1998.

SPOSATI, Aldaisa. *Cidade em Pedacos*. São Paulo, Editora Brasiliense, 2001.

SPOSATTI, Aldaisa, TORRES, Haroldo, PASTERNAK, Suzana, VILLAÇA, Flavio, KOZARICK, Lúcio, SCHOR, Sílvia. Debate – A pesquisa sobre segregação: conceitos, métodos e medições. *Revista de Estudos Urbanos e Regionais – Espaço e Debates*, número 45, p. 87-109, 2004.

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência, Série histórica, A Cor dos homicídios no Brasil, FLACSO, 2012.

TELLES, Edward. *Cor da pele e segregação residencial no Brasil*. Revista Estudos Afro-Asiáticos, número 24, 1993, pp. 89-118.

TELLES, Edward. Industrialização e Desigualdade Racial no Emprego: o exemplo brasileiro. *In: Revista de Estudos Afro-Asiáticos*, p. 86-128, Rio de Janeiro, p.76-96, 1994.

TELLES, Edward. *Racismo à Brasileira – Uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro, Editora Relume Dumará, 2003.

TELLES, Edward. Segregação Racial e Crise Urbana. *In: Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*. *In: Luiz César de Queiroz Ribeiro (org.)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1994, pp. 94-116.

VALENTE, Rubin da Rocha; BERRY, Brian J. R. Residential Segregation by Skin Color: Brasil Revisited. *Latin American Research Review*, 55(2), p. 207-226. DOI: <http://doi.org/10.25222/larr.83>. Acesso em: 14 ago. 2020.

VARGAS, João. “Desidentificação”: A lógica de Exclusão Antinegra do Brasil. *In: Osmundo Pinho e João Vargas (orgs.)*, *Antinegitude – O impossível sujeito negro na Formação Social Brasileira*. Cruz das Almas e Belo Horizonte, Editora UFRB e Fino Traço, 2016.

VARGAS, João. As lutas por territórios negros no Rio de Janeiro. São Paulo, Editora Alameda, 2013. *In: OLIVEIRA, Reinaldo José de. A Cidade e o Negro no Brasil: Cidadania e Território*. São Paulo, Editora Alameda, pp. 12-36.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. Territorialidade em tempos globais: imigrantes em São Paulo. *Revista Cadernos MetrÓpole*, número 2, São Paulo, p. 73-119, 1999.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo, Studio Nobel, 2001.

**Recebido em:** 10 de fevereiro de 2023.

**Aceito em:** 17 de julho de 2023.

#### **COMO REFERENCIAR**

OLIVEIRA, Regina Marques de Souza; OLIVEIRA, Reinaldo José de. Segregação Racial na MetrÓpole: observações sobre racismo, saúde e a covid-19 *Latitude*, Maceió, v. 17, n. 1, p. 83-109, 2023.

## **A importância da matriz africana para a construção da identidade afro-brasileira da cidade de Cachoeira, BA**

### **The importance of the african matrix for the construction of the afro-brazilian identity of the city of Cachoeira, BA**

#### **Sandro Correia**

UNEB, Doutor em  
Planejamento e  
Desenvolvimento, UCS.  
E-mail:  
[correia.sandro@yahoo.com](mailto:correia.sandro@yahoo.com)

#### **Resumo**

O objetivo deste trabalho é mostrar como a constituição da cidade de Cachoeira teve o elemento de matriz africana representado pelos Terreiros de Candomblé, Terreiros de Umbanda e as Irmãs da Irmandade da Nossa Senhora da Boa Morte. A metodologia adotada foi a do trabalho de campo e da observação participante, utilizando-se de publicações locais específicas sobre a temática. Os principais dados demonstram uma articulação entre os Terreiros de Candomblé, Terreiros de Umbanda e Irmãs da Irmandade da Boa Morte na construção de um conjunto de procedimentos que atuam no fortalecimento, preservação e conservação da identidade afro-brasileira da cidade de Cachoeira, sendo, por muitos, considerada um território de preservação do patrimônio de matriz africana.

**Palavras-chave:** Religiosidade de matriz africana; Cultura afro-brasileira; Cidade de Cachoeira; Identidade cultural.

#### **Abstract**

The objective of this work is to show how the constitution of the city of Cachoeira had the element of African matrix represented by the “Terreiros de Candomblé”, “Terreiros de Umbanda” and the “Irmãs da Irmandade da Nossa Senhora da Boa Morte”. The methodology adopted was fieldwork and participant observation, using specific local publications on the theme. The main data demons-

trate an articulation between the “Terreiros de Candomblé”, “Terreiros de Umbanda” and “Irmãs da Irmandade da Nossa Senhora da Boa Morte” in the construction of a set of procedures that act in the strengthening, preservation and conservation of the Afro-Brazilian identity of the city of Cachoeira, being, by many, considered a territory for the preservation of heritage of African matrix.

**Keywords:** African matrix religion; Afro-brazilian culture; City of Cachoeira; Cultural identity.

## Introdução

O referente texto tem como objetivo mostrar como a matriz africana contribuiu para a identidade afro-brasileira de Cachoeira, no Recôncavo da Bahia, com a divisão do artigo da seguinte forma: 1. Caracterização Territorial de Cachoeira; 2. A importância do rio Paraguaçu para a população negra de Cachoeira; 3. A atuação da Irmandade da Boa Morte na valorização da população de matriz africana em Cachoeira; 4. A cidade de Cachoeira e a sua relação com a religiosidade de matriz africana (o Candomblé, a Umbanda e outras expressões); 5. Os templos da Religiosidade de Matriz Africana (Candomblé e Umbanda); e as conclusões e referências.

Essa construção contou com o apoio de figuras, fotos e tabelas que demonstram manifestações culturais relacionadas à matriz africana e de que maneira esses elementos geográficos e sociais servem para a materialização dessas características da cidade negra de Cachoeira, no Recôncavo Baiano.

A integração entre elementos e organizações como o rio Paraguaçu, a irmandade da Boa Morte, o Candomblé, a Umbanda e as lideranças religiosas com destaque para as mulheres, que organizaram ações como festividades e celebrações que têm a tônica da ancestralidade africana e de matriz africana como um centro gerador e disseminador desse território.

A construção territorial de Cachoeira está muito conectada à história do estado da Bahia em vários episódios históricos ligados à independência e que fizeram desta cidade um dos pontos turísticos mais importantes da Bahia.

A antiga Vila de Cachoeira construiu um emaranhado de relações e iniciou um processo que garantiu um momento histórico extremamente importante, marcado

pelo enriquecimento dos fazendeiros e pelo crescimento econômico do Recôncavo, garantindo um momento de ascensões política, cultural e econômica.

Este período marcado pela abundância construiu um patrimônio arquitetônico e cultural caracterizado pela existência de templos religiosos, como igrejas, irmandades religiosas, Terreiros de Candomblé e demais objetos urbanos que construíram a urbanidade do Recôncavo e, especificamente, de Cachoeira.

O sincretismo pode ser considerado para os descendentes de africanos no Brasil como uma experiência da associação dos santos católicos com os orixás africanos e Cachoeira é um exemplo disso, ao apresentar a expressiva presença da colonização e da escravidão, aproximando, espacialmente, os universos civilizatórios de povos diferentes.

Em seu artigo intitulado “Exu, mensageiro do Diabo” (PRANDI, 2001) mostra que o contato entre civilizações diferentes produz sincretismos com a comparação de Exu dos iorubas, com o Deus fálico greco-romano Priapo, e ao diabo dos judeus e cristãos.

As expressões afro-brasileiras geraram experiências nesse território baiano por meio da Irmandade da Boa Morte, dos Terreiros de Candomblé e de Umbanda e a relação com a própria Igreja Católica, que apresenta particularidades que revelam possibilidades diferentes das tradicionalmente vistas no Ocidente.

Em função das relações de poder são produzidas verticalidades que subalternizaram os africanos e seus descendentes e investiu de alteridade o colonizador que foi superiorizado por instrumentos do próprio estado, como o resultado das próprias explorações colonialista e imperialista.

Outro aspecto importante desta situação foi a construção da via férrea, que dividia com a navegação a responsabilidade de escoar a produção das riquezas produzidas ao integrar-se à lógica de desenvolvimento do planeta, garantindo o sustento das elites europeias. Toda esta situação foi fundamental para a acumulação de bens, serviços e riquezas, principalmente ao aumentar a sua importância para os interesses do continente europeu, que organizava o seu desenvolvimento na lógica da relação colônia-metrópole.

## **1 Caracterização Territorial de Cachoeira**

O município de Cachoeira está distante de Salvador, capital do estado da Bahia a uma hora e 46 minutos, com uma distância de 116 km, 1 km indo pela BR-324 em uma viagem de veículo particular, localizado na região administrativa de Santo Antônio de Jesus, do território de identidade do Recôncavo.

A sua importância para a história da Bahia é celebrada ao fazer parte do calendário oficial das comemorações da independência baiana, anualmente no dia 25 de junho, com a presença do governador para os despachos governamentais, quando foi se tornando a capital do estado da Bahia por um dia. É classificada, segundo o IBGE, como uma cidade pequena. É preciso atentar-se para as diversas dimensões presentes que irão definir o urbano e o rural, principalmente após o processo de reorganização, em razão da perda de importância econômica e política em detrimento da sua decadência econômica.

O momento atual está ligado a vários aspectos que remontam o tempo do seu período áureo, em que concentrava atividades de navegação, ferrovia e outros elementos que lhe deram destaque e centralidade econômica nos séculos XVIII e XIX, e com o declínio em razão da saída gradual de algumas atividades e a construção de algumas obras, tendo como destaque a Barragem de Pedra do Cavalo (1970 – 1985) e a BR-101, que diminuíram a circulação e os fluxos e impactaram o seu desenvolvimento, deixando-o mais lento.

No censo de 2010, o município de Cachoeira tinha uma população residente de 32.026 habitantes e no último censo (2022) apresentou uma população de 29.251 habitantes, apresentando uma perda populacional.

A população negra de Cachoeira é de 27.870 habitantes, representando 87,2% da população total (DE OLIVEIRA, 2022), afirmando a relação direta com a população de origem africana que veio escravizada para o Brasil, essas pessoas são descendentes daqueles(as) que contribuíram diretamente para a economia do Recôncavo Baiano.

## 2 A importância do rio Paraguaçu para a população negra de Cachoeira

A cidade de Cachoeira é peculiar no conjunto do Recôncavo Baiano, com exuberante riqueza natural de florestas, rios e acidentes geográficos, dando destaque para o rio Paraguaçu.

A condição de navegabilidade do rio Paraguaçu possibilitou o fluxo de culturas materializadas nos navios e nas embarcações que chegavam à Cachoeira trazendo ouro, prata, máquinas e pessoas vindas de vários lugares do mundo, dando um caráter cosmopolita à cidade.

Este caráter cosmopolita foi graças aos processos de entrada e saída de mercadorias e do fluxo de pessoas que embarcavam e desembarcavam dos barcos, trazendo seus idiomas, costumes e culturas.

Por meio do trecho do rio Paraguaçu que banha a cidade foi possível o aumento da sua influência nos comércios local e regional, que fez do lugar um excelente entreposto de negócios frente à concentração da tecnologia de circulação pela navegação.

**Figura 1** – Rio Paraguaçu no seu trecho entre as cidades de São Félix e de Cachoeira, tendo ao fundo a Barragem de Pedra do Cavalo.



Data: 05 de julho de 2014.

**Autor:** Sandro dos Santos Correia.

A tradição de matriz africana na cidade de Cachoeira é diretamente ligada à organização da economia em torno da escravidão, que trazia os africanos escravizados

em embarcações vindas pelo rio Paraguaçu para o desenvolvimento dos engenhos, que são os ancestrais dos atuais descendentes dos cativos.

Essa característica geográfica, particularmente, o rio Paraguaçu, que sua bacia hidrográfica abastece um significativo número de municípios e a ponte Dom Pedro II construída no Império ligou as cidades de Cachoeira e São Félix, que eram separadas pelo curso d'água, demonstram ter muita importância para a população negra da cidade.

Na ocorrência desses rituais, não são prescritos sacrifícios de animais, porque a divindade principal cultuada é o orixá feminino Nanã, divindade avessa à sangue animal. É possível, entretanto, que na quinta-feira que antecede ao primeiro dia da festa, ocorram sacrifícios de animais, mas nunca oferecidos à divindade acima citada. Os alimentos, denominados comida seca, são colocados em locais específicos, fora da sede da corporação, ou são depositados na floresta, quando a divindade está relacionada a esse elemento, ou na Pedra da Baleia, no rio Paraguaçu, como é o caso de Oxumaré (NASCIMENTO, 2019, p. 151).

O presente da Pedra da Baleia é um exemplo da importância do rio Paraguaçu para as manifestações religiosas da população negra e mestiça da cidade, além de abranger, também, a população rural, com influência em todo o município.

Além de ser uma reserva de água potável, o rio Paraguaçu é navegável em seu baixo curso, da foz até as cidades de Cachoeira e São Félix, ao longo do trecho navegável encontram-se duas ilhas, a de Monte Cristo e a Ilha dos Franceses.

**Figura 2** – Barragem de Pedra do Cavalo, no rio Paraguaçu.



Data: 05 de julho de 2014.

**Autor:** Sandro dos Santos Correia.

Com a inauguração da Barragem de Pedra do Cavalo, em 1985 passou a ganhar novos usos adicionados aos que já desempenhava para o desenvolvimento desta região, como também das cidades de Cachoeira e São Félix, principalmente Cachoeira, onde o transbordamento das suas águas interrompia o trânsito de pessoas, mercadorias e veículos.

As cidades do Recôncavo, para fins de melhor entendimento histórico e da atualidade, compreende uma complexa produção do espaço artificial e natural, como a importante bacia hidrográfica formada pelos rios Paraguaçu, Jaguaripe, Rio da Dona e entre outros afluentes, portanto, as pequenas e médias cidades em intersecção às relações étnicas raciais proporcionam entender a segregação racial e as desigualdades das realidades local e nacional com um outro olhar, diferente dos cenários das grandes cidades (DE OLIVEIRA, 2020, p. 310-311).

Uma cidade do Recôncavo Baiano como Cachoeira representa uma riqueza histórica pela fluidez criada com a bacia hidrográfica do rio Paraguaçu, com o fluxo de embarcações vindas de diversas partes, mas, também, pelas importâncias étnica e religiosa que as suas águas representam.

**Figura 3** – O presente de Iemanjá em 2015.



Data: 08 de fevereiro de 2015.

**Autor:** Sandro dos Santos Correia.

A imagem acima mostra o presente de Iemanjá, em Cachoeira, 2015, na Praça 25 de Junho, nas margens do rio, com diversas embarcações ao redor que levarão e acompanharão as oferendas com o pedido dos fiéis. São as adeptas indo entregar as

oferendas em vários barcos, acompanhados de atabaques e agogôs, para serem levadas e colocadas com os presentes na Pedra da Baleia, nas águas do rio Paraguaçu.

Isso irá demonstrar uma grande mobilização das festas por meio de navegações, pessoas, recursos, ideias e outras mobilizações provocadas pela grandeza da Festa de Iemanjá e a força dessa devoção na cultura “cachoeirana”.

Essa festa começou a ter apoio institucional da Secretaria de Cultura e Turismo de Cachoeira e da Associação Cultural Iemanjá Ogunté (ACYO), com direito à cartaz e programação oficial, demonstrando o aumento da importância da festividade que, a cada dia, ganha maior apoio e importância institucional.

A Festa de Iemanjá recebe pessoas de diferentes municípios que acabam dinamizando, potencialmente neste dia, a economia local da cidade de Cachoeira, movimentando fluxos de pessoas e mercadorias, impulsionado pelos signos e símbolos da cultura afro-brasileira e, principalmente, homens e mulheres que são trazidos por veículos particulares ou coletivos para renovar a sua fé aos Inquices, Voduns e Orixás cultuados por essas religiões.

A importância do rio Paraguaçu para a população vai além da questão hídrica, indo até a história dos ancestrais e de toda a reconstrução em torno do episódio estruturante da Escravidão no Brasil, que durou mais de 300 anos e que os impactos persistem até os dias atuais.

Após a descrição da importância dessa força da natureza e que em conjunto com uma irmandade de cor que por força da colonização europeia acabou surgindo o sincretismo para fins de sobrevivência de toda uma parcela da população escravizada, a Irmandade da Boa Morte contribuiu de forma muito importante com a construção da identidade afro-brasileira, o que será demonstrado nas linhas abaixo.

### **3 A atuação da Irmandade da Boa Morte na valorização da população de matriz africana em Cachoeira**

Um grande exemplo da força da mulher em Cachoeira é a atuação da Irmandade de Cor da Nossa Senhora da Boa Morte, com um longo tempo de existência, motivo pelo qual iniciamos com elas os exemplos de experiências das

mulheres à frente de organizações que desempenham um importante papel no território, com a Irmandade e sua resistência e luta no território de Cachoeira.

A Irmandade é composta por uma confraria de 23 senhoras, cujos requisitos são descender de africanos escravizados e possuir mais de 50 anos de idade. A transferência para Cachoeira aconteceu por volta de 1850 em um período marcado por uma conjuntura de mudanças em que a economia açucareira da primeira metade do século XIX proporcionou aos senhores de engenho do Recôncavo Baiano um grande poderio econômico, sendo um período áureo desta região e de Cachoeira.

Com o aumento da influência dos senhores de engenho através do prestígio com a aristocracia baiana, eles demandavam uma quantidade maior de escravizados por essa denotar uma condição forçada, portanto, etimologicamente mais correta com o processo social e histórico em suas fazendas e a garantia de uma grande diversidade étnica de indivíduos oriundos de várias civilizações africanas.

13 anos depois da transformação da vila em cidade e em 2016, com 192 anos de fundação e com 167 anos de funcionamento na cidade “cachoeirana”, sendo que em 1970 quase fechou as suas portas na crise e no declínio da economia do Recôncavo Baiano. Em 1860, como ano indicado como de institucionalização do Candomblé, fortaleceu-se a relação do seu território.

O papel desempenhado pelas irmãs na articulação e na mobilização de forças para o reconhecimento da importância desta tradição demonstra a capacidade das mulheres em operar com instrumentos políticos, sociais e midiáticos.

A afirmação de uma irmandade de cor com várias irmãs como adeptas do Candomblé é um fortalecimento na identidade de Cachoeira, com as populações de matriz africana e afro-brasileiras.

A influência dos elementos da África nesta cidade do Recôncavo Baiano tem como explicação a grande concentração de africanos escravizados que trabalhavam nos engenhos de cana de açúcar e davam continuidade, apesar da proibição da escravidão, à cultura de matriz africana em suas manifestações.

A sua importância é justificada pelo seu tempo de funcionamento, pelo fato de suas integrantes acompanharem a Vila de Cachoeira se tornar uma cidade, e por suas ruas conquistarem amigos, devotos e simpatizantes.

A associação entre a Irmandade católica, os negros e os Terreiros, como uma espécie de fluxo da história do Recôncavo da Bahia, construíram sincretismo e, ao mesmo tempo, afirmação positiva da matriz africana em diálogo respeitoso entre as religiões presentes e atuantes, de variadas origens, que neste lugar convivem e se cooperam. Ainda existe, porém, grande intolerância por parte das igrejas evangélicas e neopentecostais aos membros do Axé, por meio de atos de violência simbólica como a ida de adeptos da religião protestante aos Templos afro-brasileiros para neles jogar sal grosso, proferindo palavras que tentam desqualificar, ofender, diminuir e inferiorizar a prática religiosa dos fiéis das religiões de matriz africana e afro-brasileiras.

A Festa da Boa Morte começa em agosto, com procissão pelas ruas da cidade de Cachoeira, com a dianteira das mulheres, todas com mais de cinquenta anos de idade, com uma multidão de “cachoeiranos” e turistas de várias partes do mundo, que acompanham o cortejo e o cântico das senhoras irmãs.

Essas emancipações são tão impactantes que trazem como consequência uma relativa autonomia que se materializa em liberdade para o povo de santo, ao ponto de organizar festas públicas que ultrapassam o espaço físico do Terreiro, indo além de uma representação artística ou de um aspecto somente religioso, chegando a ser considerado como processos social e político, que deixam de ser coadjuvantes invisibilizados e passam a ser produtores ativos com bastante força, que conquistam a visibilidade, quebrando um antigo paradigma de segregação.

**Figura 4** – Procissão das Irmãs na Festa da Boa Morte.



Data: 15 de agosto de 2017.

Autor: Sandro dos Santos Correia.

A figura dá destaque à procissão das irmãs pelas ruas de Cachoeira, que é acompanhada por uma multidão de pessoas moradoras do município e de municípios do entorno, como Muritiba, São Félix, Governador Mangabeira e outros, localizados em diferentes territórios de identidade da Bahia.

Essa é a Procissão Oficial das Irmãs, sempre no mês de Agosto, em Cachoeira, com as senhoras que têm uma função muito importante nos dias atuais de preservar uma tradição em um período de alta tecnologia e globalização, em que as relações são tão velozes e fugazes.

Nos adornos das irmãs estão os colares, as rosas, os panos de cabeça, os candelabros com as velas, os anéis, as pulseiras, as contas e firmas, que representam os deuses africanos e afro-brasileiros e, claro, a tradição católica e do sincretismo popular.

Elas percorrem um trajeto a pé de grande significância pelo fato de serem mulheres com mais de 50 anos de idade e que estão dedicadas a um processo de extremo compromisso religioso e ancestral.

#### **4 A cidade de Cachoeira e a sua relação com a religiosidade de matriz africana (o Candomblé, a Umbanda e outras expressões)**

Ao ser associada como a cidade do feitiço, Cachoeira identifica-se culturalmente com o Candomblé, ideia explicitada em “o poder dos Candomblés” em que sinaliza a força cultural e histórica da tradição de matriz africana.

A afirmação acima revela que a influência do elemento de matriz africana é profunda no território de Cachoeira, mesmo assim, algumas informações vinculadas por algumas instituições demonstram um conflito e uma contradição na construção desta identidade.

Santos (2009) destaca que Cachoeira foi caracterizada como a cidade do “feitiço” ou a cidade da “macumba”. O autor, em suas observações sobre o poder dos candomblés, destaca a perseguição da imprensa local, do poder público e da força policial nas três primeiras décadas do século XX. Diferente da geografia de Salvador, a ocupação dos espaços pelos Terreiros de Candomblé em Cachoeira, o percurso seguia em direção aos espaços mais distantes, nas áreas rurais, combinando com as necessidades espirituais do contato com áreas verdes, animais, rios e plantas em geral (DE OLIVEIRA, 2020, p. 309).

Os termos “feitiço” e “macumba” são pejorativos e têm o único objetivo de depreciar, inferiorizar e desqualificar a cultura da população negra, que tem a escravidão como característica estruturante e que os impactos ocorrem até os dias atuais.

A participação ativa da população negra na cidade de Cachoeira se dá pela própria porcentagem da população escravizada no período oficial da escravidão, em mais de 3 séculos.

Um desses episódios se deu no ano de 1838 e revelou a existência do quilombo Malaquia e, entre 1840 e 1850, a existência de um Candomblé liderado pelo africano Quixareme, em que agregavam outros africanos e descendentes em torno do culto de Azonsur.

A reprodução de práticas espaciais elaboradas no continente africano em razão da concentração de africanos escravizados em Cachoeira construiu inúmeras experiências exclusivas em um ambiente diferente do ponto de vista geográfico e cultural, dando uma contribuição decisiva na experiência afro-brasileira.

Em 1852, a existência do Candomblé de Curiachito, liderado pela ganhadeira Ephifânia Motta, irmã da Boa Morte e filha da africana Maria Motta e a história de Anacleto em 1856, demonstram a ligação direta e de ancestralidade com a África.

Em torno de 1856, o Candomblé da Cajá foi fundado por um africano escravizado do Capivari, chamado Anacleto Urbano da Natividade Tosta, em que ele apresentava-se como um fomalheiro, ora como homem escravizado feitor.

Para Edmar Ferreira Santos (2009), Cachoeira, além de ser fundamental na economia colonial, juntamente com Salvador, reserva em seu território as manifestações religiosas de matriz africana e afro-brasileiras. As religiões Candomblé e Umbanda, historicamente, estão inscritas nas cidades de Salvador, Cachoeira, nas regiões do Recôncavo, Feira de Santana e nos territórios do país, sobretudo nas urbes em que a população negra se faz presente (DE OLIVEIRA, 2020, p. 308-309).

A participação da cultura de matriz africana em todo o Recôncavo Baiano é marcante e o município de Cachoeira, pelas suas características geográficas, explica a atual conjuntura que se encontra o seu território e os seus desdobramentos frente às expressões históricas que são tão importantes para a afirmação de sua identidade.

A região do Recôncavo, por ter recebido um grande contingente de africanos escravizados, acabou sendo influenciada em vários municípios, primeiro com as questões demográfica, religiosa e cultural, tendo como um dos exemplos o município

de Santo Amaro, com a celebração do Bembé do Mercado em 13 de maio, além de outros territórios municipais, como: Santo Antônio de Jesus, Laje, Cruz das Almas e cidades circunvizinhas.

Essa influência da matriz africana ocorreu nas festividades e celebrações religiosas que se fundamentaram na escravidão e na colonização, criando por meio dessas referências continentais simbologias e signos religiosos pelo caminho da sobrevivência por meio do sincretismo.

Em 1858, foi feita a referência a José Ricardo, que liderava o culto de Azonsur com apoio de Quixareme, fundador do Terreiro de Oxumaré, demonstrando que havia uma rede entre Salvador e Cachoeira.

A formação de um sacerdote da tradição religiosa de matriz africana requer um contato direto com pessoas ligadas diretamente às antigas civilizações africanas, de preferência, que sejam parte da árvore genealógica.

No caso desse território, a concentração de africanos escravizados trazidos em navios negreiros chegava também pelo rio Paraguaçu, eram como mercadorias, que foram fundamentais como mão de obra para o desenvolvimento dos engenhos.

A relação entre organizações de diferentes naturezas e possibilidades é uma das explicações para a formação de uma tradição afro-brasileira, a começar pela concentração de indivíduos de diferentes civilizações africanas, que tiveram seus homens e mulheres escravizados.

A condição de escravizado explica a relação com a matriz africana, embora, os mais de 300 anos de escravidão oficial precisem ser refletidos e contextualizados para as condições atuais da população negra.

A explicação se dá pelo fato de ter havido um quantitativo muito expressivo de africanos escravizados que foram enviados para o Brasil e essa concentração no Recôncavo Baiano contribuiu bastante para a composição demográfica.

Os inventários demonstram que a forma que o africano escravizado tratado como mercadoria pode ter vivido o horror e o sofrimento da condição de subalternização, indo explicar a necessidade de guardar o segredo e a informação, mas, principalmente, pela criminalização das práticas civilizatórias oriundas dessas populações escravizadas.

Nesta discussão surgiram também os fundamentos da Roça de Cima e em 1860 teve um momento crucial e importante para a história do Candomblé e a cidade de Cachoeira será fundamental para o nascimento institucional deste culto religioso, passando a ser uma referência para o Brasil.

Entre os anos de 1870 e 1880 foi o provável período de formação do Zô Ogodô Bogum Malê Seja Hundê, em que havia um equilíbrio entre homens e mulheres na escravaria do engenho Natividade.

A formação de um Terreiro de Candomblé, de um templo religioso de matriz africana, requer um conjunto de funções e habilidades que se fundamentam nas antigas civilizações africanas, mas, no Recôncavo, a condição de escravo forçou ou construiu um diálogo entre civilizações que, na África eram inimigas e no Brasil, se aproximaram culturalmente e espacialmente.

O espaço do terreiro de candomblé foi a materialização desse diálogo de etnias rivais na África que, no Brasil se tornam parceiras, produzindo um sincretismo entre as civilizações africanas escravizadas, em que seus indivíduos e descendentes contribuíram decisivamente para a cultura negra de hoje.

Essas experiências em Cachoeira têm vários exemplos, como o Terreiro Seja Hundê, assim como a Roça de Cima e outros, que irão iniciar um processo que caracteriza uma certa institucionalização.

O período indicado com o de 1860 (PARÉS, 2000) criou elementos de identidade para essas pessoas, como saias, roupas, argolas, contas e demais questões relacionadas aos deuses africanos, que afirmavam o processo civilizatório afro-brasileiro.

A formação desses templos religiosos também revela a rede de sociabilidades entre as instituições, que trazem informações como idiomas, dialetos e tecnologias sociais capazes de dialogar e articular atores diferentes no espaço social.

O ano de 1871 foi marcado pela Lei do Ventre Livre, promulgada em 28 de setembro deste mesmo ano, que influenciou diretamente na libertação das crianças nascidas no Engenho Capivari.

A partir de 1950, os Terreiros de Candomblé Jêje-nagô em São Félix e Cachoeira, que ainda se encontravam em funcionamento em Outeiro Redondo, são originados de descendentes dos africanos escravizados do engenho Natividade e foram influenciados pelo Candomblé de Anacleto.

Em um período de criminalização das práticas culturais de matriz africana, só houve a desobrigação do pedido de licença na delegacia de jogos e costumes, no Decreto Estadual de nº 25.095, de 13 de janeiro de 1976.

Período que até o ano de 1976 foi marcado por uma perseguição sistemática que feria profundamente a autonomia e a liberdade do culto do Candomblé, necessitando da atuação das mulheres do Candomblé, por sua vez, as mães de santo, representadas por Mãe Judith, com seu falecimento na década de 1950, em determinado período, como também pelas senhoras irmãs da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte.

Em 1978, o Seja Hundê voltou a um período de harmonia, porque houve o equacionamento de problemas antigos, ligados, inclusive, a questões de pertencimento jurídico fundiário do Terreiro.

Um conflito que ocorre com as áreas geográficas em que estão localizados os templos religiosos de matriz africana é a herança familiar consanguínea que, muitas vezes, gera uma série de contradições e de agressões emocionais e patrimoniais.

Quando esse conflito é equacionado, a ordem e a construção menos violenta em razão do próprio Estado Colonialista vê a cultura de matriz africana como inimiga do Estado, mesmo havendo um novo ordenamento jurídico com a Constituição Federal de 1988.

Acredita-se que após o ano de 1976 houve um maior incentivo ao uso desta liberdade política e institucional, que fortaleceu algumas iniciativas, como o retorno da organização da festa de Iemanjá, o Encontro das Águas, a festa da Pechincha e a feijoada de Mãe Preta, a partir do ano de 2014.

No decorrer do século XX, os Terreiros de Candomblé e Umbanda nas pequenas, médias e grandes cidades, fincaram suas inscrições nos lugares da segregação, distante dos lugares que representam a ordem, a lei e os valores morais (SANTOS, 2009). Em geral, os Terreiros de Umbanda e Candomblé se autosegregaram, em razão da contínua perseguição que eles sofreram no chão das cidades brasileiras. Nas cidades de Salvador, Cachoeira e nas urbes do país, poucas casas de Candomblé e Umbanda exerceram suas condições culturais e sociais livremente para escolher o lugar no chão das cidades (DE OLIVEIRA, 2020, p. 309).

A afirmação acima nos sinaliza que a participação dos templos religiosos de matriz africana na vida da população negra sempre foi referenciada pelas perseguição e segregação no sistema dominante, reproduzindo estruturas sociais desde os tempos

da escravidão. A quantidade de templos de matriz africana será mostrada nas páginas abaixo.

## **5 Os templos da religiosidade de Matriz Africana (Candomblé e Umbanda)**

Hoje, a cidade de Cachoeira possui 48 Terreiros de Candomblé, segundo o mapeamento dos espaços de religiões de matrizes africanas do Recôncavo, publicado pela SEPRMI (BAHIA, 2012).

Este texto foi construído com o apoio da publicação do IPAC (2015) sobre os Terreiros do Recôncavo, que separa-os por nação. Em relação aos 48 Terreiros de Candomblé de Cachoeira levantados pela SEPRMI (BAHIA, 2012) no trabalho de campo desta pesquisa nos dias 04 e 05 de dezembro de 2014, utilizamos um GPS e Trex 30x – Garmin do Departamento de Ciências Humanas do Campus V da UNEB, fornecido pelo laboratório de Geociências para georreferenciar os Templos.

Conforme o documento da SEPRMI (BAHIA, 2012), destes 48, 25 informaram estar no meio urbano, 21 estão no meio rural e 2 não informaram, 4 são da nação de Angola, 4 são da nação Jeje-mahin, 1 é Jurema-keto-jeje-caboclo, 9 são da nação Keto, 1 é da Umbanda de Jurema, 1 é Ketu-nagô-ijexá, 1 é Jeje-nagô, 2 são Nagô-ijexá, 3 são da Umbanda, 1 é Nagô-obetedô, 3 são Nagô-vodun, 6 são da nação Nagô, 1 é Angola-ketu, 1 é Nagô e Keto, 2 são da nação Jeje, 1 é Nagô-ijexá, 1 é Nagô vudussi, 1 é da Umbanda linha branca, 1 é Nagô-vodum-ijexá, 1 é Caboclo, 1 é da Umbanda.

Os 48 foram identificados, cada um contendo as seguintes informações: nome, nação, liderança, endereço, bairro e código de endereçamento postal – CEP. Tais informações se encontram entre as páginas 79 e 92 do mapeamento feito pela publicação mencionada.

Antes de continuarmos com a análise da forma com que a SEPRMI (BAHIA, 2012) vê os Terreiros de Candomblé e de como os trata oficialmente do ponto de vista de uma política de Estado, é importante lembrar desta afirmação sobre a sua importância.

Mas o Terreiro de Candomblé afixava-se como um território étnico-cultural capaz de acolher, de modo geral, o entrecruzamento dos espaços e dos tempos implicados na socialização do grupo negro. Ali eram guardados conteúdos patrimoniais valiosos (o axé, os princípios cósmicos, a ética dos ancestrais), e

também os ensinamentos do xirê – os ritmos e as formas dramáticas que se desdobrariam ludicamente na sociedade abrangente (SODRÉ, 1988, p. 148).

A citação acima irá sintetizar a função desse santuário para a história da população negra do Brasil, o colocando como uma referência que estrutura a vida de um segmento populacional como um território étnico-cultural e também como um espaço de entrecruzamento.

O autor irá, ainda, reforçar seu papel o ampliando de uma dimensão física e material para uma de natureza civilizatória, que irá abranger também os valores éticos e morais de uma sociedade.

O Candomblé é uma religião de matriz africana nascida no Brasil; segundo a publicação da SEPRMI (2012), a Umbanda também é uma religião de matriz africana, que surgiu em terras brasileiras, sendo considerada uma de suas nações.

Em razão do processo de descriminalização da cultura de matriz africana, outras religiões próximas à linhagem foram visibilizadas e iniciaram seu processo de organização.

**Tabela 1** – Nações dos Terreiros de Candomblé – Cachoeira (2012).

| <b>Nação</b>             | <b>Quantidade</b> |
|--------------------------|-------------------|
| Angola                   | 4                 |
| Jeje-Mahin               | 1                 |
| Jurema-keto-Jeje-caboclo | 1                 |
| Keto                     | 9                 |
| Jejemarrim               | 3                 |
| Umbanda na jurema        | 1                 |
| Jeje nagô                | 1                 |
| Nagô-Ijexá               | 1                 |
| Umbanda                  | 3                 |
| Nagô Obitedô             | 1                 |
| Nagô-Vodun               | 1                 |
| Nagô                     | 6                 |
| Angola-Keto              | 1                 |
| Nagô e Ketu              | 1                 |
| Jêje                     | 2                 |
| Nagô-Vudussi             | 1                 |
| Nagô vodun               | 3                 |
| Keto Angola              | 1                 |
| Alaketu                  | 1                 |
| Abikun                   | 1                 |
| Umbanda – Linha branca   | 1                 |

|                     |    |
|---------------------|----|
| Nago, vodun e ijexá | 1  |
| NagêIjexá           | 1  |
| Caboclo             | 1  |
| Total               | 47 |

**Fonte:** SEPROMI (BAHIA, 2012).

Elaboração: Sandro dos Santos Correia.

As diferentes nações do Candomblé que existem na cidade de Cachoeira revelam os seus adeptos e por extensão parte dessa população afirma o seu vínculo com o passado da África e a importância para a memória de seus habitantes.

Esse papel desempenhado pelo Terreiro acaba preenchendo uma lacuna na história de boa parte dos habitantes desta terra, que é a informação sobre o pertencimento ancestral e genealógico.

Essa afirmação se dá pelo fato de haver uma associação das pessoas com relação a sua origem, o que indica ausência de uma informação da sua árvore genealógica. Outro aspecto que pode estar relacionado é com o passado e a memória destas pessoas, que demonstra um acesso da história positiva dos antepassados e ancestrais.

O grande exemplo disso é a nação abikun, sendo somente 1 Terreiro que continua esse culto e imagina-se que a cultura é extinta porque conversando com uma pessoa religiosa, uma filha de santo, ela relatou que o procedimento de iniciação religiosa de uma iaô do grupo abikun é diferente, ritualisticamente, da pessoa que não é desta nação.

O exemplo acima afirma a importância deste culto no fortalecimento de indivíduos cujos ancestrais, ao serem escravizados no passado, perderam contato com a sua história e não tiveram o direito de transmiti-la às próximas gerações.

É nesse espaço que será fortalecido o acesso dos indivíduos à sua história, que foi cronicamente inferiorizada e subalternizada no passado pelo colonizador que expropriou seu território.

No comentário referente ao mapa da SEPROMI (BAHIA, 2012) é preciso observar que ele se aproximou da necessidade de mostrar os Terreiros de Candomblé de Cachoeira, mas não conseguiu um nível de detalhamento maior; acredita-se que essa aproximação não foi possível em razão de ser uma pesquisa exploratória e pelo fato de existirem poucos estudos com a temática territorial.

Esse nível de profundidade insuficiente revela que reflexões com esse objetivo deixarão lacunas importantes para um planejamento mais efetivo e capaz de contemplar essas singularidades, seja no meio urbano ou no meio rural, assim como será difícil também atingir um nível de aprofundamento satisfatório do fenômeno na cidade ou no município.

As nações que aparecem na Tabela 2 e se destacam em maior quantidade de Terreiros são: Ketu com 9, seguido da Nagô com 6, o terceiro lugar ficou com a nação Angola com 4, e vindo na sequência Jeje marrim, Umbanda e Nagô vodun, todas com 3, cada.

**Tabela 2** – Nações mais representativas dos Terreiros de Candomblé – Cachoeira (2012).

|               |              |
|---------------|--------------|
| <b>Angola</b> | <b>9,0%</b>  |
| Keto          | 20%          |
| Jeje marrim   | 6,8%         |
| Nagô          | 13%          |
| Nagô vodun    | 6,8%         |
| <b>Total</b>  | <b>46,9%</b> |

**Fonte:** Bahia, SEPRMI (BAHIA, 2012).

Elaboração: Sandro dos Santos Correia.

Nota: Consideram-se as mais representadas populacionalmente.

Essas nações que se destacam com o maior número de Templos, principalmente a Ketu que tem o maior número, no total de 9, devem ter a clareza que as suas lideranças, ou seja, os sacerdotes e as sacerdotisas, precisam estar atentos para o fortalecimento da organização dos adeptos e que a interação entre poder público e Candomblé deve ser fortalecida.

Os rituais das nações Keto, Nagô, Angola, Jeje marrim e Umbanda são os que predominam, mas também acabam salvaguardando indivíduos que por uma razão ou outra, como no caso dos abicuns, tiveram os seus adeptos diminuídos, estando no estado de quase extinção cultural.

**Tabela 3** – Situação Fundiária dos Terreiros de Candomblé – Cachoeira (2012).

| Localização  | Quantidade | Porcentagem |
|--------------|------------|-------------|
| Urbana       | 25         | 52%         |
| Rural        | 21         | 43,8%       |
| Não informou | 2          | 4,2%        |
| Total        | 48         | 100%        |

**Fonte:** SEPROMI (BAHIA, 2012).

**Elaboração:** Sandro dos Santos Correia.

Desses 48 Terreiros, 25 são urbanos e 21 são rurais, enquanto 2 não informaram a sua situação. Os 25 que estão no meio urbano se localizam em áreas periféricas distantes do centro da cidade.

**Figura 5** – A Fogueira do Orixá Xangô.



Data: 23 de junho de 2012.

**Autor:** Sandro dos Santos Correia.

A figura 5 mostra o Terreiro de Candomblé Ilê Kaió Alaketu Axé Oxum, localizado no Alto do Rosarinho, em Cachoeira, visto de fora durante a celebração intitulada Fogueira de Xangô, que ocorre no mês de junho, na festa do São João, com uma fogueira para o ritual.

Essa é a fachada do Templo e é noite de fogueira de Xangô, nos dias 23 e 24 de junho, uma data em que se comemora o São João na Bahia, festa junina marcada pela tradição de queimar fogueira e comer milho assado (Figura 5).

Essa festa é organizada pelo Terreiro há mais de vinte anos e representa toda uma tradição ao orixá Xangô, que é o Deus do trovão e da justiça, representado pelo cajado, que simboliza o seu instrumento ritualístico e mitológico. Esta divindade africana já foi sincretizada com São João Batista, da Igreja Católica.

A experiência dos africanos e seus descendentes e como ela se transformou em mito, a sua vivência na terra e de que maneira os seus ensinamentos nos inspiram comportamentos que reproduzem os valores civilizatórios africanos e afro-brasileiros, contribuem para que Cachoeira seja um espaço marcado pelas tradições iorubás, reterritorializando uma tradição que foi historicamente subjugada em seu território de nascimento no continente africano. Isso nos impõe reflexões complexas de como a resistência de algumas pessoas garantiu a reprodução de espaços e territórios oficialmente excluídos de emancipação e de cidadania.

Nas sociedades ditas primitivas e na maior parte das sociedades antigas e medievais, a ligação do homem com a Terra recebeu, na atmosfera espaço-temporal do mundo mágico-mítico, um sentido essencialmente qualitativo. A geografia é mais do que uma base ou um elemento. Ela é um *poder*. Da Terra vêm as forças que atacam ou protegem o homem, que determinam sua existência social e seu próprio comportamento, que se misturam com suas vidas orgânica e psíquica, a tal ponto que é impossível separar o mundo exterior dos fatos propriamente humanos (DARDEL, 2015, p. 48).

O pensamento de Eric Dardel corrobora com o pensamento da ligação do homem com a Terra, levando em conta todos os seus aspectos, como a terra, a água, o ar e os seus demais elementos constituintes, que influenciam diretamente no funcionamento do seu corpo e da sua mente. Esta relação tão direta com a terra acaba criando uma cultura própria e que se posiciona com uma função específica na sociedade onde está inserida, dando o seu verdadeiro papel por meio da cultura ali desenvolvida e praticada, reconhecidamente expressiva de certa etnia.

A relação entre a cultura, o espaço e a etnia é estruturante para o Candomblé em razão de que a natureza é sagrada e os seus elementos, como a água, o fogo, o ar e a terra estarão associados a divindades sagradas africanas e afro-brasileiras.

**Figura 6** – Entrada do Seja Hundê.



Data: 04 de dezembro de 2014.

Autor: Sandro dos Santos Correia.

A figura 6 é a entrada do Seja Hundê, localizado na Rua Benjamim Constant, s/n, em Cachoeira, Bahia, CEP: 44.300-000. A imagem foi capturada na solenidade de Tombamento do Templo, em 2014.

Vê-se ladeira de barro sem calçamento, que dá acesso para o Barracão onde estão chegando os convidados para a solenidade pública de tombamento, comprovando que a localização do Templo está em uma área de difícil acesso.

Neste mesmo ano de 2014, a Prefeitura de Cachoeira, por meio da Secretaria de Cultura e Turismo incluiu no Anteprojeto do Plano Municipal de Cultura da V Conferência Municipal de Cultura, um capítulo sobre cultura afro-brasileira. O Plano é decenal de 2014 a 2024, com revisão em 2019.

E no ano de 2015 se transformou na Lei de nº 1.140/2015, que Instituiu o Plano Municipal de Cultura de Cachoeira para o decênio 2015 – 2025 e efetivou o capítulo

sobre cultura afro-brasileira, no mesmo ano vai acontecer a primeira edição da Feijoada de Mãe Preta.

Assim é mister reconhecer a ligação que o território de Cachoeira tem com a cultura de matriz africana e que os Terreiros de Candomblé são as instituições que preservaram e conservaram a matriz africana, que hoje tem seu reconhecimento como patrimônio nacional.

## **6 Conclusões**

A contribuição do Terreiro de Candomblé se dá com a organização de eventos, rituais, indumentárias, adereços, linguagens, roupas, canções, danças, comportamentos, cantigas, comidas e demais símbolos e signos, que têm muita força no território de Cachoeira.

As atividades e organizações em torno dos Terreiros de Umbanda são significativos para a compreensão da contribuição da matriz africana para o imaginário da cidade.

A Irmandade da Boa Morte com o empenho, a participação e a dedicação das suas irmãs nos festejos anuais do mês de agosto em procissões pelas ruas de Cachoeira, mostram a força da matriz africana nas irmandades religiosas católicas com 202 anos de fundação.

A identidade de Cachoeira e a identidade do Candomblé e da Umbanda têm em comum o elemento de matriz africana. Os povos africanos escravizados vindos para o Brasil, especialmente para Cachoeira, formaram o Candomblé, que influenciou a Umbanda e, assim, contribuíram para a identidade de Cachoeira.

O reconhecimento dessa importância se oficializa com a aprovação do Plano Municipal de Cultura pela câmara de vereadores de Cachoeira em 2014 para o decênio de 2015-2025, ao inserir no texto oficial a importância da cultura de matriz africana.

Todas essas afirmações vão fortalecer a identidade afro-brasileira de Cachoeira e que a influência da África, por meio de seus filhos escravizados que chegaram no Brasil, reconstruíram nesse território uma possibilidade de preservação do seu patrimônio imaterial.

## Referências bibliográficas

AMORIM, Carlos. A Bahia é uma escola que virou referência. [entrevista concedida a Cleidiana Ramos]. *A Tarde*, Salvador, p. A6, 12 maio 2014.

BAHIA. Governo do Estado. Terreiros de Candomblé de Cachoeira e São Félix, organização Graça Lobo; coordenação Antonio Roberto Pellegrino Filho. Salvador: *Fundação Pedro Calmon: IPAC*, 2015. 244 p. (Cadernos do IPAC, 9).

BAHIA. Governo do Estado. Secretaria de Promoção da Igualdade Racial – SEPROMI. *Mapeamento dos Espaços de Religião de Matriz Africana do Recôncavo/Sepromi*. 1ª Edição – Salvador, 2012.

BRANDÃO, Maria Azevedo (org.) *Recôncavo da Bahia: Sociedade e Economia em Transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, Academia de Letras da Bahia, Universidade Federal da Bahia, 1998.

CACHOEIRA, Prefeitura Municipal. Lei Municipal nº 1.140, de 22 de setembro de 2015. *Institui o Plano Municipal de Cultura de Cachoeira para o decênio 2015 – 2025*. Disponível em: <[https://planosmunicipaisdecultura.ufba.br/sites/planosmunicipaisdecultura.ufba.br/files/pmc\\_cachoeira\\_ba\\_lei\\_1140\\_2015.pdf](https://planosmunicipaisdecultura.ufba.br/sites/planosmunicipaisdecultura.ufba.br/files/pmc_cachoeira_ba_lei_1140_2015.pdf)>. Acesso em: 16 maio 2017.

CACHOEIRA, Lei Municipal nº 1.142, de 24 de Agosto de 2015. *Plano Municipal de Cultura*.

CORRÊA, Aureanice de Mello. *Irmandade da Boa Morte como manifestação cultural afro-brasileira*. Tese de Doutorado, UFRJ, 2004.

CORREIA, S. S. *Racismo*. Desenvolvimento. População Negra. 1ª ed. Editora Filos. Salvador, Bahia, Brasil, 2021.

CORREIA, S. S. A importância das nações de candomblé para a população afro-brasileira em Cachoeira-BA in ODEERE – *Revista do Programa de Pós-graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade*. ISSN: 2525-4715 – Ano 2019, Volume 4, número 8, julho – dezembro de 2019.

CORREIA, Sandro dos Santos. *Celebração da liberdade: candomblé e desenvolvimento humano em Cachoeira-BA*. Orientadora: Profª. Dra. Cristina Maria Macedo de Alencar Tese (Doutorado) – Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação. Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, Salvador, 2019. 309 f.

CORREIA, Sandro dos Santos. A importância das mulheres do candomblé no desenvolvimento de Cachoeira, BA. In Odeere: *Revista do Programa de Pós-graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade – UESB*. ISSN 2525-4715. Ano 2, número 3, volume 3, janeiro – junho de 2017.

CORREIA, Sandro dos Santos. *O território de Cachoeira-BA: O potencial do Patrimônio Cultural de Matriz Africana e as possibilidades para o Desenvolvimento Local do Recôncavo*

Baiano. In: CORREIA, S. C; DANTAS, A. L; SANTOS, E. M. P. (orgs.) *Recôncavo Baiano: Trajetórias e Dinâmicas Territoriais*, Salvador, Assembleia Legislativa, 2015.

DARDEL, Eric. *O homem e a terra: natureza da realidade geográfica. Perspectiva*, São Paulo, 2015.

DE OLIVEIRA, Reinaldo José. CIDADES NEGRAS NO BRASIL: TERRITÓRIOS E CIDADANIA. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S. l.], v. 12, n. 34, p. 287-314, nov. 2020. ISSN 2177-2770. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1128>. Acesso em: 07 mar. 2023.

DE OLIVEIRA, Reinaldo José. Universidade em cidades negras: ações afirmativas na medicina (p. 49 a 77). In: *Psicologia em epistemologias negras: ações afirmativas na Universidade*. Org.: MARQUES, R. S. N; OLIVEIRA, L. R. de; GALINDO, D. C. G. Cruz das Almas – BA. EDUFRB, 2022.

LOPES, Nei. *Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana*. São Paulo, SP: Selo Negro, 2004.

NASCIMENTO, Luiz Cláudio Dias do. *Bitedô: onde moram os nagôs: redes de sociabilidades africanas na formação do candomblé jêje-nagô no recôncavo baiano*, Rio de Janeiro, CEAP, 2010.

NASCIMENTO, Luiz Claudio Dias do. *São Félix*. 2017. Disponível em: <<https://www.facebook.com/lcnascimento1>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

PRANDI, Reginaldo. *Exu, de mensageiro a diabo*. Sincretismo católico e demonização do orixá Exu. REVISTA USP, São Paulo, n. 50, p. 46-63, junho/agosto 2001.

ROCHA, Rubens. *Cachoeira: joia do Recôncavo Baiano*, 2ª edição, Tibiriçá Gráfica Rápida, Tucano, 2015.

ROÇA DE CIMA. *Terreiro Jeje Zogbodo Male Bogum Seja Unde*. Disponível em: <[sejahunde.blogspot.com.br/p/roca-de-cima.html](http://sejahunde.blogspot.com.br/p/roca-de-cima.html)>. Acesso em: 12 jun. 2017.

ROSENDAHL, Zeny. *Os caminhos da construção teórica: ratificando e exemplificando as relações entre espaço e religião*. In ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia Cultural: uma antologia (II)*. Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2013.

SANTOS, Jadson Luiz dos. *Cachoeira III Séculos de História e Tradição*, Salvador, EGBA, 2010.

SANTOS, Edmar Ferreira. *O poder dos candomblés: perseguição e resistência no Recôncavo da Bahia*. Salvador, BA: EDUFBA, 2009.

SANTOS, Jocélio Teles dos. *O poder da cultura e a cultura no poder: a disputa simbólica da herança cultural negra no Brasil*. Salvador, BA: EDUFBA, 2005.

SEN, Amartya Kumar. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo, SP: Companhia das Letras (Companhia de Bolso), 2015, 4ª reimpressão.

SEN, Amartya Kumar. *Desenvolvimento como liberdade*/Amartya Sem. Tradução: Laura Teixeira Motta; revisão técnica: Ricardo Doniselli Mendes. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2010.

SEN, Amartya Kumar. *Desenvolvimento como liberdade*/Amartya Sem. Tradução: Laura Teixeira Motta; revisão técnica: Ricardo Doniselli Mendes. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2000.

SODRÉ, Muniz. *O terreiro e a cidade. A forma social negro brasileira*. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 1988.

**Recebido em:** 16 de março de 2023.

**Aceito em:** 9 de agosto de 2023.

#### COMO REFERENCIAR

CORREIA, Sandro. A importância da matriz africana para a construção da identidade afro-brasileira da cidade de Cachoeira, BA. *Latitude*, Maceió, v. 17, n. 1, p. 10-35, 2023.

## **Cidades Negras no Brasil: A Bahia de todos os santos, orixás, inkices e caboclos**

### **Black Cities in Brazil: The Bahia of all saints, orixás, inkices and caboclos**

**Reinaldo José de  
Oliveira**

UFRB (Pesquisador  
colaborador), Doutor em  
Ciências Sociais, PUC-  
SP, Professor colaborador  
do NEPPINS UFRB

E-mail:

[reinaldojoliveira1971@  
gmail.com](mailto:reinaldojoliveira1971@gmail.com)

#### **Resumo**

A interpretação das cidades negras tem como objetivo conhecer melhor a realidade dos espaços negros, da segregação racial e do território. Avaliamos que a ideia de segregação racial está baseada em categorias de classe social, gênero, etnia e raça e território, porém, a realidade das Américas, especialmente brasileira, deve ser observada, sobretudo o tempo-espaço da colonização, do escravismo e do racismo. Utilizamos como instrumento teórico-metodológico, primeiro, os dados estatísticos do Censo do IBGE de 2010 sobre a população classificada por negros e brancos, e o rendimento. Segundo, para melhor delineamento, dialogamos com autores de ambos os campos das relações étnico-raciais e a literatura sobre a cidade, o urbano e o território. Em nossas considerações será um grande desafio para as Américas, o Brasil e a Bahia, a promoção de políticas públicas para a inscrição de cidades antirracistas e democráticas com equidade.

**Palavras:** cidades negras, segregação racial, políticas públicas, ação afirmativa.

#### **Abstract**

The interpretation of black cities aims to better understand the reality of black spaces, racial segregation and territory. We assess that the idea

of racial segregation is based on categories of social class, gender, ethnicity and race and territory, however, the reality of the Americas, especially Brazilian, must be observed, especially the time-space of colonization, slavery and racism. We used as a theoretical-methodological instrument, first, the statistical data of the IBGE Census of 2010, on the population classified by blacks and whites, and income. Second, for a better design, we dialogue with authors from both fields of ethnic-racial relations and the literature on the city, the urban and the territory. In our considerations, it will be a great challenge for the Americas, Brazil and Bahia, the promotion of public policies for the inscription of anti-racist and democratic cities with equity.

**Keywords:** black cities, racial segregation, public policies, affirmative action.

## **Introdução**

O próximo censo demográfico do IBGE, 2022, poderá nos proporcionar conhecer a realidade socioeconômica, política, geográfica, étnico-racial, religiosa, sobretudo o contexto da população negra nas urbes do país.

São 5.570 municípios, cidades que foram fundadas no decorrer dos 520 anos, principalmente àquelas que foram edificadas durante o escravismo, a colonização e a pós-abolição, tendo como base a força de trabalho negra na produção material e subjetiva dos espaços, territórios e paisagens no Brasil.

Hoje, é central o debate e a produção de conhecimento sobre as cidades negras para fins de ensino, pesquisa, extensão e políticas públicas para o exercício do direito à cidade; a produção teórica-metodológica é importante para a formação de profissionais das áreas de arquitetura e urbanismo,

direito, geografia, história, ciências sociais, ciências da saúde, enfim, a interdisciplinaridade (NASCIMENTO, 1977; OLIVEIRA, 2020).

Quais são as características para delinear, material e subjetivamente, as cidades negras na realidade brasileira?

A leitura e a interpretação das cidades negras possibilitarão conhecer, de um lado, que a segregação racial compreende estruturas que são socioeconômicas e étnico-raciais. Esse contexto está assentado em bases da colonização, do escravismo, do poder local e do racismo. De outro lado, mesmo diante da separação material e subjetiva, as urbes negras foram edificadas com o capital material e subjetivo de africanos escravizados e afro-brasileiros.

No Brasil e nas urbes das Américas, prevalece a política antinegitude, sobretudo nas realidades brasileira e norte-americana, formal e informalmente, as populações negras vivem a segregação, o racismo e as desigualdades (VARGAS, 2016; OLIVEIRA, 2016).

No contexto das Américas, sobretudo do Brasil e dos Estados Unidos, as proposições de combate ao racismo trazem o quadro da diversidade e o rompimento das estruturas que mantêm a hierarquia branca em todas as frentes, especialmente os privilégios materiais e subjetivos.

A organização do texto está estruturada em três etapas: na primeira, de forma teórica-metodológica, delineamos a concepção de cidades negras, como lugar e território de construção da cidadania; posteriormente, com base em dados socioeconômicos do censo do IBGE, 2010, do estado da Bahia, analisamos, em dados relativos e absolutos, as urbes negras e o rendimento entre negros e brancos; na terceira etapa, as considerações finais e o debate sobre cidades negras, que demarca um movimento de superação do cenário atual.

Durante a colonização e o escravismo, aproximadamente quatro séculos, cidades, vilas e povoados foram edificados material e subjetivamente pela população africana escravizada e os afro-brasileiros.

No decorrer do século XX, a realidade nacional denominou diferentes funções e características para as cidades brasileiras: as urbes do capital, do comércio, do sistema financeiro, portuário, agrícola, universitária, litorânea, dos imigrantes, de base étnico-racial de origem italiana, alemã, japonesa,

dentre outras, mas não focalizou as cidades negras, os bairros e os seus territórios, do ponto de vista teórico-metodológico e o seu delineamento.

A lei de terras de 1850 e as políticas antinegitude, ambas, em meio milênio, impediram que as cidades negras inscrevessem no chão dos espaços o direito à cidadania (COSTA, 2008; OLIVEIRA, 2016).

Na sociedade brasileira, a lei impede que a igualdade entre brancos e negros se estabeleça formalmente. No século passado, propagou-se o mito da igualdade, porém, na realidade das cidades, de um lado, nos espaços e territórios, prevalece a população negra à margem do urbano e do rural e, de outro lado, na hierarquia do poder, predomina a população branca.

Nos Estados Unidos e na África do Sul, as legislações foram objetivas quanto à separação, à delimitação e ao *apartheid* da população negra nos espaços das cidades e da sociedade como um todo.

Na sociedade brasileira, a ausência de leis de *apartheid* e segregação oficial, desenhou a informalidade da segregação racial. Esse cenário, dificultou a organização e a luta dos movimentos sociais negros diante da segregação e o fortalecimento das cidades negras (OLIVEIRA, 2016). As cidades negras, na realidade nacional, devem ser interpretadas para além do quadro demográfico. Elas devem ser observadas a partir dos corpos negros que se movimentam e transformam as paisagens dos cenários social e cultural, em especial, de sua base subjetiva, mental e civilizacional.

Os olhares e cenários sobre a cidade negra podem ser interpretados pelo próximo e o distante. A literatura sobre espaço urbano e as relações étnico-raciais, temos importantes considerações sobre as cidades, desde as pequenas, médias e grandes cidades.

Nos anos de 1935, com a fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, dentre os inúmeros professores do exterior que vieram convidados para a formação da faculdade, o antropólogo francês Claude Lévi-Straus, com seu método etnográfico, descreveu as urbes negras de São Paulo e Rio de Janeiro, particularmente, os espaços e territórios deixados à margem para a massa negra.

Na Bahia, dentre os inúmeros pesquisadores que recebeu nos idos de 1940, estavam Ruth Landes, Donald Pierson, E. Franklin Frazier, Melville J. Herskovits e os franceses Roger Bastide e Pierre Verger, o laboratório predileto para os estudos sobre a diáspora africana nas Américas, de onde surgiria, décadas depois, o conceito de Atlântico Negro (VATIN, 2018).

A cidade de Salvador foi observada por diferentes olhares, mas foi com Lorenzo Turner que o antropólogo e pesquisador Xavier Vatin (2018), redescobriu as “Memórias Afro-Atlânticas”; é um rico acervo de documentos escritos e orais, como cantigas, rezas e fotografias do povo de santo de Salvador e a região do Recôncavo, que estavam guardados nos *Archives of Traditional Music* da Indiana University, em Bloomington, nos EUA, coletado por Turner nos anos de 1940-41.

Nas observações de Lorenzo Turner, a cidade negra de Salvador nos idos de 1940, consistia na seguinte paisagem:

Quase todos aqui são pessoas de cor. É um lugar muito interessante, a cidade mais antiga da América do Sul, mais antiga do que qualquer cidade na América do Norte. O material africano é muito rico. Há alguns negros que foram trazidos da África como escravos e ainda falam suas línguas nativas (TURNER, 2014, p. 19).

As referências trazidas por Vatin e Turner, nos permitem constituir que as cidades negras compreendem bases históricas, de informações orais que são passadas de geração em geração e reúnem inscrições das metamorfoses entre território e identidade social, que atuam e compõem o chão das *pólis* negras no Brasil e nas Américas.

O pesquisador afro-americano Henry Louis Gates Junior (2014), escreveu importante obra sobre os africanos e seus descendentes, intitulada “O Negro na América Latina”. O autor estuda a diáspora africana nas Américas; Brasil, México, Peru, República Dominicana, Haiti, Chile e Cuba.

Sobre a Salvador do final do século XX e do início do século XXI, Gates Junior, tem as seguintes impressões:

Meu Deus, estou de volta à África! Falo sério. Para onde quer que eu olhasse, via brasileiros com a África estampada em seus rostos e, com a mesma intensidade, em sua cultura. Do outro lado da rua, vi uma mulher com um turbante igual a que eu vira poucos anos antes na Nigéria. Devido à longa história de intercâmbio

cultural entre a Bahia e a África Ocidental, que remontava ao século XIX, panos e outros objetos culturais dessa região tinham vindo junto com os escravos (GATES JUNIOR, 2014, p.19).

O olhar de um afro-americano (estrangeiro) sobre as cidades negras no Brasil, nos apresenta um cenário de que o tema não obteve centralidade na literatura sobre urbanismo e cidades; as ideias estão fora das *pólis* negras e as *pólis* negras estão fora das ideias que são exclusivas do planejamento urbano da cidade legal (ROLNIK, 1997; MARICATO, 2002).

Nas impressões de Gates Junior, as cidades negras têm referências nos corpos negros das sobrevivências africanas, da diáspora no Brasil e nas Américas. A cultura da diáspora foi e é responsável pela criação e pelo desenvolvimento dos estilos musicais jazz, blues, rock, samba, chorinho, salsa, rumba, funk e rap, portanto, tudo o que a diáspora empreendeu com as resistências física, cultural e subjetiva, está na base cultural das cidades negras.

As primeiras dissertações e teses sobre o tema, segregação racial, espaço urbano e relações étnico-raciais datam do final do século XX. Inicialmente, José Carlos Gomes da Silva (1990), em trabalho de dissertação “Os suburbanos e a outra face da cidade: Negros em São Paulo 1900-1930” focaliza os espaços, territórios e territorialidades negras nas três primeiras décadas do século XX. Posteriormente, Walter Roberto Silvério (1992), estudou “Territórios Negros em Campinas: o caso Vila Rica”, observa a urbe do interior paulista, em especial, os espaços e territórios da população negra diante das transformações do rural e do urbano. Em seu trabalho de doutorado, Silva (1998) mantém atentamente as suas reflexões sobre a urbe paulistana, diferente do mestrado, aqui o autor observa o final do século XX: “Rap na cidade de São Paulo: Música, Etnicidade e Experiência Urbana”.

A antropóloga Teresinha Bernardo (1993) apresenta a sua tese de doutorado sobre os italianos e seus descendentes, e a população negra. A autora, por intermédio da memória coletiva constitui a realidade social dos italianos e negros nas três primeiras décadas do século XX. A partir da memória coletiva, Bernardo destaca lugares, espaços e territórios importantes das manifestações italianas e negras na capital paulistana, sobretudo nos bairros do Bexiga, Barra Funda, Sé e Sul da Sé.

A partir das leituras de Silva, Silvério e Bernardo interpretamos a demarcação de um campo de pesquisa para pensar o “Direito à cidade” e as cidades negras no Brasil.

Oliveira (2002) observou a territorialidade negra em sua dissertação de mestrado “A Presença do Negro na Cidade: Memória e Território Negro na Casa Verde em São Paulo”. O estudo apresenta um pedaço da urbe paulistana, os últimos anos do século XIX, as três primeiras décadas do século passado até o final do XX. Foram trazidos os bairros da Barra Funda, Bexiga, Liberdade, Sé e sul da Sé e, especialmente, a Casa Verde, enquanto território negro: a habitação nos cortiços e porões, a força de trabalho utilizada na ferrovia, o exercício de trabalhadores braçais na construção, o transporte de mercadorias, a limpeza urbana, as funções de motoristas, de domésticas e o capital sociocultural.

Lourdes Carril (2006), em “Quilombo, Favela e Periferia – A longa busca da cidadania”, retrata a segregação da população negra, sobretudo o protagonismo de jovens negros nos movimentos hip-hop, atuando no processo de enfrentamento na zona sul de São Paulo.

Reinaldo José de Oliveira (2008), em trabalho de doutorado intitulado “Segregação Urbana e Racial na cidade de São Paulo: as periferias de Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela”, versa sobre um século do negro na principal metrópole do país. Segundo o autor, a questão da segregação racial precisa ser observada com políticas públicas de recorte étnico-racial; políticas de planejamento urbano com foco nas desigualdades sociais e raciais.

Brandão (2004) observa as desigualdades e o racismo na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, com ênfase nas urbes de São Gonçalo e Itaboraí, destaca as diferenças socioeconômicas, como rendimento, escolaridade, gênero e raça. No referido trabalho, o autor destaca que nas margens do Rio de Janeiro, as cidades negras foram constituídas por aqueles que foram obrigados a sair de seus locais de origem em razão da segregação e do racismo.

A cidade negra do Rio de Janeiro, a abordagem teórica-metodológica adotada foi por intermédio da geografia. Andreilino Campos (2007) observa os bairros e espaços que foram reservados à população negra da pós-abolição até o final do século XX, em especial, a transmutação do quilombo à favela.

Denilson Araújo de Oliveira (2011), também do campo da geografia, contextualiza a juventude negra do movimento hip-hop perfazendo os espaços, territórios e lugares na cidade negra, que é palco da produção cultural afro-brasileira e da diáspora em torno do samba, da música popular, do funk e do rap.

Geny Ferreira Guimarães (2015), seguindo os percursos geográficos de Campos e Araújo, observa o Cais do Valongo, na área denominada Pequena África Carioca, área portuária da cidade do Rio de Janeiro. Guimarães destaca em seu trabalho as heranças africanas, o racismo e o projeto-processo de apagamento patrimonial dos territórios, espaços e lugares da população negra na história da cidade.

A respeito da ex-capital, Salvador, importantes trabalhos foram realizados por Antonia dos Santos Garcia (2006; 2009) na área de planejamento urbano, geografia e sociologia, em especial, o recorte de gênero.

É importante destacar que Salvador, dentre as principais capitais das cidades brasileiras, é a pólis negra, em dados relativos (79%). Salvador é o território afro-brasileiro e diaspórico mais antigo no cenário nacional e em toda a América Latina (GARCIA, 2009; GATES JR, 2014).

O universo social, cultural e religioso afro-brasileiro, em cinco séculos, foi modelando a cidade negra com os cultos aos orixás, as festas religiosas, as irmandades negras e o constante enfrentamento das revoltas, dos quilombos rurais e urbanos, que se estabeleceram na busca dos territórios de cidadania (SANTOS, 1993).

O Professor Jocélio Teles dos Santos (2018) coordenou o Mapeamento dos terreiros de candomblé e umbanda na cidade de Salvador do século XXI. O referido trabalho contempla o levantamento de, aproximadamente, 1.400 casas e terreiros de candomblé e umbanda. Segundo as informações da cartografia, a cidade negra de todos os santos, orixás, inkices e caboclos, estão

em maior proporção, da Cidade Baixa em direção ao subúrbio ferroviário e nas periferias da cidade.

O contexto teórico-metodológico sobre as cidades negras no Brasil compreende: diferentes realidades geográficas que se constituíram conforme a produção da colonização, do escravismo e do capitalismo na sociedade brasileira; da insubordinação dos quilombos rurais e urbanos; está intimamente relacionado com os aspectos subjetivos, culturais, mentais e civilizacionais das etnias e culturas africanas e afro-brasileiras; da ancestralidade africana, afro-brasileira e diaspórica nas cidades; das inúmeras produções políticas, identitárias e territoriais em torno dos direitos e das diferenças nos espaços urbano e rural.

## **1 Cidades Negras na Bahia**

A tese de doutorado do Professor Milton Santos foi sobre a cidade de Salvador, defendida em 1959 (2008). Segundo Santos, a ex-capital federal, fundada em 1549, durante três séculos foi o principal centro produtor e reprodutor da economia colonial escravista, que abasteceu o mundo, especialmente, a Europa.

Na América Latina, Salvador está entre as mais antigas *pólis*, no passado da colonização, era o centro econômico e político de maior prestígio, em razão da produção de cana-de-açúcar, açúcar, fumo, ouro, diamantes, cacau e a diversidade de gêneros alimentícios. Esses produtos se concentravam na Região do Recôncavo, Sertão, Chapada e o Sudoeste, que eram transportados para o porto de Salvador e, posteriormente, seguiam em direção aos centros do mercantilismo e do capitalismo nacional e internacional.

Em “O Centro da Cidade de Salvador”, Milton Santos analisa a formação, as funções e a estrutura urbana da principal cidade do Brasil e da América Latina, à época da colonização, do escravismo e das transformações urbanas e industriais que se deslocaram para o Sudoeste do país, principalmente para São Paulo e Rio de Janeiro. O centro da cidade de

Salvador foi a região da Cidade Alta, onde se concentrava a sede dos poderes econômicos, sociais e políticos.

Gradativamente, Salvador, enquanto centro produtor da colonização, seguia crescendo em sua população e no quadro da cidade, com a fundação de igrejas, casarões, de habitações para abrigar a mão de obra escravizada e nas proximidades, havia a interrelação com o rural de sítios e fazendas. No final do século XVI, a cidade se aproximava de oito mil habitantes, posteriormente, no século XVIII, alcançou 40 mil habitantes, sobretudo a maior parte correspondia à população negra formada por africanos escravizados, libertos e forros, que trabalhavam em todas as frentes: nas atividades da casa grande, da senzala e dos sobrados; o abastecimento do centro da cidade com o transporte de alimentos, água e todo tipo de comércio local e global; essa mesma mão de obra que construiu as habitações, as igrejas, os prédios públicos e as vias de circulação; da produção da economia que se desenvolvia no Recôncavo para o Porto, portanto, era a mão de obra que edificava a cidade e a economia do país e da América Latina. Em 1890 correspondia a 174 mil e em 1900 alcançou 206 mil habitantes. De 1920 a 1940, Salvador se aproximou de 550 mil habitantes (SANTOS, 2008).

Nas cidades negras do Brasil, o escravismo e a colonização não tiveram vida fácil. Em todas as urbes durante a dominação escravocrata, os africanos e afro-brasileiros promoveram revoltas, lutas, enfrentamentos e a busca por liberdade. Na Bahia, no Rio de Janeiro, em Pernambuco, no Maranhão, em São Paulo, em todas as regiões, os quilombos e as rebeliões negras se impuseram, haja vista a República de Palmares (de 1695), os Quilombos na região do Recôncavo da Bahia, a Revolta dos Malês, em 1835, e a Revolta de Búzios, em 1798.

A independência e a busca por liberdade foram se constituindo por meio dos corpos negros, é o que podemos constatar com as revoltas e manifestações negras em Salvador e no Recôncavo da Bahia. As Revoltas dos Malês e dos Búzios, ambas, protagonizadas por africanos e afro-brasileiros que arregimentaram desde as cidades de Santo Amaro, Cachoeira e Salvador,

corporações negras para derrubar as forças e o sistema de colonização que perdurou 388 anos (REIS, 2003).

Segundo João José Reis (2003), a Revolta dos Malês, ocorrida em 1835, por pouco não se concretizou com a derrubada da colonização e seu sistema de exploração socioeconômica, física e cultural. Os africanos e seus descendentes, de diferentes grupos étnicos, tomaram o centro da cidade de Salvador, e percorreram em direção ao encontro das forças portuguesas para colocar fim à dominação. Para Reis, a não concretização da insurreição negro-africana, deve-se a vários fatores, dentre eles, a colonização foi mais implacável porque possuía armamento e o tempo-espaço de dominação, de forma física e subjetiva, impediu que a revolta alcançasse o maior número de insurgentes diante do poderio lusitano (REIS, 2003).

As cidades negras, do passado e do atual momento, trazem as lembranças das revoltas e dos enfrentamentos, caracterizados hoje com a geografia dos quilombos rurais e urbanos, dos terreiros de candomblé e umbanda, dos territórios e espaços que homens e mulheres negras persistem na construção de urbes democráticas e antirracistas.

Reis (2003) apresenta parte do desfecho e as ações tomadas para impedir futuras manifestações de revolta e enfrentamento. O desfecho da Revolta dos Malês não foi diferente, o chão da principal capital do Brasil foi manchado de sangue indígena, africano e de seus descendentes. Em nossa atualidade, os homicídios e a violência têm como perfil os corpos dos negros, em sua maioria, pobres e jovens.

O controle, a dominação e a punição impostos aos corpos negros nas Revoltas dos Malês e de Búzios, durante toda a colonização e o escravismo, refletem em nossa atualidade no movimento das cidades, e nas urbes negras não é diferente; o controle e a punição são frequentes para homens e mulheres negras, haja vista o genocídio da população negra, sobretudo a juventude. Em 2015, na capital soteropolitana, aconteceu a Chacina do Cabula, que teve como desfecho a morte de 12 jovens e adolescentes, diretamente, eliminados pela política militar, ou seja, o Estado brasileiro.

Achille Mbembe (2020) e Jaime do Amparo Alves (2011), trazem importantes reflexões para o quadro de genocídio e violência que impera nos espaços e territórios de maioria negra. Segundo os autores, a necropolítica prevalece nos territórios em que a colonização, o escravismo e o racismo configuraram como prática de dominação e controle das artimanhas do Estado. A política da morte, no decorrer do século passado e no atual momento, dos pontos de vista material e subjetivo, diante dos corpos dominados e subjugados, determina quem vai viver e quem vai morrer nos espaços das urbes da capital e do racismo à brasileira.

Nos últimos três Censos Demográficos, a sociedade brasileira, lentamente, vem apresentando crescimento demográfico: em 1991, o país totalizava 146.815.816 habitantes; em 2000, a contagem alcançou 169.872.856; na última contagem, em 2010, a população chegou a 190.755.749 indivíduos. A população negra, nos últimos levantamentos teve o mesmo reflexo populacional: em 1991, os negros correspondiam a 57,45%, posteriormente, em 2000, 44,66% e, em 2010, 50,94%.

O crescimento demográfico da população negra, acreditamos que se deve ao papel social e político dos movimentos sociais negros e da organização de mulheres negras no histórico de denúncia do mito da democracia racial e das proposições de políticas públicas de combate ao racismo, sexismo e machismo.

Dentre as 26 unidades da federação e a capital federal, é a região Nordeste do país que apresenta a maior população negra, em dados relativos. Em dados absolutos, a região sudeste e, principalmente, as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, que reúnem a maior população negra do país dentre as regiões e cidades.

Na região Nordeste são nove unidades federadas, em números relativos e absolutos. A população negra está presente em maior número em todas as unidades federadas do Nordeste: no Maranhão, os negros são 76,48%; Piauí, corresponde a 73,54%; Ceará, 66,89%; Rio Grande do Norte, 57,98%; Paraíba, 58,56%; Pernambuco, 62,07%; Alagoas, 67,14%; Sergipe, 70,70% e Bahia, 76,42%. Em primeiro lugar, o Estado do Maranhão e depois a Bahia, em dados

relativos são os que apresentam a maior população negra no país, mas é a Bahia que reúne, em dados absolutos, a maior população negra da região Nordeste.

Dentre as 26 capitais regionais e a capital federal, é a cidade de Salvador, em dados relativos que é a *pólis* negra de maior composição demográfica, ficando atrás, apenas, de São Luiz. Sua população de maioria negra, se deve a aproximadamente quatro séculos, da colonização, do escravismo e do racismo sob dominação branca. Segundo Luiz Viana Filho (2008), a população negra da Bahia, e especificamente de Salvador, está associada com as diferentes fases da colonização econômica: inicialmente, o Pau-Brasil, a cana-de-açúcar, o açúcar, o tabaco, o ouro, o cacau e os demais gêneros.

Após a abolição e as primeiras décadas do século XX, a Bahia e a sua capital perderam todo o poderio. Com a independência, o poder socioeconômico se deslocou para a região Sudeste, nas cidades de Rio de Janeiro e São Paulo.

A globalização está localizada na capital paulistana, especialmente na região Sudoeste, onde se concentra o ambiente construído, as universidades e os centros de produção científica, o capital financeiro local e internacional e as grandes empresas do capitalismo global (SANTOS, 2002).

No decorrer do século XX e o atual momento, a Bahia é um território de maioria negra. Segundo o censo demográfico do IBGE de 2010, o estado tem 79% de população negra, totalizando 417 municípios. Veremos abaixo, que a maioria demográfica não está representada no topo da hierarquia socioeconômica e política.

A herança de meio milênio de escravismo, colonização e racismo mantém as cidades negras da Bahia sob domínio de uma minoria branca, de bases coronelista, racista e patriarcal. Ao analisar o contexto histórico e contemporâneo da Bahia e de sua capital, consideramos que o contexto da segregação racial compreende diferenças regionais no território brasileiro. Uma das diferenças é que a segregação racial impõe à população negra, em território baiano, a condição socioeconômica e política de ser base do desenvolvimento; as oportunidades e os direitos ao capital social impedem a

mobilidade negra nas cidades; o espaço e os territórios são diferentes entre negros e brancos.

Conforme o quadro 1, as cem maiores cidades negras da Bahia (%), estão localizadas nas seguintes direções: a. na região metropolitana de Salvador; b. no território Portal do Sertão; c. no território do Recôncavo; d. no Território de Identidades do Baixo Sul e em todas as regiões do estado.

Conforme o quadro 1, a participação negra nas cem maiores cidades, corresponde de 92% a 82% da população. O cenário das cidades negras nos apresenta, de um lado, o território negro e, de outro lado, a segregação racial. A segregação racial está presente nas cidades, em razão do passado e do acúmulo das desigualdades de nosso presente. A segregação na realidade das urbes brasileiras e do estado da Bahia é estrutural.

A segregação racial está inscrita nos territórios urbano e rural. No urbano, conforme as produções de Garcia (2009), Campos (2007), Carril (2006) e Silva (2006), a herança do escravismo e os últimos 134 anos, informalmente, separaram brancos e negros: se inscreveram com as desigualdades de classe social, gênero e etnia e raça; a invisibilidade favoreceu os espaços e territórios da população que se beneficiou da segregação, em geral, a população branca.

No rural e no urbano, a Lei de Terras de 1850, foi uma das primeiras características que fez a segregação da população negra. No rural a população negra está situada nos territórios de menor alcance socioeconômico e de menor hectare.

Segundo o Censo Agro 2017, entre os pequenos produtores, aqueles que administram estabelecimentos com área total de até um hectare, 57,9% são pardos e 25,5% brancos, 13,6% pretos, 8,3% indígenas e 1,8% amarelos. Os negros, representam 71,5% dos agricultores com até 1 hectare. Nos estabelecimentos agropecuários de mil a 10 mil hectares, três em cada quatro proprietários são brancos, 74,7%, mais do que o triplo da quantidade de proprietários pretos e pardos, 23,8%. Nos estabelecimentos de mais de 10 mil hectares, 79% eram brancos, contra apenas 18,9% de negros.

Nas cidades negras do universo rural, a população negra está em maior proporção nas áreas limitadas até um hectare. Nas áreas de mil a 10 mil

hectares e acima de 10 mil hectares, se encontra a população branca, em maior proporção.

A segregação da população negra acontece nos espaços urbano e rural, e os reflexos precisam ser observados nos espaços da habitação, meio ambiente construído, escolaridade, rendimento e mercado de trabalho.

Conforme os dados do quadro 1, das cem cidades negras (%), em apenas oito, os rendimentos da população negra são superiores aos da população branca; nas urbes de Pedrão, Conceição de Feira, Água Fria, Teodoro Sampaio, Mansidão, Malhada Lamarão e Marcilínio Souza. A diferença é mínima, de dez a cento e cinquenta reais, e são os menores rendimentos. Nas noventa e duas cidades negras, ocorre o inverso, a população branca recebe rendimentos superiores.

O ativismo social e político de Abdias do Nascimento (1978), nos idos de 1970-1980, já trazia a diferença entre negros e brancos. Na época, segundo Nascimento, os ganhos da população negra representavam de 30% a 70% dos ganhos da força de trabalho branca.

Em leitura e interpretação dos rendimentos dos anos de 2000 e 2010 do Censo do IBGE, Oliveira (2016) cita as ideias acima de Nascimento (1978, p. 78) e reitera a distância socioeconômica de 30% a 70% dos rendimentos da força de trabalho negra em relação aos rendimentos do trabalhador branco na capital paulistana.

Na cidade de São Gonçalo dos Campos, os negros são 92,47% da população, recebem em média, R\$ 627,00. Do outro lado, a população branca, que se aproxima de 7% da população local, recebe em média R\$ 1.877,00. Em Mata de São João, as desigualdades de renda são as mesmas: a força de trabalho negra recebe R\$ 712,00 e a branca R\$ 1.965,00, a diferença de rendimentos alcança 36,69%. Em Governador Mangabeira, temos o rendimento de R\$ 484,00 para os negros e R\$ 1.877,00 para os brancos, são 25,78% dos ganhos da população negra em relação aos ganhos da população branca.

Na geografia das cidades negras, em geral, a renda média do trabalhador negro é inferior aos ganhos da população branca. A renda da

população negra alcança, 25%, 50%, 60%, 70%, até 80%, abaixo dos ganhos da minoria branca.

O quadro das desigualdades de renda entre negros e brancos é histórico e contemporâneo, inscrito no Brasil, nos estados, capitais, regiões metropolitanas e nas urbes de grande, médio e pequeno portes.

No quadro 2, abaixo, referente às cem cidades negras, em dados absolutos, elas são consideradas como centros regionais e centrais na hierarquia de poder socioeconômico, cultural e político do estado da Bahia e na região Nordeste.

Observando os dados abaixo, o rendimento da população branca é superior em todas as urbes. Nas cidades negras, em dados relativos e absolutos, a força de trabalho negra recebe de 30% a 70% do rendimento da força de trabalho branca.

Nos territórios local e global, são as mulheres negras que recebem o menor rendimento, abaixo de homens brancos e negros e das mulheres brancas. A canção de Elza Soares, “A carne mais barata do mercado é a carne negra”, está enraizado, conforme as informações das duas tabelas apresentadas, que são as mulheres negras que estão na base da hierarquia das desigualdades. São elas que estão transformando a realidade das cidades e dos movimentos sociais; em permanentes diálogos e ações com o movimento negro, as mulheres negras têm apresentado um outro cenário da condição de gênero, a partir das reflexões e ações do feminismo negro (GARCIA, 2009; CARNEIRO, 2020).

Diante das condições históricas e contemporâneas, o protagonismo das mulheres negras na sociedade, em especial, na intersecção de classe social, gênero, etnia e raça e território é imprescindível para pautar políticas públicas. Esse recorte merece atenção, porque as mulheres negras protagonizam o campo de gênero, problematizando que elas vivem a herança do colonialismo, do escravismo e das desigualdades do capitalismo, que é diferente do viver das mulheres brancas. As mulheres negras reivindicam políticas, espaços e epistemologias que pautem a questão de gênero, etnia e raça e território (GARCIA, 2009).

**Quadro 1.** População Negra das cem maiores cidades, em dados relativos e renda entre negros e brancos, IBGE, 2010<sup>1</sup>.

| Município               | %N    | R\$ NG  | R\$ BR  |
|-------------------------|-------|---------|---------|
| Pedrão                  | 92,83 | 530,00  | 382,00  |
| Terra Nova              | 92,57 | 575,00  | 1004,00 |
| São Gonçalo dos Campos  | 92,47 | 627,00  | 2165,00 |
| Antônio Cardoso         | 92,2  | 427,00  | 489,00  |
| São Francisco do Conde  | 91,87 | 862,00  | 906,00  |
| Aramari                 | 91,71 | 623,00  | 740,00  |
| Conceição da Feira      | 91,61 | 647,00  | 627,00  |
| Anguera                 | 91,45 | 537,00  | 956,00  |
| Irará                   | 91,3  | 424,00  | 899,00  |
| Amélia Rodrigues        | 91,16 | 643,00  | 981,00  |
| Salinas da Margarida    | 90,98 | 374,00  | 621,00  |
| Jandaíra                | 90,83 | 401,00  | 677,00  |
| Santanópolis            | 90,81 | 443,00  | 542,00  |
| Governador Mangabeira   | 90,54 | 484,00  | 1877,00 |
| Água Fria               | 90,06 | 506,00  | 494,00  |
| Teodoro Sampaio         | 89,95 | 595,00  | 553,00  |
| Ouriçangas              | 89,93 | 486,00  | 762,00  |
| Itaparica               | 89,91 | 767,00  | 1367,00 |
| Itanagra                | 89,72 | 660,00  | 906,00  |
| Saubara                 | 89,71 | 404,00  | 488,00  |
| Jaguaripe               | 89,62 | 308,00  | 1122,00 |
| Conceição do Almeida    | 89,53 | 624,00  | 1275,00 |
| Santo Amaro             | 89,39 | 575,00  | 974,00  |
| Mansidão                | 89,2  | 455,00  | 411,00  |
| Candeias                | 89,16 | 875,00  | 981,00  |
| Conceição do Jacuípe    | 89,11 | 690,00  | 1017,00 |
| Vera Cruz               | 88,99 | 604,00  | 833,00  |
| Malhada                 | 88,76 | 485,00  | 453,00  |
| Maraú                   | 88,39 | 585,00  | 1439,00 |
| Coração de Maria        | 88,35 | 479,00  | 1187,00 |
| Una                     | 88,22 | 583,00  | 731,00  |
| Taperoá                 | 88,18 | 416,00  | 955,00  |
| Lamarão                 | 88,17 | 445,00  | 375,00  |
| Andaraí                 | 88,04 | 547,00  | 875,00  |
| Cabaceiras do Paraguaçu | 88    | 436,00  | 729,00  |
| Tanquinho               | 87,97 | 529,00  | 850,00  |
| São Sebastião do Passé  | 87,75 | 763,00  | 1147,00 |
| Barro Preto             | 87,7  | 571,00  | 668,00  |
| Madre de Deus           | 87,61 | 1104,00 | 1197,00 |
| São Félix               | 87,44 | 532,00  | 732,00  |
| Castro Alves            | 87,12 | 503,00  | 780,00  |
| Candeal                 | 87,08 | 409,00  | 654,00  |
| Aratuípe                | 87,04 | 405,00  | 557,00  |
| Cachoeira               | 87,02 | 612,00  | 1061,00 |
| Araçás                  | 87    | 530,00  | 794,00  |
| Serra Preta             | 86,72 | 427,00  | 565,00  |
| Aurelino Leal           | 86,69 | 536,00  | 572,00  |
| Mata de São João        | 86,57 | 721,00  | 1965,00 |
| Cardeal da Silva        | 86,48 | 554,00  | 846,00  |
| Lençóis                 | 86,46 | 591,00  | 1551,00 |
| Muritiba                | 86,26 | 657,00  | 1417,00 |
| Santa Bárbara           | 86,22 | 469,00  | 774,00  |
| Santo Estêvão           | 86,03 | 614,00  | 1221,00 |
| São José da Vitória     | 86,02 | 499,00  | 704,00  |
| Nilo Peçanha            | 85,94 | 374,00  | 532,00  |
| Sapeaçu                 | 85,87 | 563,00  | 1022,00 |
| Santa Luzia             | 85,87 | 528,00  | 554,00  |
| Ubatã                   | 85,79 | 614,00  | 1065,00 |
| Simões Filho            | 85,78 | 817,00  | 1023,00 |
| Marcionílio Souza       | 85,64 | 497,00  | 470,00  |
| Wagner                  | 85,58 | 519,00  | 714,00  |
| Itacaré                 | 85,58 | 607,00  | 1320,00 |
| Gongogi                 | 85,52 | 522,00  | 656,00  |
| Biritinga               | 85,36 | 510,00  | 614,00  |

<sup>1</sup>Os dados do quadro acima, correspondem a: %N, Dados relativos da população negra; R\$NG, Rendimento nominal médio da população negra; R\$BR, Rendimento nominal médio da população branca.

|                     |       |        |         |
|---------------------|-------|--------|---------|
| Teolândia           | 85,32 | 476,00 | 627,00  |
| Catu                | 85,32 | 972,00 | 1562,00 |
| Camamu              | 85,32 | 480,00 | 815,00  |
| Entre Rios          | 85,27 | 684,00 | 1135,00 |
| Wenceslau Guimarães | 85,01 | 481,00 | 569,00  |
| Riachão das Neves   | 84,92 | 504,00 | 814,00  |
| Cruz das Almas      | 84,8  | 766,00 | 1783,00 |
| Baixa Grande        | 84,56 | 472,00 | 516,00  |
| Igrapiúna           | 84,55 | 481,00 | 692,00  |
| Barra do Rocha      | 84,38 | 570,00 | 648,00  |
| Ibirataia           | 84,29 | 506,00 | 738,00  |
| Cairu               | 84,29 | 578,00 | 1004,00 |
| Conde               | 84,23 | 519,00 | 866,00  |
| Nazaré              | 84,21 | 557,00 | 1213,00 |
| Aiquara             | 84,18 | 516,00 | 596,00  |
| Pojuca              | 84,14 | 872,00 | 1056,00 |
| Pedro Alexandre     | 84,13 | 346,00 | 527,00  |
| Caravelas           | 84,06 | 626,00 | 939,00  |
| Belmonte            | 84,04 | 554,00 | 880,00  |
| Nova Redenção       | 83,91 | 450,00 | 481,00  |
| Ibirapitanga        | 83,8  | 567,00 | 717,00  |
| Ubaitaba            | 83,68 | 661,00 | 907,00  |
| Alcobaça            | 83,68 | 623,00 | 972,00  |
| Piraí do Norte      | 83,62 | 459,00 | 579,00  |
| Abaré               | 83,55 | 451,00 | 789,00  |
| Itamaraju           | 83,36 | 816,00 | 1292,00 |
| Caém                | 83,16 | 384,00 | 690,00  |
| Ituberá             | 82,98 | 517,00 | 874,00  |
| Itapitanga          | 82,94 | 485,00 | 521,00  |
| Palmeiras           | 82,67 | 531,00 | 811,00  |
| Quijingue           | 82,65 | 471,00 | 642,00  |
| Itaeté              | 82,62 | 486,00 | 703,00  |
| Jucuruçu            | 82,6  | 498,00 | 519,00  |
| Maragogipe          | 82,59 | 424,00 | 638,00  |
| Arataca             | 82,57 | 493,00 | 578,00  |
| Barra               | 82,53 | 447,00 | 697,00  |

**Fonte:** IBGE, Dados da Amostra do Censo Demográfico, 2010. Banco SIDRA.  
Elaboração dos dados: autor.

As referências de Antonia dos Santos Garcia (2006; 2009) sobre Salvador e no mesmo sentido, as ideias e ações do feminismo negro, convergem para o mesmo percurso: as teorias feministas e antirracistas são meios importantes para a produção de novos paradigmas, novas epistemologias, práticas e rupturas com o processo de dominação de gênero, raça e classe social.

Conforme os dados do quadro 2, a população negra ocupa o habitat social das maiores cidades da Bahia. As cidades negras reservam em seu território as características dos universos social e cultural africano e afro-brasileiro e são as bases da ancestralidade e da contemporaneidade que reforçam a geografia negra nas cidades baianas.

Observando os dados dos quadros 1 e 2, as cidades negras são de características de pequeno, médio e grande portes. Estão localizadas no capitalismo local, regional, nacional e global, como Salvador, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Porto Seguro, Ilhéus, Itabuna, dentre outras.

Conforme o quadro 2, nas cem cidades, o rendimento da população branca é, em média, superior aos ganhos da população negra. Em todas as cidades da Bahia, em dados relativos e absolutos, a população branca obtém os maiores rendimentos: em Ipiaú, a força de trabalho branca recebe o maior rendimento de todo o estado da Bahia, R\$ 3.301,00 e a força de trabalho negra recebe R\$ 762,00, ou seja, a renda negra representa 23% dos ganhos da população branca; na capital, Salvador, a renda média dos brancos é de R\$ 2.870,00 e os ganhos da massa negra correspondem a R\$ 1.107,00, que significa receber 40,86% do ganhos dos trabalhadores brancos; na segunda maior cidade do estado baiano, Feira de Santana, os brancos recebem R\$ 1.785,00 e os negros R\$ 784,00, isso significa alcançar 48,40% dos ganhos da minoria branca; em Luís Eduardo Magalhães, os ganhos da minoria branca correspondem a R\$ 2.690,00 e o rendimento médio dos negros representa R\$ 925,00, o que equivale a 34,38% dos ganhos dos negros em relação ao rendimento dos brancos; o segundo maior rendimento está localizado na cidade de Lauro de Freitas, de um lado temos R\$ 3.280,00 e, de outro lado, R\$ 1.137,00, os negros recebem 34,66% dos rendimentos médios da população branca.

Nos territórios negros, homens e mulheres enfrentam a herança do escravismo, da colonização e do racismo sob dominação branca. O território negro é físico, social, cultural, político, identitário, religioso e ancestral. O território, do ponto de vista teórico metodológico é interdisciplinar, constantemente o tempo (presente, passado e futuro se entrelaçam) e o espaço dos negros se transforma, e são os sujeitos/as negros/as os/as responsáveis pelas mudanças, em especial, a luta está pautada na construção da cidadania com equidade, igualdade e diferenças (OLIVEIRA, 2016, p. 88).

O cantor, pesquisador e Doutor *Honoris Causa*, Mateus Aleluia, natural de Cachoeira, recebeu a titulação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, em razão de todo o empreendimento desenvolvido em prol da cultura africana e afro-brasileira do Recôncavo, em destaque, o universo social e cultural dos terreiros de candomblé. Segundo as palavras cantadas de Mateus Aleluia, a Bahia foi banhada no dendê.

Mateus Aleluia – Bahia bate o tambor<sup>2</sup>

Os nossos pés se revigoram quando pisam neste chão  
Canto a magia, danço  
A Bahia prosada e versada no dendê

Bahia, eu sou África do lado de cá  
Canto, harmonia, fé, alegria  
Senhor do Bonfim e o Babá Oxalá (...)

O fragmento da música acima, cantada e versada por Mateus Aleluia, compreende as ideias que representam as cidades negras na Bahia: a ancestralidade, as identidades e o território. A Bahia de todos os santos, orixás, inkices e caboclos, representa a luta das cidades negras, da força de trabalho diante da construção de territórios justos, democráticas e de direito para todos. É a histórica luta de classes, gênero e etnia e raça, que marca as cidades negras na Bahia e no Brasil.

**Quadro 2.** Levantamento das cem maiores cidades na Bahia, por dados absolutos e rendimento entre negros e brancos, 2010.

| Município              | Pop_NG  | R\$ NG  | R\$ BR  |
|------------------------|---------|---------|---------|
| Salvador               | 2120096 | 1107,00 | 2870,00 |
| Feira de Santana       | 439186  | 864,00  | 1785,00 |
| Vitória da Conquista   | 205589  | 784,00  | 1263,00 |
| Camaçari               | 197581  | 888,00  | 1970,00 |
| Itabuna                | 156902  | 895,00  | 1598,00 |
| Juazeiro               | 144302  | 817,00  | 1230,00 |
| Ilhéus                 | 143315  | 875,00  | 1639,00 |
| Lauro de Freitas       | 123614  | 1137,00 | 3280,00 |
| Alagoinhas             | 115186  | 860,00  | 1413,00 |
| Jequié                 | 110673  | 753,00  | 1136,00 |
| Simões Filho           | 101255  | 817,00  | 1023,00 |
| Barreiras              | 97877   | 1003,00 | 1634,00 |
| Teixeira de Freitas    | 96903   | 883,00  | 1353,00 |
| Porto Seguro           | 91759   | 797,00  | 1469,00 |
| Candeias               | 74148   | 875,00  | 981,00  |
| Valença                | 72828   | 579,00  | 836,00  |
| Eunápolis              | 71627   | 879,00  | 1523,00 |
| Paulo Afonso           | 71615   | 993,00  | 1182,00 |
| Santo Antônio de Jesus | 69557   | 712,00  | 1428,00 |
| Jacobina               | 60129   | 622,00  | 1005,00 |
| Serrinha               | 59685   | 620,00  | 977,00  |
| Dias d'Ávila           | 53150   | 849,00  | 1425,00 |
| Senhor do Bonfim       | 52751   | 628,00  | 1009,00 |
| Itamaraju              | 52573   | 816,00  | 1292,00 |
| Santo Amaro            | 51666   | 575,00  | 974,00  |
| Cruz das Almas         | 49700   | 766,00  | 1783,00 |
| Campo Formoso          | 49334   | 460,00  | 618,00  |
| Itapetinga             | 48660   | 731,00  | 1184,00 |
| Bom Jesus da Lapa      | 48209   | 596,00  | 1270,00 |
| Guanambi               | 47899   | 634,00  | 1210,00 |
| Itaberaba              | 47451   | 710,00  | 846,00  |
| Ipirá                  | 46614   | 475,00  | 705,00  |
| Conceição do Coité     | 44296   | 455,00  | 678,00  |

<sup>2</sup>Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/mateus-aleluia/bahia-bate-o-tambor/>. Acesso em: 10 jun. 2023.

|                        |       |        |         |
|------------------------|-------|--------|---------|
| Irecê                  | 43914 | 807,00 | 1069,00 |
| Catu                   | 43579 | 972,00 | 1562,00 |
| Casa Nova              | 43156 | 590,00 | 754,00  |
| Euclides da Cunha      | 42438 | 462,00 | 656,00  |
| Santo Estêvão          | 41191 | 614,00 | 1221,00 |
| Barra                  | 40708 | 447,00 | 697,00  |
| Araci                  | 39634 | 397,00 | 567,00  |
| Luís Eduardo Magalhães | 39562 | 925,00 | 2690,00 |
| Jaguaquara             | 37070 | 478,00 | 725,00  |
| São Sebastião do Passé | 36988 | 763,00 | 1147,00 |
| Xique-Xique            | 36934 | 526,00 | 871,00  |
| Brumado                | 36821 | 623,00 | 866,00  |
| Ipiaú                  | 35948 | 762,00 | 3301,00 |
| Maragogipe             | 35361 | 424,00 | 638,00  |
| Mata de São João       | 34786 | 721,00 | 1965,00 |
| Tucano                 | 34066 | 437,00 | 1192,00 |
| Entre Rios             | 33997 | 684,00 | 1135,00 |
| Vera Cruz              | 33429 | 609,00 | 833,00  |
| Monte Santo            | 31937 | 436,00 | 438,00  |
| Ribeira do Pombal      | 31735 | 500,00 | 777,00  |
| Poções                 | 30857 | 566,00 | 807,00  |
| São Gonçalo dos Campos | 30776 | 627,00 | 2165,00 |
| Seabra                 | 30754 | 612,00 | 626,00  |
| São Francisco do Conde | 30484 | 826,00 | 906,00  |
| Camamu                 | 30017 | 480,00 | 815,00  |
| Sento Sé               | 29456 | 491,00 | 524,00  |
| Nova Viçosa            | 29292 | 639,00 | 1962,00 |
| Itiúba                 | 28857 | 378,00 | 421,00  |
| Inhambupe              | 28857 | 480,00 | 867,00  |
| Macaúbas               | 28848 | 437,00 | 698,00  |
| Caetité                | 28023 | 633,00 | 1045,00 |
| Rio Real               | 27971 | 502,00 | 549,00  |
| Cachoeira              | 27870 | 612,00 | 1061,00 |

|                             |       |        |         |
|-----------------------------|-------|--------|---------|
| Pojuca                      | 27822 | 872,00 | 1056,00 |
| Santa Maria da Vitória      | 27798 | 610,00 | 766,00  |
| Mucuri                      | 27782 | 825,00 | 2049,00 |
| Jeremoabo                   | 27426 | 474,00 | 580,00  |
| Amargosa                    | 27318 | 528,00 | 1155,00 |
| Morro do Chapéu             | 27023 | 427,00 | 570,00  |
| Conceição do Jacuípe        | 26841 | 690,00 | 1017,00 |
| Remanso                     | 26546 | 482,00 | 636,00  |
| Itapicuru                   | 26204 | 318,00 | 380,00  |
| Esplanada                   | 26174 | 598,00 | 996,00  |
| Canavieiras                 | 26128 | 565,00 | 753,00  |
| Camacan                     | 25622 | 574,00 | 1932,00 |
| Santaluz                    | 25425 | 442,00 | 551,00  |
| Pilão Arcado                | 25322 | 522,00 | 741,00  |
| Curaçá                      | 25175 | 465,00 | 506,00  |
| Irara                       | 25077 | 424,00 | 899,00  |
| Muritiba                    | 24928 | 657,00 | 1477,00 |
| Cansanção                   | 24907 | 351,00 | 694,00  |
| Gandu                       | 24714 | 632,00 | 1086,00 |
| Livramento de Nossa Senhora | 24704 | 524,00 | 738,00  |
| Barra do Choça              | 24610 | 455,00 | 485,00  |
| Riachão do Jacuípe          | 24410 | 531,00 | 591,00  |
| Serra do Ramalho            | 24007 | 486,00 | 626,00  |
| Paratinga                   | 23927 | 451,00 | 886,00  |
| Ruy Barbosa                 | 23621 | 581,00 | 633,00  |
| Nazaré                      | 22967 | 557,00 | 1213,00 |
| Amélia Rodrigues            | 22963 | 643,00 | 1155,00 |
| Quijingue                   | 22505 | 471,00 | 642,00  |
| Itabela                     | 22485 | 878,00 | 1081,00 |
| Jaguarari                   | 22374 | 847,00 | 2126,00 |
| Castro Alves                | 22136 | 503,00 | 780,00  |
| Carinhanha                  | 22107 | 432,00 | 468,00  |
| Correntina                  | 22102 | 636,00 | 910,00  |
| Ituberá                     | 22066 | 517,00 | 874,00  |

**Fonte dos dados:** IBGE, Dados da Amostra do Censo Demográfico, 2010. Banco Sidra.

Os santos, orixás, inkices e caboclos estão em Salvador, no Recôncavo, no Portal do Sertão, na Região do Sisal, no Baixo Sul. A Bahia foi banhada no dendê, historicamente, as Revoltas dos Malês, de Búzios, dos antigos e contemporâneos quilombos dos séculos XX e XXI, advém da fonte de culturas africana e afro-brasileira.

### **Considerações finais**

Buscamos aqui problematizar um tema que, historicamente, não foi abordado na produção nacional sobre a cidade e o urbano. Na literatura sobre as relações étnico-raciais com ênfase nos estudos sobre cidades, a produção é recente, dos últimos vinte anos. Portanto, o desenvolvimento do texto apresentou questões que precisam ser desenvolvidas no presente e no futuro breves. Dentre eles, o direito à cidade, no Brasil e nas Américas, deve incorporar os marcadores sociais de classe social, gênero, etnia e raça e território.

No estado da Bahia, conforme a leitura e a interpretação dos dados dos quadros 1 e 2, o enfrentamento da segregação e das desigualdades precisará de políticas de âmbitos federais, estaduais e municipais, sobretudo locais.

Para o exercício de cidades antirracistas e democráticas, a promoção de políticas públicas, com foco na população negra é urgente e necessária para todos.

As políticas de ações afirmativas implementadas nos últimos vinte anos, obteve importantes avanços, por exemplo, a política de cotas raciais e sociais nas universidades públicas para jovens negros, indígenas, quilombolas e estudantes de escolas públicas, proporcionaram o enfrentamento da segregação e das desigualdades. Porém, o contexto aqui observado das cidades negras da Bahia deverá contemplar políticas públicas focalizadas, territorializadas/territoriais, centradas em classe social, gênero e etnia e raça.

Constatamos que das cem cidades negras (em dados absolutos e relativos), as desigualdades e a segregação impedem o acesso aos capitais social, cultural, político, educacional e científico da maioria negra. Não será fácil a promoção de políticas públicas, mas exigirá empenho, organização social, participação política e a produção de conhecimento para compor ações e reflexões de cidades democráticas e antirracistas.

O Estatuto da Igualdade Racial (2011), de âmbito federal, o Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa do Estado da Bahia (2014), os Estatutos municipais, e aqueles que estão em vias de formalização, precisarão responder aos anseios das cidades negras, como os cenários do rendimento, a escolaridade, a habitação social e a necropolítica dos corpos (física e mental).

Nas cidades negras da Bahia, a população negra persiste na força espiritual e política dos santos, orixás, inkices e caboclos diante da segregação e do racismo.

Os saberes e as práticas das cidades negras, e o conhecimento da sociedade civil, dentre eles, o movimento social negro, de mulheres negras e toda a diversidade, reunidos, poderão proporcionar o cenário de cidades democráticas com equidade.

### Referências bibliográficas

ALVES, Jaime do Amparo. Topografia da Violência: necropoder e governamentalidade em São Paulo. *Revista do Programa de Pós-graduação em Geografia*, USP, volume 22, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47222/83830>. Acesso em: 10 jun. 2023.

ALVES, Jaime do Amparo. *The Anti-Black City: Police Terror and Black Urban Life in Brazil*. Univ. of Minnesota Press, 2018.

BERNARDO, Terezinha. *Memória em Branco e Negro: olhares sobre São Paulo*. São Paulo, EDUC e Editora Unesp, 1998.

BRANDÃO, André Augusto. *Miséria da Periferia – desigualdades raciais e pobreza na metrópole do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Editora Pallas, 2004.

CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2021/04/CARNEIRO-2013-Enegrecer-o-feminismo.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2022.

CAMPOS, Andreilino. *Do quilombo à favela – a produção do espaço criminalizado no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.

CARRIL, Lourdes. *Quilombo, favela e periferia – A longa busca da cidadania*. São Paulo, AnnaBlume, Fapesp, 2006.

COSTA, Emília Viotti. *A abolição*. São Paulo, Editora Unesp, 2008.

CENSO AGRO do IBGE, Brasília, 2017. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

CENSO DO IBGE, 2010. Censo Demográfico do IBGE, Brasília, acessado em 2020.  
FILHO, Luiz Vianna. *O Negro na Bahia (um ensaio clássico sobre a escravidão)*. Salvador, EDUFBA, 2008.

GARCIA, Antonia dos Santos. *Desigualdades Raciais e Segregação Urbana em antigas Capitais – Salvador Cidade D’Oxum e Rio de Janeiro*, Cidade de Ogum. Rio de Janeiro, Editora Garamond, FAPERJ, 2009.

GARCIA, Antonia dos Santos. *Mulheres da Cidade de Oxum*. Salvador, UFBA, 2006.

GATES JUNIOR, Henry Louis. *Os negros na América Latina*. São Paulo, Companhia das Letras, 2014.

GUIMARÃES, Geny Ferreira. *Rio Negro de Janeiro: olhares geográficos de heranças negras e o racismo no processo-projeto patrimonial*. Tese de Doutorado em Geografia, Instituto de Geociências, UFBA, 2015.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias – Planejamento Urbano no Brasil. In: Otília Arantes, Carlos Vainer e Erminia Maricato (orgs.), *A Cidade do Pensamento único – desmanchando consensos*. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2002, pp. 121-192.

MOURA, Clóvis. *Os quilombos e a rebelião negra*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987.

NASCIMENTO, Abdias. *O Genocídio do Negro Brasileiro – processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Abdias. *Abdias Nascimento – o griot e as muralhas*. Rio de Janeiro, Editora Pallas, 2006.

OLIVEIRA, Denilson Araújo. *Por uma Geografia das relações raciais: o racismo na cidade do Rio de Janeiro*. 2011. 274 f. Tese (Doutorado em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

OLIVEIRA, Reinaldo José de. *A Presença do negro na Cidade: memória e território da Casa Verde em São Paulo*. 234 f. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, PUC-SP, 2002.

OLIVEIRA, Reinaldo José de. *Segregação Urbana e Racial na cidade de São Paulo: as periferias de Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela*. 335 f. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, PUC-SP, 2008.

OLIVEIRA, Reinaldo José de. *Territorialidade Negra e Segregação Racial na cidade de São Paulo*. São Paulo, Editora Alameda, 2016.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil – A história do Levante dos Malês em 1835*, São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei - legislação, política urbana e território na cidade de São Paulo*. São Paulo, Editora Nobel, 1997.

SANTOS, Jocélio Teles dos. *Os candomblés da Bahia no século XXI*. Mapeamento dos Terreiros de Salvador. Salvador, PMSAL, CEAO, 2008. Disponível em: <http://www.terreiros.ceao.ufba.br/analise>. Acesso em: 10 jun. 2023.

SANTOS, Milton. *O Centro da Cidade de Salvador*. Salvador, São Paulo, EDUFBA, EDUSP, 2008.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo, Editora Nobel, 1993.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal*. São Paulo, Editora Record, 2002.

SILVA, José Carlos Gomes da. *Os suburbanos e a outra face da cidade – Negros em São Paulo, 1900-1930*. 266 f. Dissertação de Mestrado em História, Unicamp, 1989.

SILVA, José Carlos Gomes da. *Rap na cidade de São Paulo: música, etnicidade e experiência urbana*. 346 f. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Unicamp, 1998.

SILVÉRIO, Valter Roberto. *Territórios Negros em Campinas: O caso Vila Rica*. 239 f. Mestrado em Ciências Sociais, UNESP, 1992.

VARGAS, João Helion Costa. “Desidentificação”: a lógica da exclusão antinegra no Brasil. *In: Antinegritude – o impossível sujeito negro na formação social brasileira*. Osmundo Pinho e João Helion Costa Vargas (organizadores), Cruz das Almas e Belo Horizonte, Editora UFRB, Fino Traço, 2016, pp. 13-30.

VARGAS, João Helion Costa. O cyborg e a escrava: geografias da morte e imaginação política na diáspora negra. *Revista da ABPN*, volume 12, número 34, Dossiê Temático A cidade, urbanização e relações étnico-raciais no Brasil, Áfricas e Diáspora, pp. 54-72, Setembro/Novembro de 2020. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/1132/958>. Acesso em: 10 jun. 2023.

VATIN, Xavier. *Memória Afro-Atlântica – As gravações de Lorenzo Turner na Bahia em 1940-41*. Brasília, Ministério da Cultura, 2018. Disponível em: [file:///F:/Segregação/Livro\\_Memorias\\_Afro\\_Atlanticas\\_2017.pdf](file:///F:/Segregação/Livro_Memorias_Afro_Atlanticas_2017.pdf). Acesso em: 10 jun. 2023.

**Recebido em:** 10 de fevereiro de 2023.

**Aceito em:** 17 de julho de 2023.

#### **COMO REFERENCIAR**

OLIVEIRA, Reinaldo José de. Cidades Negras no Brasil: A Bahia de todos os santos, orixás, inkices e caboclos. *Latitude*, Maceió, v. 17, n. 1, p. 136-160, 2023.

## **Black Cities in Brazil: The Bahia of all saints, orixás, inkices and caboclos**

### **Cidades Negras no Brasil: A Bahia de todos os santos, orixás, inkices e caboclos**

#### **Reinaldo José de Oliveira**

UFRB (Pesquisador  
colaborador), Doutor em  
Ciências Sociais, PUC-  
SP, Professor  
colaborador do  
NEPPINS UFRB

E-mail:

[reinaldojoliveira1971@  
gmail.com](mailto:reinaldojoliveira1971@gmail.com)

#### **Abstract**

The interpretation of black cities aims to better understand the reality of black spaces, racial segregation and territory. We assess that the idea of racial segregation is based on categories of social class, gender, ethnicity and race and territory, however, the reality of the Americas, especially Brazilian, must be observed, especially the time-space of colonization, slavery and racism. We used as a theoretical-methodological instrument, first, the statistical data of the IBGE Census of 2010, on the population classified by blacks and whites, and income. Second, for a better design, we dialogue with authors from both fields of ethnic-racial relations and the literature on the city, the urban and the territory. In our considerations, it will be a great challenge for the Americas, Brazil and Bahia, the promotion of public policies for the inscription of anti-racist and democratic cities with equity.

**Keywords:** black cities, racial segregation, public policies, affirmative action.

#### **Resumo**

A interpretação das cidades negras tem como objetivo conhecer melhor a realidade dos espaços negros, da segregação racial e do território. Avaliamos que a ideia de segregação racial está baseada em categorias de classe social, gênero, etnia e raça e território, porém, a realidade das Américas, especialmente brasileira, deve ser

observada, sobretudo o tempo-espaço da colonização, do escravismo e do racismo. Utilizamos como instrumento teórico-metodológico, primeiro, os dados estatísticos do Censo do IBGE de 2010 sobre a população classificada por negros e brancos, e o rendimento. Segundo, para melhor delineamento, dialogamos com autores de ambos os campos das relações étnico-raciais e a literatura sobre a cidade, o urbano e o território. Em nossas considerações será um grande desafio para as Américas, o Brasil e a Bahia, a promoção de políticas públicas para a inscrição de cidades antirracistas e democráticas com equidade.

**Palavras-chave:** cidades negras, segregação racial, políticas públicas, ação afirmativa.

## **Introduction**

The next demographic census of the IBGE, 2022, may provide us with knowledge of the socioeconomic, political, geographical, ethnic-racial, religious reality, especially the context of the black population in the cities of the country.

There are 5,570 counties, cities that were founded over the course of 520 years, especially those that were built during slavery, colonization and post-abolition, based on the black workforce in the material and subjective production of spaces, territories and landscapes in Brazil.

Today, the debate and the production of knowledge about black cities for teaching, research, extension and public policies for the exercise of the right to the city is central; the theoretical-methodological production is important for the training of professionals in the areas of architecture and urbanism, law, geography, history, social sciences, health sciences, in short, interdisciplinarity (NASCIMENTO, 1977; OLIVEIRA, 2020).

What are the characteristics to delineate, materially and subjectively, the black cities in the Brazilian reality?

The reading and interpretation of black cities will make it possible to know, on the one hand, that racial segregation comprises structures that are socioeconomic and ethnic-racial. This context is based on the foundations of

colonization, slavery, local power and racism. On the other hand, even in the face of material and subjective separation, the black cities were built with the material and subjective capital of enslaved Africans and Afro-Brazilians.

In Brazil and in the cities of the Americas, the anti-blackness policy prevails, especially in the Brazilian and North American realities, formally and informally, black populations live segregation, racism and inequalities (VARGAS, 2016; OLIVEIRA, 2016).

In the context of the Americas, especially Brazil and the United States, the proposals to combat racism bring the picture of diversity and the rupture of the structures that maintain the white hierarchy on all fronts, especially material and subjective privileges.

The organization of the text is structured in three stages: in the first, in a theoretical-methodological way, we delineate the conception of black cities, as a place and territory of construction of citizenship; subsequently, based on socioeconomic data from the IBGE census, 2010, of the state of Bahia, we analyzed, in relative and absolute data, the black cities and the income between blacks and whites; in the third stage, the final considerations and the debate on black cities, which demarcates a movement to overcome the current scenario.

During colonization and slavery, approximately four centuries, cities, towns and villages were built materially and subjectively by the enslaved African population and the Afro-Brazilians.

In the course of the 20<sup>th</sup> century, the national reality named different functions and characteristics for Brazilian cities: the cities of capital, commerce, the financial, port, agricultural, university, coastal, immigrants, ethnic-racial base of Italian, German, Japanese origin, among others, but did not focus on black cities, neighborhoods and their territories, from the theoretical-methodological point of view and their design.

The land law of 1850 and the anti-blackness policies, both, in half a millennium, prevented black cities from inscribed on the floor of the spaces the right to citizenship (COSTA, 2008; OLIVEIRA, 2016).

In Brazilian society, the law prevents equality between whites and blacks from being formally established. In the last century, the myth of equality was propagated, however, in the reality of the cities, on the one hand, in the spaces and territories, the black population prevails on the margins of the urban and the rural and, on the other hand, in the hierarchy of power, the white population predominates.

In the United States and South Africa, the legislation was objective regarding the separation, delimitation and apartheid of the black population in the spaces of cities and society as a whole.

In Brazilian society, the absence of apartheid laws and official segregation drew the informality of racial segregation. This scenario hindered the organization and struggle of black social movements in the face of segregation and the strengthening of black cities (OLIVEIRA, 2016). Black cities, in the national reality, must be interpreted beyond the demographic picture. They must be observed from the black bodies that move and transform the landscapes of the social and cultural scenarios, in particular, of their subjective, mental and civilizational basis.

The looks and scenarios on the black city can be interpreted by the near and the distant. The literature on urban space and ethnic-racial relations, we have important considerations about cities, from small, medium and large cities.

In the years of 1935, with the foundation of the Faculty of Philosophy, Sciences and Letters of the University of São Paulo, among the numerous professors from abroad who came invited to the formation of the faculty, the French anthropologist Claude Lévi-Straus, with his ethnographic method, described the black cities of São Paulo and Rio de Janeiro, particularly, the spaces and territories left on the margins for the black mass.

In Bahia, among the numerous researchers he received in the 1940s were Ruth Landes, Donald Pierson, E. Franklin Frazier, Melville J. Herskovits and the French Roger Bastide and Pierre Verger, the favorite laboratory for studies on the African diaspora in the Americas, from where the concept of the Black Atlantic would emerge decades later (VATIN, 2018).

The city of Salvador was observed by different eyes, but it was with Lorenzo Turner that the anthropologist and researcher Xavier Vatin (2018), rediscovered the “Afro-Atlantic Memories”; is a rich collection of written and oral documents, such as songs, prayers and photographs of the people of Salvador and the Recôncavo region, which were kept in the Archives of Traditional Music of Indiana University, in Bloomington, USA, collected by Turner in the years 1940-41.

In the observations of Lorenzo Turner, the black city of Salvador in the 1940s consisted of the following landscape:

Almost everyone here is a person of color. It's a very interesting place, the oldest city in South America, older than any city in North America. The African material is very rich. There are some blacks who were brought from Africa as slaves and still speak their native languages (TURNER, 2014, p. 19).

The references brought by Vatin and Turner, allow us to constitute that black cities comprise historical bases, oral information that are passed from generation to generation and gather inscriptions of the metamorphoses between territory and social identity, which act and compose the floor of the black *polis* in Brazil and the Americas.

The African-American researcher Henry Louis Gates Junior (2014), wrote an important work about Africans and their descendants, entitled “The Negro in Latin America”. The author studies the African diaspora in the Americas; Brazil, Mexico, Peru, Dominican Republic, Haiti, Chile and Cuba.

About the Salvador of the late 20<sup>th</sup> and early 21<sup>st</sup> centuries, Gates Junior, has the following impressions:

My God, I'm back in Africa! I mean it. Wherever I looked, I saw Brazilians with Africa stamped on their faces and, with the same intensity, on their culture. Across the street, I saw a woman in a turban like the one I had seen a few years earlier in Nigeria. Due to the long history of cultural exchange between Bahia and West Africa, dating back to the 19<sup>th</sup> century, cloths and other cultural objects from this region had come along with the slaves (GATES JUNIOR, 2014, p.19).

The look of an African American (foreigner) on black cities in Brazil, presents us with a scenario that the theme did not obtain centrality in the literature on urbanism and cities; the ideas are outside the black *polis* and

the black *polis* are outside the ideas that are unique to the urban planning of the cool city (ROLNIK, 1997; MARICATO, 2002).

In the impressions of Gates Junior, black cities have references in the black bodies of African survivals, of the diaspora in Brazil and the Americas. The culture of the diaspora was and is responsible for the creation and development of the musical styles jazz, blues, rock, samba, chorinho, salsa, rumba, funk and rap, therefore, everything that the diaspora undertook with the physical, cultural and subjective resistances, is in the cultural basis of black cities.

The first dissertations and theses on the theme, racial segregation, urban space and ethnic-racial relations date from the late 20<sup>th</sup> century. initially, José Carlos Gomes da Silva (1990), in a dissertation work “The suburbanites and the other side of the city: Blacks in São Paulo 1900-1930” focuses on black spaces, territories and territorialities in the first three decades of the 20<sup>th</sup> century. Walter Roberto Silvério (1992), studied “Black Territories in Campinas: The Vila Rica case”, observes the city of the interior of São Paulo, in particular, the spaces and territories of the black population in the face of the transformations of rural and urban. In his doctoral work, Silva (1998) carefully maintains his reflections on the city of São Paulo, different from the master's degree, here the author observes the end of the 20<sup>th</sup> century: “Rap in the city of São Paulo: Music, Ethnicity and Urban Experience”.

The anthropologist Teresinha Bernardo (1993) presents her doctoral thesis on the Italians and their descendants, and the black population. From the collective memory, Bernardo highlights important places, spaces and territories of Italian and black manifestations in the capital of São Paulo, especially in the neighborhoods of Bexiga, Barra Funda, Sé and Sul da Sé.

From the readings of Silva, Silvério and Bernardo we interpret the demarcation of a field of research to think about the “Right to the city” (*Direito à cidade*) and black cities in Brazil.

Oliveira (2002) he noted in his master's thesis “The Presence of the Negro in the City: Memory and Black Territory in the Green House in São Paulo”. The study presents a piece of the city of São Paulo, the last years of the 19<sup>th</sup> century, the first three decades of the last century until the end of the twentieth. The

neighborhoods of Barra Funda, Bexiga, Liberdade, Sé and south of the Cathedral were brought and, especially, the Casa Verde, as black territory: the housing in the tenements and basements, the labor force used in the railroad, the exercise of manual workers in construction, the transport of goods, urban cleaning, the functions of drivers, maids and socio-cultural capital.

Lourdes Carril (2006), in “*Quilombo, Favela e Periferia - A longa busca da cidadania*” (Quilombo, Favela and Periphery - The long search for citizenship), portrays the segregation of the black population, especially the protagonism of young blacks in the hip-hop movements, acting in the process of confrontation in the south of São Paulo.

Reinaldo José de Oliveira (2008), in a doctoral work entitled “Urban and Racial Segregation in the city of São Paulo: the peripheries of Brasilândia, Cidade Tiradentes and Jardim Ângela”, deals with a century of blacks in the main metropolis of the country. According to the author, the issue of racial segregation needs to be observed with public policies of ethnic-racial cut; urban planning policies focusing on social and racial inequalities.

Brandão (2004) observes the inequalities and racism in the Metropolitan Region of Rio de Janeiro, with emphasis on the cities of São Gonçalo and Itaboraí, highlights the socioeconomic differences, such as income, education, gender and race. In this work, the author points out that on the banks of Rio de Janeiro, black cities were constituted by those who were forced to leave their places of origin due to segregation and racism.

The black city of Rio de Janeiro, the theoretical-methodological approach adopted was through geography. Andreino Campos (2007) observes the neighborhoods and spaces that were reserved for the black population from post-abolition until the end of the 20<sup>th</sup> century, in particular, the transmutation of the quilombo to the favela.

Denilson Araújo de Oliveira (2011), also from the field of geography, contextualizes the black youth of the hip-hop movement making up the spaces, territories and places in the black city, which is the stage of Afro-Brazilian cultural production and the diaspora around samba, popular music, funk and rap.

Geny Ferreira Guimarães (2015), following the geographical routes of Campos and Araújo, observes the Cais do Valongo, in the area called Little Carioca Africa, port area of the city of Rio de Janeiro. Guimarães highlights in his work the African heritages, racism and the project-process of heritage erasure of the territories, spaces and places of the black population in the history of the city.

Regarding the former capital, Salvador, important works were carried out by Antonia dos Santos Garcia (2006; 2009) in the area of urban planning, geography and sociology, especially the gender cut.

It's important to highlight that Salvador, among the main capitals of Brazilian cities, is the black *polis*, in relative data (79%). Salvador is the oldest Afro-Brazilian and diasporic territory on the national scene and in all of Latin America (GARCIA, 2009; GATES JR, 2014).

The Afro-Brazilian social, cultural and religious universe, in five centuries, was shaping the black city with the cults of the orixás, the religious festivals, the black brotherhoods and the constant confrontation of the revolts, of the rural and urban quilombos, who were established in the search for the territories of citizenship (SANTOS, 1993).

Teacher Jocélio Teles dos Santos (2018) coordinated the mapping of Candomblé and Umbanda terreiros in the city of Salvador in the 21<sup>st</sup> century. This work includes the survey of approximately 1,400 houses and terreiros of Candomblé and Umbanda. According to the information of the cartography, the black city of all the saints, orixás, inkices and caboclos, are in greater proportion, from the Cidade Baixa towards the railway suburb and on the outskirts of the city.

The theoretical-methodological context on black cities in Brazil comprises: different geographical realities that were constituted according to the production of colonization, slavery and capitalism in Brazilian society; the insubordination of rural and urban quilombos; is closely related to the subjective, cultural, mental and civilizational aspects of African and Afro-Brazilian ethnicities and cultures; African, Afro-Brazilian and diasporic

ancestry in the cities; of the numerous political, identity and territorial productions around rights and differences in urban and rural spaces.

## 1 Black Cities in Bahia

Teacher Milton Santos doctoral thesis was about the city of Salvador, defended in 1959 (2008). According to Santos, the former federal capital, founded in 1549, for three centuries was the main productive and reproductive center of the colonial slave economy, which supplied the world, especially Europe.

In Latin America, Salvador is among the oldest *polis*, in the past of colonization, it was the most prestigious economic and political center, due to the production of sugarcane, sugar, tobacco, gold, diamonds, cocoa and the diversity of foodstuffs. These products were concentrated in the Recôncavo Region, Sertão, Chapada and the Southwest, which were transported to the port of Salvador and, later, followed towards the centers of mercantilism and national and international capitalism.

In “The Center of the City of Salvador”, Milton Santos analyzes the formation, functions and urban structure of the main city of Brazil and Latin America, at the time of colonization, slavery and urban and industrial transformations that moved to the Southwest of the country, mainly to São Paulo and Rio de Janeiro. The center of the city of Salvador was the region of the Cidade Alta, where the seat of economic, social and political powers was concentrated.

Gradually, Salvador, as a center producing colonization, continued to grow in its population and in the framework of the city, with the foundation of churches, mansions, housing to house enslaved labor and in the vicinity, there was an interrelationship with the rural of sites and farms. At the end of the 16<sup>th</sup> century, the city approached eight thousand inhabitants, later, in the 18<sup>th</sup> century, it reached 40 thousand inhabitants, especially most corresponded to the black population formed by enslaved Africans, freedmen and liners, who worked on all fronts: in the activities of the big house, the

slave quarters and the sobrados; supplying the city centre with the transport of food, water and all kinds of local and global trade; the same workforce that built the houses, the churches, the public buildings and the traffic routes; from the production of the economy that developed in the Recôncavo to Porto, therefore, it was the labor that built the city and the economy of the country and Latin America. In 1890 it corresponded to 174 thousand and in 1900 it reached 206 thousand inhabitants. From 1920 to 1940, Salvador approached 550,000 inhabitants (SANTOS, 2008).

In the black cities of Brazil, slavery and colonization did not have an easy life. In all cities during the slave domination, Africans and Afro-Brazilians promoted revolts, struggles, confrontations and the search for freedom. In Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco, Maranhão, São Paulo, in all regions, the quilombos and the black rebellions were imposed, given the *República dos Palmares* (of 1695), the Quilombos in the Recôncavo region of Bahia, the *Revolta dos Malês*, in 1835, and the *Revolta dos Búzios*, in 1798.

Independence and the search for freedom were constituted through black bodies, is what we can see with the revolts and black demonstrations in Salvador and the Recôncavo of Bahia. The *Revolta dos Malês* and the Búzios, both, led by Africans and Afro-Brazilians who regimented from the cities of Santo Amaro, Cachoeira and Salvador, black corporations to overthrow the forces and the system of colonization that lasted 388 years (REIS, 2003).

According to João José Reis (2003), the *Revolta dos Malês*, occurred in 1835, it almost did not materialize with the overthrow of colonization and its system of socioeconomic, physical and cultural exploitation. The Africans and their descendants, from different ethnic groups, took the center of the city of Salvador, and traveled towards the meeting of the Portuguese forces to put an end to the domination. For Reis, the non-realization of the black-African insurrection is due to several factors, among them, the colonization was more ruthless because it had weapons and the time-space of domination, in a physical and subjective way, prevented the revolt from reaching the largest number of insurgents in the face of the Lusitanian power (REIS, 2003).

The black cities, of the past and of the present moment, bring the memories of the revolts and the confrontations, characterized today with the geography of the rural and urban quilombos, of the terreiros of candomblé and umbanda, of the territories and spaces that black men and women persist in the construction of democratic and anti-racist cities.

Reis (2003) presents part of the outcome and the actions taken to prevent future manifestations of revolt and confrontation. The outcome of the *Revolta dos Malês* was no different, the floor of the main capital of Brazil was stained with indigenous, African and their descendants' blood. In our present time, homicides and violence have as their profile the bodies of blacks, mostly poor and young.

The control, domination and punishment imposed on black bodies in the *Revolta dos Malês* and Búzios, throughout the colonization and slavery, reflect in our current situation in the movement of the cities, and in the black cities is no different; control and punishment are frequent for black men and women, given the genocide of the black population, especially the youth. In 2015, in the capital of *Soteropolitana*, the Cabula Massacre (*Chacina do Cabula*) took place, which resulted in the death of 12 young people and adolescents, directly eliminated by the military policy, that is, the Brazilian State.

Achille Mbembe (2020) and Jaime do Amparo Alves (2011), bring important reflections to the picture of genocide and violence that prevails in the spaces and territories of the black majority. According to the authors, necropolitics prevails in the territories where colonization, slavery and racism have configured as a practice of domination and control of the tricks of the State. The politics of death, in the course of the last century and in the present moment, from the material and subjective points of view, in the face of dominated and subjugated bodies, determines who will live and who will die in the spaces of the cities of the capital and racism to the Brazilian.

In the last three Demographic Census, Brazilian society has slowly shown demographic growth: in 1991, the country totaled 146,815,816 inhabitants; in 2000, the count reached 169,872,856; At the last count, in 2010, the population reached 190,755,749 individuals. The black population

in the last surveys had the same population reflex: in 1991, blacks corresponded to 57.45%, later, in 2000, 44.66% and, in 2010, 50.94%.

The demographic growth of the black population, we believe is due to the social and political role of black social movements and the organization of black women in the history of denunciation of the myth of racial democracy and the propositions of public policies to combat racism and sexism.

Among the 26 units of the federation and the federal capital, it's the Northeast region of the country that has the largest black population, in relative data. In absolute data, the southeast region and, mainly, the cities of São Paulo and Rio de Janeiro, which bring together the largest black population in the country among the regions and cities.

In the Northeast region there are nine federated units, in relative and absolute numbers. The black population is present in greater numbers in all the federated units of the Northeast: in Maranhão, blacks are 76.48%; Piauí, corresponds to 73.54%; Ceará, 66.89%; Rio Grande do Norte, 57.98%; Paraíba, 58.56%; Pernambuco, 62.07%; Alagoas, 67.14%; Sergipe, 70.70% and Bahia, 76.42%. First, the State of Maranhão and then Bahia, in relative data are the ones that have the largest black population in the country, but it's Bahia that gathers, in absolute data, the largest black population in the Northeast region.

Among the 26 regional capitals and the federal capital, it's the city of Salvador, in relative data that is the black *polis* of greater demographic composition, behind only São Luiz. Its majority black population is due to approximately four centuries of colonization, slavery and racism under white domination. According to Luiz Viana Filho (2008), the black population of Bahia, and specifically of Salvador, is associated with the different phases of economic colonization: initially, *Pau-Brasil*, sugarcane, sugar, tobacco, gold, cocoa and other genera.

After abolition and the first decades of the 20<sup>th</sup> century, Bahia and its capital lost all power. With independence, socioeconomic power shifted to the Southeast region, in the cities of Rio de Janeiro and São Paulo.

Globalization is located in the capital of São Paulo, especially in the Southwest region, where the built environment, universities and centers of

scientific production, local and international financial capital and the large companies of global capitalism are concentrated (SANTOS, 2002).

In the course of the 20<sup>th</sup> century and the current moment, Bahia is a territory of black majority. According to the IBGE demographic census of 2010, the state has 79% of the black population, totaling 417 municipalities. We will see below, that the demographic majority is not represented at the top of the socioeconomic and political hierarchy.

The heritage of half a millennium of slavery, colonization and racism keeps the black cities of Bahia under the rule of a white minority, with a coronelist, racist and patriarchal base. When analyzing the historical and contemporary context of Bahia and its capital, we consider that the context of racial segregation comprises regional differences in the Brazilian territory. One of the differences is that racial segregation imposes on the black population, in Bahia territory, the socioeconomic and political condition of being the basis of development; opportunities and rights to social capital impede black mobility in cities; Space and territories are different between blacks and whites.

According to table 1, the one hundred largest black cities in Bahia (%), are located in the following directions: a. in the metropolitan region of Salvador; b. in the territory Portal do Sertão; c. in the territory of the Recôncavo; d. in the Territory of *Identidades do Baixo Sul* and in all regions of the state.

According to table 1, black participation in the one hundred largest cities corresponds to 92% to 82% of the population. The scenario of black cities presents us, on the one hand, the black territory and, on the other hand, racial segregation. Racial segregation is present in cities, due to the past and the accumulation of inequalities of our present. The segregation in the reality of the Brazilian cities and the state of Bahia is structural.

Racial segregation is inscribed in urban and rural territories. In the urban, according to the productions of Garcia (2009), Campos (2007), Carril (2006) and Silva (2006), the heritage of slavery and the last 134 years, informally, separated whites and blacks: they signed up with the inequalities

of social class, gender and ethnicity and race; Invisibility favored the spaces and territories of the population that benefited from segregation, in general, the white population.

In rural and urban, the Land Law of 1850 was one of the first characteristics that made up the segregation of the black population. In the rural area, the black population is located in the territories with the lowest socioeconomic reach and the smallest hectare.

According to the 2017 Agro Census, among small producers, those who manage establishments with a total area of up to one hectare, 57.9% are brown and 25.5% white, 13.6% black, 8.3% indigenous and 1.8% yellow. Blacks represent 71.5% of farmers with up to 1 hectare. In agricultural establishments of 1,000 to 10,000 hectares, three out of four owners are white, 74.7%, more than triple the number of black and brown owners, 23.8%. In the establishments of more than 10,000 hectares, 79% were white, against only 18.9% of blacks.

In the black cities of the rural universe, the black population is in greater proportion in the areas limited to one hectare. In the areas of 1,000 to 10,000 hectares and above 10,000 hectares, the white population is found in greater proportion.

The segregation of the black population happens in urban and rural spaces, and the reflections need to be observed in the spaces of housing, built environment, schooling, income and labor market.

According to the data in Table 1, of the one hundred black cities (%), in only eight, the incomes of the black population are higher than those of the white population; in the cities of Pedrão, Conceição de Feira, Água Fria, Teodoro Sampaio, Mansidão, Malhada Lamarão and Marcilínio Souza. The difference is minimal, from ten to one hundred and fifty reais, and are the lowest yields. In the ninety-two black cities, the reverse occurs, the white population receives higher incomes.

The social and political activism of Abdias do Nascimento (1978), in the years 1970-1980, already brought the difference between blacks and whites.

At the time, according to Nascimento, the gains of the black population represented 30% to 70% of the gains of the white labor force.

In reading and interpreting the incomes of the years 2000 and 2010 of the IBGE Census, Oliveira (2016) cites the above ideas of Nascimento (1978, p. 78) and reiterates the socioeconomic distance of 30% to 70% of the income of the black workforce in relation to the income of the white worker in the capital of São Paulo.

In the city of São Gonçalo dos Campos, blacks are 92.47% of the population, receiving on average R\$ 627.00. On the other hand, the white population, which approaches 7% of the local population, receives an average of R\$ 1,877.00. In Mata de São João, the income inequalities are the same: the black workforce receives R\$ 712.00 and the white workforce R\$ 1,965.00, the income difference reaches 36.69%. In Governador Mangabeira, we have the income of R\$ 484.00 for blacks and R\$ 1,877.00 for whites, are 25.78% of the gains of the black population in relation to the gains of the white population.

In the geography of black cities, in general, the average income of the black worker is lower than the earnings of the white population. The income of the black population reaches, 25%, 50%, 60%, 70%, up to 80%, below the gains of the white minority.

The picture of income inequalities between blacks and whites is historical and contemporary, inscribed in Brazil, in the states, capitals, metropolitan regions and in the cities of large, medium and small sizes.

In table 2, below, referring to the one hundred black cities, in absolute data, they are considered as regional and central centers in the hierarchy of socioeconomic, cultural and political power of the state of Bahia and the Northeast region.

Looking at the data below, the income of the white population is higher in all cities. In black cities, in relative and absolute data, the black labor force receives 30% to 70% of the income of the white labor force.

In the local and global territories, it's black women who receive the lowest income, below white and black men and white women. The song by

Elza Soares, “The cheapest meat on the market is black meat”, is rooted, according to the information in the two tables presented, that it’s black women who are at the bottom of the hierarchy of inequalities. They are the ones who are transforming the reality of cities and social movements; in permanent dialogues and actions with the black movement, black women have presented another scenario of the gender condition, from the reflections and actions of black feminism (GARCIA, 2009; CARNEIRO, 2020).

Given the historical and contemporary conditions, the protagonism of black women in society, especially at the intersection of social class, gender, ethnicity and race and territory is essential to guide public policies. This clipping deserves attention, because black women play a leading role in the gender field, problematizing that they live the heritage of colonialism, slavery and the inequalities of capitalism, which is different from the life of white women. Black women demand policies, spaces and epistemologies that support the issue of gender, ethnicity and race and territory (GARCIA, 2009).

**Table 1.** Black population of the one hundred largest cities, in relative data and income between blacks and whites, IBGE, 2010<sup>1</sup>.

| County                 | %N    | R\$ NG | R\$ BR  |
|------------------------|-------|--------|---------|
| Pedrao                 | 92,83 | 530,00 | 382,00  |
| Terra Nova             | 92,57 | 575,00 | 1004,00 |
| São Gonçalo dos Campos | 92,47 | 627,00 | 2165,00 |
| Antônio Cardoso        | 92,2  | 427,00 | 489,00  |
| São Francisco do Conde | 91,87 | 862,00 | 906,00  |
| Aramari                | 91,71 | 623,00 | 740,00  |
| Conceição da Feira     | 91,61 | 647,00 | 627,00  |
| Anguera                | 91,45 | 537,00 | 956,00  |
| Irará                  | 91,3  | 424,00 | 899,00  |
| Amélia Rodrigues       | 91,16 | 643,00 | 981,00  |
| Salinas da Margarida   | 90,98 | 374,00 | 621,00  |
| Jandaíra               | 90,83 | 401,00 | 677,00  |
| Santanópolis           | 90,81 | 443,00 | 542,00  |
| Governador Mangabeira  | 90,54 | 484,00 | 1877,00 |
| Água Fria              | 90,06 | 506,00 | 494,00  |
| Teodoro Sampaio        | 89,95 | 595,00 | 553,00  |
| Ouriçangas             | 89,93 | 486,00 | 762,00  |
| Itaparica              | 89,91 | 767,00 | 1367,00 |
| Itanagra               | 89,72 | 660,00 | 906,00  |
| Saubara                | 89,71 | 404,00 | 488,00  |
| Jaguaripe              | 89,62 | 308,00 | 1122,00 |
| Conceição do Almeida   | 89,53 | 624,00 | 1275,00 |
| Santo Amaro            | 89,39 | 575,00 | 974,00  |
| Mansidão               | 89,2  | 455,00 | 411,00  |
| Candeias               | 89,16 | 875,00 | 981,00  |
| Conceição do Jacuípe   | 89,11 | 690,00 | 1017,00 |

<sup>1</sup>The data in the table above correspond to: %N, Relative data of the black population; R\$NG, Average nominal income of the black population; R\$BR, Average nominal income of the white population.

|                         |       |         |         |
|-------------------------|-------|---------|---------|
| Vera Cruz               | 88,99 | 604,00  | 833,00  |
| Malhada                 | 88,76 | 485,00  | 453,00  |
| Maraú                   | 88,39 | 585,00  | 1439,00 |
| Coração de Maria        | 88,35 | 479,00  | 1187,00 |
| Una                     | 88,22 | 583,00  | 731,00  |
| Taperoá                 | 88,18 | 416,00  | 955,00  |
| Lamarão                 | 88,17 | 445,00  | 375,00  |
| Andaraí                 | 88,04 | 547,00  | 875,00  |
| Cabaceiras do Paraguaçu | 88    | 436,00  | 729,00  |
| Tanquinho               | 87,97 | 529,00  | 850,00  |
| São Sebastião do Passé  | 87,75 | 763,00  | 1147,00 |
| Barro Preto             | 87,7  | 571,00  | 668,00  |
| Madre de Deus           | 87,61 | 1104,00 | 1197,00 |
| São Félix               | 87,44 | 532,00  | 732,00  |
| Castro Alves            | 87,12 | 503,00  | 780,00  |
| Candeal                 | 87,08 | 409,00  | 654,00  |
| Aratuípe                | 87,04 | 405,00  | 557,00  |
| Cachoeira               | 87,02 | 612,00  | 1061,00 |
| Araçás                  | 87    | 530,00  | 794,00  |
| Serra Preta             | 86,72 | 427,00  | 565,00  |
| Aurelino Leal           | 86,69 | 536,00  | 572,00  |
| Mata de São João        | 86,57 | 721,00  | 1965,00 |
| Cardeal da Silva        | 86,48 | 554,00  | 846,00  |
| Lençóis                 | 86,46 | 591,00  | 1551,00 |
| Muritiba                | 86,26 | 657,00  | 1417,00 |
| Santa Bárbara           | 86,22 | 469,00  | 774,00  |
| Santo Estêvão           | 86,03 | 614,00  | 1221,00 |
| São José da Vitória     | 86,02 | 499,00  | 704,00  |
| Nilo Peçanha            | 85,94 | 374,00  | 532,00  |
| Sapeaçu                 | 85,87 | 563,00  | 1022,00 |
| Santa Luzia             | 85,87 | 528,00  | 554,00  |
| Ubatã                   | 85,79 | 614,00  | 1065,00 |
| Simões Filho            | 85,78 | 817,00  | 1023,00 |
| Marcionílio Souza       | 85,64 | 497,00  | 470,00  |
| Wagner                  | 85,58 | 519,00  | 714,00  |
| Itacaré                 | 85,58 | 607,00  | 1320,00 |
| Gongogi                 | 85,52 | 522,00  | 656,00  |

|                     |       |        |         |
|---------------------|-------|--------|---------|
| Biritinga           | 85,36 | 510,00 | 614,00  |
| Teolândia           | 85,32 | 476,00 | 627,00  |
| Catu                | 85,32 | 972,00 | 1562,00 |
| Camamu              | 85,32 | 480,00 | 815,00  |
| Entre Rios          | 85,27 | 684,00 | 1135,00 |
| Wenceslau Guimarães | 85,01 | 481,00 | 569,00  |
| Riachão das Neves   | 84,92 | 504,00 | 814,00  |
| Cruz das Almas      | 84,8  | 766,00 | 1783,00 |
| Baixa Grande        | 84,56 | 472,00 | 516,00  |
| Igrapiúna           | 84,55 | 481,00 | 692,00  |
| Barra do Rocha      | 84,38 | 570,00 | 648,00  |
| Ibirataia           | 84,29 | 506,00 | 738,00  |
| Cairu               | 84,29 | 578,00 | 1004,00 |
| Conde               | 84,23 | 519,00 | 866,00  |
| Nazaré              | 84,21 | 557,00 | 1213,00 |
| Aiquara             | 84,18 | 516,00 | 596,00  |
| Pojuca              | 84,14 | 872,00 | 1056,00 |
| Pedro Alexandre     | 84,13 | 346,00 | 527,00  |
| Caravelas           | 84,06 | 626,00 | 939,00  |
| Belmonte            | 84,04 | 554,00 | 880,00  |
| Nova Redenção       | 83,91 | 450,00 | 481,00  |
| Ibirapitanga        | 83,8  | 567,00 | 717,00  |
| Ubaitaba            | 83,68 | 661,00 | 907,00  |
| Alcobaça            | 83,68 | 623,00 | 972,00  |
| Piraí do Norte      | 83,62 | 459,00 | 579,00  |
| Abaré               | 83,55 | 451,00 | 789,00  |
| Itamaraju           | 83,36 | 816,00 | 1292,00 |
| Caém                | 83,16 | 384,00 | 690,00  |
| Ituberá             | 82,98 | 517,00 | 874,00  |
| Itapitanga          | 82,94 | 485,00 | 521,00  |
| Palmeiras           | 82,67 | 531,00 | 811,00  |
| Quijingue           | 82,65 | 471,00 | 642,00  |
| Itaeté              | 82,62 | 486,00 | 703,00  |
| Jucuruçu            | 82,6  | 498,00 | 519,00  |
| Maragogipe          | 82,59 | 424,00 | 638,00  |
| Arataca             | 82,57 | 493,00 | 578,00  |
| Barra               | 82,53 | 447,00 | 697,00  |

**Source:** IBGE, Population Census Sample Data, 2010. Banco SIDRA. Data elaboration: The author.

The references of Antonia dos Santos Garcia (2006; 2009) about Salvador and in the same sense, the ideas and actions of black feminism, converge to the same path: feminist and antiracist theories are important means for the production of new paradigms, new epistemologies, practices and ruptures with the process of domination of gender, race and social class.

According to the data in table 2, the black population occupies the social habitat of the largest cities in Bahia. The black cities reserve in their territory the characteristics of the African and Afro-Brazilian social and cultural universes and are the bases of ancestry and contemporaneity that reinforce the black geography in Bahian cities.

Observing the data in tables 1 and 2, black cities are of small, medium and large characteristics. They are located in local, regional, national and global capitalism, such as Salvador, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Porto Seguro, Ilhéus, Itabuna, among others.

According to Table 2, in the hundred cities, the income of the white population is, on average, higher than the earnings of the black population. In all the cities of Bahia, in relative and absolute data, the white population obtains the highest incomes: in Ipiaú, the white labor force receives the highest income of the entire state of Bahia, R\$ 3,301.00 and the black labor force receives R\$ 762.00, that is, the black income represents 23% of the gains of the white population; in the capital, Salvador, the average income of whites is R\$ 2,870.00 and the earnings of the black mass correspond to R\$ 1,107.00, which means receiving 40.86% of the earnings of white workers; in the second largest city in the state of Bahia, Feira de Santana, whites receive R\$ 1,785.00 and blacks R\$ 784.00, that means achieving 48.40 percent of the gains of the white minority; in Luís Eduardo Magalhães, the earnings of the white minority correspond to R\$ 2,690.00 and the average income of blacks represents R\$ 925.00, which is equivalent to 34.38% of the earnings of blacks in relation to the income of whites; the second highest income is located in the city of Lauro de Freitas, on one side we have R\$ 3,280.00 and, on the other hand, R\$ 1,137.00, blacks receive 34.66% of the average income of the white population.

In black territories, men and women face the legacy of slavery, colonization, and racism under white domination. The black territory is physical, social, cultural, political, identitarian, religious and ancestral. The territory, from the methodological theoretical point of view is interdisciplinary, constantly time (present, past and future are intertwined) and the space of blacks is transformed, and it's the black subjects who are responsible for the changes, in particular, the struggle is based on the construction of citizenship with equity, equality and differences (OLIVEIRA, 2016, p. 88).

The singer, researcher and Doctor *Honoris Causa*, Mateus Aleluia, a native of Cachoeira, received the title from the Federal University of Recôncavo da Bahia - UFRB (*Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB*), due to all the enterprise developed in favor of the African and Afro-Brazilian culture of the Recôncavo, highlighting, the social and cultural universe of the Candomblé *terreiros*. According to the sung words of Mateus Aleluia, Bahia was bathed in *dendê*.

Mateus Aleluia – Bahia beats the drum<sup>2</sup>

Our feet are invigorated when they step on this ground  
I sing the magic, I dance  
Bahia prosada and versed in *dendê*

Bahia, I am Africa on this side  
Singing, harmony, faith, joy  
Senhor do Bonfim and the Babá Oxalá (...)

The fragment of the above song, sung and versed by Mateus Aleluia, comprises the ideas that represent the black cities in Bahia: ancestry, identities and territory. The Bahia of all the saints, orixás, inkices and caboclos, represents the struggle of black cities, of the workforce in the face of the construction of just, democratic and legal territories for all. It's the historical struggle of classes, gender and ethnicity and race, that marks the black cities in Bahia and Brazil.

---

<sup>2</sup>Available in: <https://www.lettras.mus.br/mateus-aleluia/bahia-bate-o-tambor/>. Access in: June 10<sup>th</sup> 2023.

**Table 2.** Survey of the one hundred largest cities in Bahia, by absolute data and income between blacks and whites, 2010.

| County                 | Pop_NG  | R\$ NG  | R\$ BR  |
|------------------------|---------|---------|---------|
| Salvador               | 2120096 | 1107,00 | 2870,00 |
| Feira de Santana       | 439186  | 864,00  | 1785,00 |
| Vitória da Conquista   | 205589  | 784,00  | 1263,00 |
| Camaçari               | 197581  | 888,00  | 1970,00 |
| Itabuna                | 156902  | 895,00  | 1598,00 |
| Juazeiro               | 144302  | 817,00  | 1230,00 |
| Ilhéus                 | 143315  | 875,00  | 1639,00 |
| Lauro de Freitas       | 123614  | 1137,00 | 3280,00 |
| Alagoinhas             | 115186  | 860,00  | 1413,00 |
| Jequié                 | 110673  | 753,00  | 1136,00 |
| Simões Filho           | 101255  | 817,00  | 1023,00 |
| Barreiras              | 97877   | 1003,00 | 1634,00 |
| Teixeira de Freitas    | 96903   | 883,00  | 1353,00 |
| Porto Seguro           | 91759   | 797,00  | 1469,00 |
| Candeias               | 74148   | 875,00  | 981,00  |
| Valença                | 72828   | 579,00  | 836,00  |
| Eunápolis              | 71627   | 879,00  | 1523,00 |
| Paulo Afonso           | 71615   | 993,00  | 1182,00 |
| Santo Antônio de Jesus | 69557   | 712,00  | 1428,00 |
| Jacobina               | 60129   | 622,00  | 1005,00 |
| Serrinha               | 59685   | 620,00  | 977,00  |
| Dias d'Ávila           | 53150   | 849,00  | 1425,00 |
| Senhor do Bonfim       | 52751   | 628,00  | 1009,00 |
| Itamaraju              | 52573   | 816,00  | 1292,00 |
| Santo Amaro            | 51666   | 575,00  | 974,00  |
| Cruz das Almas         | 49700   | 766,00  | 1783,00 |
| Campo Formoso          | 49334   | 460,00  | 618,00  |
| Itapetinga             | 48660   | 731,00  | 1184,00 |
| Bom Jesus da Lapa      | 48209   | 596,00  | 1270,00 |
| Guanambi               | 47899   | 634,00  | 1210,00 |
| Itaberaba              | 47451   | 710,00  | 846,00  |
| Ipirá                  | 46614   | 475,00  | 705,00  |
| Conceição do Coité     | 44296   | 455,00  | 678,00  |
| Irecê                  | 43914   | 807,00  | 1069,00 |
| Catu                   | 43579   | 972,00  | 1562,00 |
| Casa Nova              | 43156   | 590,00  | 754,00  |
| Euclides da Cunha      | 42438   | 462,00  | 656,00  |
| Santo Estêvão          | 41191   | 614,00  | 1221,00 |
| Barra                  | 40708   | 447,00  | 697,00  |
| Araci                  | 39634   | 397,00  | 567,00  |
| Luís Eduardo Magalhães | 39562   | 925,00  | 2690,00 |
| Jaguaquara             | 37070   | 478,00  | 725,00  |
| São Sebastião do Passé | 36988   | 763,00  | 1147,00 |
| Xique-Xique            | 36934   | 526,00  | 871,00  |
| Brumado                | 36821   | 623,00  | 866,00  |
| Ipiaú                  | 35948   | 762,00  | 3301,00 |
| Maragogipe             | 35361   | 424,00  | 638,00  |
| Mata de São João       | 34786   | 721,00  | 1965,00 |
| Tucano                 | 34066   | 437,00  | 1192,00 |
| Entre Rios             | 33997   | 684,00  | 1135,00 |
| Vera Cruz              | 33429   | 609,00  | 833,00  |
| Monte Santo            | 31937   | 436,00  | 438,00  |
| Ribeira do Pombal      | 31735   | 500,00  | 777,00  |
| Poções                 | 30857   | 566,00  | 807,00  |
| São Gonçalo dos Campos | 30776   | 627,00  | 2165,00 |
| Seabra                 | 30754   | 612,00  | 626,00  |
| São Francisco do Conde | 30484   | 826,00  | 906,00  |
| Camamu                 | 30017   | 480,00  | 815,00  |
| Sento Sé               | 29456   | 491,00  | 524,00  |
| Nova Viçosa            | 29292   | 639,00  | 1962,00 |
| Itiúba                 | 28857   | 378,00  | 421,00  |
| Inhambupe              | 28857   | 480,00  | 867,00  |
| Macaúbas               | 28848   | 437,00  | 698,00  |
| Caetité                | 28023   | 633,00  | 1045,00 |

|                        |       |        |         |
|------------------------|-------|--------|---------|
| Rio Real               | 27971 | 502,00 | 549,00  |
| Cachoeira              | 27870 | 612,00 | 1061,00 |
| Pojuca                 | 27822 | 872,00 | 1056,00 |
| Santa Maria da Vitória | 27798 | 610,00 | 766,00  |
| Mucuri                 | 27782 | 825,00 | 2049,00 |
| Jeremoabo              | 27426 | 474,00 | 580,00  |
| Amargosa               | 27318 | 528,00 | 1155,00 |
| Morro do Chapéu        | 27023 | 427,00 | 570,00  |
| Conceição do Jacuípe   | 26841 | 690,00 | 1017,00 |
| Remanso                | 26546 | 482,00 | 636,00  |
| Itapicuru              | 26204 | 318,00 | 380,00  |
| Esplanada              | 26174 | 598,00 | 996,00  |
| Canavieiras            | 26128 | 565,00 | 753,00  |
| Camacan                | 25622 | 574,00 | 1932,00 |
| Santaluz               | 25425 | 442,00 | 551,00  |
| Pilão Arcado           | 25322 | 522,00 | 741,00  |
| Curaçá                 | 25175 | 465,00 | 506,00  |
| Irara                  | 25077 | 424,00 | 899,00  |
| Muritiba               | 24928 | 657,00 | 1477,00 |

|                             |       |        |         |
|-----------------------------|-------|--------|---------|
| Cansanção                   | 24907 | 351,00 | 694,00  |
| Gandu                       | 24714 | 632,00 | 1086,00 |
| Livramento de Nossa Senhora | 24704 | 524,00 | 738,00  |
| Barra do Choça              | 24610 | 455,00 | 485,00  |
| Riachão do Jacuípe          | 24410 | 531,00 | 591,00  |
| Serra do Ramalho            | 24007 | 486,00 | 626,00  |
| Paratinga                   | 23927 | 451,00 | 886,00  |
| Ruy Barbosa                 | 23621 | 581,00 | 633,00  |
| Nazaré                      | 22967 | 557,00 | 1213,00 |
| Amélia Rodrigues            | 22963 | 643,00 | 1155,00 |
| Quijingue                   | 22505 | 471,00 | 642,00  |
| Itabela                     | 22485 | 878,00 | 1081,00 |
| Jaguarari                   | 22374 | 847,00 | 2126,00 |
| Castro Alves                | 22136 | 503,00 | 780,00  |
| Carinhanha                  | 22107 | 432,00 | 468,00  |
| Correntina                  | 22102 | 636,00 | 910,00  |
| Ituberá                     | 22066 | 517,00 | 874,00  |

Source: IBGE, Population Census Sample Data, 2010. Banco Sidra.

The saints, orixás, inkices and caboclos are in Salvador, in the Recôncavo, in the Portal do Sertão, in the Sisal Region, in the Baixo Sul. Bahia was bathed in oil palm, historically, the *Revolta dos Malês*, of Búzios, of the ancient and contemporary quilombos of the 20<sup>th</sup> and 21<sup>st</sup> centuries, comes from the source of African and Afro-Brazilian cultures.

### Final considerations

We seek here to problematize a theme that, historically, was not addressed in the national production on the city and the urban. In the literature on ethnic-racial relations with emphasis on studies on cities, the production is recent, from the last twenty years. Therefore, the development of the text presented issues that need to be developed in the present and in the future soon. Among them, the right to the city, in Brazil and in the Americas, must incorporate the social markers of social class, gender, ethnicity, and race and territory.

In the state of Bahia, according to the reading and interpretation of the data in tables 1 and 2, the confrontation of segregation and inequalities will require federal, state and municipal policies, especially local ones.

For the exercise of anti-racist and democratic cities, the promotion of public policies, focusing on the black population is urgent and necessary for all.

The affirmative action policies implemented in the last twenty years have made important advances, for example, the policy of racial and social quotas in public universities for young blacks, indigenous people, quilombolas and students of public schools, have provided the confrontation of segregation and inequalities. However, the context observed here of the black cities of Bahia should contemplate focused public policies, territorialized/territorial, centered on social class, gender and ethnicity and race.

We found that of the hundred black cities (in absolute and relative data), inequalities and segregation prevent access to the social, cultural, political, educational and scientific capital of the black majority. The promotion of public policies will not be easy, but it will require commitment, social organization, political participation and the production of knowledge to compose actions and reflections of democratic and anti-racist cities.

The Statute of Racial Equality (*Estatuto da Igualdade Racial*) (2011), of federal scope, and Combating Religious Intolerance of the State of Bahia (2014), the Municipal Statutes, and those that are in the process of formalization, will need to respond to the desires of black cities, such as the scenarios of income, schooling, social housing and the necropolitics of bodies (physical and mental).

In the black cities of Bahia, the black population persists in the spiritual and political strength of the saints, orixás, inkices and caboclos in the face of segregation and racism.

The knowledge and practices of black cities, and the knowledge of civil society, among them, the black social movement, of black women and all the diversity, together, can provide the scenario of democratic cities with equity.

## References

- ALVES, Jaime do Amparo. Topografia da Violência: necropoder e governamentalidade em São Paulo. *Revista do Programa de Pós-graduação em Geografia*, USP, volume 22, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47222/83830>. Acesso em: 10 jun. 2023.
- ALVES, Jaime do Amparo. *The Anti-Black City: Police Terror and Black Urban Life in Brazil*. Univ. of Minnesota Press, 2018.
- BERNARDO, Terezinha. *Memória em Branco e Negro: olhares sobre São Paulo*. São Paulo, EDUC e Editora Unesp, 1998.
- BRANDÃO, André Augusto. *Miséria da Periferia – desigualdades raciais e pobreza na metrópole do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Editora Pallas, 2004.
- CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2021/04/CARNEIRO-2013-Enegrecer-o-feminismo.pdf> Acesso em: 24 ago. 2022.
- CAMPOS, Andreilino. *Do quilombo à favela – a produção do espaço criminalizado no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.
- CARRIL, Lourdes. *Quilombo, favela e periferia – A longa busca da cidadania*. São Paulo, AnnaBlume, Fapesp, 2006.
- COSTA, Emília Viotti. *A abolição*. São Paulo, Editora Unesp, 2008.
- CENSO AGRO do IBGE, Brasília, 2017. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 jun. 2022.
- CENSO DO IBGE, 2010. Censo Demográfico do IBGE, Brasília, acessado em 2020.
- FILHO, Luiz Vianna. *O Negro na Bahia (um ensaio clássico sobre a escravidão)*. Salvador, EDUFBA, 2008.
- GARCIA, Antonia dos Santos. *Desigualdades Raciais e Segregação Urbana em antigas Capitais – Salvador Cidade D’Oxum e Rio de Janeiro, Cidade de Ogum*. Rio de Janeiro, Editora Garamond, FAPERJ, 2009.
- GARCIA, Antonia dos Santos. *Mulheres da Cidade de Oxum*. Salvador, UFBA, 2006.
- GATES JUNIOR, Henry Louis. *Os negros na América Latina*. São Paulo, Companhia das Letras, 2014.
- GUIMARÃES, Geny Ferreira. *Rio Negro de Janeiro: olhares geográficos de heranças negras e o racismo no processo-projeto patrimonial*. Tese de Doutorado em Geografia, Instituto de Geociências, UFBA, 2015.
- MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias – Planejamento Urbano no Brasil. In: Otília Arantes, Carlos Vainer e Erminia Maricato (orgs.), *A Cidade do*

*Pensamento único – desmanchando consensos*. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2002, pp. 121-192.

MOURA, Clóvis. *Os quilombos e a rebelião negra*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987.

NASCIMENTO, Abdias. *O Genocídio do Negro Brasileiro – processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Abdias. *Abdias Nascimento – o griot e as muralhas*. Rio de Janeiro, Editora Pallas, 2006.

OLIVEIRA, Denilson Araújo. *Por uma Geografia das relações raciais: o racismo na cidade do Rio de Janeiro*. 2011. 274 f. Tese (Doutorado em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

OLIVEIRA, Reinaldo José de. *A Presença do negro na Cidade: memória e território da Casa Verde em São Paulo*. 234 f. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, PUC-SP, 2002.

OLIVEIRA, Reinaldo José de. *Segregação Urbana e Racial na cidade de São Paulo: as periferias de Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela*. 335 f. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, PUC-SP, 2008.

OLIVEIRA, Reinaldo José de. *Territorialidade Negra e Segregação Racial na cidade de São Paulo*. São Paulo, Editora Alameda, 2016.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil – A história do Levante dos Malês em 1835*, São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei - legislação, política urbana e território na cidade de São Paulo*. São Paulo, Editora Nobel, 1997.

SANTOS, Jocélio Teles dos. *Os candomblés da Bahia no século XXI*. Mapeamento dos Terreiros de Salvador. Salvador, PMSAL, CEAO, 2008. Disponível em: <http://www.terreiros.ceao.ufba.br/analise>. Acesso em: 10 jun. 2023.

SANTOS, Milton. *O Centro da Cidade de Salvador*. Salvador, São Paulo, EDUFBA, EDUSP, 2008.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo, Editora Nobel, 1993.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal*. São Paulo, Editora Record, 2002.

SILVA, José Carlos Gomes da. *Os suburbanos e a outra face da cidade – Negros em São Paulo, 1900-1930*. 266 f. Dissertação de Mestrado em História, Unicamp, 1989.

SILVA, José Carlos Gomes da. *Rap na cidade de São Paulo: música, etnicidade e experiência urbana*. 346 f. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Unicamp, 1998.

SILVÉRIO, Valter Roberto. *Territórios Negros em Campinas: O caso Vila Rica*. 239 f. Mestrado em Ciências Sociais, UNESP, 1992.

VARGAS, João Helion Costa. “Desidentificação”: a lógica da exclusão antinegra no Brasil. *In: Antinegritude – o impossível sujeito negro na formação social brasileira*. Osmundo Pinho e João Helion Costa Vargas (organizadores), Cruz das Almas e Belo Horizonte, Editora UFRB, Fino Traço, 2016, pp. 13-30.

VARGAS, João Helion Costa. O cyborg e a escrava: geografias da morte e imaginação política na diáspora negra. *Revista da ABPN*, volume 12, número 34, Dossiê Temático A cidade, urbanização e relações étnico-raciais no Brasil, Áfricas e Diáspora, pp. 54-72, Setembro/Novembro de 2020. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/1132/958>. Acesso em: 10 jun. 2023.

VATIN, Xavier. *Memória Afro-Atlântica – As gravações de Lorenzo Turner na Bahia em 1940-41*. Brasília, Ministério da Cultura, 2018. Disponível em: [file:///F:/Segregação/Livro\\_Memorias\\_Afro\\_Atlanticas\\_2017\\_pdf.pdf](file:///F:/Segregação/Livro_Memorias_Afro_Atlanticas_2017_pdf.pdf). Acesso em: 10 jun. 2023.

**Recebido em:** 10 de fevereiro de 2023.

**Aceito em:** 17 de julho de 2023.

#### **COMO REFERENCIAR**

OLIVEIRA Reinaldo José de. Black Cities in Brazil: The Bahia of all saints, orixás, inkices and caboclos. *Latitude*, Maceió, v. 17, n. 1, p. 161-185, 2023.

## **Carnaval de Escada, Pernambuco, Brasil: entre memórias e brincantes**

## **Carnival in Escada, Pernambuco, Brazil: Between memories and revelers**

### ***Tarcísio Augusto Alves da Silva***

Universidade Federal Rural de Pernambuco; Doutor em Sociologia/UFPE.

E-mail

[tarcisio.asilva@ufrpe.br](mailto:tarcisio.asilva@ufrpe.br)

### ***Kaline Maria da Silva***

Escola Técnica Estadual Luiz Dias Lins - Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio (PIBIC-EM/UFRPE/CNPq).

Estudante do 3º ano do Ensino Médio do curso Técnico Integrado de Rede de Computadores.

### ***Rayanne Carolyne Lira Conserva***

Estudante de Pedagogia da Universidade Católica de Pernambuco.

### **Resumo**

O presente artigo traz dados de uma pesquisa sobre registros em jornais e memórias de brincantes a respeito do Carnaval da cidade de Escada, Pernambuco (BR). O objetivo é apresentar uma sistematização desses registros e memórias de modo a compreender os processos de mudanças pelas quais o Carnaval do município vem passando. Procuramos, também, apresentar os principais blocos carnavalescos da cidade e fatos marcantes de sua história. A investigação se fundamentou em dados primários (entrevistas) e secundários (fotos, documentos de fundação, jornais, atas e sites de notícias) relativos ao Carnaval do município. Os resultados mostram as transformações vividas, o desaparecimento e o surgimento de novas agremiações e acontecimentos que marcaram o Carnaval da cidade.

**Palavras-chave:** Carnaval. Memória. Brincantes.

### **Abstract**

This article presents data from a research with records from newspapers and memories of revelers about the Carnival in the city of Escada, Pernambuco (BR). The aim of the study is to systematically introduce these records and memories to understand the changes that the carnival in that city has been through. We also aim to introduce the main carnivalesque groups in the city as well as the most remarkable events in their history. The investigation relied on both primary (interviews) and secondary data (pictures, the group's founding documents,

newspapers, minutes and news websites) of the Carnival in Escada. The results show the transformations, the disappearance and the revival of associations and events that constituted the Carnival in the city.

**Keywords:** Carnival. Memories. Revelers.

## Introdução

O Carnaval é uma festa popular que reúne milhares de pessoas, movimentando milhões em recursos financeiros e, no caso brasileiro, aparentemente, põe em suspensão muitos dos problemas que a nossa sociedade produz. Evidentemente, os três dias oficiais de festejos são, também, uma oportunidade para a irreverência e as críticas sociais dos problemas que se desejam esquecer.

Por sua vez, o estado de Pernambuco possui um dos maiores e mais democráticos carnavais, ostentando a presença do Galo da Madrugada como o maior bloco de Carnaval do mundo, no Guinness Book, em 1994. Além disso, possui um Carnaval multicultural em que podemos encontrar diversas manifestações, como: caboclinhos, maracatus (nação e rural), cirandas, samba, mangue beat e frevo. Este último foi incluído em 2012 como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade da Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

O fato, porém, é que algumas cidades do estado tendem a se destacar pela tradição com as quais as manifestações da cultura carnavalesca se apresentam, a exemplo de Recife, Olinda, Bezerros, Vitória de Santo Antão, Trunfo, Nazaré da Mata e Pesqueira. Nestas localidades, pela tradição, visibilidade das manifestações e incentivos econômicos recebidos com a festa, há um vasto material disponível de pesquisas permitindo com que suas memórias sejam resgatadas e preservadas, possibilitando entender as mudanças e permanências da cultura.

Decorre dessa compreensão a necessidade de resgate da memória social do Carnaval, principalmente, em locais onde não exista a preocupação e uma cultura de preservação de patrimônios culturais, fazendo com que a atividade da cultura ocorra como um fluxo, com cuidados de sistematização e organização do passado, portanto, da própria história. Jedlowski (2003, p. 217) lembra que a Sociologia se interessa pela memória, pois existe uma importância no “reconhecimento temporal dos fenômenos

sociais”. Desse modo, as continuidades e descontinuidades da vida em sociedade podem ser reveladas por mecanismos de lembrança e esquecimentos, que auxiliam no processo de análise social.

Observando o contexto de cidades da zona da Mata Sul de Pernambuco, em que o passado de monocultura e escravidão marcaram consideravelmente suas histórias é bastante evidente como, ainda hoje, todo o processo de submissão à aristocracia canavieira e as marcas da pobreza continuam a afetar essas localidades. A monocultura da cana, que ocupou sempre um lugar privilegiado na paisagem da região, teve uma relação fundada no desprezo à identidade da cultura popular. Entretanto, isso difere do que ocorre na Mata Norte, onde o mesmo sistema de submissão e pobreza não conseguiu impedir que expressões culturais autênticas, como o maracatu rural e o cavalo-marinho, se desenvolvessem.

No caso de municípios sem muita tradição, investimentos, estrutura e fluxo turístico, a memória e a preservação de imagens e documentos dos carnavais pode não receber os mesmos cuidados e atenção. Neste sentido, o presente trabalho parte da seguinte inquietação: **que memórias dos carnavais do município da Escada podem ser resgatadas de fontes documentais e do relato de brincantes?**

Assim, nosso objetivo é apresentar uma sistematização de registros documentais e da memória de brincantes de modo a compreender os processos de mudanças pelos quais o Carnaval do município vem passando. Procuramos, também, identificar os principais blocos carnavalescos da cidade e fatos marcantes de sua história.

Para a realização do trabalho foram coletados dados primários, por meio de 3 entrevistas semiestruturadas com brincantes de blocos carnavalescos, e secundários, acessando, via internet, jornais da coleção das Hemerotecas Digitais da Biblioteca Nacional e da Companhia Editora de Pernambuco relativos ao Carnaval de Escada, Pernambuco. A pesquisa documental em jornais utilizou os seguintes descritores: Carnaval de Escada, Município de Escada, escadense, entrudo. No processo de investigação foram acessados periódicos do século XIX ao XX. A seleção do material coletado ocorreu por meio de leitura do título, resumo da notícia e análise crítica. O conjunto de dados sobre o Carnaval de Escada(PE) aparece nos seguintes jornais: *Jornal do Recife*, *A Província*, *Diário da Manhã*, *Jornal Pequeno (PE)* e *Diário de Pernambuco*, um recorte temporal entre 1900 e 1985.

## 1 Memória social e Sociologia

O grande desafio dos métodos e das técnicas de pesquisa em Ciências Sociais é conjugar uma diversidade de elementos que permitam a coleta de dados e interpretação dos fenômenos sociais. Se para a Sociologia a dimensão coletiva da vida em sociedade demanda investigação, o olhar do cientista social deve focalizá-la, seja do ponto de vista micro ou macrosociológico.

Jedlowski (2003, p. 220) lembra que “as atividades de interpretação e de reintegração do passado por parte de cada indivíduo têm, com efeito, uma relação estreita com suas pertencas sociais”. Por isso, para a Sociologia, a dimensão essencial da pesquisa em memória se coloca como uma ponte entre o individual e o coletivo, permitindo traçar entendimentos de como a vida em sociedade, com suas leis, normas e regularidades, se expressa no cotidiano em feixes que unem essa dimensão da realidade social.

Jedlowski (2003, p. 221), lembra ainda:

A memória coletiva pode assumir uma forma mais ou menos institucionalizada, objetivando-se em práticas específicas, em lugares de culto ou em artefatos significativos, mas sua origem e sua reprodução situam-se, em todo caso, no nível das práticas comunicativas que compõem a vida social.

Nesse sentido, as memórias do Carnaval se colocam como um objeto relevante de estudo para a Sociologia e as Ciências Sociais, tendo em vista as múltiplas possibilidades que este fenômeno social/cultural tende a nos fornecer para compreender a dinâmica da vida em sociedade. Para Le Goff (1990), a memória seria parte fundamental daquilo que se costuma chamar de identidade, seja ela individual ou coletiva, e a sua busca compreende uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje. Daí, do ponto de vista político, preservar, conservar ou eliminar a memória se torna um aspecto determinante, seja para projetos de dominação, seja para emancipação social.

DaMatta (1997) considera o Carnaval como uma conjunção ideal da visão anticotidiana da vida brasileira, pois nele “tudo” seria permitido ao romper a regularidade da vida cotidiana, mas, ao mesmo tempo, o Carnaval torna visíveis as diferenciações internas à nossa sociedade, ressaltando-as.

Por outro lado, o Carnaval é uma prática ritualística, que produz uma identidade nacional na consciência dos brasileiros. Nele, se enfatizam que “as diferenças” são passíveis de se misturar. Esta representação é posta como a imagem “positiva” de integração de nossa sociedade, o que significa que essa expressão cultural é peça-chave para a compreensão de nossa cultura e de como a realidade social se expressa por meio dela.

## **2 Do entrudo ao Carnaval: adaptações e mudanças na história de uma festa popular**

Sendo o Carnaval um dos grandes espetáculos da cultura brasileira, sua vivência se distingue e a particulariza das muitas experiências espalhadas pelo mundo. Por aqui, nossos ranços, dominação e o desejo de liberdade se expressam nas ruas, clubes, ou nas casas, revelando tradições e realizando a catarse necessária para se viver os 365 dias do ano. Não é por acaso que no Brasil a máxima: “o ano só começa depois do Carnaval” possua certa verdade e forneça a dimensão de como os(as) brasileiros(as) vivenciam o reinado de Momo.

Dada a importância desse evento, Gastaldo (2013, p. 191) afirma: “Talvez o Carnaval seja o fato social total regular que mais expresse elementos de uma simbólica “brasilidade” [...]. Já para DaMatta (1997, p. 110), “O carnaval como cotidiano, tem dois planos fundamentais: a rua e a casa. Em um e no outro encontramos sua própria reprodução, como se o sistema evitasse o fechamento em dois tipos de Carnaval radicalmente inversos”.

No Brasil, a história do Carnaval teve início a partir do entrudo, celebração vinda de Portugal, que precedia a quaresma e possuía alguns traços de festividades e tradições pagãs de origem romana. Praticado desde o Brasil Colônia, o entrudo ganhou destaque em nosso país por meio de brincadeiras que aconteciam como os trotes, envolvendo o uso de água. Estes costumes se tornaram um verdadeiro sucesso, não só entre brasileiros, como também entre os visitantes estrangeiros, que consideravam essa e algumas outras tradições de nosso país exóticas, o que os levava a realizar o registro delas em livros, pinturas e fotos. O Carnaval que temos hoje

resulta das adaptações e transformações dessa festa, uma vez que ele foi proibido a partir da segunda metade do século XIX.

Tradicionalmente, o entrudo era realizado pela aristocracia da época, que em festas habitualmente realizadas em suas casas, e com seus próprios convidados, brincavam de forma elegante. Uma das práticas nesses ambientes era o uso de pequenas bolas de cera recheadas com águas aromáticas e lançadas nas pessoas durante as comemorações do entrudo, conhecidas como os limões de cheiro (ARAÚJO, 2011).

A prática não foi deixada para trás, transformando-se no “lança-perfume” do século XX e, em seguida, no “loló” que nos acompanha até os dias de hoje. Armazenado em garrafas pressurizadas, o famoso “lança”, que se popularizou no Carnaval do Rio de Janeiro, era literalmente lançado nos foliões. Seu uso trazia sensações agradáveis, era perfeito para os momentos de paquera quando lançado em direção à pessoa desejada e, ainda, possuía o aroma perfumado que era marca registrada na folia. Tanto na rua quanto nos bailes, todos esses fatores contribuíram para que ele se transformasse em uma febre dos carnavais brasileiros.

Como item quase indispensável da festa, as vendas do produto tomaram proporções gigantes, fazendo com que a marca francesa Rhodia, fundasse uma de suas fábricas no Brasil, pois o “Rodouro”, “lança-perfume” fabricado por ela, era um sucesso no país. O que ninguém esperava é que em 1961, o presidente Jânio Quadros proibiria (Decreto nº 51.211, de agosto de 1961) a produção e a entrega do “lança-perfume”, alegando zelar pela saúde e bem-estar da população, já que agora, estava escancarada a ideia de que um de seus componentes, o cloreto de etila, era perigoso.

Infelizmente, a manipulação ilegal do produto e sua fabricação clandestina, tornaram-se algo cada vez mais comum e, conseqüentemente, mais arriscado. As pessoas passaram a utilizá-lo fora do período carnavalesco e, agora, além de ele ser lançado ao ar, era utilizado para inalação propriamente dita, transformando-se no que temos hoje: uma droga viciante e altamente perigosa.

Em reportagem do Diário de Pernambuco de 1975 (p. 12), o talco, outro elemento do Carnaval, como o “lança-perfume”, foi proibido pela ditadura militar, no Recife, conforme se verifica no trecho a seguir:

O uso de talco, água, lança-perfume e qualquer produto corrosivo também não será permitido e quem for apanhado portando material proibido será

autuado em flagrante e sem direito a fiança. Forte esquema policial ficará encarregado de fiscalizar os foliões e coibir os abusos.

Esses fatos ilustram como o Carnaval atual não representa, necessariamente, o entrudo do passado, no entanto, revela como aspectos deste festejo foram sendo adaptados aos novos tempos e se tornaram problemáticos nos contextos em que foram ajustados e integrados.

Outro elemento presente no entrudo do passado e nos festejos do presente se refere à capacidade de amenizar as questões sociais do país. Na colônia, os escravos não eram necessariamente proibidos de participar da festa. Todavia, os trotes envolviam adaptações e as comemorações (feitas na rua) eram bem mais regradas. Usando o exemplo anterior dos limões de cheiro, a adaptação escravocrata dos pequenos sacos aromatizados era feita a partir de substâncias menos nobres, tais como fezes, urina, lama e sêmen para preenchimento daquelas pequenas esferas. Era a forma encontrada pelos menos favorecidos para vivenciar aquilo que estava distante de sua realidade, já que não possuíam condições de praticá-la de outra maneira.

Aliás, a realidade da população escrava estava muito próxima dos dejetos produzidos pela elite. Freyre (2001) destaca que certos ritos de sociabilidade como as iaiás “defecando juntas, conversando, mexericando, às vezes, fumando” e os senhores de engenho fumando e cuspiendo negras cusparadas de fumo (p. 74) só eram possíveis graças ao sistema escravocrata que possuía negros escravos, especialistas na limpeza de vasos e escarradeiras. Tais dejetos eram jogados em matas, em praias ou rios.

Esse fato pode ter inspirado, ora pela irreverência, ora pelas condições dos grupos mais pobres, a tradição do mela-mela dos carnavais de ruas. Segundo Costa (2013, p. 72): “Na festa de rua, o mela-mela se expandia pelos logradouros e praças públicas usando-se água, farinha, goma, perfumes e até outros materiais não recomendáveis, como lama e urina, para o descontentamento de muitos”. Essas manifestações foram as que, possivelmente, contribuíram para que a elite da época pressionasse pela proibição do entrudo.

Outro elemento que nos permite visualizar as questões hierárquicas presentes no entrudo se encontra nas restrições aos negros e camponeses pobres de não poderem praticar os trotes com pessoas que não fossem igualmente negras e pobres. No entanto, eles eram alvo de piadas e vítimas dos trotes e das brincadeiras dos mais

poderosos. Além do mais, enquanto o estruço da elite era totalmente voltado para suas casas, às pessoas igualmente ricas, o estruço dos mais pobres era totalmente vivido na rua e aberto aos mais diversos tipos de público.

Isso, por sua vez, nos remete facilmente à distinção entre os carnavais de baile e os carnavais de rua da atualidade. Enquanto o Carnaval de rua, com seus blocos e troças, propõe um momento de festejo para todos os tipos de foliões, o Carnaval em bailes, mais reservado, acontece seja por convites para um grupo seletivo, ou venda de ingressos funcionando, portanto, de modo seletivo (QUEIROZ, 1995).

Uma característica do Carnaval dos bailes se expressa pela organização, que nos leva facilmente a associá-lo com um Carnaval “da casa”. A decoração do espaço e a separação de mesas, palco, salão e camarote vão nos fazer enxergar os bailes, como festejos delimitados e mais fechados para desfrutar da celebração. Isso não significa que parte dessa organização não ocorra, também, no Carnaval de rua. No entanto, este último se definirá mais pela “liberdade” e pela autonomia que os brincantes experimentam. Ocorre que para o Carnaval, as ruas são muitas vezes ajustadas para receber os festejos. Ou seja, há uma reorganização dos trajetos, do trânsito, dos horários e até mesmo das regras.

Neste sentido, a rua “[...] Transforma-se, sob um chamado ‘esquema carnavalesco’, um centro de decisões impessoais (onde negócios são realizados) em um centro de todo tipo de encontros e dramatizações típicas do Carnaval”. (DAMATTA, 1997 p. 111).

Assim como no estruço, é importante sabermos que o fato das comemorações “amenizarem” as situações desumanas da época, tais situações seguiam fazendo parte da vida dos mais pobres e não deixaram de existir. De igual modo, apesar do Carnaval ainda servir como um refúgio dos problemas políticos e sociais que encaramos no Brasil, a forma como ele é vendido pela mídia para o exterior deve ser analisado com ressalvas. O povo feliz mostrado na TV e que desperta a curiosidade de visitantes por todas as partes do mundo, possui uma realidade por vezes difícil e precária, que não é mostrada durante esse período (LEÃO; FRANCO; SILVA, 2014). Ressalta-se, também, que o Carnaval brasileiro é bastante ambivalente, uma vez que a irreverência assume o caráter político-crítico dessa manifestação cultural.

Neste aspecto, exortamos que nem mesmo o Carnaval de rua, que traz uma proposta de inclusão, consegue englobar e alcançar todas as pessoas. Sim, a existência de um Carnaval que está disponível para todos é um fato, mas não se pode esquecer que a fantasia do Carnaval não consegue mascarar a totalidade das desigualdades produzidas por nossa sociedade.

Ao resgatarmos a história do Carnaval brasileiro, podemos afirmar que não apenas de Portugal vem a influência que lhe dá forma, da Itália recebemos as mascaradas que, segundo Borba (2004, p. 891) significam divertimento “constituído de cenas ou números alegóricos, mitológicos ou satíricos, com música, dança e representado por personagens mascarados”. Gilberto Freyre (1961, p. 110) revela que o gosto pelas máscaras aparece em Pernambuco, no século XIX e afirma:

Uma das novidades de meados do século XIX no Brasil foi “o baile mascarado pelo tempo do Carnaval” em teatro público e não apenas em casa particular ou em casa semiparticular, semipública, como em Pernambuco a “casa grande do sítio do Sr. Brito no Cajueiro”, onde houve em 1846 um “Carnaval campestre” noticiado pelo Diário de Pernambuco de 19 de fevereiro. “Carnaval campestre” só para sócios, convidados e suas famílias. Em ambiente, portanto, ainda patriarcal e meio rústico de casa grande.

Freyre (1961, p. 111) ainda lembra que o Carnaval de bailes não substituiu o Carnaval popular de rua, pois:

É certo que esse Carnaval elegante, fino, silencioso, de fantasias de seda, não matou o outro: o grosseiro, plebeu, ruidoso, com oportunidades para os moços expandirem sua mocidade, para os negros exprimirem sua africanidade (de certo modo recalcada nos dias comuns), para pretos, escravos, moças, meninos gritarem, dançarem e pularem como se não fossem de raça, de classe, de sexo e de idade oprimidas pelos senhores dos sobrados.

Nesse sentido, embora o Carnaval seja uma festa popular, ele possui suas particularidades e diversidades de vivências que podem ser expressas nas experiências dos blocos, troças mistas, bailes carnavalescos e na própria música de Carnaval. Neste caso, duas formas de elitização da festa acontecem: uma quando ocorrem os bailes e outra quando em blocos de rua se formam cordões de isolamento e se distinguem entre os pagantes e não pagantes (“pipocas”), em uma reprodução daquilo que se tornou o Carnaval *business* de Salvador (BA). Isso fica claro, sobretudo, no processo de mercadorização dos festejos, na dimensão empresarial e profissionalização das comemorações, que busca imputar com a padronização dos trios elétricos, das vendas de

abadás e das festas fechadas, uma atualização de processos de diferenciação anteriormente verificados na vivência do entrudo na colônia.

Tal fenômeno pode ser identificado em modelos de empresariamento do Carnaval e na estandardização em tendências impostas do mercado, seja para o público mais jovem ou para aqueles que buscam uma certa individualização, ou, ainda, possuam um poder aquisitivo que lhes permita pagar por adereços, bebidas e coisas do tipo.

O fato, porém, é que as dinâmicas pelas quais o Carnaval se expressa é, como afirma DaMatta (1993, p. 60), em relação à música popular e outros fenômenos sociais: “veículo através do qual a sociedade se revela, deixando perceber como totalidade dinâmica, viva e concreta: como um universo eventualmente dotado de identidade”.

Desse modo, o Carnaval vai nos contar diversas histórias, de várias pessoas e de muitas formas diferentes. Existem, ainda, aquelas que se sentem melhor comemorando em família (ou nos bailes) e há aquelas que se identificam com o carnaval de rua. Já outras observam no Carnaval apenas uma oportunidade para obter ou complementar sua renda, com a venda de acessórios e demais apetrechos imprescindíveis à festa. Há ainda aquelas que não se sentem bem caindo na folia, mas amam ser telespectadoras daquele espetáculo anual e, ainda, existe a massa de pessoas que anseiam pela chegada dos festejos apenas para aproveitar os dias de descanso do feriado.

O fato de o Carnaval ser um rito sem dono e sem motivação específica (diferente das demais festas brasileiras que possuem sempre um desígnio) faz com que ele consiga agregar todos os tipos de reações e interações durante os dias de festa. Ademais, ele nos permite, como festa ritualística, popular e profana compreender sua própria ambivalência, pois, ora se apresenta como festejo descompromissado com o real, ora se mostra como um canal irreverente de crítica social, mas, sobretudo, política.

Portanto, a memória do Carnaval se mostra como um importante resgate de experiências que revelam regras e padrões sociais, mudanças e permanências, registros de uma época e a memória sentimental dos(as) seus(as) brincantes.

### **3 Escada, terra dos barões do açúcar**

Escada é um município do estado de Pernambuco, localizado no Brasil, situado na região da Mata Meridional, bastante conhecida por sua importância na economia açucareira do século XIX. Para Eisenberg (1977), Escada é um dos mais ricos municípios açucareiros. Registros indicam que em 1854 ele possuía 187 engenhos e segundo Lima (2007) detinha entre os anos de 1866 a 1880, o maior número de compradores de escravos da mata canavieira. O rótulo de “Terra dos Barões” decorre dos inúmeros títulos nobiliárquicos recebidos por senhores de engenho e presentes nas nomeações das ruas centrais da cidade.

Duas principais personalidades se destacaram em sua história. Cícero Dias (1907-2003), pintor, nascido no engenho Jundiá (Escada), ganhou reconhecimento internacional, viveu em Paris, e foi responsável por ilustrar a primeira edição do livro de Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala*. Outro nome importante foi de Tobias Barreto, filósofo, jurista e poeta, nascido em Sergipe, mas que viveu no município no período de 1871-1881. Foi um dos grandes nomes da Escola de Recife, na Faculdade de Direito, tendo uma atuação e um posicionamento político contra as desigualdades e injustiças da época, sobretudo em relação à aristocracia canavieira.

Depois do apogeu promovido pela riqueza da exploração da monocultura da cana-de-açúcar, via trabalho escravo, a cidade vive um período de fechamento de usinas e engenhos, e apesar do surgimento de novas indústrias, ainda pode ser considerada uma cidade dormitório, porque boa parte da força de trabalho ainda precisa migrar para outras cidades com o objetivo de trabalhar.

### **4 O carnaval de Escada nos jornais do século XX**

Os jornais se mostraram uma importante fonte de dados para a pesquisa sobre o Carnaval de Escada, porque permitiram identificar agremiações carnavalescas, até então, pouco conhecidas na história contemporânea do município. Por outro lado, as informações coletadas forneceram elementos sobre o Carnaval como um fenômeno permanente e distribuído em várias localidades, sejam na própria sede do município, ou nas usinas existentes na época.

Os jornais do século XX nos mostram um Carnaval escadense amplamente variado, em que blocos, clubes e troças ganham maior destaque. Tais manifestações ocupam espaço nesses periódicos através das programações dos festejos, dos relatos da população e até mesmo dos elogios que a festa carnavalesca recebia.

Por outro lado, a análise dos jornais registra as críticas e o saudosismo de outras épocas. Um exemplo disso, são as publicações feitas pelo jornal “Diário de Pernambuco” nos anos de 1964 e 1969 em que se encontram relatos de Carnaval caracterizados pelo desânimo que a cidade viveu nestes anos. Ademais, a investigação conseguiu identificar o desaparecimento de blocos, como “Philomomos Escadenses”, “Pyrilampos”, “Pega Mosca” (A PROVÍNCIA, 1925 e 1929), entre outros, que eram noticiados em vários jornais.

Chama a atenção o quanto, em um dado momento, as notícias sobre o Carnaval de Escada deixam de aparecer nos jornais pesquisados, tornando-se cada vez mais escassas. A hipótese que defendemos a respeito deste fato estaria relacionada a um aspecto identificado em algumas matérias jornalísticas, e nas entrevistas realizadas: a falta de verba e apoio financeiro por parte do governo local. Essa suposição está associada ao dado de que muitos blocos e clubes findaram suas atividades pela falta de recursos.

Essa hipótese toma ainda mais forma e credibilidade ao considerarmos que quando se fala em fundação dos blocos, troças e clubes citados nestes jornais, sempre aparecem nomes de pessoas físicas e/ou grupos de responsáveis por suas fundações e nas pautas de administração dessas agremiações. Temos, por exemplo, o bloco “Elite Familiar”, citado em 1923 no jornal *A Província*, como um bloco recém-fundado por um grupo de rapazes e senhoras da cidade. Também podemos mencionar as troças “Não se encomode” e “Batutas de Veneza” citadas em 1937, no Diário da Manhã, como troças dirigidas por um folião chamado José Menezes. Isso nos faz entender que estes nomes (ou estes grupos), eram os grandes responsáveis por manter e realizar a saída dos blocos. Atualmente, pode-se dizer que a realidade ainda é a mesma. Pedro Jorge, um dos fundadores da Troça Carnavalesca Mista - A Buzina Da Aurora, relata que desde 2002, quando a troça foi fundada, ele e seus colaboradores são os responsáveis por manter essa agremiação e tornar possível sua saída às ruas anualmente.

Ainda no que se refere às dificuldades financeiras que assolam os blocos e troças atuais, a fundadora do bloco “Flor em Folia” também ressalta ser a principal

responsável pela apresentação do seu bloco, pois nunca recebera nenhum tipo de recurso ou benefício por parte da prefeitura do município.

Retornando aos jornais, outro aspecto que identificamos foi o desaparecimento repentino dos clubes. Em todas as matérias é possível verificar algum clube escadense sendo citado e podemos afirmar que essa manifestação carnavalesca foi, durante um bom tempo, a mais frequente do município. Atualmente, os carnavais em clubes se resumem ao baile municipal, realizado na quadra do SESI - Serviço Social da Indústria, geralmente organizado pelas primeiras damas do município, e ao realizado pela Academia Escadense de Letras, no Club Lions. Todavia, considerando a constância dos blocos nos relatos dos jornais, somos levados a fazer uma análise do conceito de clubes utilizados nos períodos investigados. Nas muitas citações dos jornais, há menções de “saídas dos clubs”, o que torna possível a associação desses clubes a agremiações, como os blocos, e não ao sentido de lugar. São exemplos: Club Carnavalesco Philocriticos Escadenses; Club da Canninha Verde (1900); Chiscadores (1900); Club Piratas (1901); Club Canna Verde (1901); Club Escadense Veado Corredor (1921); Club Pýrilampos (1923); Club Vencedores (1923); Club Ciganas Revoltosas (1923).

Apesar disso, também há destaque para os clubes onde se realizavam os bailes de Carnaval, como:

Clube Pirapama; Guarani; Clube da Fleischmann; Sesi; Clube intermunicipal; Lions Club; Alfredão; Clubes das usinas (Massaúassu - Serum e Barão de Suassuna); JOC - Juventude Operária Católica; Sesiano Clube da Escada; Atalaia.

**Figura 1** - Escudo do Clube Pirapama.



**Figura 2** - Escudo do Clube Sesiano (1950).



**Fonte:** Acervo Futebolístico de Pernambuco.

Há ainda um pequeno histórico de troças e maracatus que não constam como tradição no município, mas são mencionados nos jornais do século XX:

Troça Não se encomode (1937);

Troça Batutas de Veneza (1937);

Troça Urso em Folia (1953);

Troça Bacalhau na Vara (1953);

Clássico Maracatu (1901);

Maracatu Porto Rico (1901).

Quanto aos blocos, há uma grande lista dos cortejos que não aparecem mais nos jornais e desfiles atuais:

As Gostosinhas Assanhadas; As Maravilhas; As Virgens do Morro; Bacalhau Na Vara; Bloco Arrasta Povo; Bloco Arrasta Povo II; Bloco Cana Verde; Bloco da Lama; Bloco dos Estandartes; Bloco Frexofólio; Bloco Quase Que Não Sai; Bloco Só Chega Atrasado; Miss Gay; Morro de Fome, Mas Não Trabalho; O Cachorro Lambeu a Tua Cara; O Urso da Meia Noite; Vai de Bolo; Viva Zé Pereira; Cachorro Cansado; ESP – Jaguaribe; Gaviões do Morro; Bloco Axé; Estrela da Tarde – Pirapama F. Club; Bloco do Ferroviário Esporte Clube – Viradouro; Coqueiro em folia; Amansa corno; Burra namoradeira; Anjos rebeldes; Bloco Experiência de vida – 3ª idade; Cozinheiras pra frente; Borboleta Azul – Usina Barão; **Blocos de escolas** (Bloco da Escola Eraldo Campo, Bloco da Escola Agrícola – Somos da Roça, Bloco Maria Clara Em Folia, Bloco

Saber Em Folia, Bloco Escola Eraldo Gueiros); Bloco Educação em Folia (Secretaria de Educação); Bloco Vai que Tem-Saída; Bloquinho do Isca; **Blocos religiosos:** Bloco Reavivar a chama; Bloco o Galinheiro com Paredão; Bloco da Digital FM; Bloco do Hit; Bloco Saudade de Beбето; Bloco Cana no Bucho; Bloco da Juventude; Sou + você; Obama Fest; Bloco Arrepio; Bloco Só Vai quem Bebe; Bloco Cadetes do Samba; Bloco Elite Familiar; Bloco Philomomos Escadenses; Bloco Gente Nossa; Bloco Bola de Ouro; Bloco Príncipe da Lyra; Bloco Flor do Amor; Bloco Pega Mosca; Bloco Pýrilampos; Bloco das Rosas; Bloco dos Invasores.

Todavia, mesmo com a extinção de diversas agremiações, há ainda blocos e troças que animam o Carnaval da cidade, anualmente, e ganham destaque por manterem viva a tradição da festa no município:

Troça Carnavalesca Mista - A Buzina da Aurora; Bloco As Catraias da Vila Operária; Bloco Flor em Folia; Bloco Papalégua; Bloco Cana no Bucho; Bloco Amaro na Vara; Bloco Os Kalanguinhos; Bloco do LEO; Bloco Boi com sede bebe lama; Bloco Os Faixas; Bloco Os Cominninguen; Bloco Filhos do Catra; Bloco Murilo Adesivagem; Bloco Carço sem Freio; Troça Carnavalesca Assunção Parabrisa: O menino é bom!; Bloco Carroça Sem Freio; Bloco Boi de Touca; Bloco Mamãe Chegou. Parte destas agremiações podem ser divididas entre aquelas com e sem fins lucrativos.

Com o auxílio dessa listagem e dos registros dos carnavais atuais do município, é possível inferir que talvez o maior exemplar de bloco do século XX que tem resistido ao tempo e se adaptado ao século XXI, seja “As Catraias da Vila Operária”. Fundado em 1985, por Miguel José dos Santos, o bloco nasceu no período em que as informações sobre o Carnaval da cidade já eram reduzidas nos jornais, considerando que apenas um registro a respeito do Carnaval deste ano foi encontrado. O bloco que atualmente é um dos mais antigos e ainda desfila nas ruas, segue sendo um fenômeno no século XXI. Famosa por arrastar uma multidão de homens vestidos com trajes femininos, essa é uma das maiores agremiações da cidade, mantendo viva a tradição inicial e se consagrando como uma das mais famosas desta localidade. Em 2021, o bloco completou 36 anos e desde 2003, está sob a direção do filho do fundador, Valdir Cezar dos Santos.

## **5 Memórias do Carnaval escadense: o que se pode dizer?**

O Carnaval de Escada noticiado nos jornais corresponde à organização carnavalesca através de clubes, como: o Intermunicipal e o Sesiano, que normalmente passavam por pequenos problemas financeiros para realizar esse evento. Na organização desses carnavais divulgados nos jornais, se repetem alguns sobrenomes de famílias que, na época, faziam parte da elite escadense e financiavam as festas, por exemplo, a família Wanderley. Nestes clubes havia prévias, os blocos tinham duração de três dias e, no domingo, ocorria a matinê, dedicada às crianças.

O período de 1960-1969 foi o que mais ocorreu registro nos jornais sobre os carnavais de Escada, talvez por ser uma época que houve maior organização financeira dos clubes. Não há registro sobre o Carnaval de rua e de blocos feitos pela população.

Nos anos de 1980, o Clube intermunicipal da Escada foi responsável pelos concorridos desfiles de Carnaval com crianças, de classes mais abastadas e fantasiadas, e pela realização de matinês. Essas matinês também eram promovidas pelo SESI de Escada, pelo Clube Pirapama e pelo Clube da Fleischmann Royal. Um dos fatos marcantes do Carnaval de clube se deu na churrascaria “O Alfredão” nos idos dos anos de 1990, o local que se tornou o ponto de festejos noturnos, de muitas famílias, testemunhou um tiroteio com muitos feridos, ocasionando o fechamento posterior do estabelecimento.

O encerramento das atividades realizadas pelos clubes está relacionado ao próprio fechamento, de parte, destes estabelecimentos, e das mudanças que ocorrem no Carnaval do município com o maior protagonismo dos blocos e troças carnavalescas.

No entanto, o Carnaval de rua também registrara fatos de violência, desta vez associados ao bloco Cana Verde, que tinha como fundadora “Maria do Caranguejo” (Maria das Dores da Conceição). Em um dos seus desfiles, o marido da fundadora foi assassinado (1984). O bloco passou 2 anos sem realizar o desfile, retomando em 1987 e seguindo até 2000. Todavia, após a conversão da fundadora a uma igreja evangélica e com sua morte, parte da história do bloco (fotos, estandartes etc.) foi queimada pelos familiares.

Na história do Carnaval escadense, outro bloco se destacou: “Morro de Fome, mas não Trabalho”. Tendo como fundador o senhor Djací da Costa Rocha, a

agremiação desfilou de 1977 a 2003 (26 anos), quando foi proibida de sair às ruas devido a uma das características do bloco: o mela-mela. Em algumas de suas manifestações foi possível reunir mais de 10 mil foliões e o fato de ser registrado por uma rede de televisão deu visibilidade à agremiação. Todavia, o caráter bastante popular do bloco regrado não por bisnagas e limas-de-cheiro, mas por substâncias recolhidas, gratuitamente, em vasilhames, nas sarjetas e nos esgotos das ruas tornou-se algo proibitivo no município, levando a uma ação judicial que proibiu a saída deste bloco. Uma de nossas entrevistadas lembra: “usava era muita graxa, meu Deus! [Risos]. Saía todo mundo sujo!” (Entrevistada I). Ela segue dizendo: “Tudo! As paredes, o que você imaginar! Não tinha respeito mesmo não, era melando quem *tivesse* na frente!”

Ao que parece, o resgate de certas manifestações de um tipo específico de entrudo, conforme já discorreremos aqui, começou a não ter espaço nas ruas da cidade em idos dos anos 2000.

Outra mudança perceptível ocorreu com as velhas orquestras que comandavam a alegria dos foliões, sendo elas, gradativamente, substituídas por carros de som e, estes, por trios elétricos. De um lado havia a dificuldade de reunir um conjunto de músicos para uma demanda crescente de público e, de outro, as inovações musicais e rítmicas que foram se popularizando, sobretudo, com a chegada do *Axé Music*.

Reunidos em torno de certo saudosismo, a troça mista “Buzina da Aurora”, alguns desfiles do bloco da Terceira Idade e da Academia Escadense de Letras procuraram resgatar essas orquestras, que reuniam um público de pessoas mais idosas, nos dois últimos casos, e um público mais misto no primeiro. Para um dos fundadores, a ideia do bloco “Buzina da Aurora” surgiu, pois:

Na época, em 2000 e... em 2000 *pra cá*, a gente percebeu que os blocos em Escada eram todos feitos com carro de som e com trio elétrico. E naquele tempo não existia bloco com orquestra, e como a gente se reunia *pra* fazer farra, *pra* brincar, sempre escutando frevo, a gente teve uma ideia de fazer um bloco com orquestra de frevo, em 2002 (ENTREVISTADO II).

O fato, porém é que, nestes casos, a utilização de orquestras para animação da festa tende a ser mais oneroso para os organizadores, pela necessidade de se ter um número grande de componentes. Isto, por sua vez, implica cada vez mais em apoio financeiro do poder público e da auto-organização dos blocos, o que foi sempre o

grande gargalo para quem deseja participar da folia de Momo, sobretudo aquelas agremiações sem fins lucrativos. Essa distinção entre blocos comerciais e não comerciais pode ser explicitada pelo entrevistado ao dizer: “A gente não tem fim lucrativo, a gente quer que vá o cara que gosta de frevo, ele leva a esposa dele, os meninos, que ele possa ajudar levando uma comida, leva uma bebida, e que curta com a gente o frevo” (Entrevistado I).

## **Considerações finais**

Em muitos municípios brasileiros, o descaso pela memória coletiva está evidenciado na ausência de políticas públicas que estimulem a preservação de acervos capazes de informar e manter vivas determinadas expressões da cultura popular. Apesar de muitas manifestações culturais permanecerem vivas e seguindo um fluxo próprio, estimulado por calendário anual de festejos, mudanças provocadas pelas dinâmicas econômicas e políticas dos contextos em que se encontram inseridas impactam sobre as possibilidades de manutenção dessas manifestações, principalmente, quando elas crescem em popularidade ou quantidade de brincantes.

A pandemia do Covid-19 inviabilizou o Carnaval brasileiro, atingindo umas das expressões mais vivas de nossa cultura. As iniciativas de lives e vídeos procuraram minimizar a frustração dos foliões, mas também trouxeram à tona a necessidade de manutenção da memória coletiva quando lembranças do Carnaval anterior eram peças principais a inspirar a ação dos brincantes.

Entre clubes do passado e do presente, do município de Escada (PE) foi possível identificar 13 espaços onde os bailes/festas aconteciam, apesar de que, hoje, apenas dois locais concentram as atividades (Clube do Sesi e Club do Lions), revelando uma mudança no ritmo daquilo que Gilberto Freyre (1961) identificou em Pernambuco no início do século XIX, ao fazer referência às festas realizadas em clubes.

No conjunto dos blocos estudados, observamos a diferença entre os que possuem fins lucrativos e os sem fins lucrativos. Os primeiros são organizados entorno de expectativas de investimento e lucro, enquanto os demais revelam aspectos voltados à dimensão mais lúdica da festa, associados ao esforço e ao desejo de simplesmente brincar o Carnaval. Pensando outras classificações, o município

possui um bloco religioso (organizado pela Renovação Carismática Católica) e que se apresenta nos dias anteriores ao Carnaval. Blocos de escolas, que se caracterizam por uma ação pedagógica de vivência da cultura, embora o bloco da Escola Maria Clara tivesse fins também lucrativos.

O movimento de transformação que o Carnaval de Escada sofreu deve ser analisado por um processo mais amplo de mudanças vividas no conjunto da cultura, como a substituição das orquestras pelos carros de som e, destes, pelos trios elétricos. Além, é claro, pela dinâmica de acesso à capital do estado pela população. Esta última teria grande repercussão sobre o Carnaval da cidade, uma vez que muitas pessoas não conseguiam experimentar outros carnavais pelas dificuldades de locomoção expressa.

## **Bibliografia**

A PROVÍNCIA. Edição 015. *Notícia de toda parte*. Carnaval do interior. 19 de janeiro de 1923. Disponível em: <https://url.gratis/7PkzoK>. Acesso em: 19 jan. 2021.

ARAÚJO, Patrícia Vargas Lopes de. *Os festejos de entrudo no século XIX*. Textos escolhidos de cultura e arte populares. Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 41-55, nov. 2011.  
BORBA, Francisco S. (org.) *Dicionário UNESP do Português Contemporâneo*. São Paulo, Editora UNIFESP, 2004.

COSTA, Maria das Graças Vanderlei da. *Lugares, tradições e rostos: máscaras no carnaval de Pernambuco, objetos que falam sem calar sujeitos*. Recife: Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Programa de Pós-graduação em Antropologia, 2013.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro* / Roberto DaMatta - 6ª ed. Rio de Janeiro Rocco, 1997.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. *Polícia proíbe tanga e biquíni no carnaval.*, Caderno 1, p. 12. Recife, 4 de fev. de 1975.

DIÁRIO DA MANHÃ. *Carnaval em Escada*. 03 de fevereiro de 1937. Disponível em: <https://cutt.ly/mOusmZ7>. Acesso em: 10 jan. 2021.

GASTALDO, Édison. O fato social total brasileiro: uma perspectiva etnográfica sobre a recepção pública da Copa do Mundo no Brasil. *Horiz. antropol.*, Porto Alegre, v. 19, n. 40, p. 185-200, Dec. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3cJ6ChS>. Acesso em: 17 fev. 2021.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mocambos*. I tomo. 3a. ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1961.

FREYRE, Gilberto. *Antecipações*. Org. e prefácio de Edson Nery da Fonseca. Recife: EDUPE, 2001.

EISENBERG, Peter. *Modernização sem mudanças*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

JEDLOWSKI, P. Memórias: temas e problemas da sociologia da memória no século XX. **Rev. Proposições**, Unicamp – Faculdade de Educação, v. 14, p. 217-236, 2003. Disponível em: <https://bit.ly/3nEkOzc>. Acesso em: 17 fev. 2021.

LEÃO, Andre Luiz Maranhão de Souza; FRANCO, Suélen Matozo; SILVA, Carlos Eduardo da. Carnaval de Pernambuco: é só chegar? o "nativo" e o "de fora" no discurso publicitário do governo do estado. *Revista Brasileira de Estudos Organizacionais*. v. 1. n. 2, p. 231-259, dez. 2014.

LIMA, Glauber Guedes F de. *As elites açucareiras em Pernambuco: Um estudo sobre a heterogeneidade da açucaroocracia pernambucana nas últimas décadas do Império*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, 2007.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão ... [et al.] -- Campinas, SP, Editora da UNICAMP, 1990.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. A ordem carnavalesca. *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 6(1-2): 27-45, 1994 (editado em jun. 1995).

**Recebido em:** 6 de setembro de 2022.

**Aceito em:** 10 de fevereiro de 2023

#### COMO REFERENCIAR

SILVA, Tarcísio Alves da Silva; da SILVA, Maria Kaline; CONSERVA, Rayanne Carolyne Lima. Carnaval de Escada, Pernambuco, Brasil: entre memórias e brincantes. *Latitude*, Maceió, v. 17, n. 1, p. 186-205, 2023.

## **Estratégias de desenvolvimento econômico para os países do Sul Global: fé cega no mercado ou política econômica soberana?**

### **Economic development strategies for countries of the Global South: blind faith in the market or sovereign economic policy?**

**Remo Moreira Brito Bastos**

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará.

E-mail:

remomoreira@gmail.com

#### **Resumo**

O objetivo do presente artigo consiste em examinar, à luz da Sociologia do Desenvolvimento, as estratégias de desenvolvimento econômico efetivamente adotadas pelos primeiros países que conseguiram de fato alcançá-lo, pelos que tardiamente o fizeram e pelos que ainda não conseguiram. Será observado que cada estratégia privilegiou as concepções teóricas de uma ou mais escolas de pensamento econômico, levando a resultados históricos que refletem o nível de sucesso de cada estratégia, que são, no decorrer do artigo, cotejados com as devidas fundamentações da perspectiva teórica adotada. No que diz respeito à metodologia, adotou-se uma abordagem qualitativa, fazendo-se uso de pesquisa bibliográfica e documental. Concluiu-se que a compreensão dos condicionantes e determinantes de cada estratégia estudada constitui aporte indispensável, especialmente destinado aos formuladores de políticas de desenvolvimento dos países que ainda perseguem os progressos econômico e social de suas nações.

**Palavras-chave:** desenvolvimento econômico; estratégia; soberania econômica; política industrial; sociologia do desenvolvimento.

#### **Abstract**

The objective of this article is to examine, in the light of the Sociology of Development, the economic development strategies effectively adopted by the

first countries that actually managed to achieve it, by those that belatedly did so and by those that did not yet achieve it. It will be observed that each strategy privileged the theoretical conceptions of one or more schools of economic thought, leading to historical results that reflect the level of success of each strategy, which are, in the course of the article, compared with the proper foundations of the theoretical perspective adopted. With regard to the methodology, a qualitative approach was adopted, making use of bibliographic and documentary research. It was concluded that the understanding of the conditioning factors and determinants of each strategy studied constitutes an indispensable contribution, especially aimed at the development policy makers of the countries that still pursue the economic and social progress of their nations.

**Keywords:** economic development; strategy; economic sovereignty; industrial policy; sociology of development.

## Introdução

O tema do desenvolvimento econômico tem sido, na Sociologia do Desenvolvimento, um objeto de estudo relativamente recente, tendo se firmado institucionalmente em universidades e organizações multilaterais em meados da década de 1950, no contexto da expansão do capitalismo industrial e de sua internacionalização.<sup>1</sup>

Com vistas a compreender, interpretar e explicar tais processos, esse ramo da Sociologia lança mão de diferentes teorias sobre o desenvolvimento em sociedades capitalistas, dentre as quais se destacam as de carizes marxista, neoclássico, keynesiano, schumpeteriano e institucionalista.

No decorrer das próximas seções serão abordadas as premissas teóricas e empíricas de algumas dessas escolas de pensamento, bem como os resultados

---

<sup>1</sup>Importa sublinhar as contribuições da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL, criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas) e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB, criado em 1955, durante o governo Café Filho) com vistas a pensar, teorizar e planejar o desenvolvimento dessas instâncias geográficas, respectivamente. Os sociólogos tiveram papel relevante em ambas as organizações, dentre os cientistas sociais (no sentido amplo) envolvidos naquele desafio.

históricos de suas proposições, manifestados no desenvolvimento relativo dos países que as adotaram em suas políticas econômicas.

## 1 Fundamentação teórica

A presente seção abordará, de forma panorâmica (tendo em vista o escopo e as limitações do presente trabalho), e com vistas a embasar o estudo das estratégias de desenvolvimento das nações, as duas perspectivas teóricas que abarcam as diferentes teorias supracitadas, a saber, a primeira utilizada para fundamentar a ideologia do “livre-comércio”, doravante referida como neoclássica, e a segunda para desnudar as fragilidades daquela e propugnar alternativas teóricas e práticas com vistas aos objetivos em questão, doravante denominada, no presente trabalho, desenvolvimentista.

O núcleo da argumentação a favor do livre-comércio apoia-se na Teoria da Vantagem Comparativa, delineada pelo economista inglês David Ricardo, em seu livro *The principles of political economy and taxation*, lançado em 1817 (RICARDO, 1996).

Esta teoria propõe que em algumas situações, mesmo quando um país não consegue produzir alguma mercadoria mais eficientemente (ou seja, com melhor produtividade; mais barata) do que outro, ainda assim ele deve aderir ao livre-comércio, especializando-se e exportando produtos em que possui maiores vantagens comparativas (no caso do país mais eficiente) ou em produtos nos quais possui menores desvantagens relativas (no caso do país menos eficiente). Dessa forma, sustenta a teoria; o livre-comércio entre os dois países permitiria a ambos maximizarem os seus resultados.

Reinert (2008), contudo, critica essa abordagem, ponderando, acertadamente, no entendimento do autor deste trabalho, que, ao eliminar da teorização econômica a dimensão qualitativa do processo produtivo, com seus avanços e aprimoramentos tecnológicos e científicos, ela torna possível (um elegante eufemismo do autor para *prescrever*) a uma nação especializar-se em “ser pobre”. *In verbis*:

Isso acontece porque a teoria do comércio que está na base da ordem econômica mundial atual se baseia na troca de horas de trabalho

idênticas - desprovidas de qualquer característica qualitativa - por nações, em um sistema em que a produção está ausente. A teoria do comércio ricardiana vê uma hora de trabalho da Idade da Pedra no mesmo nível de uma hora de trabalho do Vale do Silício e, portanto, prevê que a integração econômica entre esses dois tipos de economia produzirá harmonia econômica e equalização de salários. [...] Ao fazer isso, todos os fatores que diferenciam qualitativamente um menino de 12 anos e sua 'firma' de engraxate, sediada em uma favela de Lima, da Microsoft, como empresa, são eliminados. Com isso, qualquer explicação de por que Bill Gates e seu país são mais ricos do que o engraxate e seu país, também é eliminada. As duas são mostradas como 'a firma representativa'. Adicionando alguns adereços superficiais supérfluos, o modelo básico pode até satisfazer alguns economistas - e muitos desses modelos o fazem -, mas é improvável que essa abordagem produza o tipo de entendimento necessário para induzir uma mudança de política necessária. (REINERT, 2008, p. 54-55; p. 64).

Saltam aos olhos, portanto, quando se estudam detidamente as políticas e estratégias de desenvolvimento nacionais, as limitações e a natureza estática desta teoria, que não leva em consideração o grau de avanços tecnológicos que permitem alterar significativamente aquelas vantagens e desvantagens mencionadas.

Conforme será abordado em seção posterior, foi precisamente em busca de maior complexidade tecnológica que os primeiros países a se industrializarem (Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha, França, Suíça, Bélgica e Holanda, dentre outros, todos ainda no século XIX) mostraram, histórica e praticamente, que nenhum deles aceitaria resignadamente aquelas "vantagens" que a "natureza" supostamente lhes teria destinado. A forma como eles buscaram desenvolver suas economias nesse sentido constitui o objeto de estudo da outra perspectiva teórica, a desenvolvimentista, a qual se baseia no estudo da *concreta experiência histórica*<sup>2</sup> do desempenho das políticas econômicas adotadas pelos países desenvolvidos, e muitas vezes aparece como políticas práticas, antes mesmo de ser destilada em teoria.

Segue quadro sintético com algumas de suas recomendações a países com pretensões de desenvolvimento.

---

<sup>2</sup>Nesse sentido, Reinert (2008, p. 52, grifo nosso) observa sagazmente que "[a]o contrário da história do pensamento econômico (o que os teóricos disseram que *deveria* acontecer), a história da *política econômica* (quais políticas foram *realmente* seguidas) é uma disciplina acadêmica inexistente".

### Quadro 1 – Algumas prescrições da perspectiva desenvolvimentista para industrializar um país.

|  |
|--|
| 1) Uma nação deve primeiro se industrializar e, somente em seguida, gradualmente, integrar-se economicamente às nações no mesmo nível de desenvolvimento.  |
| 2) Para isso, deve proporcionar à sua indústria infante, em setores estratégicos, um período de proteção tarifária temporário (até que tenha condições de competir no mercado global), durante o qual ela estará salva da concorrência estrangeira e terá direito à isenção de impostos, crédito barato e outros subsídios, com a contrapartida de, dentre outras exigências, corresponder a padrões de desempenho monitoráveis preestabelecidos pelo Estado, adquirir seus insumos de fornecedores nacionais e exportar uma cota preestabelecida da produção. |
| 3) Taxar ou coibir a exportação de produtos primários, que possam ser necessários como insumos no processo de produção de sua indústria infante.   |
| 4) Implantar <i>clusters</i> de indústrias, preferencialmente, em setores de elevada complexidade tecnológica, que proporcionem rendimentos crescentes e rendas de competição imperfeita (que geram lucros acima do “normal”), dessa forma, a sinergia entre as diversas indústrias que compõem este arranjo se constituirá em mecanismo indutor da aceleração da atividade econômica, do nível geral de emprego e renda e do Produto Interno Bruto (PIB) da nação.  |
| 5) Com vistas a promover a necessária transformação estrutural de sua economia, migrando de setores baseados em produtos primários, explorados por mão de obra de baixa qualificação, para setores de elevada <i>complexidade tecnológica</i> <sup>3</sup> , que utilizam mão de obra altamente especializada, investir consistentemente em educação básica e superior <sup>4</sup> e em pesquisa científica básica.   |
| 6) Conduzir uma política macroeconômica consentânea com o objetivo estratégico da industrialização da nação, o que inclui, dentre outras medidas, praticar a taxa de câmbio de   |

<sup>3</sup>*Complexidade tecnológica* (ou complexidade da estrutura produtiva) é a categoria basilar para os desenvolvimentistas. Um país com uma estrutura produtiva focada em bens de maior complexidade tecnológica consegue posicionar suas exportações com maior retorno financeiro e produtividade do que países cuja estrutura produtiva é baseada em produtos primários ou mesmo industrializados, mas de baixa complexidade tecnológica. Perceba-se também o papel crucial da inovação para a conquista e a manutenção das melhores posições no mercado global. Para uma análise da inovação no desenvolvimento econômico brasileiro, recomendamos reportar-se a Rivero (2017).

<sup>4</sup>Se a escolarização da população de qualquer país é um imperativo inarredável, com vistas à elevação do nível civilizacional da nação, o investimento em educação básica e superior para alavancar a complexidade produtiva dos países que a perseguem possui uma peculiaridade crítica: precisa se coadunar com as necessidades de mão de obra qualificada da estrutura produtiva do país. Seria difícil acreditar que a mera escolarização da população seria capaz de elevar a produtividade de um país aos níveis praticados pelos países com maior competitividade nos mercados internacionais. Faz-se necessário, portanto, uma estratégia de aprendizagem tecnológica eficaz. Segundo Itami e Roehl (1987) é preciso identificar os hiatos de conhecimento relevantes e as políticas que podem ser implementadas de maneira correta para lidar com essas deficiências. Não basta educar uma determinada quantidade de trabalhadores nos níveis de ensino secundário para atender às demandas da produção. Essa educação precisa levar a esses trabalhadores o conhecimento adequado para poder operar competitivamente as tecnologias necessárias para alavancar a complexidade produtiva do país.

equilíbrio e até mesmo, deliberadamente, “errar” os preços, de forma a aumentar a lucratividade da indústria infante.

7) Em países com incipiente número ou mesmo ausência de empresas privadas com capacidade para alavancar e sustentar, conforme o ritmo necessário, o processo de industrialização planejado pelo Estado, ele deve lançar mão de empresas estatais existentes ou criá-las *ad hoc*. Posteriormente, com o alcance dos objetivos estratégicos atribuídos a tais empresas, nada impede que, observando-se e priorizando-se a otimização de resultados econômicos e sociais, possa o Estado abrir o seu capital, ou mesmo privatizá-las (foco em pragmatismo e não em ideologia: “não importa a cor do gato, contanto que ele coma o rato”).

**Fonte:** Elaborado pelo autor, com base em Amsden (2009), Chang (2004), Hamilton (2007), List (1986) e Reinert (2008).

A esmagadora maioria dos países hoje industrializados<sup>5</sup> adotou o núcleo e a filosofia dessas prescrições para incubar e desenvolver sua indústria, naturalmente cada um com a combinação própria de políticas indicadas para a sua peculiar situação e com o *timing* apropriado.

Na próxima seção serão abordadas as estratégias adotadas por Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha e França para industrializarem suas respectivas economias.

## 2 A estratégia dos pioneiros: livre-mercado somente para os outros

Como consequência de políticas econômicas equivocadas, que privilegiaram setores primários de sua economia em detrimento da manufatura, desde as primeiras décadas do século XVI a Espanha, que até então era um notável centro industrial da Europa, passa a conhecer um processo de desindustrialização, do qual somente se recuperará quatro séculos depois (REINERT, 2008).

Em 1558, seu Ministro das Finanças, Luis Ortiz, descreve, aflito, em um memorando ao Rei Filipe II, a situação econômica do país:

Das matérias-primas da Espanha e das Índias Ocidentais - particularmente seda, ferro e cochilha (uma tinta vermelha) - que custam apenas 1 florim, os estrangeiros produzem bens acabados que

---

<sup>5</sup>Conforme nos informa Chang (2004), pouquíssimos países deixaram de proteger suas indústrias, como a Holanda e (até a Primeira Guerra Mundial) a Suíça, porquanto elas já, então, detinham liderança tecnológica. Mas mesmo assim, esses países não seguiram muitas recomendações dos adeptos do livre-comércio, por exemplo, recusando por muito tempo a adoção dos padrões de proteção de patentes.

vendem à Espanha por entre 10 e 100 florins. A Espanha está, desta forma, sujeita a humilhações do resto da Europa maiores do que aquelas que eles próprios impõem aos índios. Em troca de ouro e prata, os espanhóis oferecem bugigangas de maior ou menor valor; mas, *ao comprar de volta suas próprias matérias-primas [manufaturadas] a um preço exorbitante, os espanhóis são alvo de chacota em toda a Europa.* (HAMILTON, 1932, p. 216, grifo nosso).

A mesma estratégia econômica (ou, mais apropriadamente, a sua falta) não prosperou, todavia, na Inglaterra. Pelo contrário: contrariando o enganoso mito de que este país tivesse se desenvolvido sem a ajuda do Estado, desde o século XIV, com o Rei Eduardo III (1327-1377) procurando fomentar deliberadamente a manufatura local de tecido de lã (ele atraiu tecelões de Flandres, centralizou o comércio de lã bruta e proibiu a importação do tecido de lã) (DAVIS, 1966), as casas reais inglesas buscaram obstinadamente impulsionar o desenvolvimento da indústria naquela nação.

Defoe (1967) relata, com riqueza de detalhes, como Henrique VII (1485-1509) ficou impressionado com o poderio industrial dos então Países Baixos e, a partir de 1489, tratou de implementar um minucioso plano para industrializar o seu país, de economia relativamente atrasada, na época, que incluía a identificação de locais apropriados para a instalação das manufaturas, a contratação (até mesmo secretamente) de mão de obra especializada no exterior e uma política tarifária rígida com vistas a desestimular a exportação de lã bruta (que era, como se sabe, a matéria-prima da nascente manufatura).

Segundo ainda esse autor, somente quase cem anos após Henrique VII ter iniciado sua política de substituição de importações (1489), já no reinado de Elizabete I (1558-1603), a Inglaterra alcançou uma alta competitividade internacional naquele tipo de manufatura, o que lhe permitiu proibir definitivamente a exportação de lã bruta, levando à destruição daquela indústria nos Países Baixos.

Menos de dois séculos depois, com o advento da Revolução Industrial, esse país vai progressivamente ampliando e consolidando sua supremacia tecnológica e competitiva no mercado mundial, obtidas sob a égide de pesadas e duradouras barreiras tarifárias, mostrando o acerto da política de fomento e proteção de sua indústria, então infante (e sem abrir mão dessa estratégia, pelo menos até meados

do século XIX), fato magistralmente registrado por List (1986, p. 33, grifo nosso) em sua obra clássica sobre a temática:

Uma vez de posse dos diversos ramos industriais, a Inglaterra dispensou-lhes seu cuidado e atenção, tratando-os como se trata de uma árvore recém-plantada que exige apoio e cuidado. *Se alguém ainda não estiver convencido de que, por meio da diligência, da habilidade e da economia, todo e qualquer ramo da indústria pode e deve tornar-se lucrativo com o correr do tempo* – que em qualquer nação já avançada na agricultura e na civilização, utilizando um protecionismo, sua manufatura nascente, por mais defeituosos e caros que possam ser, de início, seus produtos, pode, pela prática, pela experiência e pela competição interna, posteriormente igualar sob todos os aspectos a perfeição dos produtos mais antigos de seus concorrentes estrangeiros; se alguém ignorar que o êxito de determinado ramo da indústria está em função do êxito de vários outros setores; ou se alguém ignorar até onde um país pode desenvolver suas forças produtivas, se cuidar para que cada geração sucessiva continue o trabalho industrial a partir do ponto em que o deixarem as gerações anteriores – *todas essas pessoas devem primeiramente estudar a história da indústria inglesa, antes de aventurar-se a elaborar sistemas teóricos, ou a aconselhar estadistas práticos que têm em suas mãos o poder de promover a prosperidade ou a infelicidade das nações.*

Somente após 1846, com a revogação das *Corn Laws*<sup>6</sup>, a Inglaterra começou a adotar um regime unilateral de livre-comércio, processo que se concluiu em torno de 1860, com a abolição (rigidamente controlada e monitorada pelo Estado) de praticamente todas as proteções tarifárias que incidiam sobre as suas importações<sup>7</sup>, não obstante, naturalmente, essa concessão somente tenha ocorrido por conta de sua incontestável superioridade econômica na época e como um elemento coadjuvante de sua política imperialista.

Todavia, esse foi um período fugaz, que não durou mais do que 20 anos: já no início da década de 1880, o governo inglês cedeu às pressões de industriais daquele país, que já começava a perder competitividade mundial, e voltou a praticar tarifas sobre importações. Por mais breve que tenha sido, Chang (2004) salienta que esses vinte anos conformaram o regime mais próximo do livre-comércio que o mundo já

---

<sup>6</sup>As *Corn Laws* (“Leis do Milho”; a palavra “milho”, no inglês britânico, denota todos os grãos de cereais, incluindo trigo, aveia e cevada) instituíam tarifas e outras restrições comerciais sobre alimentos e grãos importados aplicadas no Reino Unido entre 1815 e 1846, com vistas a desestimular e até proibir essas importações (BARNES, 2013).

<sup>7</sup>“Em 1848, a Grã-Bretanha tinha 1.146 produtos tributáveis; em 1860, não mais que 48, dos quais doze eram bens de luxo ou supérfluos. Tendo sido a mais complexa da Europa, agora a tarifação britânica cabia em meia página do Whitaker’s Almanack” (FIELDEN, 1969, p. 82).

teve (ou provavelmente o terá), com a Inglaterra como o único país a efetivamente praticá-lo.

Importa atentar, contudo, para o fato de que, com efeito, neste mesmo período, a maior parte do resto do mundo foi obrigada pela Inglaterra a praticar o livre-comércio, ou pelo colonialismo, ou, no caso de alguns países formalmente “independentes”, por meio de tratados desiguais (ou mesmo sob ameaça militar, *vide* os casos de China e Japão). A exceção óbvia foram os Estados Unidos, que mantiveram, naquele período, já politicamente independentes da Inglaterra, elevadíssimas barreiras tarifárias, contudo, sua economia correspondia ainda a uma relativamente pequena parte da economia mundial.

A manufatura estadunidense, não obstante, começou a se desenvolver sob férrea oposição de sua antiga metrópole, ciosa, esta, dos riscos envolvidos nos arroubos manufatureiros de sua colônia, como bem ilustra List (1986, p. 73):

No que tange ao comércio e à indústria, as colônias norte-americanas foram mantidas pela Inglaterra em um estado de servidão e dependência tão grandes, que não lhes era permitido manufaturar qualquer artigo, além dos estritamente de uso doméstico e os de artesanato. Ainda no ano de 1750, a existência de uma manufatura de chapéus no estado de Massachusetts constituiu tal sensação e despertou ciúme tão grande no Parlamento Inglês, que este taxou qualquer tipo de manufatura como ‘transtornos comuns’ [...]. Em 1770, Chatham, irritado com as primeiras tentativas manufatureiras dos habitantes da Nova Inglaterra, declarou que não devia permitir às colônias manufaturar sequer um cravo para ferradura.

Este autor, na mesma obra, aproveita para tecer críticas a economistas da escola clássica, dentre os quais Adam Smith e J. B. Say, por eles terem recomendado a nações ainda não industrializadas e com fartura de terras agricultáveis que se concentrassem em desenvolver apenas a agricultura, participando do “salutar” livre-comércio, exportando seus alimentos e importando bens manufaturados dos países detentores de manufaturas já desenvolvidas e competitivas. List (1986, p. 76) expõe, de forma irônica e incisiva, a constrangedora fragilidade daquelas prescrições livre-cambistas às “repúblicas novas, jovens e cheias de aspiração”, empírica e historicamente refutadas, no presente caso, pela própria evolução econômica dos Estados Unidos:

Os teóricos acima mencionados haviam demonstrado que a própria Natureza tinha destinado o povo dos Estados Unidos exclusivamente à agricultura, uma vez que a mais fértil terra cultivável podia ser obtida naquele país por uma ninharia. Grande foi o elogio que lhes foi dirigido por concordar tão complacentemente com as imposições da Natureza, e, dessa maneira, fornecer aos teóricos um magnífico exemplo da esplêndida atuação dos princípios do livre-comércio. Entretanto, muito cedo a escola teve que passar pela humilhação de perder essa prova irrefutável do acerto e da aplicabilidade de suas teorias na prática, tendo que, infelizmente, assistir ao espetáculo de verem os Estados Unidos procurarem o bem-estar da nação em uma direção exatamente oposta àquela da absoluta liberdade de comércio.

Não à toa, esta nação é considerada por Paul Bairoch (1993, p. 30-32, um dos mais respeitáveis historiadores econômicos especializados em história econômica global), como “[...] a pátria-mãe e o bastião do protecionismo moderno”.

De fato, ao se buscar o conhecimento das alíquotas tarifárias médias praticadas pelos Estados Unidos sobre produtos manufaturados importados nos séculos XIX e XX, salta aos olhos o seguinte padrão: de 1816 até a Segunda Guerra Mundial, elevadas taxas oscilando entre 35% e 50%; a partir de 1950, egressa da Guerra como a nação líder incontestada da nova ordem global, irrisórias alíquotas médias de menos de 10%, com percentuais sempre decrescentes entre as décadas de 1950 e 1990, conforme revela Bairoch (1993) na página 40. Salienta, ainda, este autor, nas páginas 51-52 desta mesma obra, que, *coincidentemente*, por todo o século XIX até a década de 1920, aquele país foi o que apresentou o maior crescimento econômico em todo o mundo.

Portanto, percorreram os Estados Unidos, conforme previsto por List (1986), a mesma trajetória que fez a Inglaterra, ou seja, inicialmente proteção à sua indústria infante mediante elevadas barreiras tarifárias e forte apoio do Estado em tudo que fosse necessário para o florescimento, o desenvolvimento e a consolidação deste setor estratégico de sua economia, passando ambas as nações a praticarem um comércio mais aberto e pregarem o livre-comércio somente após atingirem suas respectivas supremacias industriais.

Outro país cujo Estado procedeu com o mesmo zelo e determinação para fomentar e proteger sua indústria infante foi a Alemanha. Desde o século XVIII, os

governantes da Prússia<sup>8</sup> (Frederico Guilherme I, entre 1713 e 1740, e Frederico, o Grande, entre 1740 e 1786) empreenderam várias políticas governamentais com vistas a alavancar e impulsionar novas indústrias, das quais se pode citar a concessão de monopólios, o fornecimento a essas indústrias de insumos baratos (produzidos por fábricas estatais), subsídios de exportação, investimento de capital, recrutamento de mão de obra especializada no exterior e até mesmo a espionagem industrial com a cooptação de técnicos dos países espionados (HENDERSON, 2013; TREBILCOCK, 1981).

Como resultado do empenho daquele Estado em sua industrialização, já em 1842 a Silésia<sup>9</sup> ostentava um parque industrial quase tão tecnologicamente avançado quanto o da Inglaterra, e indubitavelmente o mais desenvolvido do continente.

No caso da França, difunde-se o mito de que sua política econômica tenha sido sempre dirigista, ou seja, ferreamente dirigida e controlada pelo Estado (o oposto, portanto, do mito da política econômica inglesa). Tal perspectiva, contudo, é válida apenas para dois períodos, a saber: o que antecede a Revolução de 1789, notadamente sob a égide de Jean-Baptiste Colbert (1619-1683), famoso ministro da fazenda de Luiz XIV, e o que sucede a Segunda Guerra Mundial. Entre esses dois períodos supra, portanto por mais de 130 anos, prevaleceu uma política econômica de *laissez-faire*, a qual levou, conforme Kuisel (1981) e Trebilcock (1981), à relativa estagnação industrial do país no século XIX e na primeira metade do século XX (NYE, 2006).

Somente após a Segunda Guerra Mundial, a burguesia francesa resolveu reorganizar o aparelho de Estado e enfrentar a deficiência do relativo atraso industrial do país. Até o final da década de 1960, o Estado francês lançou mão do planejamento indicativo, da formação de empresas estatais e de outros instrumentos de política industrial ativa para acelerar sua industrialização e alcançar seus concorrentes mais desenvolvidos, êxito que indiscutivelmente auferiu,

---

<sup>8</sup>A Prússia foi um reino alemão de 1701 a 1918 e, a partir de 1871, o principal Estado-membro do Império Alemão.

<sup>9</sup>A Silésia era, desde meados do século XVII, uma província da Prússia e também se tornou parte do Império Alemão quando a Alemanha foi unificada em 1871.

tanto que conseguiu ultrapassar a Grã-Bretanha em termos tanto de diversificação produtiva quanto de complexidade tecnológica (CHANG, 2004)<sup>10</sup>.

Reinert (2008, p. 60-86, grifo nosso) sintetiza com bastante pertinência os processos delineados na presente seção:

A Inglaterra começou por esse caminho em 1485 e continuou por séculos e a Europa Continental rapidamente a seguiu. Os países escandinavos - hoje tão dependentes do livre-comércio devido aos seus pequenos mercados internos - seguiram a mesma política durante séculos, até (em diferentes momentos) estarem prontos para competir globalmente. Os Estados Unidos fizeram a mesma coisa, começando logo após a independência em 1776 e, em seguida, na década de 1820 de forma mais agressiva. [...] *A Europa Continental não se deixou ser feita de tola pelas tentativas inglesas de permanecer a única nação industrializada do mundo no século XIX* - com sua visão de uma harmonia econômica global em que o resto do mundo produzia matérias-primas para trocar por bens industriais ingleses. O resto da Europa e os países ultramarinos com grandes populações de emigrantes europeus - EUA, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, África do Sul - seguiram [para desprazer da Inglaterra] a mesma política que a própria Inglaterra havia seguido desde o final do século XV: uma proteção tarifária relativamente alta para incentivar a industrialização<sup>11</sup>. Apesar de sua proteção natural por conta dos altos custos de transporte, os Estados Unidos optaram por construir sua enorme indústria siderúrgica atrás de barreiras tarifárias de até 100%.

Portanto, fica claro que os países desenvolvidos se industrializaram porque, por décadas ou mesmo séculos, os seus Estados e as suas elites tiveram a lucidez e a perspicácia de subsidiar e proteger as suas indústrias infantis, não dando ouvidos ao panegírico do livre mercado astutamente entoado por nações à época já industrializadas, ao contrário, procurando emular a concreta e historicamente comprovada estratégia dessas nações. Em outras palavras: compreenderam a

---

<sup>10</sup>Países como Finlândia, Noruega, Itália e Áustria, que eram atrasados no final da Segunda Guerra Mundial e detectaram a necessidade de desenvolvimento industrial rápido, também adotaram estratégias similares àquelas usadas pela França para incentivar e proteger suas indústrias, praticando tarifas relativamente altas até a década de 1960 e recorrendo ativamente às empresas públicas para impulsionar sua indústria, o que trouxe bons resultados, particularmente para a Finlândia e a Noruega (CHANG, 2009).

<sup>11</sup>Como uma das consequências da recusa dos países da Europa Continental a apenas fornecerem matérias-primas para a Inglaterra, ela e seus novos concorrentes europeus iniciam uma corrida colonialista que desembocou na Conferência de Berlim em 1884, na qual 14 destes países fatiaram entre si a África, em evento considerado historicamente o marco do neocolonialismo. Simultaneamente, os Estados Unidos iniciam o seu processo de expansão territorial, provocando uma guerra entre 1846 e 1848 contra o México, com o intuito de perpetrar a pilhagem que resultou na rapina, por parte daquele país, da metade do território do México (incluindo a Califórnia, rica em ouro), ampliando, assim, o território da nação beligerante em cerca de um quarto, enquanto o México perdeu, aproximadamente, metade do seu.

necessidade estratégica e soberana de manter, por alguns anos ou mesmo décadas, indústrias ineficientes, enquanto estas não adquirissem a eficiência, porquanto é muito mais lúcido estrategicamente para um país subsidiar momentaneamente uma indústria ineficiente do que abrir mão de possuir indústrias.

Como contraponto, Reinert (2008) aborda o paradigmático caso de um dos inúmeros países da América Latina (com efeito, quase a totalidade) que não procedeu com a mesma clarividência. Após a Segunda Guerra Mundial, o Peru empreendeu um ambicioso programa de industrialização, por meio do qual procedeu à substituição de produtos industriais importados, elevando como nunca o nível de emprego e renda naquele país, repetindo a estratégia retrodelineada, executada pelos países que pioneiramente se industrializaram nos séculos XIX e XX.

Contudo, pressionado (como a esmagadora maioria dos países da periferia capitalista vítimas dos “programas de ajuste estrutural” do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional – FMI) no início da década de 1980 para abrir e desregular totalmente sua economia, ficando, portanto, impedido de soberanamente formular a sua política macroeconômica, sofreu um processo de desindustrialização que praticamente erradicou aquele pungente setor de sua economia.

O argumento dos ideólogos dessas duas organizações multilaterais do sistema institucional capitalista internacional, sustentado na teoria econômica que fundamenta as políticas que essas instituições implacavelmente impõem a todos os países aos quais sinalizam com empréstimos, era de que a indústria peruana era “ineficiente” e “não competitiva”.

Reinert (2008, p. 276, grifo nosso), contudo, desvela a fragilidade e a iniquidade dessa argumentação, mostrando (nas estatísticas de salários) que este setor industrial “ineficiente”, além de ter proporcionado um nível de salários que era cerca de duas vezes mais alto do que o que a economia globalizada de hoje é capaz de oferecer no Peru, legou ao país uma infraestrutura material que nunca este país

teria construído caso tivesse seguido as políticas preconizadas pelos ideólogos do livre-mercado<sup>12</sup>:

*No Peru e na Mongólia, como em muitos outros países, os salários reais atingiram o pico durante o período de substituição de importações ‘ineficientes’. O que a economia dominante falha em ver é que os portos, aeroportos, estradas, usinas de energia, escolas, hospitais e indústrias de serviços criados por este setor industrial ‘ineficiente’ eram reais e não poderiam ter sido criados sem a demanda por mão de obra e infraestrutura que este setor gerou. Isso realmente não é diferente do que a Inglaterra criou depois de 1485, o que a Alemanha criou depois de 1650, o que os Estados Unidos criaram depois de 1820 e a Coreia depois de 1960. Todos esses países começaram a construir riqueza criando o que na época eram ‘ineficientes’ setores industriais nacionais. A eficiência nacional precisa de um estágio preliminar, o que para as mentes pequenas [...] pode parecer uma ineficiência relativa. Essa estratégia tem sido um rito de passagem obrigatório para todas as nações atualmente ricas, uma estratégia que agora foi proibida pelas instituições de Washington. [...] A única diferença entre os países atualmente ricos, de um lado, e o Peru e a Mongólia, do outro, é que os últimos nunca chegaram ao ponto em que suas indústrias fossem competitivas internacionalmente. A explicação para isso é mista; em parte seu tipo de protecionismo era do tipo errado e menos dinâmico [...], mas certamente um fator negativo importante foi a velocidade da abertura da economia.*

Desde o final da Segunda Guerra Mundial, as instituições criadas no contexto da Conferência de Bretton Woods em 1944 (Banco Mundial e FMI) assumiram, para aqueles países pioneiros, a incumbência de dificultar ou mesmo impedir a industrialização dos países retardatários.

A próxima seção aborda a resistência às ingerências daqueles organismos internacionais e as estratégias adotadas por alguns países retardatários, a partir do século XX, com vistas a superar o subdesenvolvimento e dotar suas economias das condições necessárias para iniciar e sustentar o processo de industrialização.

---

<sup>12</sup>Ou seja: o Peru e os demais países latino-americanos tinham uma economia mais pujante quando, de acordo com o Banco Mundial e o FMI, “faziam tudo errado, ao proteger suas indústrias ineficientes”.

### **3 Contra a corrente: as estratégias dos desobedientes retardatários asiáticos**

Os Estados Unidos, a Inglaterra e a Alemanha, não por coincidência, os três primeiros países no mundo a se industrializarem, hegemonomizam e controlam, sob a férrea liderança incontestada do primeiro, as mencionadas instituições multilaterais do sistema capitalista internacional<sup>13</sup>, no sentido de deslegitimar, rechaçar e hostilizar qualquer concepção de política econômica próxima de um Estado desenvolvimentista ou mesmo qualquer mínimo lampejo de autonomia por parte das nações periféricas na formulação de sua política macroeconômica.

No entanto, emulando o lúcido e arguto posicionamento dos países europeus continentais em relação à Inglaterra nos séculos XIX e XX, diversos países do leste asiático recusaram o papel que lhes foi atribuído pela mencionada macroestrutura global de poder e colocaram em ação uma estratégia de transformação industrial ao longo de décadas, indo quase diametralmente de encontro à maioria das prescrições da economia neoliberal.

A seção a seguir mostra a experiência da Coreia do Sul, que em 1968 recorreu ao Banco Mundial em busca de financiamento para implantar sua indústria siderúrgica, recusado por aquela instituição financeira (sob pressão dos Estados Unidos) sob os contumazes argumentos de que aquele país asiático deveria especializar-se na produção de arroz, na qual possui vantagem comparativa (AMSDEN, 1992) e de que o mercado mundial de aço já sofria de excesso de capacidade (AMSDEN, 2009). Carvalho e Gala (2020, p. 56-57, grifo nosso) detalham o ocorrido:

[...] A questão, portanto, não era ‘se’, mas ‘como’ [a Coreia do Sul] deveria viabilizar a construção de uma planta integrada de aço no país. Desprovida de capital, tecnologia e mercado, a Coreia do Sul sofreu para adquirir as condições necessárias para o empreendimento. Em 1968, o Banco Mundial recusou o pedido de empréstimo da POSCO, alegando que o país não tinha vantagem comparativa para a produção de aço. Seu aliado militar, os EUA, frequentemente recusava apoio a projetos de

---

<sup>13</sup>Atente-se para a função desempenhada por essas instituições, a saber, zelar pelos interesses dos países pioneiros na industrialização, no intuito de preservar a estrutura assimétrica da economia mundial, ou seja, na feliz metáfora de List (1986), nesta obra pioneira sobre a temática: “Chutar a escada”.

desenvolvimento econômico do país considerando-os demasiadamente estatistas e até mesmo irresponsáveis. Foram sete anos de intensa política externa para conseguir apoio ao projeto. No final, após convencer líderes industriais japoneses a fazerem *lobby* pela POSCO junto ao governo em Tóquio, foram as reparações de guerra e a tecnologia japonesas que viabilizaram a construção da planta. Ao contrário de outros setores importantes para o Estado coreano, Park não conseguiu convencer os grandes conglomerados (*chaebols*) a construírem a planta, tendo que confiar o empreendimento a uma estatal. Também em oposição aos outros setores, nos quais o Estado coreano incentivou uma estrutura de competição oligopolista, a POSCO recebeu direito de monopólio sobre a produção de aço. O risco de captura política acabaria sendo mitigado pelo *status* estratégico que Park concedeu ao projeto. Por fim, os recursos das reparações de guerra eram limitados, de forma que a POSCO não poderia contar com eles por muito tempo. Para assegurar a sobrevivência, a empresa teve que embarcar em uma agressiva estratégia baseada em exportações para se tornar competitiva. *Em 1987, menos de 20 anos após recusar o empréstimo à POSCO, o Banco Mundial acabaria reconhecendo a empresa como a mais eficiente produtora de aço do mundo. Setores a jusante como o automobilístico, o naval, o eletrônico, o de construção civil e o de eletrodomésticos passaram a ter uma fonte estável e competitiva de aço para se desenvolverem e alavancarem a renda do país.*

Como a siderúrgica mais eficiente do mundo, a Pohang Iron and Steel Company Ltd. (POSCO) conseguia vender os seus produtos nos mercados mais competitivos do mundo pela metade do preço de tabela que as suas concorrentes estadunidenses praticavam (CHANG, 2009).

Em (amargo, supõe-se, diga-se de passagem) reconhecimento da superioridade tecnológica e mercadológica da POSCO, quando a U.S. Steel precisou modernizar sua fábrica em Pittsburgh, na Pensilvânia, em 1986, foi à gigante coreana que ela recorreu para formar uma *joint venture* e ter acesso à sua *expertise* tecnológica.

A Coreia poderia, mas não “deu o troco”.

#### 4 O caso da Coreia do Sul

Uma nação envolve uma solidariedade básica entre classes quando se trata de competir internacionalmente. Empresários, trabalhadores, burocratas do Estado, profissionais de classe média e intelectuais podem entrar em conflito, mas sabem que comungam de um destino comum e que esse destino depende de seu envolvimento competitivo vitorioso no

mundo dos Estados-nação. Envolve, portanto, um acordo nacional. Um acordo nacional é o contrato social básico que dá origem a uma nação e a mantém forte ou coesa; é o acordo entre classes sociais de uma sociedade moderna que permite que ela se torne uma verdadeira nação, ou seja, uma sociedade dotada de um Estado capaz de formular uma estratégia nacional de desenvolvimento. [...] Para que exista uma verdadeira nação, as várias classes sociais precisam, apesar dos conflitos que as separam, ser solidárias quando se trata de competir internacionalmente, e devem usar critérios nacionais para tomar decisões políticas, sobretudo aquelas que envolvem a política econômica e a reforma institucional. Em outras palavras, os governantes precisam pensar com suas próprias cabeças em lugar de se dedicarem a construir confiança [*confidence building*], e a sociedade toda deve ser capaz de formular uma estratégia nacional de desenvolvimento. (PEREIRA, 2009, p. 84-85).

A experiência coreana, relatada na presente seção, por contar com praticamente todos os elementos que estruturaram o tortuoso processo de desenvolvimento dos países de industrialização tardia, reveste-se de um caráter quase paradigmático e pode, guardadas as peculiaridades de cada formação social e política, servir como um *weberiano* “caso ideal” para se compreender os desafios, as estratégias e as etapas pelas quais passaram esses países.

No início da década de 1960, a Coreia do Sul era um dos países mais pobres do mundo. Tendo sido colônia do Japão entre 1910 e 1945, quando obteve sua independência política, foi praticamente destruída entre 1950 e 1953, na Guerra da Coreia, conforme contextualiza Chang (2009, p. 23-24, grifo nosso):

Em 1961, oito anos após o final da guerra entre irmãos com a Coreia do Norte, a renda anual da Coreia do Sul era de \$82 *per capita*. O cidadão comum coreano recebia menos que a metade do cidadão comum de Ghana (\$ 179). A Guerra da Coreia— que incidentalmente teve início em 15 de junho, o Dia da Independência de Moçambique — foi uma das mais sangrentas na história da humanidade, eliminando a vida de 4 milhões de pessoas em apenas três anos (1950-3). A metade da base das manufaturas do Coreia do Sul e mais de 75% de suas ferrovias foram destruídas no conflito. O país mostrou alguma habilidade organizacional quando aumentou a sua taxa de alfabetização, que chegou a 71% em 1961, comparados aos insignificantes 22% em 1945, deixados pelos japoneses, que haviam dominado a Coreia desde 1910. *O país era considerado um caso perdido de desenvolvimento econômico. Em 1950, um relatório interno da USAID — a principal agência de ajuda do governo americano naquela época, assim como agora — chamou a Coreia de ‘um buraco sem fundo’.* Naquela época, as principais exportações do país eram tungstênio, peixes e outros produtos primários.

Após tomar o poder por meio de um golpe militar em 1961, o general Park Chung Hee submeteu-se, posteriormente, às eleições e venceu três consecutivas, em

consequência do apoio popular do qual passou a desfrutar em razão do “milagre” econômico que liderou no país, nas décadas de 1960 e 1970. A meta a qual ele se propôs de aumentar a renda *per capita* do país para mil dólares em 1981 era considerada quase inatingível, de tão ambiciosa, mas foi atingida quatro anos mais tarde, em 1985, e as exportações quase decuplicaram, multiplicando seu valor por mais de nove, em dólares estadunidenses, entre 1972 e 1979 (CHANG, 2009).

Desprovida de uma burguesia que pudesse assumir a missão de industrializar o país, coube ao Estado o papel de agente não apenas indutor, mas principalmente condutor do processo de transformação estrutural que, em menos de 50 anos, catapultou a Coreia de um pobre país de economia rural para uma das maiores potências tecnológicas do mundo. Nayyar (2014, p. 191, grifo nosso) explica o papel desempenhado pelo Estado coreano:

Portanto, a industrialização não foi propriamente uma questão de acertar os preços, mas de acertar a intervenção estatal. Com efeito, é plausível sugerir que, durante algum tempo, talvez tenha sido até uma questão de errar os preços [...]. Pode-se argumentar que a intervenção do Estado sob a forma de política industrial deve reconhecer e explorar as vantagens comparativas potenciais, mas é igualmente plausível afirmar que, em vez de subir os degraus passo a passo, talvez fosse recompensador saltar alguns degraus, desafiando o que seria uma vantagem comparativa na época [...]. Em ambos os casos, a intervenção do Estado é crucial. À parte, o extenso papel dos governos, o uso de tecnologias obtidas por empréstimo, o intenso processo de aprendizagem, a criação de capacidade administrativa nos indivíduos e capacidade tecnológica nas empresas, o apoio a empresários e firmas de diferentes tipos de iniciativas, todos foram fatores importantes no emparelhamento da industrialização. A criação das condições iniciais foi seguida por um período de aprendizagem da industrialização, a fim de que os resultados desta viessem à tona após uma defasagem temporal. Isso explica a aceleração do crescimento da produção industrial que se tornou visível no começo da década de 1970. *Claramente, não foi a magia dos mercados que produziu o surto repentino de industrialização.* Ele veio dos alicerces fincados no quarto de século anterior. *Nesse contexto, é importante observar que se pode dizer exatamente o mesmo sobre os países hoje industrializados, nos quais a proteção dada à indústria e a intervenção do Estado foram igualmente importantes nas etapas iniciais do desenvolvimento, quando eles estavam atrasados na industrialização [...].*

O planejamento estatal era delineado em Planos Quinquenais, constituindo os dois primeiros (1962-1966 e 1967-1971) os que implementaram os fundamentos da industrialização coreana com vistas a dotar o país da infraestrutura, bem como da diversificação e da competitividade em produtos necessárias para competir no

mercado internacional, tendo o primeiro plano como foco principal a indústria leve e o segundo as indústrias siderúrgica, química e de máquinas.

A estratégia de substituição de importações, que desde a década de 1950 mostrara-se fundamental para o dinamismo da economia do país, foi reorientada na década seguinte para prover insumos, maquinário e tecnologia para setores considerados estratégicos<sup>14</sup>, operados por imensos conglomerados empresariais conhecidos como *chaebols*. A ideia era construir uma plataforma de exportação com produtos de elevado teor tecnológico, impulsionada por uma política de comércio exterior fortemente apoiada pelo Estado, por meio de uma imensa gama de incentivos fiscais e uma política macroeconômica compatível com tais objetivos.

Dentre as principais medidas de política industrial e comercial adotadas principalmente nos dois primeiros planos quinquenais, destacam-se, a saber: crédito preferencial com taxa de juros reduzida e financiamentos de longo prazo, isenção fiscal, subsídios e outros instrumentos de política industrial seletiva, destinados a empresas e setores estratégicos, que deveriam cumprir rigorosamente metas de exportações estipuladas e cobradas pelo Estado, bem como política protecionista e regulação sobre o Investimento Estrangeiro Direto (IDE), com vistas a propiciar ambiente favorável para sua infante indústria de elevado teor tecnológico.

Conforme revela Moreira (1994), os indicadores macroeconômicos não deixam dúvidas quanto ao impressionante êxito desses dois primeiros planos quinquenais, já que a taxa média de crescimento do PIB entre 1960 e 1972 foi de 9,9%, enquanto a taxa média de crescimento industrial foi da ordem de 20,1%, com a participação dos manufaturados no valor total da produção saltando de 7,9% em 1953 para 18,4% em 1972. Amsden (1992, p. 55, grifo nosso) apresenta indicadores semelhantes e acrescenta números ainda mais impressionantes para os dois planos subsequentes, implantados na década posterior:

---

<sup>14</sup>Neste sentido, o controle do comércio externo exercido pelo Estado mostrava-se rígido e consentâneo com o objetivo estratégico de proteger a indústria infante, notadamente quando se sabe que havia uma restrição à importação de máquinas com o intuito de promover sua indústria similar nacional, o que, com efeito, constituía uma salvaguarda essencial para o desenvolvimento de um parque industrial completo, integrado e orgânico. Ademais, aos importadores de máquinas era recusado crédito, quando havia a oferta delas no mercado interno, as quais podiam ser adquiridas com crédito subsidiado.

Explorando [inicialmente] sua vantagem de baixos salários para obter acesso ao comércio internacional, a Coreia obteve aumentos de produção incrivelmente rápidos. [...] Durante os primeiros dois planos quinquenais, 1962-1966 e 1967-1971, a taxa de crescimento real do PIB foi em média de 9% ao ano. No período 1972-1979, o crescimento foi ainda maior, 10% em média a cada ano. [...] É evidente que as exportações e o investimento [...] lideraram a atividade econômica geral. O consumo cresceu apenas modestamente. A taxa de crescimento real das exportações; deflacionada pelo índice de preços de atacado dos EUA, atingiu uma média fenomenal de 40% no período dos primeiros dois planos quinquenais [...]. Entre 1972 e 1979 (ano do assassinato de Park), a taxa média de crescimento das exportações foi de 28%, tanto mais notável porque, durante esse período, a composição industrial da produção e das exportações na Coreia foi radicalmente transformada. Em 1971, a participação nas exportações de mercadorias de manufaturas pesadas era de apenas 14%. A participação aumentou para 38% em 1979 e em 1984 para 60%, aproximadamente a mesma participação das manufaturas pesadas na produção total de mercadorias [...]. *A Coreia é uma evidência para a proposição de que se e quando a industrialização tardia chegar, a força motriz por trás dela será um forte estado intervencionista.*

Nunca é demais salientar que um dos sustentáculos-chave para a estratégia coreana de *catch up*<sup>15</sup> foi o *princípio da reciprocidade*, por meio do qual o Estado condicionava todo o apoio aos *chaebols* que estivesse ao seu alcance, ao cumprimento por parte deles das metas de exportação. Em caso de não atingimento da meta, todo tipo de apoio era retirado, o que ficava fácil de ser percebido pela alta rotatividade entre as dez maiores empresas da Coreia entre 1965 e 1985. Isso explica também porque as empresas afiliadas aos *chaebols* não restringiam seus negócios ao mercado interno, onde poderiam obter grandes lucros sem dificuldade (SATO *et al.*, 1997). O mesmo rigor era exercido no sentido de evitar que os privilégios concedidos pelo Estado degenerassem em clientelismo e acomodação por parte das empresas (EVANS, 1995).

Portanto, na presente seção mostrou-se que a via coreana para o *catch up* passou por uma indução inicial selecionada de determinadas indústrias infantis por parte do Estado, pelo tempo necessário para que elas tivessem condições de enfrentar com suficiente competitividade o mercado internacional, com as

---

<sup>15</sup>De acordo com D'Aguiar (2018, p. 321), a expressão *catch up* refere-se ao “[...] processo pelo qual os países em desenvolvimento tentam alcançar o patamar dos desenvolvidos, promovendo, por um salto que se quer qualitativo, uma recuperação do atraso, ou mesmo uma equiparação de seus índices econômicos e sociais aos dos países industrializados”.

exportações desempenhando o importante papel de arrecadar moeda forte indispensável para o investimento nas áreas estratégicas dos planos quinquenais.

Cabe igualmente salientar a hábil condução do controle exercido sobre os recursos em moeda estrangeira, ganhos com tanta dificuldade, para que fossem cuidadosamente utilizados somente para importação de máquinas e insumos industriais essenciais, de acordo com o correspondente plano quinquenal.

Para isso, o Estado não poupou esforços em todo tipo de apoio necessário, incluindo generosos subsídios, crédito com juros diferenciados, proteção tarifária contra empresas estrangeiras e outros benefícios temporários. Importa, ainda, observar o caráter pragmático da condução da estratégia por parte do Estado coreano, no sentido de prover todo este apoio às grandes empresas privadas, caso elas estivessem de fato operando nas áreas consideradas prioritárias, de acordo com o respectivo plano quinquenal. Contudo, caso não houvesse, em uma dessas áreas, uma empresa com condições de desempenhar este papel, o Estado prontamente tratava de criar uma empresa estatal para suprir a lacuna, que foi precisamente o que ocorreu com a siderúrgica POSCO.

Ao se encerrar a presente seção, ratifica-se o entendimento precedentemente mencionado de que a experiência coreana reveste-se de um caráter quase paradigmático e pode, guardadas as peculiaridades de cada formação social e política, servir como um *weberiano* “caso ideal” para se compreender os processos análogos nos demais países de industrialização tardia, razão pela qual este trabalho, tendo em vista as limitações de seu escopo, deixa de contemplar outros países.

## **Considerações finais**

Ao abordar, no presente trabalho, em suas perspectivas histórica e teórica, a dinâmica do desenvolvimento econômico dos países considerados paradigmas em suas situações e condições, mostrou-se claramente que os primeiros países a se industrializarem (dos quais foi possível trazer de forma sucinta a experiência concreta de Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha e França) nunca aceitaram resignadamente aquelas “vantagens comparativas” que, de acordo com a

perspectiva neoclássica, a “natureza” supostamente lhes teria destinado, deixando essas recomendações para os países da periferia capitalista, subjugados pela estrutura institucional de dominação global utilizada por aqueles países pioneiros para impor os seus interesses econômicos e políticos.

Longe disso, trataram de inicialmente proteger a sua indústria infante mediante elevadas barreiras tarifárias e contando com o forte apoio do Estado em tudo que fosse necessário para o florescimento, o desenvolvimento e a consolidação de sua indústria de elevado valor agregado, passando a praticar um comércio mais aberto e pregar o livre-comércio somente após atingirem as suas respectivas supremacias industriais.

Portanto, resta patente que esses países se industrializaram porque por décadas, ou mesmo séculos, os seus Estados e as suas elites tiveram a argúcia e a sagacidade de fomentar e proteger as suas indústrias infantis, desprezando e resistindo à cantilena do livre-mercado astutamente entoada por aqueles países pioneiros e sua institucionalidade de dominação geopolítica. Em termos mais explícitos ainda: entenderam e alcançaram com clareza suficiente a necessidade estratégica e soberana de manter, por alguns anos, ou mesmo décadas, indústrias ineficientes, enquanto estas não conseguissem a eficiência, porquanto é muito mais inteligente estrategicamente para um país subsidiar momentaneamente uma indústria ineficiente do que se fiar exclusivamente na fábula das “vantagens comparativas”.

No que tange aos países de desenvolvimento tardio, ocorrido já no século XX, viu-se que, emulando o sagaz posicionamento dos países europeus continentais em relação à Inglaterra nos dois séculos anteriores, a Coreia do Sul (escolhida como caso paradigmático no presente trabalho para representar esses países) teve que “nadar contra a corrente” das prescrições da mencionada institucionalidade de dominação geopolítica e resistir às suas ingerências, com vistas a superar suas fragilidades econômicas e sociais estruturais, por meio do delineamento de um projeto de desenvolvimento nacional soberano, que contou com o envolvimento ativo de todas as classes sociais desta sociedade.

Desprovida de uma burguesia que pudesse assumir a liderança e a responsabilidade pela industrialização do país, coube ao Estado inicialmente suprir este papel, conduzindo o processo de transformação estrutural pelo qual a economia daquele país precisava passar e criando as condições necessárias para que as empresas nacionais pudessem investir e inovar, tendo em vista que essas condições em um país de industrialização tardia não são herdadas, precisando ser criadas, por meio de políticas direcionadas para esse fim, tendo o Estado como principal articulador e promotor.

O êxito da estratégia catapultou a Coreia do Sul de um pobre país de economia rural para uma das maiores potências tecnológicas do mundo.

De outra sorte, ao falharem em proceder como a Coreia do Sul e todos os demais países que não acataram as recomendações dos organismos internacionais a soldo da neo-oligarquia global, seja por qual motivo tenha sido, a esmagadora maioria dos países da América Latina (utilizou-se neste trabalho o Peru como representante) e da África, ou não conseguiram nem mesmo iniciar o processo de industrialização, ou estancaram em alguma de suas etapas, alguns inclusive regredindo, em uma fatídica marcha de desindustrialização.

Este artigo procurou mostrar a trajetória histórica percorrida, com seus desafios e encruzilhadas, e as estratégias de desenvolvimento adotadas pelos países que tiveram êxito em industrializar suas economias e passaram a operar no mercado global com maiores níveis de soberania e de competitividade, com todos os benignos desdobramentos sociais decorrentes.

Conclui-se, portanto, humildemente oferecendo à sociedade brasileira uma alternativa teórica de soerguimento nacional a ser democrática e conscientemente analisada, em um momento em que nossa nação passa por uma das maiores crises de sua história, a despeito dos enormes potenciais humano e natural dos quais é dotada.

## Referências

AMSDEN, Alice Hoffenberg. *A ascensão do “resto”*: os desafios ao Ocidente de economias com industrialização tardia. São Paulo: Unesp, 2009.

AMSDEN, Alice Hoffenberg. *Asia's next giant: South Korea and late industrialization*. New York: Oxford University, 1992.

BAIROCH, Paul. *Economics and world history: myths and paradoxes*. Brighton: Wheatsheaf, 1993.

BARNES, Donald Grove. *A History of English Corn Laws: From 1660-1846*. London: Routledge, 2013.

CARVALHO, André Roncaglia de; GALA, Paulo. *Brasil, uma economia que não aprende: novas perspectivas para entender nosso fracasso*. São Paulo: Edição do Autor, 2020.

CHANG, Ha-Joon. *Chutando a escada*. São Paulo: Unesp, 2004.

CHANG, Ha-Joon. *Maus samaritanos: o mito do livre-comércio*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

D'AGUIAR, Rosa Freire. Catch up. Developing countries in the world economy. Deepak Nayyar. *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 13, p. 321-323, 2018. Disponível em: <http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/download/153/152>. Acesso em: 1º dez. 2020.

DAVIS, Ralph. The rise of protection in England, 1689-1786. *Economic History Review*, [S.l.], v. 19, n. 2, p. 306-317, 1966. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1468-0289.1966.tb00975.x>. Acesso em: 20 out. 2020.

DEFOE, Daniel. *A plan of the English commerce: being a compleat prospect of the trade of this nation, as well the home trade as the foreign*. Lanham: Rowman & Littlefield, 1967.

EVANS, Peter B. *Embedded autonomy: states and industrial transformation*. Princeton: Princeton University, 1995.

FIELDEN, Kenneth. The rise and fall of free trade. In: BARTLETT, C. (ed.) *Britain pre-eminent: studies in British world influence in the Nineteenth century*. London: Macmillan, 1969. p. 82.

HAMILTON, Alexander. *Report on the subject of manufactures*. New York: Cosimo, 2007 [1791].

HAMILTON, Earl J. Spanish mercantilism before 1700. In: GAY, Edwin Francis (org.). *Facts and factors in economic history: articles by former Students of Edwin Francis Gay*. Cambridge: Harvard University, 1932. p. 214-239.

HENDERSON, William Otto. *Studies in the economic policy of Frederick the Great*. London: Routledge, 2013.

ITAMI, Hiroyuki; ROEHL, Thomas W. *Mobilizing invisible assets*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1987.

KUISEL, Richard F. *Capitalism and the state in modern France: renovation and economic management in the twentieth century*. Cambridge: Cambridge University, 1981.

LIST, Friedrich. *Sistema nacional de economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

MOREIRA, Maurício M. *Industrialization, trade and market failures: the role of government intervention in Brazil and South Korea*. London: Macmillan, 1994.

NAYYAR, Deepak. *A corrida pelo crescimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

NYE, John Vincent. The myth of free-trade Britain and fortress France: tariffs and trade in the nineteenth century. In: DORMOIS, Jean-Pierre; LAINS, Pedro (ed.). *Classical trade protectionism 1815-1914*. London: Routledge, 2006. p. 13-35. Disponível em: <https://library.oapen.org/bitstream/handle/20.500.12657/24286/1005845.pdf?sequence=1#page=21>. Acesso em: 9 nov. 2020.

PEREIRA, Luis Carlos Bresser. *Globalização e competição: por que alguns países emergentes têm sucesso e outros não*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

REINERT, Erik S. *How rich countries got rich and why poor countries stay poor*. London: Constable, 2008.

RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

RIVERO, Patricia Silveira. Desenvolvimento e inovação no Brasil. *Latitude*, v. 12, n. 2, p. 461-507, 2017.

SATO, Yukihito *et al.* Diverging development paths of the electronics industry in Korea and Taiwan. *The Developing Economies*, [S.l.], v. 35, n. 4, p. 401-421, 1997. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/j.1746-1049.1997.tb00854.x>. Acesso em: 1º dez. 2020.

TREBILCOCK, Clive. *The industrialisation of the continental powers: 1780-1914*. London: New York: Longman, 1981.

**Recebido em: 26 de dezembro de 2022.**

**Aceito em: 15 de maio de 2023.**

## COMO REFERENCIAR

BASTOS, Remo Moreira Brito. Estratégias de desenvolvimento econômico para os países do Sul Global: fé cega no mercado ou política econômica soberana? *Latitude*, Maceió, v. 17, n. 1, p. 206-230, 2023.